

João Bôsco Cabral dos Santos

POR UMA TEORIA DO DISCURSO UNIVERSITÁRIO
INSTITUCIONAL

UFMG
Belo Horizonte
2000

João Bôsko Cabral dos Santos

**POR UMA TEORIA DO DISCURSO
UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL**

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Lingüísticos, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Lingüística.

Área de concentração: Lingüística

Linha de pesquisa: Lingüística Textual e Análise do Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Ida Lúcia Machado

BELO HORIZONTE
2000

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dra. Ida Lúcia Machado
FALE/UFMG

Dra. Maria Sueli de Oliveira Pires
FALE/UFMG

Dra. Maria Nazareth Soares Fonseca
PUC/MG

Dra. Lília Maria Eloisa Alphonse de Francis
UFU/MG

Dra. Eliana Amarante de Mendonça Mendes
FALE/UFMG

*Dedico este trabalho
aos meus pais,
José e Ana,
responsáveis diretos
por tudo que sou.*

AMANHECER

*Na profunda noite universal
que apenas contradizem os postes de luz
uma ventura perdida
ofendera as ruas taciturnas
como pressentimento trêmulo
do amanhecer horrível que ronda
os arrabaldes desmantelados do mundo.*

*Curioso pela sombra
e acovardado pela ameaça da aurora
revivi tremenda conjectura
de Shopenhauer e de Berkeley
que declara que o mundo
é uma atividade da mente,
um sonho das almas,
sem base nem propósito nem volume.*

*E já que as idéias
não são eternas como o mármore
mas imortais como um bosque ou um rio,
a doutrina anterior
assumiu outra forma na aurora
e a superposição dessa hora
quando a luz como uma trepadeira
vai implicar as paredes da sombra,
persuadiu minha razão ...*

*Jorge Luis Borges**

* BORGES, J.L. "Fervor de Buenos Aires". In: *Obras Completas*. trad. Glauco Mattoso e Jorge Schwartz. vol. 1. São Paulo:Globo. 1998. p. 36.

AGRADECIMENTOS:

a minha orientadora Profa. Dra. Ida Lúcia Machado, por seu estilo libertário e cuidadoso na condução da pesquisa, sempre nos encorajando a ousar e a tentar ultrapassar nossos próprios limites acadêmicos, além de aprendermos a ter um profundo respeito pelas teorias, pelo fazer científico em si e, principalmente, pelo leitor de nossos trabalhos ...

a Profa. Dra. Maria Nazareth Soares Fonseca e a Profa. Dra. Eliana Amarante de Mendonça Mendes pelas consistentes sugestões que muito contribuíram para o andamento deste trabalho ...

a Profa. Dra. Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva pela confiança, pelo incentivo e pelo privilégio acadêmico que me concedeu ao colocar-me diante da Profa. Dra. Ida Lúcia Machado ...

aos colegas Dylia Lysardo Dias, Gilber Martins Duarte, Marco Antonio Villarta Neder, Maria de Fátima Fonseca Guilherme de Castro, Maria Cristina Martins, Nelson Viana e Rosimar de Fátima Schinelo pela cumplicidade teórica, pelo contínuo dialogismo acadêmico e pela amizade ...

aos colegas do Núcleo de Análise do Discurso pela interlocução sincera e pela parceria segura diante do desafio dos sentidos ...

a Ivacil Alves dos Santos, companheiro fiel, leal e devotado de tantas madrugadas diante do computador, por sua dedicação e eficiência nos trabalhos de digitação, editoração textual e gráfica, impressão e organização dos exemplares ...

a CAPES pelo apoio financeiro

RESUMO

Este trabalho descreve teoricamente o Discurso Universitário Institucional, formalizando-o enquanto tipologia discursiva. Partindo de uma observação especulativa de manifestações desse discurso numa Instituição Federal de Ensino Superior, estabeleceu-se alguns índices lingüístico-enunciativos para demarcar as fronteiras dessa formalização, tais sejam: as vozes, os sentidos e os enunciados. O enfoque teórico utilizado para abordar esses índices foi a Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau, sobre a qual lançou-se um olhar epistemológico. Na descrição teórica do Discurso Universitário Institucional foram estabelecidas as seguintes inter-relações: i) a referencialidade polifônica dos sujeitos circunscritos na instituição em função de suas ações acadêmicas; ii) os enfoques conceituais e os direcionamentos epistemológicos da formação profissional em função das ações pedagógico-metodológicas, das projeções acadêmicas e da orientação política do *fazer-ciência* e iii) a enunciatividade das manifestações discursivas em função das variáveis de assertividade, explicação e asseveração. A formalização teórica e a caracterização tipológica do discurso em estudo se complementa com a indicação de rotas metodológicas para sua análise. Nessas rotas priorizou-se uma interface com a Teoria Semiolingüística e três focalizações demarcadas a partir das próprias inter-relações construídas na descrição. Por fim, um encaminhamento de análise foi apresentado para verificar a validade discursiva dos parâmetros estabelecidos na descrição. Os resultados da análise confirmam a validade desses parâmetros, já que tornou-se possível explicitar alguns interdiscursos imanentes às manifestações discursivas investigadas. Espera-se com este estudo projetar fronteiras para outras possibilidades de análise do Discurso Universitário Institucional, contemplando, inclusive, interfaces com outras correntes teóricas da Análise do Discurso.

ABSTRACT

This work aims at describing Institutional University Discourse introducing it as a discursive typology. In this sense, it was taken as basis some of its manifestations collected in a Federal University. From these information, it was established some linguistic and enonciative indexes (voices, senses and utterances) to guide this formalization. The theoretical framework used as support was Patrick Charaudeau's Semiolinguistics Theory which has been reflected on its theoretical genesis. In the description of Institutional University Discourse it was indicated the following interrelations: i) subject references in the institution and their academic actions; ii) conceptual focuses and philosophical links of professional formation, concerned to educational actions and methods, academic projections and political scientific profile and iii) the role of context in terms of assertions, explanations and confirmations. Furthermore, some routes for analysing such discourse have been discussed: the first one takes as basis Semiolinguistics Theory and the others establish interrelations with the own discourse descriptive features. Finally, a prototype of analysis was done aiming at verifying the discursive parameters compiled in the description. Such analysis revealed some interdiscourses which underlie Institutional University Discourse. The expectations of this study suggest investigations including other currents of Discourse Analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. A contextualização da pesquisa.....	02
2. A construção da investigação.....	04
3. O inventário de hipóteses.....	06
4. O desenho da pesquisa.....	07
4.1. O papel do corpus.....	08
5. Considerações finais.....	10
CAPÍTULO 1 – FRONTEIRAS DA PESQUISA.....	12
1.1. Considerações gerais.....	13
1.2. Perseguindo uma rota teórica.....	14
1.2.1. Algumas considerações sobre o discurso e sua análise.....	15
1.2.2. Os lugares discursivos do DUI.....	24
1.2.3. Algumas considerações sobre outros subsídios incorporados nesta rota teórica.....	29
1.3. Especificidades da pesquisa.....	33
1.4. Considerações finais.....	39
CAPÍTULO 2 – UM OLHAR EPISTEMOLÓGICO SOBRE A TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA.....	40
2.1. Considerações gerais.....	41
2.2. Os atos de linguagem e as condições de produção e interpretação.....	42
2.3. A mise-en-scène da prática languageira.....	46
2.4. Os actantes da prática languageira.....	48
2.4.1. O Euc.....	52
2.4.2. O Eue.....	53
2.4.3. O Tui.....	54
2.4.4. O Tud.....	55
2.5. Formas de manifestação das instâncias actanciais.....	56
2.6. Os sujeitos e o contrato de comunicação.....	63
2.7. Os modos de organização do discurso.....	69

2.7.1. O modo enunciativo.....	70
2.7.1.1. Índices de locutividade na realização linguageira.....	71
2.7.1.1.1. A elocutividade.....	71
2.7.1.1.2. A alocutividade.....	71
2.7.1.1.3. A delocutividade.....	72
2.7.2. O modo descritivo.....	72
2.7.3. O modo narrativo.....	75
2.7.4. O modo argumentativo.....	78
2.8. Um olhar epistemológico sobre a constituição do discurso na Teoria Semiolingüística.	87
2.9. Considerações finais.....	94
CAPÍTULO 3 – O DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL.....	96
3.1. Considerações gerais.....	97
3.2. O Discurso Universitário Institucional.....	98
3.2.1. As vozes no DUI.....	99
3.2.2. Os sentidos no DUI.....	99
3.2.2.1. Os enfoques conceituais.....	100
3.2.2.2. Os direcionamentos epistemológicos da formação profissional.	102
3.2.2.2.1. O tratamento analógico.....	103
3.2.2.2.2. O tratamento identitário-diferencial.....	104
3.2.2.2.3. O tratamento histórico.....	104
3.2.2.2.4. O tratamento fragmentário.....	105
3.2.2.2.5. O tratamento integrativo.....	105
3.2.2.3. As ações pedagógico-metodológicas.....	110
3.2.2.4. As projeções acadêmicas.....	115
3.2.2.5. A orientação política do <i>fazer-ciência</i>	116
3.2.3. Os enunciados no DUI.....	118
3.2.3.1. Os enunciados assertivos.....	118
3.2.3.2. Os enunciados explicativos.....	120
3.2.3.3. Os enunciados asseverativos.....	121
3.2.4. As manifestações discursivas do DUI.....	123
3.2.4.1. Os registros diagnósticos.....	123

3.2.4.2. Os registros documentais.....	124
3.2.4.3. Os registros etnográficos.....	125
3.3. Considerações finais.....	127

CAPÍTULO 4 – POR UMA ANÁLISE DO DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL.....

4.1. Considerações gerais.....	130
4.2. A TS e o DUI.....	131
4.2.1. Os atos de linguagem e os atos discursivos cogentes.....	132
4.2.2. O contrato de comunicação e o contrato de formação profissional.....	134
4.2.3. As instâncias actanciais do contrato de comunicação e as instâncias enunciativas do DUI.....	136
4.2.3.1. A Ic.....	136
4.2.3.2. A Ie.....	137
4.2.3.3. A Ii.....	138
4.2.3.4. A Id.....	138
4.2.4. Os modos de organização do discurso e as variações discursivas do DUI...	139
4.2.4.1. A variação enunciativa.....	140
4.2.4.2. A variação descritiva.....	141
4.2.4.3. A variação narrativa.....	142
4.2.4.4. A variação argumentativa.....	144
4.3. Uma rota metodológica para uma análise das instâncias enunciativas do DUI.	145
4.4. Outros enfoques de análise.....	151
4.4.1. Investigando as vozes no DUI.....	152
4.4.2. Investigando os sentidos no DUI.....	153
4.4.3. Investigando os enunciados no DUI.....	154
4.5. Considerações finais.....	154

CAPÍTULO 5 – UM ENCAMINHAMENTO DE ANÁLISE PARA O DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL.....

5.1. Considerações gerais.....	158
5.2. Sobre o curso de Letras.....	159

5.3. Organizando informações para um encaminhamento de análise do DUI.....	162
5.3.1. Sobre as publicações.....	162
5.3.2. Sobre as entrevistas.....	165
5.3.3. Sobre a resolução acadêmica do programa de Mestrado em Linguística...	165
5.3.4. Sobre as grades curriculares.....	166
5.3.5. Sobre as fichas de disciplinas.....	168
5.4. Seguindo uma rota de análise do DUI.....	168
5.4.1. Análise das vozes.....	169
5.4.2. Análise dos sentidos.....	173
5.4.3. Análise dos enunciados.....	179
5.5. Considerações finais.....	185
À GUISA DE ALGUMAS CONCLUSÕES.....	187
Encaminhamentos a partir de uma análise do DUI.....	189
Um olhar sobre as influências do DUI na concepção acadêmica dos cursos.....	189
Um olhar sobre as influências do DUI no processo de formação de professores de línguas...	191
GLOSSÁRIO.....	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	238

ANEXOS.....	251
Anexo 1 Lista dos Artigos que compõem a Produção Acadêmica dos membros da COMUNI no periódico <i>Letras &Letras</i> e transcrição dos que foram citados no encaminhamento de análise apresentado no capítulo 5.....	253
Anexo 2 Entrevistas realizadas com professores que participaram dos processos de alteração curricular na IFES em que foram coletadas as informações.....	282
Anexo 3 Resolução nº 06/97, do colegiado do curso de Mestrado em Linguística..	310
Anexo 4 Grades Curriculares do curso de graduação em Letras da IFES em que foram coletadas as informações.....	313
Anexo 5 Fichas de disciplinas dos componentes curriculares do curso de graduação em Letras da IFES em que foram coletadas as informações, citadas no encaminhamento de análise apresentado no capítulo 5.....	326

ÍNDICE DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS

QD1	Linguística: Artigos por Área – professores em serviço.....	162
QD2	Linguística Aplicada: Artigos por Área – professores em serviço.....	163
QD3	Literatura: Artigos por Área – professores em serviço.....	163
QD4	Artigos por Autor – 77 artigos produzidos pelos professores em serviço.....	164

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1	Representação dos dois circuitos do ato de linguagem.....	50
Figura 2	Representação do contrato de formação profissional.....	147
Figura 3	Composição da Essência Sêmica.....	216
Figura 4	Composição da Interação Intrapessoal.....	222
Figura 5	Composição da Interação Interpessoal.....	223
Figura 6	Dispositivo de <i>mise-en-scène</i> da linguagem.....	226
Figura 7	Composição da Substância Sentidural.....	234

LISTA DAS SIGLAS

AD	Análise do Discurso
ALAB	Associação Brasileira de Linguística Aplicada
CFE	Conselho Federal de Educação
CLC	Teoria da Consciência Linguística Crítica
COMUNI	Comunidade Universitária
CSE	Conselho Superior de Educação
DA	Discurso Acadêmico
DAC	Discurso de Aplicação da Ciência
DC	Discurso Científico
DCA	Discurso da Ciência Aplicada
DE	Discurso Epistemológico
DEC	Discurso Epistemológico da Ciência
DIU	Discurso Institucional Universitário
DP	Discurso Pedagógico
DUI	Discurso Universitário Institucional
Euc	Sujeito Comunicante
Eue	Sujeito Enunciador
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
LA	Linguística Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases para a Educação
MEC	Ministério da Educação
SESU	Secretaria de Ensino Superior
TAF	Teoria dos Atos de Fala
TE	Teoria da Enunciação
TPE	Teoria Polifônica da Enunciação
TS	Teoria Semiolingüística
Tud	Sujeito Destinatário
Tui	Sujeito Interpretante

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

“As pesquisas que tentaram construir um modelo de linguagem sem qualquer relação com o locutor e o ouvinte, e assim hipostatizam um código separado da comunicação efetiva, correm o risco de reduzir a linguagem a uma ficção escolástica” (JAKOBSON, 1961)¹

1. A contextualização da pesquisa

A idéia desta pesquisa surgiu com a motivação de descrevermos o discurso que se constitui na universidade. Para chegar a essa descrição, tivemos que estabelecer um recorte; decidimos, pois, focar a formação de professores de línguas e, nessa perspectiva, examinar como se organiza esse discurso no Curso de Letras. Nossa preocupação, então, passa a ser a de caracterizar o *Discurso Universitário Institucional* (DUI), porque o seu funcionamento ocorre por um processo de normatização, instaurado na vigência legal de um curso.

A preocupação teórica inicial foi circunscrevermo-nos em uma corrente de estudos discursivos, que nos permitisse, inclusive, pensar na possibilidade de estabelecermos rotas metodológicas de análise para o DUI. Entretanto, o que nos chamou a atenção, em um primeiro momento, foi a necessidade de demarcar as fronteiras da Análise do Discurso (AD) enquanto campo científico de investigações acerca do discurso. Nesse sentido, concordamos com a posição de Bouacha (1984) quando discute sobre a abrangência² da AD, enquanto área do conhecimento, além da necessidade de se demarcar esses estudos em nível metodológico.

Passamos a questionar, então, um ponto de vista apresentado por Maingueneau (1976) ao afirmar que “a AD se constitui através de um trabalho de bricolagem” e que por isso ainda está num estágio em que “experimenta um pouco todos os instrumentos

¹ Nossa tradução do original em inglês:

Attempts to construct a model of language without any relation either to the speaker or to the hearer, and thus to hypostasize a code detached from actual communication, threaten to make a scholastic fiction out of language. (JAKOBSON, 1995: 495)

² Para tentar demarcar fronteiras para essa abrangência, construímos um glossário (pp. 201-237) com os principais conceitos utilizados ao longo deste trabalho, estabelecendo designações de uso e apontando a posição de alguns autores da área.

metodológicos disponíveis”³. Entendemos que possa ter sido uma posição sincrônica deste autor, no entanto percebemos que essa postura ainda perdura em alguns estudos realizados até a segunda metade da década de noventa, no século XX. Coracini (1991a), por sua vez, argumenta que esses diferentes pontos de vista sobre a AD decorrem de uma diversidade de concepções de linguagem, língua e sujeito.

Nessa perspectiva é que decidimos circunscrever nossa pesquisa no escopo teórico da Teoria Semiolingüística (TS) de Patrick Charaudeau, sobre a qual lançamos um olhar epistemológico, entrecortando-a no arcabouço de outras correntes que estudam o discurso. Observamos, também, a necessidade de formalizarmos teoricamente o DUI, uma vez que, na literatura teórica consultada, encontramos trabalhos que versavam sobre este discurso a partir de outros lugares acadêmicos, a saber: i) da chamada AD francesa, a exemplo de Coracini (1991b), Villarta-Neder (1995), Vieira (1997), Amarante (1998), Pietri (1998) e Martins (1998); ii) da retórica, como é o caso de Bouacha (*op.cit.*); e iii) da filosofia da educação, a partir dos trabalhos de Bettini (1984), Schmitz (1984), Kourganoff (1990), ou ainda, Wolf (1993). Assim, além da TS, consideramos também as referências citadas que, de alguma maneira, já lançaram um olhar sobre o DUI.

Na sugestão de rotas metodológicas para uma análise do DUI, estabelecemos interfaces com a própria TS, com a Lingüística Aplicada (LA) – através dos procedimentos da pesquisa de caráter etnográfico e com referenciais teóricos concernentes a outras correntes da AD. Essas rotas, entretanto, representam possíveis percursos teórico-metodológicos para abordarmos este discurso. Descrivê-lo, formalizando-o teoricamente e caracterizando-o tipologicamente, torna-se, pois, o desafio a perseguir nesta pesquisa, com o intuito de explicitar elementos para futuras reflexões sobre a genealogia da formação do professor de línguas.

Enfocaremos, a seguir, o problema de investigação configurado para esta pesquisa, ou seja, uma descrição teórica do DUI.

³ Nossa tradução do original em francês:

L'analyse du discours se constitue par un travail de 'bricolage'... elle n'en est encore qu'au stade où elle essaie un peu tous les outils méthodologiques disponibles. (Maingueneau, 1976: 21)

2. A construção da investigação

Para descrever teoricamente o DUI, começamos por uma observação lingüístico-discursiva de suas manifestações num curso de graduação em Letras e num programa de mestrado em Lingüística de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). A partir desta observação, estabelecemos alguns índices sobre os quais construímos nossa formalização teórica, a saber: os interdiscursos, as vozes, os sentidos e os enunciados constitutivos do discurso de professores-formadores em serviço, manifestados sob o crivo da instituição – universidade – e expressos através de sua produção acadêmica, da participação em reformas curriculares e da produção documental reguladora do funcionamento dos cursos supracitados na instituição. Nossa hipótese inicial é que, tomando esses índices como referências epistemológicas, podemos conceber uma base teórica para esse discurso, considerando o potencial de significação dos sentidos atribuídos nesses contextos.

Portanto, é nessa dimensão atributiva do discurso que se funda o processo de formalização que tentaremos construir neste estudo. Tal dimensão nos encaminha para um percurso conceitual, calcado em uma referencialidade teórica situada na TS. O caráter conceitual, não obstante, é permeado por uma caracterização designativa, expresso no detalhamento dos elementos constituintes dos conceitos. A partir desse detalhamento, evidenciam-se traços determinantes das condições de ocorrência desses conceitos, bem como de propriedades inerentes a essas condições, que os particularizam, pontuando suas especificidades. Assim, iremos direcionar nossa trajetória conceitual na formalização teórica do DUI.

Esses conceitos, por sua vez, se constroem numa heterogeneidade teórica porque contemplam elementos de diferentes referenciais acadêmicos. Entretanto, eles estão situados em uma familiaridade epistemológica convergente e compatível em sua gênese filosófica, porque foram tecidos a partir de um lugar discursivo distinto – a TS – no olhar para um espaço discursivo, também distinto – a universidade enquanto instituição acadêmica. Além disso, tal conceituação é dicotomizada numa sincronia/diacronia teórico-pragmática, delineada pela natureza dos acontecimentos discursivos que serviram de referência no processo de concepção, tais sejam: os artigos científicos, as reformas curriculares, ou ainda, a dinâmica das ações acadêmicas representadas através das resoluções. Dessa maneira, a extensão conceitual, decorrente da dialética e da heterogeneidade dessas condições, origina

sinais discursivos indicadores de categorizações, taxionomias e deslocamentos terminológicos. É nesse amálgama de condições enunciativas que pretendemos instaurar essa descrição teórica do DUI, ora referencializando o empirismo de ocorrências, ora constituindo referências outras, a partir de uma interpretação desses acontecimentos.

No que tange aos encaminhamentos teórico-metodológicos pertinentes a uma análise do DUI, trabalharemos com a perspectiva da construção de imagens, entrecortando os referenciais teóricos com os acontecimentos discursivos inerentes a este discurso. Para essa construção, propomos a explicitação de processos identitários referentes às relações *teoria - acontecimentos discursivos - sujeitos*, tomando por base a regularidade de ocorrências dessas relações em construções objetivas, decorrentes das manifestações deste discurso. Chamamos de construções objetivas situações postas, interferências, oscilações ou prescrições, determinantes e determinadas no funcionamento dos processos enunciativos neste discurso. Nessa perspectiva, sugerimos transposições teóricas, comparações de procedimentos e associações de hipóteses, conjugadas para interpretar possíveis efeitos de sentidos, subjacentes à superfície enunciativa deste discurso. Assim, nessa exploração de imaginários sociodiscursivos, subjacentes às práticas acadêmicas na universidade, esperamos poder abrir caminhos epistemo-pragmáticos para se analisar o DUI.

Na seqüência, apresentaremos as hipóteses que nortearão a construção deste estudo.

3. O inventário de hipóteses

A primeira hipótese que nos ocorreu, por ocasião da concepção desta pesquisa, foi a de que existiria um discurso na universidade, dito acadêmico, mas regulado por interesses políticos inerentes a um grupo de indivíduos, circunscritos em relações de poder de natureza institucional. Essa hipótese nos remetia à idéia de que esse discurso acadêmico universitário se distanciava da concepção platônica de academia, *grosso modo*, voltada para a pesquisa original e concebida como conjugação de esforços de um grupo, que vê no conhecimento algo vivo e dinâmico. Entretanto, tal hipótese se aproximava mais da concepção aristotélica de academia em que, de um modo geral, para se atingir uma certeza científica, é preciso construir normas que permitam demonstrações.

Nessa perspectiva, surge, então, uma segunda hipótese, na qual existiria um discurso acadêmico institucional, distinto do discurso acadêmico. O primeiro seria

orientado para a construção de encadeamentos lógicos de percepção, rumo a um processo de asseveração do conhecimento, através da demonstração de princípios. Já o segundo seria fundado na busca contínua de conhecimentos, na reformulação permanente e na multiplicação das vias de abordagem dos problemas.

No entanto, continuando nossas reflexões, percebemos que, na *praxis* universitária, os discursos supracitados se entrecruzam no fazer científico. Assim, emerge uma terceira hipótese, a de que, então, existiria um discurso universitário institucional que comportaria uma cientificidade acadêmica investigativa, regulada por um formalismo teórico-normativo prescrito. Neste trabalho, pretendemos descrever a natureza teórico-normativa deste discurso, com o intuito de caracterizá-lo enquanto tipologia discursiva.

A seguir, apresentaremos as características metodológicas que pretendemos utilizar para descrever teoricamente o DUI.

4. O desenho da pesquisa

Optamos por uma pesquisa qualitativa interpretativista analítico-descritiva para caracterizar o DUI enquanto tipologia discursiva. Acreditamos que tal opção se justifica porque utilizamos um *corpus* para examinar as possibilidades de formalização teórica das evidências discursivas percebidas no mesmo. A partir desse exame, partiremos para uma descrição deste discurso, interpretando as filiações teóricas subjacentes ao mesmo.

A pesquisa é qualitativa porque, para formalizar teoricamente o discurso em estudo, analisaremos a natureza de suas ocorrências através dos dados coletados em uma IFES. Nesta análise, procuraremos inventariar o potencial de conceitos imanentes às manifestações do mesmo. Esta análise preliminar fomentou o processo de formalização teórica, tomando como enfoque as seguintes noções discursivas: os interdiscursos, as vozes, os sentidos e os enunciados.

Entendemos que esta pesquisa é também interpretativista, porque a tecitura dos conceitos na formalização teórica do discurso em estudo emerge de um olhar epistemológico sobre uma teoria do discurso que se entrecruza na constitutividade de outros elementos teóricos complementares. Este olhar funciona como suporte para a instauração de um construto teórico, resguardando a convergência científica dos elementos conjugados e

atribuindo-lhe uma familiaridade filosófica. É através da interpretação das possibilidades de conjugação desses elementos que se instaura a descrição teórica objetivada neste estudo.

Já o caráter analítico se fundará pelos aspectos de pormenorização, detalhamento e indicação de especificidades das ocorrências do discurso em estudo, como rota procedural para a construção de sua formalização teórica. O exame destes aspectos poderá abrir caminho para o estabelecimento de inter-relações entre a organização discursiva das manifestações deste discurso e o escopo teórico colocado como referência na constitutividade desta formalização. Essas inter-relações compreenderiam as premissas de legitimidade, endosso e objetividade das manifestações enunciativas do discurso em estudo.

Na seqüência, inferimos que esta pesquisa é, enfim, descritiva, porque a utilização de um *corpus* terá como função caracterizar, designar e categorizar regularidades de ocorrência de um discurso em um determinado espaço linguageiro. Pretendemos que essa caracterização seja decorrente de uma dinâmica de atributividade de traços constitutivos para o DUI, tomando por base a construção de representações, motivadas na ação contínua das manifestações do imaginário sociodiscursivo do sujeito pesquisador, na interação com os elementos postos e pressupostos na superfície enunciativa deste discurso. A designação e a categorização seriam funções subseqüentes de uma formalização dessas representações, definidas em seus aspectos terminológicos e classificatórios.

Dando continuidade à reflexão sobre o desenho desta pesquisa, abordaremos a questão do *corpus*.

4.1. O papel do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa constitui-se de cinco elementos que estamos considerando como manifestações discursivas do DUI, coletados numa IFES, a saber:

- i) as publicações dos membros da Comunidade Universitária (COMUNI)⁴ no periódico especializado em estudos da linguagem, editado pela instituição;
- ii) três entrevistas realizadas com professores que participaram dos processos de alteração curricular na instituição;

⁴ Estamos chamando de COMUNI, no âmbito deste trabalho, os professores efetivos em serviço. Tal terminologia, em outros contextos, também é utilizada para indicar os sujeitos que atuam na universidade. Nossa restrição se justifica pelo propósito de pontuar o DUI e suas manifestações.

- iii) a resolução acadêmica do programa de mestrado em Linguística que define os núcleos temáticos e as linhas de pesquisa;
- iv) as grades curriculares do curso de graduação em Letras; e
- v) as fichas de disciplinas dos componentes curriculares do curso de graduação em Letras.

Como o objetivo desta pesquisa é descrever teoricamente o DUI, formalizando-o enquanto tipologia discursiva, esse *corpus* tem duas funções no escopo deste trabalho, tais sejam:

- i) elemento motivador de uma análise preliminar, cujos parâmetros a serem formalizados teoricamente em nossa descrição tipológica do discurso em estudo serão definidos; e
- ii) elemento de ilustração na proposição de rotas metodológicas para análise deste discurso e em um encaminhamento de análise a ser apresentado no capítulo 5.

No entanto, convém não silenciarmos que a análise deste *corpus* não se configura entre os objetivos desta pesquisa. A análise preliminar que realizamos, e que não é apresentada neste trabalho, serviu-nos de procedimento metodológico investigativo para definirmos como construiríamos nossa formalização teórica. Entretanto, não nos furtaremos de descrever como procedemos a esta análise, até para melhor contextualizar como definimos os parâmetros que deram origem à formalização, a saber:

- i) Primeiramente, fizemos um levantamento das teorias mencionadas nas fichas de disciplinas das grades curriculares, através de um processo de associação comparativa de sentidos, observando a natureza dos sentidos expressos nos objetivos, na ementa, nos programas e nas referências bibliográficas de cada ficha;
- ii) Em seguida, construímos um inventário das prováveis formações discursivas imanentes aos componentes curriculares, a partir deste levantamento;
- iii) Concomitantemente, realizamos um levantamento dos atos de linguagem, subjacentes às falas dos professores entrevistados, e selecionamos alguns enunciados constituintes desses atos, a partir da observância de sua regularidade de ocorrência, e de prováveis relações com o levantamento anterior realizado com as fichas de disciplinas;

- iv) Na seqüência, procedemos a uma escansão interpretativa examinando os artigos publicados pelos professores em serviço, no periódico da Instituição, observando as correntes teóricas nas quais esses artigos se filiavam, e comparando-as com o levantamento realizado nas fichas;
- v) Depois, examinamos a resolução que apresenta as linhas de pesquisa do programa de mestrado em Lingüística da Instituição, comparando-a com o levantamento das fichas e o exame dos artigos;
- vi) A partir desses elementos, definimos os parâmetros que entrecortariam as noções discursivas utilizadas na formalização teórica do discurso em estudo, tais sejam: a) os enfoques conceituais; b) os direcionamentos epistemológicos; c) as ações pedagógico-metodológicas; d) as projeções acadêmicas; e e) a orientação política do *fazer-ciência*.

5. Considerações finais

Reconhecemos que a estrutura deste trabalho não segue o estilo tradicional de encaminhamento de pesquisa, com apresentação de um problema, fundamentação teórica, metodologia, análise de *corpus* e conclusões. Entretanto, entendemos que, embora deslocados da seqüência vigente, estes elementos se farão presentes no trabalho, com a seguinte configuração:

- i) consideraremos como nosso problema a descrição teórica do DUI, formalizando-o enquanto tipologia discursiva;
- ii) construiremos uma formalização teórica através do olhar epistemológico que teceremos em torno da TS;
- iii) apresentaremos a metodologia através da contextualização da pesquisa, da descrição sobre como a investigação foi construída e da reflexão sobre a definição da formalização teórica;
- iv) exemplificaremos a análise do *corpus*, que aqui aparece, repetimos, como ilustração de uma possibilidade de leitura dos dados, embora não tenha sido um dos objetivos da pesquisa; e, por fim,
- v) sugeriremos algumas conclusões que, a nosso ver, embora não estejam formalizadas na superfície textual, compõem o interdiscurso, tanto da

formalização teórica, quanto da indicação de possibilidades metodológicas ou do encaminhamento de análise apresentado.

Nessa perspectiva, a organização dos capítulos será construída com o seguinte percurso: no capítulo 1, delimitaremos as fronteiras da pesquisa, fazendo uma descrição da rota teórica de construção da caracterização tipológica do DUI; já no capítulo 2, discutiremos o referencial teórico centrado na TS, da qual destacaremos os atos de linguagem, o contrato de comunicação, as instâncias actanciais do contrato e os modos de organização do discurso; quanto ao capítulo 3, apresentaremos os fundamentos para uma formalização teórico-epistemológica do DUI; no capítulo 4, apresentaremos alguns “percursos metodológicos” para uma análise do DUI; no capítulo 5, encaminharemos a análise de uma amostra do DUI, como ilustração das categorias propostas no capítulo 3, verificando a validade das mesmas; e, por fim, concluiremos, fazendo alguns comentários acerca da tipologização do DUI.

CAPÍTULO 1

FRONTEIRAS DA PESQUISA

CAPÍTULO 1 – FRONTEIRAS DA PESQUISA

“Pois o que pode ser opressivo num ensino não é finalmente o saber ou a cultura que ele veicula, são as formas discursivas através das quais ele é proposto.” (BARTHES, 1978: 43)

1.1. Considerações gerais

O objetivo desta pesquisa é construir uma descrição teórica para o DUI. Ao elaborar esta construção, temos a expectativa de formalizar uma caracterização tipológica deste discurso. Para tal formalização, situamo-nos no lugar discursivo da TS e a partir dele estabelecemos algumas interfaces com outras correntes da AD – a corrente histórico- ideológica da Escola Francesa de AD e a *Teoria da Consciência Lingüística Crítica* (CLC) da chamada Escola Britânica de AD.

Além disso, fomos buscar alguns subsídios complementares e coadjuvantes na filosofia, através da *Teoria Consensual da Verdade* de Jürgen Habermas e no *Novum Organum* de Francis Bacon. No processo de meta-discussão sobre a pesquisa científica, fazemos algumas alusões à área de Lingüística Aplicada (LA), quando nos referimos ao fazer científico transdisciplinar nas áreas da linguagem. Para discutir alguns aspectos da legislação universitária, no tocante à prática acadêmica, tomamos como suporte de consulta e referência as leis nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 e nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Neste capítulo, pretendemos descrever a rota teórica que rasteamos para esboçar uma formalização tipológica do DUI, além de explicitarmos quais as fronteiras que delineamos, no âmbito desta pesquisa, para descrever teoricamente este discurso.

1.2. Perseguindo uma rota teórica

Considerando que a prática científica é fundada no suporte das instituições teóricas e que a utilização dessas teorias embasa procedimentos de aplicação em diversas áreas do conhecimento, é possível instaurar uma transversalização da ciência com os fatos do cotidiano. Essa transversalização constitui um discurso que se bifurca em quatro vertentes enunciativas: i) o Discurso Científico (DC); ii) o Discurso

Epistemológico da Ciência (DEC); iii) o Discurso de Aplicação da Ciência (DAC); e iv) o Discurso da Ciência Aplicada (DCA). Tais manifestações discursivas são cotejadas como representações do Discurso Acadêmico (DA).

O DC se circunscreve em diferentes formações discursivas⁵, porque tanto aparece em nível pragmático-institucional, quanto filosófico-fundador das práticas investigativas de indivíduos em uma sociedade. Ao se manifestar da primeira forma, aparece, através de registros institucionais, revelando as bases da *praxis* acadêmica de um determinado grupo de sujeitos, vinculados a uma instituição. Ao se constituir da segunda maneira, evidencia a natureza das filiações epistemológicas e inserções discursivas, inerentes ao fazer científico desse grupo.

Já o DEC diz respeito à natureza filosófica em que se funda uma área do conhecimento, formalizando suas bases genealógicas e seus suportes lingüísticos, psicológicos, educacionais e técnicos. Quanto ao DAC, este parte de uma fundamentação teórica, para utilizar esses elementos em situações do cotidiano, ou inseri-los em diferentes enfoques, relacionados a diversas áreas do conhecimento. Com relação ao DCA, trata-se de um discurso que se funda em questões que emergem em uma determinada prática diagnosticada e que, a partir da inserção teórica de elementos, servem de andaimes científicos a essas práticas, fazendo nelas emergirem percepções teóricas, neste caso, advindas de diagnósticos e proscritas na realidade vivida pelos sujeitos.

Como podemos observar, essas manifestações discursivas são fundadas na gênese do DA. Quando esse DA torna-se um acontecimento contextualizado na instituição “universidade”, emerge, então, o DUI, foco de nossa investigação. Antes, porém, de situarmos os lugares teóricos desses discursos e suas conseqüentes interfaces com o DUI, realizaremos uma reflexão teórica sobre o discurso e sua análise. Nessa discussão, pretendemos contextualizar uma leitura do estado-de-arte da AD, bem como evidenciar os lugares de onde estaremos construindo uma caracterização tipológica para o DUI.

⁵Delinear-se-ão os estudos sobre *formações discursivas*, nesta pesquisa, a partir da conceitualização feita por Foucault (1969) quando afirma que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlação, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 1987a: 43) (O grifo é nosso)

1.2.1. Algumas considerações sobre o discurso e sua análise

O Discurso tem sido estudado em diferentes vertentes, que vão desde sua concepção enquanto *sinônimo de “fala”* até sua caracterização *enquanto processo em que o lingüístico e o social se articulam, objeto ao mesmo tempo social e histórico onde se confrontam sujeito e sistema* (CORACINI, 1991b: 334-337). A autora citada ainda apresenta outras concepções como as de: i) *unidade transfrástica*; ii) *conjunto de textos escritos e produções orais numa determinada área de conhecimento e no âmbito da comunicação*; iii) *modelo (matriz) a que se conformam os textos*; ou ainda iv) *apropriação da linguagem pelo sujeito*; v) *lugar de “mise-en-scène” da significação que pode utilizar um ou vários discursos*; e, por fim, vi) *análise da organização das falas*. Como podemos observar, a amplitude de concepção do discurso traspassa diversos campos de estudos da linguagem e das ciências humanas e sociais; entretanto é preciso tomarmos cuidado no sentido de ter clareza da delimitação das fronteiras teóricas da AD.

A discussão sobre as possíveis correntes teóricas da Análise do Discurso (AD) é polêmica e controversa, uma vez que algumas áreas da linguagem, por questões de ordem político-acadêmica, se recusam a aceitar que, em seus escopos teórico-metodológicos, exista um fazer acadêmico vinculado a este campo de estudos da linguagem. Sem querer suscitar críticas ou aguçar essas controvérsias, consideramos como vertentes da AD, nesta reflexão, seis correntes teóricas, cujas pesquisas se demarcam nos estudos sobre o discurso. São elas:

- i) a Análise Conversacional, entendida como sendo uma vertente anglo-americana da AD;
- ii) os estudos em Lingüística Transfrástica, inaugurados por Harris em 1952, e que são considerados como estudos fundadores do discurso;
- iii) a Escola Francesa de Análise do Discurso, uma corrente que comporta os seguidores da teoria da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux em suas diversas versões, extensões e atualizações;
- iv) a Análise Semiolingüística do Discurso, uma corrente na qual se inserem os seguidores da Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau e que vem sendo denominada de Lingüística do Discurso;

- v) a chamada Escola Britânica de Análise do Discurso, na qual se circunscrevem os seguidores da Teoria da Consciência Lingüística Crítica (CLC) de Noam Fairclough, também chamada de Análise Crítica do Discurso; e
- vi) a abordagem modular de Análise do Discurso, postulada por Eddy Roulet (Escola de Genebra).

Malidier (1994) situa a chamada AD Francesa em dois pólos, de acordo com a natureza teórica dos estudos do discurso, a saber: um pólo com ênfase nos aspectos lingüísticos, representado pelos pesquisadores que seguem a orientação teórica preconizada por Jean Dubois, fundada na Lingüística e na Gramática Gerativo-Transformacional, e com forte influência da Lingüística Transfrástica; e um pólo com ênfase nos aspectos filosófico-históricos, também influenciado pela Lingüística Transfrástica, representado pelos pesquisadores que seguem a orientação teórica de Michel Pêcheux. Outra face dessa controvérsia se situa na natureza das interfaces, nas quais os estudos sobre o discurso se centram. Mas, como para contradizer a categorização de vertentes supracitadas, há pesquisadores que afirmam existir uma outra segmentação, no que se refere à Escola Francesa de AD, tal seja:

- a) a Escola Francesa de AD de corrente histórico-ideológica, cujas influências teóricas se situam na Lingüística da Enunciação e no Marxismo;
- b) a Escola Francesa de AD de corrente sócio-psicanalítica, mais especificamente da Teoria Psicanalítica de Jacques Lacan; e
- c) a Escola Francesa de AD de corrente pragmático-lingüística, com bases teóricas na Semântica Argumentativa, na Teoria dos Atos de Fala e na Etnometodologia.

Já Maingueneau (1987: 21) divide a AD em duas gerações, a saber: a “primeira geração” – situada nos estudos realizados nos fins dos anos sessenta e início da década de setenta – “*que procurava essencialmente colocar em evidência as particularidades de formações discursivas (...) consideradas como espaços relativamente auto-suficientes, apreendidos a partir de seu vocabulário*”; e a “segunda geração”, ligada às teorias enunciativas. Nessa perspectiva, convém aludir à posição apresentada por Machado (1991: 45), que insere a TS nessa segunda geração. A autora situa a TS na “*problemática linguageira*”, diferenciando-a das correntes que abordam, essencialmente, os aspectos

“sociológicos ou psicossociológicos”, com a ressalva de que alguns “*pontos de vista dessas disciplinas*” seriam absorvidos por esta teoria.

A esse respeito, Charaudeau (1995: 110)⁶ afirma que uma abordagem do discurso “*é por necessidade pluridisciplinar*”. Ele quer dizer que “*uma abordagem do discurso se situa em diversas filiações*”, e cita exemplos destas (no caso da semiolinguística), que são áreas independentes como a pragmática, a psicossociologia, a retórica e a ideologia. Percebemos, então, que, embora as abordagens do discurso tenham seus escopos teóricos estabelecidos distintamente, é possível encontrar em suas filiações elementos independentes vindos de outras áreas.

É preciso reiterar, e com muita ênfase, que essa categorização de vertentes não é nem pontual nem distintiva, uma vez que entre os escopos teóricos dessas correntes podem ocorrer divergências terminológicas e convergências filosóficas e vice-versa, assim como também podem ser encontradas identidades terminológicas e decorrências filosóficas diferenciadas, além de um amplo espaço de deslocamentos ou leituras adversas, em torno de conceitos co-ocorrentes.

As pesquisas em AD, via de regra, têm se ocupado em analisar:

- i) o quadro das instituições em que o discurso é produzido;
- ii) os embates históricos, sociais, religiosos, entre outros, que se cristalizam nos discursos inerentes às instituições;
- iii) estudos sobre o espaço enunciativo que cada discurso configura para si mesmo e na relação com outros discursos; além de
- iv) estudos sobre as práticas languageiras do cotidiano.

A natureza teórico-filosófica dessas análises tem revelado que a AD considera o fenômeno da linguagem como um elemento inerente – e por isso integrado e entrecortado – a qualquer complexo de atitudes e representações, não necessariamente individuais nem universais, relacionado às práticas socioculturais e históricas dos sujeitos. Para melhor compreender a dimensão das pesquisas em AD, discutiremos três exemplos contextualizados em três construtos teóricos distintos.

⁶ Nossa tradução do original em francês:

Une telle approche du discours se situe donc dans diverses filiations: pragmatique, psychosociologique, rhétorique-énonciative, voire socio-idéologique. Elle est par nécessité pluridisciplinaire.

O primeiro exemplo é a caracterização do Discurso Pedagógico (DP) formalizada por Orlandi (1987). A autora parte de uma distinção do funcionamento de três tipos de discurso – o lúdico, o polêmico e o autoritário. A partir dessa orientação, ela evidencia o caráter autoritário do DP, que se funda no percurso escrito da comunicação pedagógica, na qual “*o professor ensina algo para o aluno na escola*” (ORLANDI, *op.cit.*: 16).

Na perspectiva desse discurso, existe “*uma imagem de professor que inculca uma metalinguagem/uma ciência/um fato para um aluno inscrito num aparelho ideológico*” (ORLANDI, *op.cit.*:16). Nessa análise, a autora utiliza a técnica de imagens, do estudo de formações imaginárias de Pêcheux, para explicitar as relações autoritárias do processo de comunicação pedagógica. A explicitação se desenvolve a partir de uma reflexão sobre as “leis do discurso”⁷ de Ducrot (1972), para situar a escola como um espaço de reprodução cultural e sede absoluta do DP.

O segundo exemplo é o trabalho de Charaudeau (1997), no qual ele postula o discurso da informação mediática como a construção de um espelho social. Nesta pesquisa, o autor tece, às luzes da TS, uma reflexão sobre a informação como discurso, considerando os conceitos de imaginário de saber e imaginário de poder. Além de definir o “discurso da informação”, ele apresenta os fundamentos e conseqüências deste discurso, naquilo que ele denomina de “máquina mediática”.

O terceiro e último exemplo é a análise de Fonseca (1999), que trabalha o discurso literário sob a perspectiva das “literaturas de espaços colonizados”. A autora parte do conceito de discurso literário de Reis (1995), que o define como “*um conjunto de mensagens derivadas, em termos institucionais e em termos técnico-enunciativos, de uma formação discursiva superior, que é a linguagem literária*”. Ela articula esse conceito com pontos de vista de outros autores, como Barthes (1988), Eco (1983), Bakhtin (1979), Iser (1976) e Maingueneau (1993), com o intuito de analisar os efeitos de interdiscursividade⁸, em textos da literatura francesa das Antilhas, da literatura africana de língua portuguesa e da literatura brasileira, produzidos por grupos sociais marginalizados, marcados por uma relação estreita entre o fazer literário e uma intenção política.

Como podemos observar, cada um dos exemplos supracitados enfoca o discurso sob uma perspectiva, a saber: o primeiro caracteriza o DP no quadro institucional da

⁷ O interesse, a utilidade e a lei da informatividade.

⁸ Relação de um discurso com outros discursos, no sentido de que todo discurso nasce de uma interação com outros discursos.

escola, o segundo projeta o discurso da informação mediática como um espelho social e o terceiro trabalha o discurso literário considerando os embates históricos dos processos de colonização. Em nossa pesquisa, caracterizamos tipologicamente o DUI como um discurso circunscrito em um quadro institucional – a universidade.

Nesta pesquisa, o discurso será tomado inicialmente em sua dimensão semiolinguística, que parte do lugar social no qual sujeito, linguagem, mundo real e um contrato de comunicação entre sujeitos, circunscritos em uma realidade social, articulam enunciados subjacentes a um gerenciamento de sentidos, fundados em modos de organização do discurso (CHARAUDEAU, 1983, 1992). Refletir sobre essa dimensão envolve uma interpretação das bases lingüísticas dessa área, oriundas da semiologia, da teoria dos atos de fala, da análise acuidada dos atos de linguagem e da amplitude “lingueira” decorrente da interação entre discursos, sem esquecermos os processos heterotrópicos⁹ resultantes do entrecruzamento desses discursos. A TS abrange o fenômeno da construção psico-sócio-lingueira dos sentidos, através da intervenção de um sujeito.

Essa formalização epistemológica abrange as perspectivas teóricas advindas de estudos sobre a constituição dos signos, a inserção dos mesmos na vida social e as construções lingüísticas que são decorrentes desse uso social dos signos. Assim, é possível conceber a TS como um conjunto de princípios fundados a partir de uma análise das ações dos sujeitos, na interação com a linguagem, em um processo de trocas de significados, permeados por uma construção de sentidos, que contempla uma intencionalidade destes, num quadro de ações que está inserido em um projeto de influências sociais. Conceber o discurso na dimensão semiolinguística é proceder a uma descrição pormenorizada das circunstâncias em que ocorrem os comportamentos lingüísticos, e, conseqüentemente, identificar e compreender quais as decorrências da movimentação de sentidos, que vão além dos significados, e que contemplam as características dos sujeitos envolvidos no

⁹ Estamos chamando de “heterotropia” o fenômeno discursivo que ocorre quando os sentidos estão sujeitos a deslocamentos de significação. Este conceito foi adaptado, a partir da idéia apresentada por Foucault (1966), quando afirma que:

As heterotropias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto ou aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a ‘sintaxe’, e não somente aquela que constrói as frases – aquela, menos manifesta, que autoriza ‘manter juntos’ (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. (FOUCAULT, 1995: 7-8)

processo de realização dos enunciados, quer pela influência de seus referenciais de representação de mundo, quer pela influência do meio social em que vivem.

Para construirmos uma interpretação epistemológica sobre a TS, recorreremos entre uma diversidade de filiações teóricas, a sentidos constituídos: i) na AD da corrente histórico-ideológica; ii) na Teoria da Enunciação (TE); e iii) em alguns princípios básicos de Epistemologia preconizados por Gellner (1974). Dessa diversidade de filiações, poderíamos citar, entre outras, a Teoria dos Atos de Fala (TAF) de John Robert Searle, a Teoria Polifônica da Enunciação (TPE)¹⁰ de Oswald Ducrot, e ainda, o conceito de naturalidade discursiva, circunscrito na CLC de Noam Fairclough. Nessa heterogeneidade de referenciais teóricos, tornou-se necessário estabelecermos algumas fronteiras para lançarmos esse olhar epistemológico sobre a TS, a saber: i) na identificação de similaridades conceituais; ii) nos recortes teóricos; e iii) na constitutividade abrangencial desses conceitos e recortes.

Essas similaridades dizem respeito a conceitos da TS que contemplam a mesma familiaridade epistemológica com conceitos da corrente histórico-ideológica, como é o caso dos conceitos de *mise-en-scène*, contrato de comunicação e realização linguageira, por exemplo, em que a familiaridade epistemológica é, respectivamente, similar aos conceitos de contexto enunciativo, lugar discursivo e processo enunciativo. Como podemos perceber, a familiaridade epistemológica desses conceitos se funda na TE, cujo objetivo é estabelecer uma espécie de semantização da língua, considerando a teoria do signo em conjunção com a chamada análise de significância.

Já os recortes teóricos contemplam enfoques específicos vinculados a interesses acadêmicos pré-determinados. Ao construir o conceito de *mise-en-scène*, Charaudeau procura focalizá-lo, essencialmente, em sua natureza sociodiscursiva, o mesmo acontecendo com a vinculação etnometodológica instituída no conceito de contrato de comunicação. Esses recortes específicos aparecem como elementos distintivos da TS, em relação à corrente histórico-ideológica, cujos enfoques teóricos estão circunscritos, principalmente, no marxismo e na psicossociologia¹¹.

¹⁰ A TPE é constituinte do escopo teórico da área de Semântica Argumentativa.

¹¹ Convém não silenciarmos que a TS também estabelece algumas filiações teóricas com esta área, ainda que de forma indireta, quando se refere à natureza dos comportamentos sociais nas instâncias actanciais do contrato de comunicação.

Quanto à constitutividade abrangencial, que diz respeito ao escopo aplicativo ou à abordagem acadêmica pretendida, referimo-nos à amplitude analítico-pragmática na qual o escopo teórico da TS e da corrente histórico-ideológica se inserem, proporcionando uma conjugação de aspectos de ordem histórica, social, lingüística, cultural e ideológica, imbricados na dialética teoria-prática, passíveis, portanto, de uma interseção epistemológica. Essa amplitude evidencia algumas diferenças, em nível de circunscrição teórica e procedimentos de análise nessas áreas. Assim, a TS enfatiza mais os aspectos de ordem social, lingüística e cultural, enquanto a corrente histórico-ideológica privilegia mais os aspectos de ordem histórica, lingüística e ideológica.

A nosso ver, e aqui está a justificativa principal das escolhas epistemológicas para esse olhar sobre a TS, o histórico contém o social, que é materializado e realizado linguisticamente através do lingüístico, da mesma maneira que o cultural contém o ideológico, também materializado no lingüístico, ou ainda, o histórico contém o social, que é cultural porque é ideológico, materializando-se através do lingüístico.

Na AD da corrente histórico-ideológica, buscamos, principalmente, as inter-relações entre cultura e ideologia, além de associarmos o social ao histórico. Observando essas inter-relações, percebemos que, no espaço discursivo da TS, elas se constroem no imaginário sociodiscursivo das instâncias actanciais do contrato de comunicação. Nessa perspectiva, a cultura também pode estar associada a um legado de práticas sociais, progressivamente organizadas em atitudes e posturas, que se estendem através da história. Entendemos que esse legado de práticas sociais representa uma relação imaginária dos sujeitos, que compõem uma visão de mundo, a partir de uma circunstancialidade factual, interpretada diacronicamente. Assim, o cultural é ideológico porque, além de ser sócio-historicamente constituído, apresenta-se como uma referência¹² para se pensar esse legado de representações e imagens, inserido no espaço social de circunscrição dos sujeitos.

Já na TE, entrecruzamos o conceito de enunciação com o contrato de comunicação e o funcionamento das trocas languageiras. *Grosso modo*, colocando a enunciação como situação de funcionamento da língua no escopo referencial de sujeitos envolvidos num processo interativo, sugerimos que o contrato de comunicação dimensiona as condições para esse funcionamento, referencializando-o enquanto produção de um discurso. Assim, tal funcionamento adquire uma função social que o referencia nas trocas languageiras.

Trocas estas, que por sua vez, se constroem na identidade de significações atribuídas pelos elementos integrantes da interação no processo enunciativo. A nosso ver, Charaudeau, na concepção da TS, amplia tanto a abrangência desse funcionamento da língua, quanto a dinâmica dessas significações na dispersão do espaço linguageiro.

Com relação aos princípios da Epistemologia, consideramos alguns conceitos utilizados por Gellner (1974) acerca da racionalidade e cientificidade das práticas científicas, tais sejam: i) a legitimação; ii) o endosso; e iii) a objetividade. A legitimação parte da relativização de um conhecimento em direção ao exame de critérios de validade em uma determinada teoria. Já o endosso contempla a seleção de variáveis teóricas, numa racionalização dos chamados “argumentos substanciais”¹³. Por fim, a objetividade, que diz respeito à constitutividade dos enunciados, quando inseridos na essência das situações. Através desses princípios, queremos construir um olhar epistemológico sobre a TS, com o intuito de asseverar seu escopo teórico enquanto arcabouço de análise do DUI, considerando os atos de linguagem, o contrato de comunicação, as instâncias actanciais desse contrato e os modos de organização do discurso, examinados a partir de manifestações enunciativas deste discurso.

Na seqüência, pontuaremos o lugar discursivo do DUI e suas relações com outros discursos.

1.2.2. Os lugares discursivos do DUI

Como foi apresentado anteriormente, nosso objetivo é construir uma descrição teórica do DUI enquanto tipologia discursiva, através de uma formalização conceitual de sua constitutividade epistemológica e de uma caracterização de suas manifestações. De um modo geral, concebemos este discurso como a formalização do conhecimento, na dinâmica dos sentidos de uma instituição universitária. Além disso, o DUI traz, em suas implicitudes, a intencionalidade de ações de membros da COMUNI dessa instituição e da relevância de teorias que são tomadas como referencial-base da *praxis* científica desses membros.

¹² Nesta perspectiva, nos circunscrevemos no ponto de vista de Ricoeur (1990:71) quando afirma que “a ideologia é ao mesmo tempo interpretação do real e obturação do possível”.

¹³ Tomaremos aqui a acepção de “argumento substancial” de Habermas (1978), que os define como “elucidações e justificações, conseqüentemente, unidades pragmáticas nas quais se combinam não proposições, mas atos de fala (quer dizer, proposições utilizadas em proferimentos)”.

Em nossa percepção, permeando a constituição do DUI, pelo menos seis outros discursos entrecruzam-se, em um imbricamento de sentidos que permeia, simultaneamente, bases filosóficas, hermenêuticas e pragmáticas, a saber: i) o DA; ii) o DE; iii) o DEC; iv) o DC; v) o DAC; e vi) o DCA. Integrando as bases filosóficas, estão o DE e o DEC; já nas bases hermenêuticas, temos o DA e o DC; e nas bases pragmáticas, o DAC e o DCA. É nesse amálgama de sentidos, configurados na alteridade desses discursos, que se funda o DUI.

Para conceituar esses discursos, buscamos subsídios na reflexão apresentada por Oliva (1990: 35-36) acerca da tarefa de se “*estabelecer nítidas fronteiras entre o modo de produzir teorias científicas e a suposta ilusão cognitiva gerada pelo especulativismo metafísico.*” O autor tem por objetivo:

mostrar como a estipulação do critério verificacionista de cientificidade consegue se justificar mais como denúncia dirigida a discursos depreciáveis como ideológicos do que como adequada reconstrução identificadora do tipo de significatividade que deve ser exibido pelos enunciados que pretendem fazer parte dos textos científicos.

Além desses subsídios que demarcam um dos lugares teóricos de concepção dos discursos supracitados, há também outros referenciais teóricos que dão respaldo acadêmico para essas concepções, a saber: i) Maingueneau (1987), em suas considerações sobre o discurso científico; ii) Feyerabend (1975), que reflete criticamente os movimentos epistemológicos, na trajetória evolutiva dos conceitos básicos nas ciências; iii) Lakatos (1979), quando dimensiona a amplitude teórica do conhecimento no fazer científico; além de iv) Coracini (1991a), em seu trabalho sobre o discurso subjetivo da ciência; e v) Bernstein (1990), através da reflexão que realiza em torno dos conceitos de relações de classes, códigos e controle, para uma percepção do discurso pedagógico.

Na seqüência, introduziremos esses conceitos, situando-os nas bases em que se heterogenizam para fundar o DUI.

As bases filosóficas compreendem direções do pensamento e princípios organizadores desse pensamento enquanto prática formal de investigação de fatos. Nessa perspectiva, concebemos o DE como sendo o resultado das manifestações dos sentidos em sua meta-existência, ou seja, a ocorrência da percepção desses sentidos com sua capacidade de provocar uma pluralidade de significações, de geração de novos princípios,

conceitos, definições, objetivos, fatores e correlações na dimensão geral do saber. Já o DEC abrange a magnitude dos sentidos, enquanto valor de verdade instituído entre uma variedade de significações, princípios, conceitos, definições, objetivos, fatores e correlações, que se inter-relacionam numa dimensão específica do saber, ou seja, esse discurso se funda na organização estrutural de axiomas, postulados e asserções geradoras de fenômenos, para representar um conhecimento posto, basilar, modelar e sistemático.

Analisando os dois conceitos elaborados acima, é possível inferir que o DE está relacionado com os meta-procedimentos do fazer científico, enquanto que o DEC organiza e estabelece relações entre elementos teóricos, no interior de um campo de conhecimentos.

Já as bases hermenêuticas dizem respeito a representações instituídas a partir de experiências realizadas ou de constatações factuais, que permitem emergir um universo conceitual, considerando a “autonomia relativa”¹⁴ dessas experiências e fatos. A partir desta percepção interpretativista, torna-se possível conceituar o DA como uma manifestação de sentidos, vinculada a um conjunto de conhecimentos inter-relacionados. Esses conhecimentos servem de base referencial para caracterizar os sentidos construídos por um determinado grupo de sujeitos, que compartilham de uma mesma postura acadêmica. Nessa mesma orientação, aparece o DC, concebido como uma rede de pressupostos teóricos, dispostos em um *continuum* de sentidos, que estabelece parâmetros acadêmicos para a inserção dos sujeitos nesse *continuum*, de acordo com um processo de identificação, adesão ou reconhecimento epistemológico dos mesmos nesse processo.

Convém explicitar a diferença que se instaura no âmbito desses dois discursos. Enquanto o DA diz respeito à circulação de sentidos em uma perspectiva pontual do fazer científico na COMUNI, o DC se materializa em uma perspectiva abrangencial, evidenciando a materialidade discursiva dos sentidos construídos na *praxis* acadêmica dos sujeitos, enquanto uma generalização do fazer teórico.

No que se refere às bases pragmáticas, estas estão relacionadas aos aspectos funcional, utilitarista e ajustável do fazer científico, ou seja, as ações acadêmicas têm em vista uma finalidade prescrita, a fim de gerar um conhecimento, via de regra, de natureza empírica, embora de caráter experimental e instrumental. Em decorrência disso, o fazer científico de base pragmática está quase sempre vinculado às “condições

¹⁴ Feyerabend (1989: 50) considera que na “autonomia relativa” *os fatos existem e a eles se pode chegar, independentemente de se ter ou não em conta alternativas de uma teoria a ser submetida a teste.*

de coerência”¹⁵ das experiências. Nesse âmbito, situa-se o conceito de DAC, que diz respeito aos sentidos voltados para uma operacionalização de aspectos teóricos, tendo como meta objetivos pré-estabelecidos pelos membros de uma COMUNI. Esses sentidos representam uma adequação e adaptação dos elementos teóricos, com vistas a uma aplicação prática dos mesmos em um determinado processo, que deverá se restringir aos alcances possíveis da teoria em uso.

Já o DCA possui uma outra rota de manifestação e movimentação dos sentidos ao longo do fazer científico. Neste discurso, os sentidos iniciais advêm de questões imanentes a uma prática constituída. A partir de uma formalização acadêmica desses aspectos pragmáticos é que se começa a instauração de um suporte teórico compatível com o fazer acadêmico proposto. Percebemos, portanto, que o DCA se constitui na dialética teoria-prática, apesar de circunscrever seu lugar fundador em uma *praxis* científica contextualizada e sócio-culturalmente instituída.

A diferença entre esses dois conceitos reside no lugar dos sentidos, na forma como eles se manifestam na enunciação. No DAC, os sentidos teóricos são prevaletentes em relação às suas aplicações práticas, enquanto que, no DCA, essa movimentação de sentidos emerge a partir de práticas sociodiscursivas dos sujeitos, para uma formalização teórica posterior.

Portanto, são esses lugares discursivos que demarcam as manifestações do DUI. Entretanto, para caracterizar tipologicamente este discurso, devemos explicitar os lugares de onde organizamos nossa abordagem teórica para construir essa caracterização. Na demarcação desses lugares, estabelecemos as fronteiras da pesquisa.

Em primeiro lugar, situemos a relação entre o sujeito e os sentidos: existe um sujeito-pesquisador, heterogêneo e polifônico, até porque comporta em sua alteridade os lugares de ex-graduando, professor e pós-graduando, respectivamente. No entanto, quando circunscrito no próprio DUI, este sujeito ocupa o lugar de pesquisador, para caracterizar um discurso, construindo representações, inclusive a partir desta alteridade. Dessa forma, temos imagens que o pesquisador constrói sobre cada um desses lugares, que são constitutivos de sua referencialidade enunciativa e decorrentes de sua leitura acerca das informações coletadas para ilustrar sua caracterização descritiva.

¹⁵De acordo com Feyerabend (1989: 47-48), as “condições de coerência” dizem respeito à exigência de que as hipóteses a serem interpretadas ou testadas em um certo ramo do conhecimento devem ajustar-se ao escopo teórico já existente.

Em segundo lugar, demarquem os lugares do pesquisador e sua pesquisa:

- i) para perseguir a rota teórica, circunscrevemo-nos no DEC, que possibilita a instauração de um arcabouço teórico;
- ii) esta circunscrição se funda na TS, traspassada por conceitos imanentes a outras correntes da AD, a exemplo dos conceitos de alteridade, anterioridade discursiva, apagamento, *clivagem*, esquecimento, silêncio, subjetividade, tensão, entre outros, da corrente histórico-ideológica da AD Francesa, além do conceito de naturalidade discursiva, da CLC;
- iii) para descrever, caracterizando tipologicamente o discurso em estudo, além da base teórica fundada na TS, buscamos subsídios na área de Filosofia do Ensino Superior, na *Teoria Consensual da Verdade* de Jürgen Habermas e nos aforismos preconizados por Francis Bacon, em sua obra *Novum Organum*;
- iv) ainda nessa caracterização, lançamos mão de alguns conceitos da Linguística Aplicada, a exemplo do conceito de etnografia, pesquisa transdisciplinar e algumas considerações sobre o processo de ensino-aprendizagem de línguas, nos moldes em que é preconizada pela Associação Brasileira de Linguística Aplicada (ALAB); e
- v) para apresentar encaminhamentos teórico-metodológicos de análise do DUI, circunscrevemo-nos no DAC e no DCA, que nos embasam para construirmos uma rota de procedimentos para exame deste discurso a partir da TS, além de outras sugestões encaminhadas que partem de acontecimentos fundados no espaço discursivo do DUI.

Observamos, pois, que, quando apresentamos as relações entre o arcabouço teórico e suas relações no escopo da pesquisa, marcamos as macro-instâncias do trabalho, enquanto que, quando evidenciamos as relações entre o sujeito-pesquisador e os lugares discursivos que fronteirizam a pesquisa, referimo-nos às micro-instâncias da mesma. Dessa maneira, por um lado, entendemos que nas macro-instâncias situam-se as escolhas teóricas e as direções epistemológicas a elas atribuídas no percurso acadêmico. Por outro lado, percebemos estar nas micro-instâncias a referencialidade discursiva instaurada a partir da relação sujeito-sentidos, neste caso, pesquisador-DUI.

Dando continuidade à construção de nossa rota teórica, abordaremos outros subsídios que servirão de suporte na constituição tipológica do DUI.

1.2.3. Algumas considerações sobre outros subsídios incorporados nesta rota teórica

Outros estudos teóricos servirão de base para as intravisiões, que deram origem aos conceitos supracitados. Começamos pela noção de enunciação a partir de Benveniste (1966), *grosso modo* considerada como o ato de colocar a língua em funcionamento, através de sujeitos, circunscritos em um contexto. Essa noção representa a trajetória do indivíduo, desde a sua interação intra-pessoal – relação cognitiva associada a uma percepção mental de sentidos – até a materialização desses sentidos na expressão e realização de enunciados com outros sujeitos – a interação inter-pessoal.

A noção de enunciação serviu de andaime para nosso olhar epistemológico sobre a TS, bem como funcionou como base de sustentação na discussão sobre a natureza dos enunciados nas manifestações discursivas do DUI. Tal noção também constitui o interdiscurso da descrição dos registros etnográficos, além de estar circunscrita no escopo teórico dos encaminhamentos metodológicos de análise para este discurso. Por se tratar de um dos conceitos básicos da AD, a enunciação é um elemento integrante do arcabouço teórico de várias vertentes de estudos sobre o discurso.

Outro conceito relevante para as concepções teóricas inferidas nesta pesquisa é a noção de heterogeneidades enunciativas de Authier-Revuz (1982), que representa uma multiplicidade de sentidos ancorados no significado dos enunciados. O estudo das heterogeneidades aparece como uma tentativa de explicitação da natureza discursiva da enunciação, tomando por referência os enunciados realizados. Nesse sentido, essas heterogeneidades emergem a partir de uma justaposição de significados, justaposição esta que vai se constituindo pelo seu uso e por suas transformações, revelando um jogo de implícitos, em nível de significações, subjacentes à superfície esquemática de sentidos dos enunciados realizados nos processos interativos.

A noção de heterogeneidades enunciativas se faz presente ao longo de todo este trabalho, tanto na perspectiva interdiscursiva de concepção deste percurso teórico, quanto na superfície discursiva do olhar epistemológico sobre a TS, na caracterização tipológica do DUI e em seus encaminhamentos analítico-metodológicos. Por ser uma

noção que nos remete aos processos de formação de um discurso em suas bases, as heterogeneidades enunciativas representam cadeias de palavras ou de enunciados que guardam um “já dito”, sendo, portanto, uma noção fundadora para os estudos acerca do discurso. Trata-se, pois, de um conceito multifacetado que serviu de base a várias instâncias teórico-metodológicas norteadoras desta pesquisa.

Na seqüência, abordaremos o conceito de alteridade, também tomado por referência a partir de Authier-Revuz (*op.cit.*). Para esta autora, a alteridade representa um imbricamento natural entre os discursos, ou seja, cada discurso se revela na existência de elementos de outros discursos e vice-versa. Isso significa que, ao mesmo tempo em que se pode considerar os sentidos de um discurso, imanentes a “outros”, pode-se também deslocá-los em função das especificidades enunciativas do mesmo. Da mesma forma, esses sentidos podem ser re-significados, reduzidos ou reatribuídos, de acordo com essas particularidades.

Nessa perspectiva, o conceito de alteridade foi utilizado neste trabalho para re-definir, re-construir, ou ainda, re-contextualizar noções e princípios da AD, para a caracterização tipológica do DUI. Em alguns momentos, é possível perceber re-dimensionamentos conceituais asseverados por uma pontuação filosófico-lingüística e vice-versa, com o intuito de marcar discursivamente uma dimensão epistemológica atribuída a esses conceitos, na caracterização tipológica do discurso em estudo. Reiteramos, também, que essa alteridade aparece tanto interdiscursivamente, quanto discursivamente na superfície enunciativa desses conceitos, até porque a percepção desse entrecruzamento circunstancial de discursos foi, inclusive, um elemento identificador da possibilidade de se estudar uma caracterização tipológica para o DUI.

A partir da leitura de Maingueneau (1987), surgem as primeiras colocações teóricas em torno do conceito de *clivagem*, que diz respeito a uma triagem de sentidos feitas pelo sujeito, considerando seus referenciais intra-epistemológicos - o sujeito Benvenisteano¹⁶ - e sócio-histórico-culturais - o sujeito Bakhtiniano¹⁷. O entrecruzamento desses dois referenciais age no sujeito, e este elabora sua percepção enunciativa dos sentidos, a partir de uma influência mútua, decorrente da alteridade do mesmo nos processos enunciativos.

¹⁶ Um *eu* que se caracteriza pela sua homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um *tu* - alocutário - opondo-se ambos à não-pessoa, *ele* (eu - tu X ele). (BENVENISTE,1966) – citado na bibliografia com a data da tradução em português (1989).

¹⁷ Várias vozes a falarem simultaneamente sem que uma delas seja preponderante e julgue as outras. (BAKHTIN – VOLOSHINOV, 1929) – citado na bibliografia com a data da tradução em português (1988).

Essa percepção, que é heterogênea, revela um construto discursivo, conseqüência dessa *clivagem* de sentidos realizada pelo sujeito. Tais percepções inserem esse sujeito em uma formação discursiva, que representa sua circunscrição em um conjunto de enunciados e atitudes, resultantes de uma mesma movimentação de sentidos. Assim, a utilização do conceito de *clivagem* vai ocorrer no plano meta-discursivo da concepção deste trabalho e será retomada, principalmente, no olhar epistemológico atribuído à TS.

Na seqüência, abordaremos a questão da subjetividade, situando-a em três manifestações: i) o sujeito benvenistiano; ii) o sujeito bakhtiniano; e iii) o lugar das vozes na subjetividade.

- i) O sujeito benvenistiano é actante no processo enunciativo e se funda na referencialidade, consciente ou não, de suas crenças e valores. Para interagir na situação enunciativa, este sujeito se apropria da língua para dizer algo. Além disso, está em Benveniste a significação enquanto instância discursiva de atribuição de sentidos realizada pelo sujeito. É no sujeito benvenistiano que surge a pressuposição cognitiva da intra-pessoalidade do indivíduo, em sua referencialidade discursiva, sugerindo a idéia de que o sujeito tem poder sobre a língua e de que esta se realiza através das marcas de subjetividade. Trata-se de um sujeito essencialmente referencial, que se constitui no processo enunciativo, através da interação.
- ii) O sujeito bakhtiniano se funda no fenômeno social da interação verbal, porque se constitui através de suas relações com o outro. Nessa perspectiva, este sujeito é polifônico no processo enunciativo, porque toma consciência de si através dos outros. Para Bakhtin, esse dialogismo intra e inter-pessoal é a condição constitutiva dos sentidos que são concebidos em práticas languageiras socialmente diversificadas e contraditórias. É nesse dialogismo que se entrecruzam “um discurso”¹⁸, “outros discursos”¹⁹ e “discursos outros”²⁰ na dinâmica da interação no processo enunciativo. Dessa maneira, temos um sujeito que tece seu discurso polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas que se complementam, se relativizam, ou se contradizem.

¹⁸ O discurso construído por ocasião do processo enunciativo.

¹⁹ Os discursos que traspassam o discurso construído no processo enunciativo.

²⁰ Os discursos aludidos no discurso construído no processo enunciativo.

iii) O lugar das vozes²¹ na subjetividade pode ser percebido em dois planos distintos, a saber: o constitutivo, em que a presença do outro é fonte de sentidos para o discurso do sujeito, manifestados consciente ou inconscientemente; e o aludido, em que o outro é conscientemente instituído como fonte de sentidos para o discurso do sujeito. No primeiro, o sujeito incorpora um “já dito” como constitutivo de seu discurso sob o crivo de seus referenciais, transpondo, deslocando ou traduzindo para seu discurso um amálgama de sentidos de “outros discursos”. Já no segundo, o sujeito se coloca na condição de “porta-voz”, recortando “discursos outros”, para conscientemente inseri-los em seu discurso. A partir desses dois planos, torna-se relevante marcarmos a idéia de *dupla orientação* no que tange à natureza das vozes no discurso. Vê-se, pois, de um lado, as vozes como sentidos evocados no amálgama de discursos imanentes à referencialidade polifônica dos sujeitos e, por outro lado, as vozes como marcas discursivas, reveladas na superfície dos enunciados, da circunscrição desses sujeitos em “outros discursos” e “discursos outros”.

Neste trabalho, a subjetividade é concebida como uma referencialidade polifônica intra e inter-pessoal, crivando as perspectivas de Benveniste e Bakhtin através das heterogeneidades enunciativas. Dessa maneira, entrecortam-se as perspectivas cognitivo-referencial e interativo-dialógica na dialética das relações *sujeitos-sentidos-outros sujeitos*, através da polifonia e polissemia dos discursos. Assim, as vozes aparecem como “*‘fios dialógicos vivos’ ... que, intertextualmente, colocados como constitutivos do tecido de todo discurso, têm lugar não ao lado, mas no interior do discurso.*” (BRANDÃO, 1991: 53)

1.3. Especificidades da pesquisa

A decisão por uma descrição teórica se justifica, inicialmente, pelo fato de não termos encontrado na literatura da área a que tivemos acesso nenhuma publicação que formalizasse o DUI enquanto tipologia discursiva. A nosso ver, essa formalização antecede uma análise de suas manifestações, até porque, na proposta teórica que apresentamos,

²¹ Convém não silenciarmos que não é nosso objetivo considerarmos “vozes” como sinônimo de “falas”, mas sim como discursos constitutivos e constituintes das falas dos sujeitos.

evidenciamos algumas especificidades, ainda não contempladas em nível teórico, no âmbito dos estudos discursivos, acerca do DUI. Entendemos que até seria possível analisá-lo a partir de uma aplicação teórica já existente, mas argumentamos que, neste caso, qualquer análise teria que se restringir apenas às limitações do escopo teórico escolhido.

A formalização teórica do DUI foi então construída a partir de quatro noções básicas dos estudos sobre o discurso, tais sejam: a interdiscursividade, a polifonia, os sentidos e os enunciados. Como já discutido na introdução, estas noções foram entrecruzadas com os parâmetros definidos, a partir de uma análise preliminar realizada com informações coletadas em uma IFES, em torno de manifestações discursivas deste discurso. Estamos conceituando essas manifestações como o discurso produzido por sujeitos circunscritos em uma instituição universitária, cuja produção se filia a processos de normatização, tais como:

- i) temáticas definidas para produção de artigos científicos;
- ii) normas gerais e específicas de publicação em periódicos institucionais;
- iii) regulamentação legal instituída para o funcionamento de cursos;
- iv) documentos oficiais que normatizam o funcionamento de cursos, a exemplo das grades curriculares, fichas de disciplinas e resoluções acadêmicas; e
- v) entrevistas, questionários e gravações, em áudio ou vídeo, de ações acadêmicas (aulas, reuniões, etc.) realizadas por sujeitos pertencentes a uma instituição universitária em contexto acadêmico-pedagógico.

A partir da análise²² preliminar realizada em um *corpus* coletado em uma IFES, inferimos os seguintes parâmetros que são, a nosso ver, relevantes para uma descrição teórica do DUI: i) os enfoques conceituais; ii) os direcionamentos epistemológicos; iii) as ações pedagógico-metodológicas; e iv) a orientação política do *fazer-ciência*. Para entrecruzar as noções básicas dos estudos sobre o discurso com estes parâmetros, construímos algumas inter-relações entre esses elementos para proceder à caracterização formal de caráter tipológico que pretendemos. Algumas foram abordadas de forma breve e pontual, a exemplo da questão das vozes, das projeções acadêmicas e da orientação política do *fazer-ciência*, porque nos restringimos a marcar suas funções no DUI, furtando-nos de detalhamentos em torno de sua constitutividade teórica.

²² Os procedimentos desta análise, bem como os elementos constituintes deste *corpus*, foram descritos na introdução, seção 4.1., pp. 7-9.

A justificativa dessa restrição pode ser explicada por duas razões:

- i) no caso da questão das vozes, existe um enorme legado teórico sobre os estudos em torno da polifonia, o que nos tornaria redundantes e repetitivos; e
- ii) com relação às projeções acadêmicas e à orientação política do *fazer-ciência*, seria necessária uma ampla discussão em torno de uma diversidade de conceitos na área de Epistemologia que seria, a nosso ver, tema para uma outra pesquisa.

Em outras inter-relações, como é o caso dos sentidos com os enfoques conceituais, os direcionamentos epistemológicos e as ações pedagógico-metodológicas, houve a possibilidade de uma descrição mais detalhada, conjugando, inclusive, conceitos relacionados a outras áreas, como a Filosofia do Ensino Superior e a Linguística Aplicada. A amplitude desse detalhamento se justifica, principalmente, pelas regularidades observadas no exame das informações coletadas, por ocasião da análise preliminar. Conceituamos essas regularidades como sendo evidências significativas observadas no cenário de pesquisa, que surgem a partir de uma análise preliminar dos registros coletados. Essas evidências aparecem como dados, a partir de elementos muitas vezes não previstos no projeto inicial, mas que se revelam na escansão do *corpus*. Assim, emoldura-se com mais clareza o tópico a ser investigado, oferecendo uma maior consistência às hipóteses definidas para a pesquisa.

Para melhor compreendermos as especificidades dessas inter-relações, optamos por descrevê-las, de forma a explicitar o percurso acadêmico adotado.

- i) Primeiramente, descrevemos o papel das vozes no DUI, considerando o processo de polifonia e polissemia do discurso dos sujeitos circunscritos em uma instituição, evidenciando sua referencialidade polifônica e enfatizando seu papel enquanto membros da COMUNI, além de explicitarmos sua função no âmbito das ações acadêmicas na universidade.
- ii) Em seguida, refletimos sobre os sentidos no DUI, entrecruzando esta noção com os seguintes parâmetros: a) os enfoques conceituais; b) os direcionamentos epistemológicos da formação profissional; c) as ações pedagógico-metodológicas; d) as projeções acadêmicas; e e) a orientação política do *fazer-ciência*.

iii) Por fim, abordamos os enunciados, instaurando uma categorização particular, baseada na amplitude de suas ocorrências, a partir de um levantamento realizado por ocasião da análise preliminar.

O percurso supracitado evidencia o que estamos chamando de macro-elementos da descrição teórica do DUI. Além disso, estabelecemos alguns micro-elementos relacionados principalmente às inter-relações construídas entre a noção de “sentidos” e os parâmetros emergentes da análise preliminar. Esses micro-elementos foram abordados quando consideramos os direcionamentos epistemológicos e as ações pedagógico-metodológicas.

No que tange aos direcionamentos epistemológicos da formação profissional, estabelecemos como micro-categorias cinco tratamentos dados ao conhecimento no processo de formação, a saber: i) o tratamento analógico; ii) o tratamento identitário-diferencial; iii) o tratamento histórico; iv) o tratamento fragmentário; e v) o tratamento integrativo. Ainda nessa perspectiva, ao caracterizarmos o tratamento integrativo, esboçamos uma reflexão que o subdivide em cinco subcategorias que denominamos de “olhares”, tais sejam: o interdisciplinar, o pluridisciplinar, o multidisciplinar, o transdisciplinar e o metadisciplinar. Para construir nossa reflexão acerca destas subcategorias, buscamos alguns subsídios teóricos em Boisot (1972), Jantsch (1972), Japiassu (1976), Briggs (1978) e em Kockelmans (1979).

Ao trabalharmos com as ações pedagógico-metodológicas, subcategorizamo-nas em duas vertentes: a escolástica e a heurística, tomando por base a reflexão realizada por Santos e Vieira (1997) acerca do processo de conscientização do sujeito nos estudos da linguagem. Essas micro-categorizações tiveram por objetivo pontuar teoricamente as especificidades discursivas apresentadas no escopo do DUI. Sua função, na organização estrutural do trabalho, foi a de possibilitar um seqüenciamento de tais ocorrências, de acordo com a natureza sentidural evidenciada no interior de cada macro-categoria.

Convém não silenciarmos, nessa explicitação das especificidades da pesquisa, que algumas micro-categorias formalizadas na descrição teórica do DUI foram inferidas a partir de projeções acadêmicas reveladas nas entrevistas com os professores-formadores que participaram dos processos de reformulação curricular. Citamos, como exemplos dessas inferências, os “olhares” – interdisciplinar, pluridisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar e metadisciplinar – caracterizados no tratamento integrativo dos direcionamentos

epistemológicos da formação profissional, ou ainda, as vertentes escolástica e heurística, compiladas nas ações pedagógico-metodológicas. Tais inferências são consideradas, portanto, como elementos pertencentes a um interdiscurso desses sujeitos, evidenciando, assim, sinais subjacentes ao imaginário acadêmico-discursivo dos mesmos.

No que se refere aos enunciados, estes foram, inicialmente, classificados em três grupos, a saber: os assertivos, os explicativos e os asseverativos. Entretanto, cada grupo também apresenta suas especificidades, o que motivou outras subcategorizações, tais sejam:

- i) os assertivos foram subdivididos em: acepcionais²³, posicionais e direcionais;
- ii) já os explicativos, em circunstâncias de: comentário, posicionamento e questionamento;
- iii) e por fim os asseverativos, com funções de: encaminhamento, topicalização e sugestão.

Com relação às propostas metodológicas que apresentamos para análise do DUI, observamos as seguintes especificidades: a conjugação de um modelo teórico como elemento fundador para a proposição de um modelo de análise; e a utilização de procedimentos metodológicos de caráter etnográfico na coleta de registro para análise deste discurso. Já no encaminhamento de análise que construímos, procuramos, a partir da tipologização caracterizada, utilizar o mesmo *corpus*, do qual coletamos informações para efetuar nossa parametrização. Convém explicitar que estamos apresentando apenas um esboço de análise aplicativa básica, para exemplificar o uso dessas categorias numa perspectiva pragmática.

Na construção dessa análise aplicativa, procuramos trabalhar na perspectiva das especificidades para o todo do DUI. Dessa maneira, começamos por uma análise pontual, referente a um dos tópicos da formalização teórica, para, em seguida, estabelecer uma relação abrangente, considerando a amplitude teórico-pragmática do discurso em estudo. A

²³ Ao utilizarmos a taxionomia “acepcionais”, estamos levando em consideração a crítica feita por Searle (1995) à classificação dos atos ilocucionários de Austin (1962). Nessa crítica, entre outros fatores, Searle argumenta sobre a ausência de princípios definidores para as categorias de Austin. A nosso ver, a noção de acepção contempla tanto a categoria dos atos ilocucionários vereditivos (posição sobre a evidência dos fatos) quanto a dos exercitivos (decisão a uma linha de ação), ou ainda, os expositivos (explicação de concepções). Ao transpormos essa taxionomia para os enunciados assertivos, concebemos a acepção como portadora de uma posição diante dos fatos, em direção a uma linha de ação no processo enunciativo, evidenciando concepções do sujeito enunciativo.

opção em partir das especificidades para o todo se justifica pelo propósito de, primeiramente, verificar o uso das categorias, para depois considerá-las na conjuntura discursiva.

Outra evidência que procuramos mostrar também é o papel da legislação oficial no que se refere à asseveração dos documentos institucionais. Nesse sentido, consultamos a resolução do antigo Conselho Federal de Educação (CFE), que fixa o mínimo de conteúdo e duração do curso de letras – licenciatura plena – mais especificamente, o parecer 283/62 de 19 de outubro de 1962. Tal parecer foi elaborado com base nos artigos 9º, letra “e”, e 70º, da lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Ainda nos referindo à legislação, consultamos a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – mais especificamente o capítulo 4, que estabelece estas diretrizes e bases da educação superior. Nosso objetivo, ao mencionar tais elementos da legislação vigente, é evidenciar a influência do poder normativo na institucionalização das práticas acadêmicas, o que referenda a própria constitutividade do DUI.

Assim, o *corpus* que, na análise preliminar, tinha um *status* especulativo de investigação, passa a ser considerado como um *corpus* ilustrativo de verificação da descrição teórica realizada. Dizemos que, naquela análise, ele é especulativo, porque o tomamos como referência pragmática de acontecimentos enunciativos, para parametrizar algumas regularidades que nos permitissem uma descrição teórica para formalizarmos o DUI enquanto tipologia discursiva. Já quando o tomamos como ilustrativo, é porque queremos analisá-lo, ainda que abrangencialmente, às luzes da descrição teórica construída.

Nesta seção, quisemos apresentar as particularidades da pesquisa, pontuando suas especificidades e justificando o encaminhamento dos procedimentos utilizados. Nosso objetivo é, principalmente, contextualizar o leitor sobre o processo de construção da investigação, demarcando alguns lugares discursivos e alguns limites do percurso de parametrização da descrição teórica que realizamos. Na seqüência, teceremos algumas considerações finais acerca das fronteiras teórico-metodológicas da mesma.

1.4. Considerações finais

Neste capítulo demarcamos as fronteiras da pesquisa, apresentando a rota teórica que perseguimos e evidenciando as especificidades acerca de como delimitamos a nossa descrição teórica do DUI. Entendemos que, por ser um estudo cuja concepção objetiva

construir uma formalização tipológica para um discurso, partimos de uma escansão exploratória de suas ocorrências e efetuamos alguns recortes epistemo-pragmáticos, para proceder a tal formalização. Nesse sentido, tomamos a liberdade acadêmica de re-elaborar, transpor e até deslocar alguns conceitos, no sentido de pontuar alguns aspectos descritivos inerentes a este discurso, além de constituirmos algumas designações terminológicas.

Nosso objetivo, com esse procedimento, é instaurar um arcabouço teórico, que atenda às necessidades da pesquisa, sem comprometer a familiaridade epistemológica dos conceitos trabalhados. Para isso, em alguns momentos, procuramos apresentar uma descrição mais detalhada dos procedimentos utilizados, e, em outros, nos restringimos a marcar elementos específicos tomados como referência. Dessa maneira, a nosso ver, a decisão de descrever teoricamente um discurso enquanto caracterização tipológica pode representar uma contribuição acadêmica para os estudos em AD, especialmente, no fomento a pesquisas que procurem construir análises, utilizando este arcabouço teórico.

CAPÍTULO 2

UM OLHAR EPISTEMOLÓGICO SOBRE A TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA

CAPÍTULO 2

UM OLHAR EPISTEMOLÓGICO SOBRE A TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA

“Uma abordagem do discurso se situa em diversas filiações: pragmática, psicossociológica, retórico-enunciativa, e também sócio-ideológica. Ela é por necessidade pluridisciplinar.” (CHARAUDEAU, 1995)

2.1. Considerações gerais

Neste capítulo pretendemos realizar uma discussão teórico-crítica sobre a *Teoria Semiolingüística* (TS) de Patrick Charaudeau. Pensamos em uma reflexão que traduza nosso olhar sobre prováveis bases filosófico-lingüísticas desta teoria. Trata-se de uma percepção epistemológica, que poderá, em alguns momentos, transcender o freqüente olhar a ela direcionado.

Nesta transcendência, procuraremos: i) pressupor a gênese teórica dos conceitos subjacentes à teoria; ii) aprofundar a reflexão em torno de alguns desses conceitos e iii) explicitar alguns interdiscursos imanentes à apresentação teórica de Charaudeau. Ao trabalharmos nas pressuposições em torno da gênese teórica dos conceitos, tentaremos: i) estabelecer relações teóricas convergentes aos conceitos discutidos; ii) comentar tais relações na perspectiva da própria TS e iii) apresentar outras perspectivas teóricas decorrentes dessas relações. Aprofundando a reflexão em torno desses conceitos, nosso propósito é: i) pontuar encaminhamentos discursivos na reflexão/aplicação dos mesmos; ii) observar sua amplitude teórica em nível de constitutividade discursiva e iii) evidenciar seu potencial epistemológico em relação ao todo da teoria, para posteriormente tomar esses conceitos como suporte teórico de nossa formalização descritiva do DUI.

A preocupação em explicitarmos interdiscursos imanentes à apresentação teórica de Charaudeau aparece como uma decorrência de três fatores:

- i) Primeiramente, gostaríamos de sugerir, ainda que implicitamente, as inter-relações da TS com outras percepções teóricas;
- ii) A partir daí, subentender o lugar desta teoria em relação a outras correntes que estudam o discurso e

iii) Finalmente, perceber o potencial teórico da mesma na análise de manifestações discursivas diversas.

Para isto, partiremos dos atos de linguagem como referencial-base desta reflexão. Em seguida, apresentaremos a perspectiva dos sujeitos envolvidos na realização desses atos, para depois nos atermos aos modos de organização do discurso.

2.2. Os atos de linguagem e as condições de produção e interpretação

Patrick Charaudeau, ao instituir as bases epistemológicas da TS, parte do conceito de ato de linguagem enquanto *encontro dialético entre dois processos - o de produção e o de interpretação - inseridos num espaço físico (o da fala) e psicossocial. Esse encontro dialético*, a nosso ver, perpassa as noções de posto, pressuposto e subentendido. Entendemos que tais noções são entrecruzadas nesse *encontro dialético* e apresentam os seguintes constituintes: i) uma realização discursiva peculiar - a enunciação; ii) uma realização histórico-social e cultural - a situação enunciativa (a enunciatividade) e iii) uma realização de caráter heterogêneo, polissêmico e polifônico - a subjetividade interdiscursiva (a alteridade crivada).

No que se refere aos processos inerentes a esse *encontro dialético*, percebemos que estes pressupõem uma integração entre a ação de sujeitos, sob a interpelação de sentidos; e uma conjuntura contextual, sob o crivo de padrões sociais instituídos. Essa integração desencadeia uma sucessão de acontecimentos e reações que são os elementos constituintes de uma interação. Entendemos que essa interpelação de sentidos se constrói através de interposições constituídas nas relações dicotômicas de: noção e conceito; qualificação e designação; explicação e determinação; situação e propriedade; além de considerar o pré-construído histórico e o ideológico atribuído.

Essas relações dicotômicas se entrecruzam na dialeticidade e na reciprocidade das inter-relações *enunciação-sentido-sujeito-enunciado-discurso*. Percebemos, pois, que a interpelação de sentidos, enquanto manifestação dialética e recíproca integrante da troca linguageira, emerge do e no processo interativo. Para nós, essa interação decorre da necessidade de uma busca de sentidos, calcada em exigências do meio social e fundada na progressividade da cultura, da memória e do conhecimento.

Observamos que tanto essas exigências quanto essa progressividade são permeadas por representações, formadas a partir de uma dialética das relações entre o “atribuído/instituído” e o “apagado/interpretado”. O “atribuído/instituído” diz respeito à significância particularizada ou prescrita dos sentidos e dos enunciados. Já o “apagado/interpretado” se refere à omissão ou à natureza da percepção desses sentidos e desses enunciados no processo interativo.

No que tange às *condições de produção*, compreendemos que se trata de ações recíprocas entre sujeitos distintos em sua heterogeneidade. Poderíamos dizer que são sujeitos diferentes - específicos, isto é: i) o sujeito locutor - detonador da interação - (o sujeito referencial - Benvenistiano) e seus *outros* (o sujeito polifônico - Bakhtiniano) e ii) o sujeito interlocutor e seus *outros* (também referencial e polifônico). Essas ações se configuram no equacionamento, na supremacia, no assujeitamento, na contraposição ou na superposição de capacidades, inerentes à constitutividade desses sujeitos.

Inferimos que, através dessa configuração, instauram-se condições para o lidar, o instituir, o atribuir, o simular ou o transpor de sentidos no processo enunciativo. Dessa maneira: a natureza das ações recíprocas, a transversalidade de capacidades, e as condições de instituição intervêm nas transformações dos sentidos no percurso do processo interativo. Essa intervenção é progressiva no que se refere à geração de sentidos, além de ser determinante de mudanças qualitativas neles, por eles, através deles, para eles e com eles.

Percebemos, pois, que nem sempre as *condições de produção* correspondem às *condições de interpretação*. Para nós, as *condições de interpretação* representam a interpelação dos sentidos pelos sujeitos, no crivo da referencialidade do contexto histórico-cultural, e das condições de tensão em que a interação se realiza. Dessa forma, observamos que, nas *condições de interpretação*, os elementos extralingüísticos²⁴ são constitutivos dos processos de significação.

A justificativa, a nosso ver, para essa constitutividade dos processos de significação está no fato de que a explicação para o “atribuir/instituir” de sentidos envolve algumas dicotomias, tais como: o proposicional e o relacional; o explícito e o implícito; ou ainda o interno e o externo. Dessa forma, o ato de interpretar exprime uma percepção dos sentidos voltada, principalmente, para o universo referencial do sujeito interagente. Essa percepção se funda na natureza da relação discursiva instaurada pelos sujeitos na interação.

²⁴ Aqui considerados como representações vinculadas ao processo enunciativo.

A partir dessa relação, então, passamos a considerar não só a superfície explicitada dos sentidos mas também as implicitudes e as inferências dela decorrentes. Nessa perspectiva, os elementos fora da linguagem tornam-se também constitutivos da significação. A conjunção desses elementos forma um amálgama de significações em que heterogeneidades mostradas e constitutivas se manifestam no tratamento dos sentidos dado pelos sujeitos.

Observamos, pois, que os sentidos não são postos, mas, sim, construídos pelos sujeitos, além de serem submetidos ao crivo dos referenciais dos mesmos. Percebemos, então, que, a partir dessa clivagem, os sentidos são formulados pelos sujeitos e por eles realizados nas trocas languageiras. Nessa formulação e nessa realização, os sujeitos consideram o propósito da interação, geralmente fundada em uma orientação discursiva que os pode tornar conscientes de sua ação no processo interativo, ou os insere na dimensão de um papel social.

Concebemos essa ação em um espaço físico que vai compreender: i) o contexto externo de instauração dos sujeitos como participantes ativos do processo de interação; ii) o universo de valores aos quais esses sujeitos foram expostos, e que, portanto, fizeram parte de suas escolhas referenciais e iii) os padrões sociais, historicamente constituídos, nos quais esses sujeitos se inseriram ao pertencerem a uma classe instituída. Para entendermos o papel desse contexto externo, ressaltam-se: i) a tipologia de situações instauradas; ii) as relações de poder nelas envolvidas e iii) uma hierarquia discursiva, estabelecida a partir das razões pelas quais os sujeitos ocupam um lugar no espaço de interação. Já para caracterizarmos esse universo de valores, evidenciam-se: i) as convenções²⁵ sociais, das quais os sujeitos se apropriam para se relacionar com outros sujeitos; ii) seus hábitos culturais, constituídos pela influência predominante ou não desse espaço físico e iii) seu “*status*” nas ações da coletividade.

Para fecharmos essa discussão em torno da concepção do espaço físico, restam-nos os padrões sociais, que dizem respeito a normas, atitudes e posturas, das quais os sujeitos também se apropriam, para ocuparem um espaço discursivo na interação. Essas normas são constituídas na dinâmica do processo histórico, instituídas como valores de

²⁵ Distintas dos padrões, dizem respeito a comportamentos estabelecidos a partir de um acordo, tácito ou expresso, no interior de um grupo de indivíduos. As convenções são compromissos, composições ou combinações entre sujeitos, enquanto que os padrões estão relacionados à projeção de protótipos, de arquétipos ou de uma amplitude de ações para esses sujeitos.

verdade predominantes do comportamento social, e associadas diretamente às formas de poder vigentes no grupo social. Já as atitudes são estabelecidas pelos sujeitos de acordo com a natureza do espaço que ocupam na comunidade, as limitações ou delimitações de suas ações nesse espaço, e a própria influência que exercem sobre ele ou dele sofrem.

No caso das posturas, verificamos, também, a existência da delimitação de um espaço de poder para os sujeitos, da configuração de tomadas de posições por parte deles, e da inserção dos mesmos em um espaço psicossocial. Esse espaço físico, a nosso ver, também compreende: estilos de comportamento, traços de caráter institucional, e interseções de saberes partilhados. Inferimos, então, que, a exemplo da enunciatividade e da percepção crivada, o espaço físico é um dos elementos determinantes do lugar discursivo, em que o sujeito se situa no processo enunciativo.

Os estilos de comportamento refletem um conjunto de características que compõem a constituição individual dos sujeitos em sua referencialidade. Pensamos, então, que os sujeitos se instituem da forma como se instituem, ou se diferenciam de outros sujeitos, por causa de distinções - conscientes ou inconscientes - inerentes às suas escolhas culturais.

Com relação aos traços de caráter institucional, observamos que estes dizem respeito às leis e princípios que regem a vida social de um grupo, influenciando as maneiras de pensar, de sentir e de agir dos sujeitos. Já no que tange às interseções de saberes partilhados, entendemos que é através delas, a partir do momento em que os sujeitos integram diferentes conhecimentos, que se estabelece o encaminhamento do processo interativo. Esses conhecimentos se combinam, se transformam e passam a fazer parte da enciclopedicidade cognitiva de um grupo de sujeitos que comungam de um mesmo amálgama de conhecimentos.

Após ter examinado a dinâmica dos atos de linguagem e suas condições de produção e interpretação, deduzimos que, ao partir do ato de linguagem como referencial-base da TS, Patrick Charaudeau quer centrar a atividade sentidural²⁶ no intervalo que compreende a finalidade da interação, a pontualidade histórica de sua ocorrência e a natureza dos papéis sociais instituídos a partir do contexto enunciativo.

²⁶ Nível de significação dos sentidos resultante da unificação e individuação de uma meta, uma intenção e uma adequação histórica, concebidas na simultaneidade, na identidade e na genealogia de um processo interativo.

2.3. A *mise-en-scène* da prática linguageira

Sabemos que Charaudeau trata o papel da subjetividade no discurso como a encenação de atores sociais na dependência de variáveis de um contexto. Esse tratamento, em princípio, causa uma certa estranheza que leva o leitor a pensar que tal tratamento teria um caráter exterior ao sujeito. Nesse sentido, cabe-nos afirmar que a idéia de *mise-en-scène*, se interpretada na base dos suportes teóricos da TS, esclarece esse provável deslocamento de foco na compreensão desse conceito.

Charaudeau interpõe o ato de linguagem como um ato inter-enunciativo, ou seja, resultante *de um jogo de implícitos e explícitos que nasce em determinadas circunstâncias dos discursos*²⁷. Quando interpretamos que essas *circunstâncias de discursos específicos* correspondem à '*mise-en-scène*', torna-se possível inferirmos um conceito para ela, como faremos adiante. Embora o próprio Charaudeau ratifique sempre que essas *circunstâncias* são essencialmente sociais, acreditamos que, até por serem sociais, são também históricas.

Na nossa opinião, o social é histórico, porque se configura a partir da memória cultural e política dos acontecimentos entre indivíduos, nas suas relações interpessoais e institucionais. Entendemos também que essa memória é manifestada de forma implícita e explícita, numa perspectiva sincrônica e diacrônica. Julgamos, portanto, que se trata de uma manifestação dialética em que a anterioridade, a hodiernidade e a posterioridade dos fatos são interpretadas na dinâmica dos comportamentos sociais.

A nosso ver, separar o social do histórico é apagar essa memória, ou considerá-la apenas em sua sincronia. Nesse sentido, no conceito de *mise-en-scène*, há que se considerar essas *circunstâncias* como históricas e os *discursos* permeados pela fala dos sujeitos. Torna-se relevante frisarmos, também, que esses sujeitos são referenciais e polifônicos, portanto, heterogêneos, peculiares e à mercê da tensão enunciativa no processo interativo.

Observamos que, se esses *discursos* são permeados pela fala dos sujeitos, eles se tornam *específicos*. Tal especificidade os distingue de outros discursos postos, instituídos ou mesmo já existentes. Nessa ótica, é possível conceituar a *mise-en-scène* como equivalente a jogos de enunciados, dispostos em uma relação de heterogeneidade

²⁷ Nossa tradução do original em francês: "Toute acte de langage résulte d'un jeu entre l'implicite et l'explicite qui naît dans des circonstances de discours particulières, ..." (CHARAUDEAU, 1983: 46).

de sentidos, cuja alteridade se demarca pela realização inédita, percepção crivada e interação contínua desses enunciados, num cenário historicamente constituído e sócio-culturalmente prescrito para uma ação entre sujeitos.

Inferimos, pois, que a encenação se refere a papéis sociais que são prescritos; no entanto, consideramos que os atores sociais são sujeitos constituindo-se nesses papéis. Dessa maneira, entendemos que a dependência de variáveis do contexto nada mais é do que o engajamento dos sujeitos nas condições de produção e interpretação desses papéis. Essas variáveis, por sua vez, compreendem: i) o propósito da interação; ii) o nível de assimetria entre os sujeitos envolvidos nessa interação e iii) as implicações sociodiscursivas e ideológicas do processo enunciativo.

Para exemplificarmos a relação *sujeitos-papéis sociais*, imaginemos uma atriz ou um ator teatral que recebem um papel para ser interpretado. Ela ou ele atribuem uma série de características para a personagem. Tais características são inerentes ao seu olhar para esta e ao olhar da diretora ou do diretor da peça em questão, referente à composição da mesma. Por outro lado, se assistíssemos a um mesmo espetáculo com diferentes elencos, perceberíamos que, apesar do mesmo texto, as atrizes ou os atores e as diretoras ou os diretores dariam outras interpretações para a mesma personagem.

Retomemos, então, a questão da relação *sujeitos-papéis sociais*. Ainda que existam discursos postos, instituídos e pré-existentes, e papéis sociais prescritos, os sujeitos atribuem sentidos particulares a esses discursos, tornando-os *específicos*, pontuais e sincrônicos na *mise-en-scène* da situação enunciativa.

2.4. Os actantes da prática languageira

Se partirmos do princípio de que é na *mise-en-scène* que o ato de linguagem se materializa lingüisticamente, examinemos, então, como os sujeitos são considerados no escopo teórico da TS. Charaudeau introduz quatro instâncias de existência para os actantes da prática languageira: um sujeito comunicante (Euc) que se dirige a um interpretante (Tui), associado a um sujeito destinatário (Tud), que constrói uma imagem do sujeito enunciador (Eue). Euc e Tui se instauram na interdiscursividade do processo enunciativo, enquanto que Eue e Tud são interlocutores da realização discursiva.

Podemos afirmar, ainda, que essa realização discursiva ocorre na superfície contextual e é permeada pela tensão e pela imprevisibilidade do processo interativo. A nosso ver, tanto as instâncias interdiscursivas quanto as interlocucionais abrangem, em sua constituição enunciativa, o referencial e o polifônico. Para interpretarmos esse julgamento acerca das instâncias actanciais da prática linguageira, atentemos para as palavras de Charaudeau quando este discute a questão do campo semiolingüístico:

... duas atitudes antinômicas (a concepção de linguagem como objeto transparente e a concepção de linguagem como objeto não transparente) são ambas necessárias no campo semiolingüístico, não apenas como elementos adicionantes, mas integradas em uma mesma problemática (...) a 'discordância' e a 'concordância'.

Discordância que institui o sujeito falante em sujeito individual; concordância que o institui como sujeito coletivo. Discordância/concordância, concordância/discordância que nos remetem à função polêmica e à função de elucidação da linguagem (funções que não são acessórias mas *fundadoras desta*) (...). Enfim, é nesse jogo de 'agressão' e de 'cumplicidade' que 'representam' os actantes da linguagem (...) se interpelando de forma dialética no mesmo ato linguageiro.²⁸ (o grifo é nosso)

Ao tentarmos explicitar o interdiscurso que perpassa as palavras de Charaudeau, observamos que a antinomia por ele estabelecida remete a duas percepções distintas dos sentidos. A primeira, enquanto percepção do posto, do instituído, ou do externo aos sujeitos - a linguagem como objeto transparente. A outra, como uma percepção do atribuído, do simulado, ou do transposto aos sujeitos - a linguagem como objeto não transparente.

Essa *discordância/concordância* revela a dialética da heterogeneidade dos sentidos quando construídos pelos sujeitos. Tentando compreender essa dialética, percebemos que a relação dos sujeitos com os sentidos pode ocorrer em diferentes manifestações, a saber: a transposição dos sentidos para um contexto atributivo pontual; a inserção dos mesmos em uma formação discursiva; ou ainda, o deslocamento desses sentidos em cada uma das instâncias anteriores ou mesmo em ambas. Se adotarmos esta

²⁸ Nossa tradução do original em francês:

... ces deux attitudes antinomiques sont toutes nécessaires dans le champ sémiolingüistique, non pas en additionnant, mais intégrées dans une même problématique, (...) la 'discordance' et la 'concordance'.

Discordance qui institue le sujet parlant en sujet individuel; concordance qui l'institue en sujet collectif. Discordance/ concordance, concordance/discordance dont nous trouvons traces dans la fonction polémique et dans la fonction d'élucidation du langage (fonctions non pas accessoires, *mais fondatrices de celui-ci*) (...). Bref, dans ce jeu d' 'agression' et de 'complicité' que jouent les acteurs du langage (...) qui s'interpellent de façon dialectique dans le même acte langagier" (CHARAUDEAU, 1984: 13). (o grifo é nosso)

ótica, torna-se possível considerar que, nas quatro instâncias de sujeitos sugeridas por Charaudeau, entrecruzam-se o referencial e o polifônico na simultaneidade de ocorrência do processo enunciativo. Vejamos como ele apresenta a representação do ato de linguagem, considerando essas instâncias:

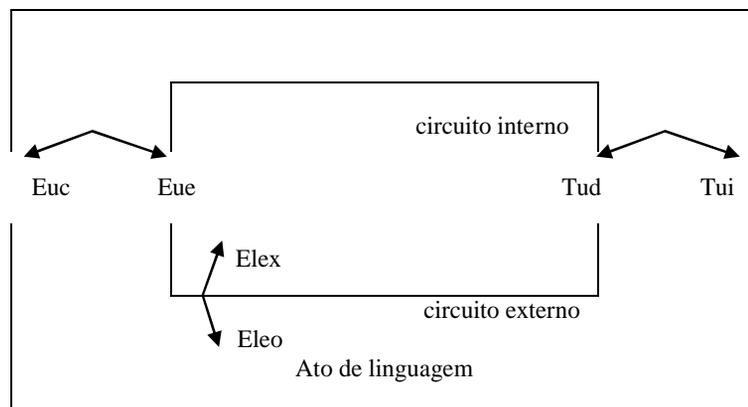


Figura 1: Representação dos dois circuitos do ato de linguagem
(Cf. CHARAUDEAU, 1983:46)

No circuito externo, o do Mundo Real (Eleo), de um lado, Charaudeau situa o sujeito comunicante (Euc); do outro lado, o sujeito interpretante (Tui); ambos, atuando no nível da interdiscursividade do ato linguageiro. Já no circuito interno, o Circuito da Fala (Elex), de um lado, localiza-se o sujeito enunciator (Eue); do outro lado, o sujeito destinatário (Tud); desta feita, ambos são actantes do processo enunciativo de trocas linguageiras.

A seguir, analisaremos cada uma das instâncias de sujeitos propostas por Charaudeau, considerando a nossa interpretação sobre a inserção desses sujeitos no campo semiolinguístico. Convém reiterar que, em nossa interpretação, além de levarmos em conta o entrecruzamento da referencialidade e da polifonia nas quatro instâncias, entendemos que esses sujeitos são sociais porque também são históricos.

Por outro lado, pensamos que nosso olhar epistemológico em nada compromete ou desloca sentidos na compreensão da TS. Trata-se de uma leitura específica, deduzida e interpretada na enunciatividade do próprio discurso imanente a esta teoria. Poderíamos até interpretar esta leitura como um olhar que procurou enxergar uma expansão das fronteiras teóricas da própria TS. Sem a pretensão de quereremos alterá-la ou deslocá-la

de seu sentido posto, tentaremos aprofundar nossa percepção, acerca dessas instâncias actanciais da prática languageira.

Optamos por descrever as instâncias actanciais, considerando, primeiramente, a seqüência dos actantes que se manifestam na realização dos sentidos no processo interativo. Começamos pelo Euc, por considerá-lo a instância interdiscursiva em que se instaura o processo enunciativo. Em seguida, o Eue, que, a nosso ver, é a instância ilocucional do Euc, situado no lugar discursivo, em que pressupomos estar o desencadeamento da realização dos sentidos e, por conseguinte, sua materialização lingüística em forma de enunciados.

Na continuidade, vamos descrever a seqüência dos actantes que interagem com os sentidos manifestados. Partimos do Tud, por ser a instância ilocucional que interage com os sentidos realizados, na contigüidade do intervalo histórico da dispersão dos sentidos.

Depois descreveremos o Tui, que é a instância interdiscursiva do Tud. Nesta instância, observamos tanto a projeção imagística do Euc, na concepção dos sentidos, quanto a referencialidade do Tud, na interpretação dos mesmos. A justificativa para nossa escolha é puramente referencial, porque acreditamos que, no processo enunciativo, existe uma relação de reciprocidade languageira entre esses actantes.

Podemos dizer, então, que essa reciprocidade acontece: i) no âmbito intrapessoal, com Euc & Eue/Tui & Tud; assim também como ii) no âmbito interpessoal, com Euc & Tui/Eue & Tud. Não silenciaremos, contudo, que essa escolha referencial não deixa de refletir uma necessidade discursiva: a de quereremos tentar compreender as implicitudes da manifestação dos sentidos, no lugar de quem constrói os significados.

Assim, construiremos nossa discussão sobre as instâncias actanciais, na seqüência Euc, Eue, Tui e Tud. Nossa escolha representa um percurso que se inicia na interdiscursividade da instauração enunciativa e vai até a interdiscursividade do imaginário sociodiscursivo, passando pelo amálgama de sentidos imanentes ao processo interativo. Tal percurso compreenderá: i) as escolhas sentidurais; ii) a realização languageira; iii) o intervalo histórico de dispersão dos sentidos; iv) a repercussão discursiva dos sentidos realizados; e v) o crivo do imaginário sociodiscursivo.

2.4.1. O Euc

Entendemos que o Euc é referencial, porque o concebemos como uma instância que se insere em uma formação discursiva. Além disso, acreditamos que ele se situa discursivamente em um processo enunciativo, e se apodera de um papel social, que o circunscreve numa instância de poder. Observamos, ainda, que ele é portador de crenças, além de se apropriar ou de defender valores, inerentes aos seus interesses sócio-culturais e políticos.

Percebemos, também, que o Euc é polifônico, porque seu discurso pode aparecer em formações discursivas diferentes. Tal fato se justifica, por compreendermos que ele representa tanto variações de vozes na atribuição de sentidos, quanto variações de sentidos na atribuição de vozes. Acrescentamos, ainda, que sua polifonia se evidencia, porque ele pode se constituir em diferentes papéis sociais e em diferentes instâncias de poder.

Ao examinarmos a polifonia do Euc, inferimos que sua pertinência e sua validade são reconhecidas na alteridade de valores, que é inerente a esta instância de sujeito. Quando atentamos para a dinâmica desses valores, percebemos que eles estão em constante *transformação/mutação*, conforme o contexto de instauração do processo enunciativo. Assim, torna-se possível interpretarmos que a referencialidade polifônica do Euc é decorrente de sua inserção na heterogeneidade dos discursos e no entrecruzamento de vozes nesses discursos.

2.4.2. O Eue

Entendemos que o Eue é referencial, porque o concebemos como um interagente intrapessoal do Euc. O Eue, enquanto instância de fala no processo interativo, intersecciona suas referências e criva-as para o âmbito da realização linguageira. Nessa interseção, as referências são filtradas para se adequarem à situação enunciativa.

Entretanto, observamos que essa adequação está vinculada a interpelações, decorrentes da influência das marcas de tensão, de apagamento e de silenciamento do discurso. Tais marcas são sinais de que os sentidos realizados pelo Eue se transpõem no intervalo histórico de dispersão dos sentidos. Apesar da imprevisibilidade discursiva

desses sinais, pensamos que a referencialidade desta instância actancial pode ser um dos lugares discursivos, no qual tentamos depreender os efeitos da influência dessas marcas.

A exemplo do que discutimos com relação ao Euc, percebemos que o Eue é também polifônico, porque a realização de seus enunciados é atravessada por diferentes vozes. Tal polifonia se funda na heterogeneidade constitutiva e mostrada dos sentidos, e na alteridade dos discursos, das quais esta instância se apropria, e as quais transforma e desloca para a constitutividade de seu próprio discurso. Entretanto, é nessa transversalidade discursiva do Eue, esboçada nas particularidades de suas realizações enunciativas, que se compõe o propósito, a necessidade de persuasão e a força sentidural de seu ato linguageiro.

Essa composição é revelada na construção da argumentatividade, da informatividade e da projeção dos efeitos de sentido de seus enunciados no processo de interlocução. Dessa maneira, a polifonia é manifestada quando o Eue utiliza uma diversidade de referências para fundar seu discurso, seduzir seu interagente no propósito discursivo, e asseverar o seu lugar discursivo na interação. Não obstante, não podemos perder de vista a idéia de que essas vozes também são fundadas na referencialidade desta instância actancial.

2.4.3. O Tui

Entendemos que o Tui é referencial, porque ele representa a instância-alvo do Euc. Enquanto instância-alvo, o Tui é portador de referências que o inserem na formação discursiva do Euc. Essa inserção se dá na medida em que as escolhas histórico-culturais, psicossociais e lingüísticas do Euc são realizadas, considerando também uma projeção enunciativa dos referenciais do Tui. Tais escolhas perpassam o imaginário do Euc que interpreta, pressupõe e constrói uma imagem acerca dos referenciais do Tui.

Por outro lado, percebemos também que o Tui é polifônico, porque se situa numa dimensão espacial, psíquica e social, do universo sócio-cultural e político em que se situa historicamente. O Tui, por ser polifônico, comporta em sua instituição: i) vozes verbais; ii) atitudes não verbais e iii) influências psicossociais, inerentes às relações entre as classes²⁹ que compõem uma comunidade, em um determinado momento da

²⁹ Independente do tom terminológico, ou do vício sentidural de se atribuir a esta palavra uma inserção puramente marxista, convém explicitar aqui outra atribuição de sentido, que é a de considerar a idéia de classe, também, como espaço dinâmico de convivência social, essencialmente dialético, em que posições políticas e ideológicas, ainda que sempre conflitantes, mantêm laços entre si.

história. Em sua polifonia, o Tui interpõe os saberes partilhados em sua significação discursiva e desencadeia a interpelação de um amálgama de referenciais de diferentes sujeitos em diferentes contextos enunciativos.

2.4.4. O Tud

Entendemos que o Tud é referencial, porque seu engajamento no processo interativo decorre de um reconhecimento, uma inter-relação e uma identificação de seus referenciais na enunciatividade. Esse reconhecimento se dá no processo de clivagem dos sentidos enunciados e suas referências. A inter-relação ocorre por associação, comparação e inferência sob os sentidos realizados, e sob os sentidos imanentes à sua constitutividade discursiva. A identificação é revelada pela decisão de se constituir também locutor na interação como protagonista do circuito enunciativo da interação.

Percebemos, também, que o Tud é, de certo modo, polifônico, porque na significação discursiva mediática, ele interpreta o imaginário sentidural do Eue. Tal interpretação passa pelo crivo da percepção dos sentidos em pelo menos três dimensões: i) a verbal (a superfície dos enunciados); ii) a não verbal (a tensão, os silêncios, os apagamentos, as heterogeneidades, os implícitos - pressupostos, subentendidos e deslocamentos de sentidos) e iii) a situacional (os papéis sociais, as relações de poder, o canal de comunicação, a natureza dos saberes partilhados, a natureza das relações entre os actantes e as normas e convenções sociais constituintes da interação). A polifonia do Tud se manifesta, portanto, na especulação sentidural múltipla atribuída às circunstâncias de: significação, engajamento interativo e apropriação e escolhas discursivas.

A manifestação dessas circunstâncias se realiza: i) no âmbito dos enunciados; ii) na dispersão e diversidade dos sentidos em jogo e iii) na configuração do próprio processo enunciativo. Convém não silenciarmos, mais uma vez, que a polifonia do Tud está circunscrita em sua referencialidade, assim também como não podemos esquecer sua potencialidade locucional no processo interativo. Após esta reflexão em torno das quatro instâncias actanciais de sujeito na TS, passamos a discutir suas formas de manifestação na enunciação.

2.5. Formas de manifestação das instâncias actanciais

A manifestação dessas quatro instâncias de subjetividade se dá em dois níveis de estágios enunciativos: o estágio enunciativo histórico-cultural, em que se situam os papéis sociais, as crenças comunitárias e as convenções institucionais; e o estágio enunciativo circunstancial, em que se situam as interações, as transposições de sentidos e os implícitos. Tais instâncias assumem papéis distintos no processo enunciativo, entretanto, existe uma alteridade desses papéis na trajetória da interação, no decorrer da realização linguageira. Dessa maneira, no curso do processo interativo, os sujeitos se heterogenizam, quer em sua pluralidade referencial, quer em sua multiplicidade polifônica.

Para melhor entendermos essa heterogeneidade e essa alteridade de papéis exercidos pelos sujeitos, vamos descrever o percurso dialético dos interlocutores, durante o processo interativo. Sabemos que o Eu é concebido, em princípio, como sujeito produtor, e o Tu, como interlocutor; no entanto, a dinâmica da interação altera o Eu para Tu e vice-versa. Da mesma forma, o Eu se entrecruza no Tu quando nele se projeta, e dele constrói uma imagem, o mesmo acontecendo com o Tu.

Nesse raciocínio, torna-se possível pontuar que o Euc e o Tui representam uma interdiscursividade do posto; e o Eue e o Tud se manifestam na materialização lingüística da realização linguageira. Na medida em que se esboça uma troca linguageira, essa interdiscursividade passa a integrar o pressuposto da materialização lingüística na realização enunciativa. Da mesma maneira, por um processo de interposição dialética e heterotrópica³⁰ de sentidos, a manifestação da materialização lingüística, na realização linguageira, se heterogeniza nessa interdiscursividade.

Se analisarmos esse processo de transposição sujeitudinal³¹, no âmbito das instâncias actanciais da TS, verificaremos uma série de implicações relacionadas à manifestação de cada uma delas. Observamos que, na instância do Euc, estão os acontecimentos discursivos, nos quais os sujeitos se circunscrevem, por ocasião da instauração do processo enunciativo, e dos quais fazem emergir representações. Já na instância do Eue, os sujeitos são interagentes potenciais, atribuem sentidos na realização linguageira, e neles configuram sua transversalidade discursiva.

³⁰ Veja nota 5, capítulo 1, p. 20.

³¹ Utilizaremos o adjetivo “sujeitudinal” sempre que quisermos nos referir aos sujeitos circunscritos num processo de interação.

Dessa maneira, o Euc traspassa-se no Eue porque a atribuição de sentidos se dá na interioridade dos acontecimentos discursivos. Se considerarmos que, para cada acontecimento, filiam-se circunstâncias de ocorrência, precisamos, então, entender como essas circunstâncias se instauram no processo enunciativo. Partindo do princípio de que toda circunstância se circunscreve na história, no estabelecido como valor de verdade, e no posto, verificamos que os acontecimentos discursivos têm sua gênese na anterioridade discursiva dos sujeitos.

Além disso, como toda circunstância é, também, múltipla, heterotrópica e interdiscursiva, torna-se possível preconizarmos que essa atribuição de sentidos possui um caráter pontual e sincrônico. Pontual porque é uma atribuição específica, no âmbito enunciativo; e sincrônica, porque se instaura no recorte de significação da enunciatividade. Não podemos nos esquecer, no entanto, de que essa pontualidade e essa sincronia são decorrentes de escolhas realizadas pelos sujeitos, na abrangência e na diacronia da diversidade de enfoques circunstanciais, nesses acontecimentos discursivos.

Como podemos perceber, trata-se de uma relação de caráter dialético, intersentidural e transmutacional; relação esta, que caracteriza esse traspassar do Euc no Eue. Nessa mesma perspectiva, podemos dizer que o Eue interpela e é interpelado pelo Euc, porque enquanto *actante/atribuinte* de sentidos no processo enunciativo, sua ação se conjuga pela re-construção, pelo re-dimensionamento e pelo re-atributo do posto.

Quanto à instância do Tui, além de ser considerada como uma imagem atribuída da instância do Euc, podemos tomá-la também como uma representação dos efeitos pressupostos e pretendidos para os acontecimentos discursivos, nos quais a instância do Euc se insere. A instância do Tui é, portanto, um reservatório de imagens da instância do Euc, instituído por uma referencialidade dela projetada (da instância do Euc) e por uma polifonia entrecruzada na polifonia desta instância. Se considerarmos que a instância do Tui é uma projeção da instância do Euc, então, a instância do Tui está inserida na mesma circunstancialidade dos acontecimentos discursivos, nos quais os sujeitos da instância do Euc se circunscreveram.

Já na instância do Tud, que possui um *status* puramente languageiro, a atribuição de sentidos se refere à realização discursiva da instância do Eue, além de nela também se construir sua (do Tud) interpelação. Quando pensamos nessa interpelação, referimo-

nos à circunscrição da instância do Tud na referencialidade explicitada da instância do Eue. É nessa referencialidade explicitada que emergem suas representações.

Essas representações passam pelo crivo da referencialidade da instância do Tud, que se constitui, também, pela interpelação que os sujeitos, nesta instância, operam nos sentidos, a partir da referencialidade da instância do Tui. Dessa maneira, também podemos dizer que a instância do Tud também interpela e é interpelada pela instância do Tui. Essa interpelação, não nos esqueçamos, se dá no Tui, que também comporta em sua referencialidade a imagem projetada da instância do Euc.

Nesse amálgama de imagens, inter-relacionam-se: i) a imagem pretendida pela instância do Eue com a imagem construída pela instância do Tud; ii) a imagem imanente à instância do Euc com a imagem projetada na instância do Tui e iii) a imagem transversalizada, decorrente da interposição das duas inter-relações anteriores. Na inter-relação dessas imagens, existe um intervalo discursivo, que é o lugar em que se instauram as trocas languageiras. É nesse intervalo, entre as interfaces dessas imagens, que ocorre a dispersão dos sentidos e a emergência de seus efeitos.

Tais efeitos re-dimensionam continuamente a composição dessas imagens no percurso da realização languageira. Julgamos que esse re-dimensionamento atua na constituição dos sentidos no processo interativo, transmutando-os, transformando-os e deslocando-os, em seus níveis de significação. Mesmo que as imagens supracitadas sejam tidas como postas na referencialidade polifônica das instâncias actanciais, elas podem sofrer alterações na dinâmica do fenômeno languageiro.

Nessa perspectiva, se consideramos a instância do Tud como protagonista desse fenômeno, a exemplo da instância do Eue, nela também se constrói uma imagem que é decorrente da interseção de imagens do Euc e Eue, do Tui e Tud, e dos efeitos emergentes do intervalo de dispersão na realização languageira. Assim, o Tud também interpela e é interpelado pela interseção dessas imagens com a sua própria imagem. É pertinente asseverarmos a idéia de que esse processo de interpelação se constrói, porque estamos considerando também o Tud como participante na reciprocidade da troca languageira.

Essa é outra perspectiva que este olhar epistemológico explicita com relação à TS. O processo interativo, construído na enunciatividade dos actantes, acontece na reciprocidade das trocas languageiras entre essas instâncias. Dessa maneira, se por um lado, Euc e Eue, na dinâmica do processo interativo, são considerados como os

detonadores da interação, por outro lado, Tui e Tud, quando se engajam nesse processo e trocam sentidos, além de ocuparem o papel de interlocutores, constroem a mesma dinâmica discursiva do Euc e do Eue, ao detonarem a interação.

Estamos, pois, diante de uma constante alteridade desses e nesses papéis enunciativos. Trata-se de uma continuidade, que oscila no freqüente intercâmbio entre esses papéis. Em decorrência disso, entendemos que essas instâncias actanciais transmutam dos e nos lugares discursivos de enunciador/enunciatório, no decorrer do processo interativo.

A justificativa pela qual sentimos a necessidade de enfatizar essa mutualidade entre as instâncias se deve a uma redução, às vezes atribuída ao escopo da TS, de circunscrever a manifestação dos interagentes do processo enunciativo, apenas na representação emissor-receptor (Jakobson, 1963). A nosso ver, a representação teórica apresentada por Charaudeau vai bem além da concepção Jakobsoniana, porque este autor situa os sujeitos interagentes numa dimensão psico-sócio-linguagreira dos sentidos. Esse lugar discursivo dos sujeitos na TS pressupõe uma vinculação enunciativa entre eles, até porque envolve relações de identidade, influência e alteridade.

A seguir, analisaremos um exemplo que ilustra questões concernentes a essas instâncias actanciais, como: o traspasar, o interpelar e a mutualidade. Suponhamos que o escritor de um livro é um Euc e o personagem narrador é um Eue. Apesar de ser pressuposto que um escritor comumente lida com a ficção, e que sua obra, quase sempre, é tida como “desvinculada” de sua *imagem social sincrônica*³², julgamos que, ainda assim, esse escritor busca, na sua referencialidade e na sua polifonia, fatos e imagens, que ele atribui para seu personagem narrador relatar ou vivenciar.

Se a obra é histórica ou memorialista, acreditamos que essa imagem social torna-se até mais identificável, nas vozes das personagens. Entretanto, um dos focos de nossa discussão aqui é que, mesmo sendo pura ficção, e mesmo sendo uma narrativa supostamente adversa dessa imagem social do autor, entendemos que os sentidos construídos traduzem seu imaginário sociodiscursivo, ainda que na adversidade e na oposição de pontos de vista, em relação à sua imagem social. Não obstante, essa

³² Estamos chamando de *imagem social sincrônica* o conjunto de ações de um sujeito na contemporaneidade de sua existência. Essa imagem está associada a seu comportamento social, suas atitudes em relação ao processo histórico, e sua postura diante dos acontecimentos discursivos. Convém não silenciar que essa imagem é dinâmica, porque está vinculada à constitutividade histórico-ideológica do sujeito.

imagem reflete o olhar do autor no modo como ele vê essa adversidade e essa oposição, o que não desvincula esse olhar de seu imaginário sociodiscursivo.

Nessa perspectiva, o escritor traspassa-se no personagem narrador e este adquire uma referencialidade que se entrecruza na do escritor. Percebemos que é nessa referencialidade entrecruzada que ocorre uma interpelação recíproca: do escritor na instauração de fatos e imagens na projeção de um imaginário sociodiscursivo para a personagem e da personagem na constitutividade a ela atribuída pelo escritor. Entendemos, também, que esse entrecruzamento, em nível intrapessoal, provoca uma mutualidade na qual o escritor interpela a personagem no encaminhamento da narrativa, ao mesmo tempo que por ela é interpelado no decorrer da instauração enunciativa.

Para melhor compreendermos como acontece essa interpelação da personagem com relação ao escritor, re-construamos o percurso discursivo de sua instauração enunciativa. Quando o escritor atribui à personagem um imaginário sociodiscursivo, a ela vinculam-se implicações sentidurais, que a circunscrevem em um universo histórico-discursivo. O autor não poderá mais desvinculá-la dessas implicações, sob pena de comprometer a coerência discursiva da narrativa, a não ser que ele opte por outro perfil de imaginário para a personagem em questão.

Assim, a partir dessa vinculação, o imaginário sociodiscursivo atribuído à personagem passa a interpelar o escritor em função da própria coerência da narrativa. Nesse sentido é que dizemos que a personagem passa a interpelar o escritor, pela própria constitutividade enunciativa a ela atribuída. Se o escritor estabeleceu que o imaginário sociodiscursivo da personagem teria uma determinada circunscrição, é essa circunscrição que passa a interpelar o escritor, ainda que tenha sido ele quem a atribuiu à personagem.

O mesmo acontece quando o escritor limita a ação da personagem narradora no acontecimento narrativo. O escritor interpela essa personagem a instaurar-se numa causalidade narrativa que não ultrapasse sua (do escritor) representação idealizada para o acontecimento. No entanto, essa representação idealizada também não pode comprometer a abrangência do imaginário sociodiscursivo da personagem, atribuída pelo escritor.

Observamos, portanto, que, enquanto instâncias actanciais, o Euc não é o mesmo Eue, entretanto a atividade linguageira traspassa-os e interpela-os mutuamente. Nesse raciocínio, o escritor não é o personagem narrador, entretanto, a constitutividade da narrativa traspassa-o e interpela-o na personagem e vice-versa. Esse traspassar e esse interpelar

refletem um imbricamento do histórico-posto (a referencialidade polifônica do escritor) com o construído-transposto (a alteridade heterogênea do escritor no personagem narrador).

Agora suponhamos que o Tui seja o leitor potencial do livro e o Tud, o leitor efetivo. O leitor potencial, a princípio, é uma projeção imagística do escritor. Este, ao conceber sua obra, não deixa de construir uma imagem sobre o perfil de quem vai lê-la.

Em alguns casos, o próprio escritor direciona sua narrativa para esse leitor e para ele também pressupõe um imaginário sociodiscursivo. O mesmo raciocínio se aplica ao personagem narrador, que além de ser uma projeção imagística do escritor, tornar-se-á, também, uma projeção imagística para o leitor potencial. Já o leitor efetivo se insere, ou não, na circunscrição discursiva do leitor potencial, porque também possui sua própria referencialidade polifônica.

O escritor pressupõe que o leitor efetivo esteja inserido em sua imagem de leitor potencial. Interpretamos que, se o leitor efetivo de fato estiver circunscrito na interdiscursividade do leitor potencial, ele também o traspassa e o interpela. Da mesma maneira, também é traspassado e interpelado pelo leitor potencial.

Quando isso acontece, o leitor efetivo criva sua referencialidade polifônica com a do leitor potencial, constrói imagens acerca da narrativa, do personagem narrador e do próprio imaginário discursivo do escritor. É a inter-leitura dos bastidores da obra que é intrapessoal e particular. Ao ser traspassado e interpelado pelo leitor potencial, o leitor efetivo constrói representações acerca de como o escritor concebeu a obra, as personagens, e até os efeitos de sentido que a narrativa, porventura, provocariam nele.

Convém explicitar aqui que esse traspassar e esse interpelar podem se manifestar de forma consciente ou inconsciente, no imaginário sociodiscursivo do leitor efetivo. Se manifestados de forma consciente, o leitor efetivo traz para a superfície de sua leitura a crítica sobre a obra, sobre as personagens, e sobre o próprio escritor. Quando esse traspassar e esse interpelar são manifestados de forma inconsciente, revelam-se nos interdiscursos e nas heterogeneidades constitutivas de sua leitura.

Como podemos perceber, no entrecruzamento do leitor potencial com o leitor efetivo, e vice-versa, existe também uma relação de reciprocidade demarcada nesse mútuo traspassar e interpelar. Já no intervalo da realização languageira - o ato de leitura da obra pelo leitor efetivo - imagens outras se delineiam, a saber: a imagem que o leitor efetivo

constrói sobre o personagem narrador, sob o crivo da imagem do leitor potencial, projetada pela imagem do escritor. Nessa transposição de imagens, surge um jogo de interpelações.

O leitor efetivo possui características do leitor potencial, mas também possui características outras inerentes à sua própria constitutividade de sujeito. O leitor efetivo pode também ser um sujeito fora da imanência do leitor potencial. Quando isso ocorre, sua identificação com a obra do escritor se dá nos seus próprios processos identitários, que, por sua vez, estão vinculados e entrecruzados na mutualidade de uma instância outra de interpretação.

Dessa maneira, enquanto instâncias actanciais, percebemos que o Tui não é o mesmo Tud, embora possam existir características do Tui presentes no Tud e vice-versa. Quisemos, com este exemplo, representar a natureza discursiva da manifestação dessas instâncias actanciais, no processo enunciativo, e no âmbito da interação intrasujeitucional e intersujeitucional.

A seguir, pontuaremos a constitutividade do processo enunciativo, quando apresentaremos a noção de contrato de comunicação, no escopo da TS.

2.6. Os sujeitos e o contrato de comunicação

Para entendermos o papel dos sujeitos no processo enunciativo, vamos caracterizar como se constitui esse processo através da interação entre eles. Observamos que essa interação se instaura por ocasião da realização linguageira. Nesse sentido, torna-se relevante apresentarmos algumas características imanentes dela.

A realização linguageira, enquanto ato interacional e inter-enunciativo, traça o perfil de sujeitos heterogêneos pertencentes a um grupo social, e actantes em sua constitutividade discursiva. A nosso ver, trata-se de sujeitos circunscritos em processos identitários, inseridos em práticas sociais, e em ações contextuais, do e no processo enunciativo. Essa heterogeneidade estabelece uma relação de reciprocidade, quanto ao lugar discursivo que esses sujeitos ocupam na interação.

Assim, no decorrer do processo enunciativo, os sujeitos podem estar inseridos em um papel social, e numa diversidade de papéis linguageiros. Da mesma forma, esses sujeitos podem estar circunscritos em um papel linguageiro, que corresponda a uma diversidade de papéis sociais. Essa comutatividade lhes permite uma dinâmica

discursiva, que os coloca em constante alteridade, no que tange às realizações languageiras propriamente ditas.

Dessa forma, no amálgama dessas alteridades, um papel social, em sua diversidade languageira, pode manifestar-se em diferentes instâncias enunciativas. Essas diferentes instâncias, conseqüentemente, implicam diferentes planos discursivos. Assim, na constitutividade de um papel social, histórico e culturalmente circunscrito e na circunstancialidade da realização languageira, surge a noção de contrato de comunicação, imanente à e na noção de processo enunciativo.

Tal imanência se justifica pelos traços de contextualidade, de interacionalidade e de interdiscursividade do contrato. Além de balizar o comportamento dos sujeitos, o contrato atribui-lhes um *status* languageiro, porque estabelece uma inter-relação de normas e convenções, que se tornam partilhadas, imbricadas e entrecruzadas. A noção de contrato, pois, assume um caráter enunciativo-discursivo no processo de interação.

O contrato é enunciativo, porque se permeia por condições de atribuição e de finalidade. Na instauração de um processo interativo, o contrato atribui um objetivo sentidural, uma partilha de saberes e uma projeção subjetiva. Ele evidencia, também, as finalidades pelas quais os sujeitos vão se engajar nesse processo, e que resultam em escolhas determinantes de um papel social e de uma injunção de acontecimentos e crenças.

O contrato é discursivo, porque é revelador de processos identitários dos sujeitos envolvidos. Como ele é instaurado em um lugar sócio-histórico, vinculam-se em sua constitutividade normas e convenções sociais de um determinado grupo social. Além disso, ele também é perpassado pela influência de valores referenciais e polifônicos dos sujeitos nele inseridos.

Para melhor compreendermos a discursividade do contrato, é relevante que explicitemos como se manifestam os processos identitários dos sujeitos, e como se constitui esse lugar sócio-histórico em que ele se instaura. Os processos identitários dos sujeitos representam as particularidades imanentes à referencialidade polifônica dos mesmos. Já o lugar sócio-histórico representa as controvérsias situacionais, permeadas pelos padrões de comportamento e pelas implicaturas de caráter institucional.

Percebemos também que a influência dos processos identitários dos sujeitos no lugar sócio-histórico de constituição do contrato é permeada por conflitos, via de regra, decorrentes do entrecruzamento da referencialidade polifônica desses sujeitos com as

normas e convenções sociais, imanentes a esse lugar sócio-histórico. Configuram-se, assim, os ingredientes inter-sentidurais da realização languageira. Como podemos observar, o contrato é entrecortado pelas condições de produção e interpretação do processo enunciativo e pela dinâmica dos sentidos na realização languageira.

O processo enunciativo, enquanto substrato do contrato de comunicação, tem por superfície discursiva os enunciados construídos na realização languageira. Esses enunciados são representações da expressividade lingüística, da assimetria da interação, e da força ilocucionária dos sentidos a eles atribuídos. No contrato de comunicação, os interdiscursos se materializam nas e pelas marcas lingüísticas, tendo em vista as finalidades discursivas.

Por um lado, o contrato de comunicação estabelece implicações de ordem histórico-contextuais; por outro lado, institui lugares e condições para os acontecimentos discursivos. As implicações histórico-contextuais revelam os objetivos discursivos, a função dos sujeitos e o foco da interação. Já os lugares e condições para os acontecimentos discursivos constituem: i) a natureza dos comportamentos culturais e os estereótipos dos sujeitos; ii) o intercâmbio entre os sujeitos e os sentidos e iii) as relações de reciprocidade no processo interativo.

Para Charaudeau:

... o contrato de comunicação se compõe de um espaço de ‘limitações’, que constitui condições às quais os parceiros não podem escapar; e de um espaço de estratégias, que compreende, de maneira potencial, os diferentes tipos de configurações discursivas que dispõe o sujeito comunicante para, ao mesmo tempo, satisfazer as condições do contrato e realizar as intenções que lhe são próprias. (CHARAUDEAU, 1994)³³

Esse espaço de *limitações* representa a inserção dos sujeitos no processo interativo, contemplando: i) o grau de autonomia destes para lidar com os sentidos; ii) seu leque de condições em termos de escolhas discursivas e iii) suas possibilidades de atitudes diante dos acontecimentos enunciativos. Já o *espaço de estratégias* diz respeito às operações de funcionamento da realização languageira, permeando tentativas de um direcionamento para

³³ Nossa tradução do original em francês:

... le contrat de communication se compose d'un espace de 'contraintes' qui constitue les conditions auxquelles les partenaires ne peuvent déroger sous peine de ne plus pouvoir communiquer, et un espace de stratégies qui comprend, de manière potentielle, les différents types de configurations discursives dont dispose le sujet communiquant pour, à la fois, satisfaire aux conditions du contrat et réaliser les visées qui lui sont propres. (CHARAUDEAU, 1994: 36)

o processo interativo. Essas operações envolvem relações de interdependência lingüística no tocante à legitimidade, credibilidade e captação de sentidos pelos sujeitos na interação.

A legitimidade é uma relação que transcende o poder de monitoração discursiva do sujeito. Ela revela o *status* institucional desse sujeito e representa a instância enunciativa do “poder de dizer”. Assim, a legitimidade não só assevera o papel social do sujeito, como lhe atribui uma posição argumentativa de destaque, na hierarquia das relações de poder na interação.

A legitimidade também representa a evocação de vozes e saberes coletivos. Essas vozes geralmente são mencionadas como “instância de prestígio” para uma pontuação argumentativa. Já os saberes coletivos geralmente são citados como suporte de força ilocucionária na asseveração de sentidos nos enunciados.

Dessa forma, reconhecida na interpelação dos sujeitos entre si, a legitimidade instaura valores de verdade e sentidos postos no amálgama do processo enunciativo. Esses valores e esses sentidos são vinculados a essas limitações do contrato entrecruzadas com a referencialidade polifônica dos sujeitos. Entendemos, pois, essa legitimidade como um elemento asseverador da amplitude enunciativa do processo interativo.

Quanto à credibilidade, esta se insere na instância do “saber dizer”. Ela também transcende o poder de monitoração dos sujeitos, porque envolve fatores como: grau de persuasão, acuidade de conhecimentos e capacidade de percepção dos mesmos. A credibilidade exige um grau de compreensão que pressuponha uma exposição plena a um determinado sentido, além de prescrever uma referência de significação pontual em relação a uma série de outras.

Já a captação diz respeito a características concernentes aos aspectos particulares dos sujeitos. Tais características envolvem elementos como: i) estado emocional; ii) entonação de vozes; iii) habilidade em falar; iv) senso de humor e v) outros sugestionamentos de ordem psicológica. Na dimensão da interação, esses elementos exercem uma influência direta na tensão imanente ao processo interativo.

Além disso, esses elementos também interferem na constituição do que estamos chamando de intervalo histórico de dispersão dos sentidos. Esse intervalo compreende os pressupostos enunciativos dos sujeitos e a composição de imagens a partir desses pressupostos. Acreditamos que esses fatores possam ser os responsáveis pela construção dos efeitos de sentido no processo de realização languageira.

Acreditamos, também, que essas estratégias são constitutivas dos imaginários sociodiscursivos dos sujeitos envolvidos na interação. A justificativa para esta crença se deve ao fato de que elas comportam os saberes partilhados construídos longitudinalmente, e de forma inconsciente, pelos indivíduos de um grupo social. Trata-se, pois, de representações e imagens que evidenciam as práticas sociais desses indivíduos em um dado contexto e as racionalizam em termos de valores.

Como podemos perceber, essas imagens são imanentes da referencialidade polifônica dos sujeitos e são reveladas através de marcas enunciativas. Tais marcas são de natureza: elocutiva, alocutiva e delocutiva. Na enunciação elocutiva, os sujeitos se envolvem numa relação de implicaturas com o propósito da realização linguageira; na alocutiva, eles ocupam espaços discursivos nesse propósito; enquanto que, na delocutiva, eles inserem apagamentos, esquecimentos e silêncios, imanentes a essas implicaturas e desses espaços.

Nessa perspectiva, a nosso ver, o contrato de comunicação ocupa um espaço discursivo paritário e mútuo, oscilando entre a instância da realização linguageira e a instância da realização enunciativa do ato linguageiro. Na instância da realização linguageira, o sujeito referencial polifônico ocupa dimensões no imaginário sociodiscursivo em que se insere. Já na instância da realização enunciativa do ato linguageiro, esse sujeito referencial polifônico se insere numa formação discursiva, que também ocupa dimensões no seu imaginário sociodiscursivo.

Na instância da realização linguageira, o sujeito referencial polifônico, além de actante, é heterogêneo em sua constitutividade e perpassado de alteridades, que lhe conferem um lugar discursivo, permitindo sua inserção em uma relação de poder e concedendo-lhe um espaço de interlocução no processo interativo. Já na instância da realização enunciativa do ato linguageiro, o sujeito referencial polifônico, além de histórico-culturalmente constituído, é traspassado por imagens³⁴, que revelam desde sua anterioridade³⁵ discursiva, até sua contemporaneidade exógena³⁶, passando pelas interfaces de sua autogenia³⁷ e endogenia³⁸ discursivas. Assim, o contrato de

³⁴ Convém não silenciar que essas imagens não se referem à constitutividade cognitiva do sujeito e, sim, à sua constitutividade discursiva, sua capacidade enunciativa de interagir com os sentidos na e pela linguagem.

³⁵ Memória *histórico-sócio-cultural* do sujeito no crivo de sua percepção psicológica dos sentidos.

³⁶ A sincronia enunciativa do sujeito vista da superfície de seu discurso.

³⁷ Imagem que o sujeito tem de si próprio, em sua auto-referencialidade, percepção enunciativa espontânea e hipotética do sujeito em si mesmo, independente de influências ou pontos de vista externos.

³⁸ Evolução enunciativa inconsciente, interior do sujeito, e provedora de sua capacidade para inferências sentimentais.

comunicação envolve em sua constitutividade um universo de crenças e de conhecimentos e uma memória de eventos, experiências, modelos e representações discursivas, que perpassam o sujeito no processo interativo da realização linguageira.

A seguir, abordaremos mais um aspecto fundador da TS, os modos de organização do discurso. Consideramos que é nesse aspecto que se dá a ocorrência das opções discursivas dos sujeitos, ou seja, tais opções têm lugar na configuração do processo interativo. Percebemos, também, que, através desses modos, se estabelecem as direções enunciativas na realização linguageira.

2.7. Os modos de organização do discurso

Charaudeau situa o nível do discurso em manifestações constituintes específicas, com funções determinantes e determinadas na disposição dos sentidos - os modos de organização do discurso. Esses modos estão instituídos, teoricamente, em quatro categorias distintas: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo. Na realização linguageira, esses modos se manifestam tanto simultaneamente, no amálgama enunciativo, quanto pontualmente, enfatizando um ou outro entre eles.

Essa categorização demonstra o objetivo de evidenciar, na multifacetariedade da realização linguageira, as bases discursivas nas quais esta se funda, no âmbito do processo enunciativo. Observamos também que, através dessas bases, torna-se possível perceber os lugares discursivos do contrato de comunicação no encaminhamento do processo enunciativo. Passamos, então, a descrever cada um desses modos, explicitando suas especificidades.

2.7.1. O modo enunciativo

O modo enunciativo se caracteriza, principalmente, por apontar índices de constitutividade dos sujeitos e dos sentidos atribuídos por eles. Esse modo traduz as especificidades da realização linguageira, além de ser um elemento co-actante, discursivamente, com os demais modos. É através do modo enunciativo que se balizam as relações de poder, no encaminhamento enunciativo da realização linguageira.

No modo enunciativo, configuram-se os pontos de vista dos sujeitos envolvidos na interação. Além disso, é nele que se estabelecem as referencialidades discursivas de

ordem espacial e temporal na realização languageira. Tais pontos de vista são traspassados por vozes outras, que se manifestam na heterogeneidade e na alteridade da constituição dos sujeitos na realização languageira.

As marcas enunciativas dessas vozes se demarcam, implícita ou explicitamente, na superfície dos enunciados realizados. Essas marcas, via de regra, são formas que assinalam o comportamento discursivo dos sujeitos e determinam a natureza dos registros lingüísticos, nos quais esses enunciados se fundam no processo enunciativo. É através dessas formas que emergem os índices de locutividade da realização languageira - a elocutividade, a alocutividade e a delocutividade dos sujeitos.

Observamos que esses índices balizam o processo interativo, à medida que sinalizam: a natureza das atitudes dos sujeitos, o entrecruzamento de suas vozes e as marcas de apropriação-uso de outros discursos por esses sujeitos. Nessa sinalização, evidencia-se a postura desses sujeitos diante da enunciação, sua referencialidade polifônica e suas manifestações de heterogeneidades mostradas e constitutivas. Como podemos observar, tais índices são imanentes tanto na anterioridade discursiva, quanto na caracterização da realização languageira.

Apresentaremos, a seguir, uma descrição desses índices, para melhor compreendermos suas funções no modo enunciativo de organização do discurso. Pretendemos pontuar: i) seus lugares discursivos; ii) suas formas de manifestação e iii) suas implicações discursivas na superfície dos enunciados. Nessa pontuação, evidenciam-se as posições dos sujeitos em relação aos atos de linguagem, à argumentatividade e aos sentidos de seus discursos.

2.7.1.1. Índices de locutividade na realização languageira

2.7.1.1.1. A elocutividade

Através da elocutividade, os sujeitos situam o seu dito em relação a si mesmos, revelando sua própria posição. Tais posições evocam opiniões, apreciações, afirmações, promessas e proposições concernentes às suas imagens enunciativas. Essas manifestações estão diretamente vinculadas à imagem do outro - de seu interlocutor - que os sujeitos contemplan na composição do seu dizer.

2.7.1.1.2. A alocutividade

Na alocutividade, os sujeitos revelam implicaturas do seu dizer, isto é, interpelam o outro - seu interlocutor - na força ilocucionária de sua argumentação. Os sujeitos referendam essa força através da evocação de vozes (incluindo as suas) e sentidos outros (incluindo os seus - de sua própria atribuição), nessa interpelação do outro. Tal interpelação visa provocar uma reação do interlocutor, quer por um processo de apreciação, quer por um processo de indagação, ou, ainda, por um processo de constatação.

2.7.1.1.3. A delocutividade

A delocutividade transfere a força ilocucionária dos sujeitos para os sentidos em si. Ela se caracteriza na superfície dos enunciados: i) pelas marcas de impessoalidade; ii) pelo uso de discursos relatados; iii) pela ausência de marcas explícitas de subjetividade; iv) pelo uso de assertivas com vozes apagadas, silenciadas ou implícitas; ou ainda, v) pela explicitação de sentidos de um “outro”, constitutivo mas não mostrado. A delocutividade, portanto, apresenta-se como um traço enunciativo, que circunscreve o foco dos sentidos em sua própria polifonia, enfatizando, dessa maneira, a polissemia destes.

Nessa perspectiva, é possível inferirmos que o modo enunciativo do discurso se situa na dimensão interdiscursiva da realização languageira, atuando na enunciatividade³⁹, na opacidade do processo enunciativo e, por conseguinte, no âmbito da performance discursiva.

A seguir, apresentaremos o modo descritivo de organização do discurso.

2.7.2. O modo descritivo

Entendemos que é no modo descritivo que a substância sentidural⁴⁰ dos enunciados se acentua, porque é o lugar discursivo em que se observa o potencial de significação dos sentidos. Percebemos, então, que o modo descritivo se constrói na dimensão atributiva da realização languageira. Essa dimensão do discurso se esboça na acuidade de concepção, referencialização e caracterização designativa dos sentidos.

³⁹ Conjunto de propósitos contidos na *praxis* social de um sujeito, propósitos estes declarados em suas ações e colocados em uma situação específica de atribuição de sentidos.

⁴⁰ Conforme conceituamos na nota 3 deste capítulo, p. 46.

O processo de concepção envolve o estabelecer de condições e propriedades para a significação de algo. A referencialização demarca “lugares” e “temporalidades” para algo concebido. Já a caracterização designativa enfatiza significados e peculiaridades com relação a algo concebido e localizado num “espaço” e num “tempo”.

A atribuição de sentidos no modo descritivo perpassa a formação de imagens pelos sujeitos no encaminhamento enunciativo. Ela é regulada a partir dos processos identitários dos sujeitos, que especificam os sentidos de acordo com a natureza contextual da enunciação. Da mesma forma que o modo enunciativo, o modo descritivo também está intrinsecamente relacionado com os outros modos, uma vez que sua ocorrência também se processa na simultaneidade e na reciprocidade da instauração linguageira.

No modo descritivo, essa atribuição de sentidos é determinante para a instauração do contexto enunciativo. Ela ocorre a partir de um entrecruzamento de significações que estabelece regularidades sentidurais. É através dessas regularidades que se constrói o processo de atributividade.

Já com relação à influência dos processos identitários dos sujeitos na atribuição de sentidos, ela se dá por uma natureza designativa que os dispõe em designações abrangentes, específicas e distintivas. Abrangentes, porque, uma vez inseridos em grupos distintos de significação, cada um desses sentidos apresenta valores particulares, dentro dos limites contextuais da enunciação; específicos, porque seus empregos são recapituláveis e podem ser identificados em processos enunciativos outros; e distintivos, porque em um mesmo processo enunciativo podem ocupar espaços de significação semelhantes, mas não idênticos, ou ainda, significações diferenciadas, embora constitutivas de uma mesma identidade designativa. A manifestação do modo descritivo, além de estar relacionada aos processos identitários, imanentes e inerentes aos sujeitos, comporta também os processos de construção objetiva e construção subjetiva dos sentidos.

No processo de construção objetiva, os sentidos são inseridos em lugares discursivos dotados de espacialidade e temporalidade, além de serem portadores de definições e explicações. No processo de construção subjetiva, os sentidos são inseridos na referencialidade a eles atribuída pelos sujeitos. Essa referencialidade se manifesta através de caracterizações, imagens, transposições, comparações e associações feitas pelos sujeitos no encaminhamento da realização linguageira.

Nesses processos - identitário, de construção objetiva e subjetiva - constitui-se o imaginário referencial dos sujeitos, nos quais estes deixam transparecer as imagens que formulam para construir sentidos. A composição dessas imagens se esboça na intervenção referencial, nos e pelos sujeitos, gerando significações identificáveis ou não na superfície dos enunciados produzidos. Dentre essas significações, destacam-se: i) a significação de saber partilhado; ii) a significação de condição de verdade, ou de condição de pressuposição hipotética; iii) a significação de asseveração; iv) a significação de meta alcançada; ou ainda, v) a significação de historicidade.

Passamos, então, a caracterizar os aspectos inerentes a cada uma dessas significações:

- em (i) as imagens postas prevalecem na significação de saberes partilhados;
- em (ii) o caráter de alteridade entre o posto e o pressuposto no discurso prevalece na significação de condição de verdade, ou condição de pressuposição hipotética;
- em (iii) a oscilação entre o posto, o pressuposto e o subentendido prevalece na significação de asseveração;
- em (iv) a imagem do objetivo discursivo prescrito prevalece na significação de meta alcançada; e, por fim,
- em (v) a potencialidade de evocação do discurso prevalece na significação de historicidade.

Assim, o processo de identificação dessas significações na superfície dos enunciados se dá pela observação da extensão dos sentidos, pela interpretação de traços concernentes a sua materialização, pela percepção de sua hierarquia, pela contigüidade enunciativa e por suas próprias inter-relações. Percebemos, pois, que a determinação dessas significações, além de permitir uma explicitação das imagens imanentes aos processos identitários dos sujeitos envolvidos no processo enunciativo, situa o lugar discursivo das mesmas no encaminhamento da realização languageira. A explicitação dessas significações, circunscritas em um lugar discursivo, podem permitir uma identificação do contexto enunciativo da interação.

Nessa perspectiva, é possível afirmarmos que o modo descritivo situa-se na dimensão atributiva dos sentidos. Ele entrecruza o posto enunciável, o designativo transposto

e o constitutivo imaginário. Assim, por um lado, o posto, que é histórico, se transforma no designativo transposto, que é sincronicamente interferível. Por outro lado, a referência desse posto histórico interpela o transposto interferível, instituindo o imaginário descritível.

Quisemos, com essa caracterização, evidenciar o potencial discursivo do modo descritivo enquanto dimensão enunciativa da realização linguageira, observando, também, que esse potencial revela o “estado de ser” dos sentidos na enunciação.

A seguir, apresentaremos o modo narrativo de organização do discurso.

2.7.3. O modo narrativo

O modo narrativo se situa na dimensão factual do discurso. Essa dimensão envolve uma sucessão de ações, que se influenciam mútua e continuamente, sob as quais juízos são emitidos. Na emissão desses juízos, consideram-se hipóteses e deduções, além de se levar em conta o aspecto durativo de sua constitutividade.

O papel dos sujeitos nessa conjuntura factual oscila entre as posições de actante-relator, até a posição de observador-conhecedor, passando pelas variantes de actante-conhecedor e observador-relator. O discurso construído no modo narrativo se caracteriza por uma dupla articulação - a enunciatividade dos fatos e sua transcendência enunciativa. Na enunciatividade dos fatos encontram-se as hipóteses de construção das ocorrências e sua historicidade.

O lugar discursivo dessas ocorrências é o espaço enunciativo delineado no processo interativo. Já a historicidade se refere às características de ocorrência dos fatos. Como podemos perceber, trata-se de uma pontuação factual sincrônica, fundada em uma anterioridade diacrônica desses fatos.

Na transcendência enunciativa dos fatos, heterotropias perpassam os sentidos desses acontecimentos, ampliando seu campo sentidural e, conseqüentemente, enquadrando-os em uma encenação característica. Torna-se relevante observar o caráter inter-relativo dessa dupla articulação, no qual a operação narrativa se funda. Os actantes estão inseridos na interdependência da enunciatividade dos fatos e em sua continuidade.

Dessa maneira, o sujeito, o processo, a função e a seqüência compõem, então, a ordem narrativa do discurso. Os sujeitos participam no processo, porque compõem os

fatos ou porque neles se inserem. Quando compõem os fatos, têm a função de agir sobre eles, enquanto que, quando neles se inserem, têm a função de julgar suas ocorrências.

Nesses papéis actanciais, as seqüências das ações são recíprocas na medida em que se instaura uma alteridade entre o “compor” e o “inserir-se”. Essa alteridade caracteriza-se, principalmente, pela sucessão pontual de acontecimentos na concepção da narrativa. Nessa sucessão de acontecimentos existe uma meta projetada, em cujo encadeamento vai emergir uma finalidade, uma busca e uma realização, na continuidade espaço-temporal do processo narrativo.

A finalidade é motivada ou prescrita numa temporalidade relativa, enquanto que a busca se efetiva num dado ritmo, que oscila entre a expansão e a condensação da natureza dos fatos. A continuidade espaço-temporal está vinculada ao entrecruzamento da gênese dos fatos, associada à ação dos sujeitos, constituindo, assim, uma encenação narrativa. Essa encenação deriva de uma transposição de conhecimentos racionais sobre os fatos, gerando uma arquetipologia para os mesmos.

Nessa arquetipologia, os fatos são particularizados na progressão ou inversão das ocorrências, balizadas na dimensão de uma validade trans-sentidural, ou em sua auto-significância. Dessa forma, o discurso narrativo se concebe em um espaço extratextual vivenciado por um escritor (Euc). Esse escritor arquetipologiza fatos para um leitor (Tui) na instância enunciativa e transmuta história e estória, na voz de um narrador (Eue), que relata imagens de fatos arquetipologizados para um leitor potencial (Tud).

Esse percurso enunciativo pressupõe a constitutividade dos sujeitos envolvidos, sua inserção na arquetipologização dos fatos e sua particularização linguageira na percepção desses fatos. A constitutividade dos sujeitos envolve as inter-relações desses sujeitos em sua referencialidade polifônica nos, pelos e acerca dos fatos arquetipologizados. Convém salientar que essa arquetipologia se configura na posição dos sujeitos diante desses fatos, nas imagens que dos fatos emergem em seu imaginário.

A inserção desses sujeitos na arquetipologização dos fatos advém do grau de envolvimento, do grau de complexidade e da natureza de interferência desses sujeitos nesses arquétipos. Já a particularização linguageira desses sujeitos nesses arquétipos se efetiva na imagem de verossimilhança do intervalo histórico existente entre a enunciatividade dos fatos e sua virtual transcendência. Esse intervalo histórico identifica, distancia ou idealiza as particularidades dos sujeitos com a natureza arquetipológica dos fatos narrados.

Essa arquetipologização dos fatos é essencialmente polifônica e polissêmica, na heterogeneidade e alteridade de vozes e sentidos que se entrecruzam no processo narrativo. Ocupa lugares e focos distintos, além de se configurar na dialética da verdade posta-instituída-construída-desejável-imposta. Essa multiplicidade discursiva permeia o discurso narrativo, na medida em que o posto e o imaginário se integram no arquétipo do visível-tangível.

Assim, percebemos que o modo narrativo de organização do discurso opera na instauração de representações dos sujeitos sobre e nos fatos. Tais representações são perpassadas: i) na polissemia dos sentidos; ii) na polifonia de vozes entrecortadas nas vozes desses sujeitos; iii) na heterogeneidade dessa polissemia e dessa polifonia; iv) na alteridade sentidos-vozes nessa heterogeneidade e v) na construção de arquétipos acerca dos fatos narrados. O amálgama dessas representações exhibe, portanto, a composição do olhar dos sujeitos sobre a história, entrecortado pela dinâmica dos sentidos.

Apresentaremos, a seguir, o modo argumentativo de organização do discurso em sua caracterização enunciativa. Na abordagem desse modo, conjugam-se sujeitos e sentidos num percurso que vai da anterioridade discursiva à realização linguageira, passando pela intrapessoalidade sujeitudinal. Tal percurso descreve e caracteriza mecanismos inerentes à conjugação sujeito-sentidos.

2.7.4. O modo argumentativo

O modo argumentativo situa-se na dimensão da interpelação dos sentidos pelos sujeitos. A nosso ver, em sua manifestação dialógica, ele comporta uma instância de cognição e uma instância histórico-cultural-ideológica. A instância de cognição perpassa uma interação lingüística dos sujeitos com os sentidos; já na instância histórico-cultural-ideológica, entrecruzam-se: i) acontecimentos discursivos em sua anterioridade sentidural; ii) uma crença e um engajamento no processo enunciativo e iii) uma filiação implícita/explícita, inconsciente/consciente desses sujeitos, numa diversidade de formações discursivas e ideológicas⁴¹.

⁴¹ Aqui entendida como um complexo de atitudes e representações, que não são nem individuais, nem universais, mas que perpassam o imaginário sociodiscursivo dos sujeitos nela inseridos.

Na instância de cognição, opera-se uma alteridade referencial e polifônica, nas vozes transversalizadas no imaginário dos sujeitos. Além disso, configura-se uma heterogeneidade, também referencial e polissêmica, no amálgama de discursos que os sujeitos interpelam continuamente. Instaura-se, pois, uma relação recíproca de proposições enunciativas, advindas da clivagem de conhecimentos no imaginário discursivo dos sujeitos.

Essas proposições, por sua vez, também se circunscrevem em lugares discursivos distintos e se caracterizam por perpassarem relações de influência. Já essas relações de influência dizem respeito às condições de reflexão dos sujeitos no processo enunciativo. Nessas relações de influência, que também são recíprocas, transmutam-se a razão⁴² demonstrativa e a razão persuasiva.

A *razão demonstrativa* está vinculada aos traços de causalidade na constituição discursiva. No funcionamento da razão demonstrativa, as ações discursivas estão vinculadas a mecanismos cognitivos de interação intrapessoal com os sentidos, por parte dos sujeitos. Dentre esses mecanismos cognitivos, destacam-se: i) a dedução; ii) a explicação; iii) a associação; iv) as escolhas alternativas e v) a concessão restritiva.

Observamos, também, que existem inter-relações concorrentes entre esses mecanismos. Essas inter-relações se fundam na simultaneidade processual em que ocorre a interação intrapessoal. Procuramos descrevê-las separadamente, com um intuito de detalharmos o processo de argumentação, vivenciado pelos sujeitos na interação com os sentidos.

Caracterizaremos, a seguir, cada uma dessas inter-relações, procurando explicitar essas co-ocorrências. Nessa caracterização, optamos por descrever sucintamente as condições argumentativas nas quais essas inter-relações se configuram. Em algumas delas, apresentamos a função ou esboçamos um comentário acerca da abrangência discursiva das mesmas.

⁴² Convém não silenciarmos que a razão aqui não é desvinculada da experiência, mas, sim, um atributo para compreendê-la, ao mesmo tempo que se constitui como uma finalidade intrínseca de uma ação prescrita ou historicamente vinculada.

(i) A dedução

Ela pode ocorrer por silogismo, pragmatismo, cálculo, condição e intravisão.

- Na *dedução por silogismo*, instauram-se duas condições argumentativas para implicar a abrangência de uma terceira.
- Já na *dedução por pragmatismo*, uma condição argumentativa é implicatura para a instauração de uma outra.
- No que se refere à *dedução por cálculo*, uma condição argumentativa é suficiente para a constituição de uma outra.
- Na *dedução por condição*, a existência de um argumento só se realiza na e pela existência de um outro.
- Por fim, na *dedução por intravisão*, vários argumentos se entrecruzam e a diversidade das inter-relações instauradas, a partir desse entrecruzamento, é condição para a percepção de um outro.

Verificamos que algumas ocorrências do *processo de dedução* são idênticas no *processo de explicação*. Julgamos que essa identidade está ligada ao fato de que, via de regra, as explicações também implicam deduções. Passemos, então, para o mecanismo cognitivo da explicação.

(ii) A explicação

A explicação, em sua constituição de causalidade, é orientada da consequência para a causa. Essa orientação se justifica pela existência de um fato ou de um fenômeno antecedente, que detona efeitos e formalidades sobre os sentidos destes. É através deles e em relação a eles, que tais efeitos e formalidades se circunscrevem em um conjunto de ações operadas e modificadas por um agente.

A explicação também ocorre pelas mesmas inter-relações da dedução. Vejamos cada uma delas, mais detalhadamente:

- Na *explicação por silogismo*, existe uma dada consequência concebida na gênese de uma causa, inclusive contemplando uma relação de reciprocidade em ambas.

- Já na *explicação por cálculo*, existe uma dada conseqüência cujas circunstâncias se circunscrevem em uma determinada causa.
- No que tange à *explicação por hipotetização*, existe uma conseqüência cujo propósito se funda em uma dada causa, ou ainda, cujo fim é meio de uma dada causa.
- Na *explicação por pragmatismo*, a conseqüência é causa de si, portanto a conseqüência é lugar da causa no processo argumentativo.
- Por fim, na *explicação por intravisão*, existe uma conseqüência que esclarece, a partir de uma ou várias causas, a ocorrência de um dado fato ou fenômeno, na aplicação de um determinado conhecimento.

Percebemos, pois, que *o silogismo, o cálculo, o pragmatismo e a intravisão* são ocorrências mútuas tanto na *dedução* quanto na *explicação*. Essa relação de mutualidade evidencia o caráter interseccional imanente desses mecanismos cognitivos.

(iii) A associação

A associação se situa no intervalo das oposições e das identificações. Dessa maneira, compreende manifestações de *paradoxos*⁴³, *contradições*, *tautologias*⁴⁴ e *redundâncias*. Nessas manifestações, as relações de oposição e identificação são essencialmente excludentes. Nas oposições, verifica-se a *doxa*⁴⁵ das conseqüências em função das causas.

(iv) As escolhas alternativas

As escolhas alternativas envolvem *incompatibilidades*, *convergências* e *divergências*. Tais elementos também são excludentes no processo argumentativo. É nessa excludência que as escolhas alternativas pontuam paradoxos, contradições, tautologias ou redundâncias, resultantes do processo de associação de argumentos.

⁴³ No sentido de atribuições contrárias ao posto em relação a um mesmo sentido.

⁴⁴ Aqui entendida como necessidade de repetição analógica de um sentido para referendá-lo.

⁴⁵ Consiste de uma opinião com base em uma crença, homologada ou não, como um valor de verdade.

(v) A concessão restritiva

A concessão restritiva diz respeito ao grau de *aceitabilidade* ou de *tolerância* de uma relação argumentativa. Esses elementos, via de regra, ficam subentendidos no processo argumentativo. Dessa forma, um encaminhamento pode ser aceitável, tolerado ou recusado, mas nem sempre essa decisão aparece na superfície do discurso.

A *razão persuasiva* se instaura a partir de mecanismos de convalidação dos sentidos na instituição discursiva. O intercâmbio mútuo entre a razão demonstrativa e a razão persuasiva estabelece a ordem argumentativa na dialogicidade do processo enunciativo. É na alteridade dessas razões que se compõe, portanto, o modo argumentativo.

A *ordem argumentativa*, por sua vez, circunscreve-se em: i) uma asserção de partida - a premissa; ii) uma asserção de chegada - o encaminhamento discursivo fundado no processo enunciativo e iii) várias asserções de passagem - o intervalo histórico da dispersão dos sentidos. A asserção de partida comporta o propósito enunciativo, enquanto que a asserção de chegada é o lugar de causalidade entre a asserção de saída, a asserção de chegada e as asserções de passagem. Essa seqüência organiza a constitutividade argumentativa dos enunciados em todas as fases da realização languageira.

A *premissa* comporta dados, informações, conhecimentos, finalidades e objetivos; enquanto que o *encaminhamento discursivo* engloba: percepções, compreensões, leituras, interpretações e efeitos. É da premissa, pois, que se extrai o encaminhamento argumentativo em uma relação discursiva. Esse encaminhamento parte de uma relação de causalidade e é orientado em função da causa propriamente dita, ou direcionado por uma conseqüência.

Entre a premissa e o encaminhamento existe um intervalo histórico de dispersão dos sentidos, que é perpassado por comparações, analogias, inferências, argumentatividade e asseverações. Por conseguinte, a ordem argumentativa inter-relaciona: i) o encadeamento da causalidade; ii) a transposição de sentidos; iii) a imprevisibilidade enunciativa; iv) a interposição de valores de verdade e v) a impossibilidade de controle do funcionamento da realização languageira. Esses elementos desencadeiam, pois, as condições para que uma asserção seja considerada argumentativa.

Na seqüência, apresentaremos algumas características de cada uma dessas inter-relações.

- i) O *encadeamento da causalidade* envolve relações de conjunção, restrição, oposição, causa e consequência, no interagir com os sentidos.
- ii) A *transposição de sentidos* se esboça na adequação pontual de significações, conforme a agenda enunciativa do processo interativo. Dessa maneira, a causalidade funciona como elemento balizador da atividade sentidural na enunciação.
- iii) Já a *imprevisibilidade enunciativa* diz respeito aos efeitos provocados por variações de tensão, apagamentos, esquecimentos, silêncios e hiper-explicação (exposições em níveis de ênfase). Esses efeitos dependem do grau de envolvimento dos sujeitos no processo interativo. Nesse envolvimento tanto pode ocorrer uma tentativa de monitoração desses efeitos, quanto uma ausência de percepção e consciência dos mesmos.
- iv) A *interposição de valores de verdade* está vinculada às relações de generalização, particularização e hipotetização nos e dos sentidos, pelo crivo da referencialidade polifônica dos sujeitos. Tais relações oscilam entre a necessidade de evasão em torno da atividade sentidural no processo enunciativo e a relevância e o engajamento na construção argumentativa. Essa oscilação possui também um caráter dialético e mútuo, na heterogeneidade da atividade sentidural. Quanto às generalizações por relevância e engajamento, estas podem ocorrer da mesma maneira que a evasão em torno da atividade dos sentidos no processo enunciativo, pelo excesso de especificidades e detalhamentos.
- v) Por fim, consideremos a *impossibilidade de controle do funcionamento da realização linguageira*, impossibilidade esta que está relacionada com a dinâmica discursiva do acontecimento enunciativo. Ela seria justificada pela ausência de monitoração, por parte dos sujeitos, da atividade discursiva no intervalo histórico de dispersão dos sentidos. Trata-se de um fenômeno temporal-histórico em que a percepção cognitiva não consegue acompanhar sua dinâmica de realização.

A partir da manifestação desses elementos, insere-se um dispositivo argumentativo portador de uma *temática*, uma *proposição* e *mecanismos de persuasão*. Na seqüência, descrevemos as características de cada um desses elementos. Convém não silenciarmos, aqui, que a ordem de ocorrência apresentada para a inserção desses elementos não

necessariamente representa uma lógica sistêmica prescrita na construção argumentativa, uma vez que a dinâmica da argumentatividade na enunciação é um processo variável e dialético.

Vejamos, pois, as principais características dos elementos desse dispositivo.

- A *temática* compreende uma tese na qual se aplica uma condição, que resulta em um encaminhamento discursivo de concessão ou de restrição definido pelos sujeitos. Essa tese se compõe de uma ou mais asserções, que se referem aos fenômenos relacionados aos sentidos postos, através de uma relação argumentativa. Assim, a temática pontua o contexto enunciativo e o circunscreve em uma ordem argumentativa.
- Já a *proposição* coloca a temática em um quadro de questionamento também proposto pelos sujeitos. Esse quadro institui uma tomada de posição dos sujeitos, que opera no intervalo argumentativo compreendido entre a refutação, a justificação e a ponderação. Se não há uma tomada de decisão em relação à temática, não ocorre a definição de um encaminhamento, o esboço de um acordo, ou mesmo a explicitação de uma rejeição da proposição.
- No que se refere aos *mecanismos de persuasão*, estes colocam em ação um quadro de intrapessoalidade cognitiva, cujo objetivo é uma tomada de posição, nos moldes do quadro de questionamento da proposição. Já a refutação, justificação ou ponderação de uma proposição acontecem de acordo com a natureza da configuração argumentativa. Essa configuração argumentativa se constrói numa situação de interação entre sujeitos, na qual se interpelam posições referenciais em uma polifonia heterogênea, acerca da temática e da proposição instauradas no processo argumentativo.

Essa interpelação tanto coloca os sujeitos em situações monolocutivas quanto em situações interlocutivas. Nas primeiras, os sujeitos argumentam, debatem e constituem autoridade sentidural no processo argumentativo. Nas segundas, os sujeitos atuam na dependência do encaminhamento da temática, da proposição e dos mecanismos de persuasão no encadeamento do processo argumentativo.

As posições referenciais e a polifonia heterogênea estabelecem as bases hermenêuticas da argumentatividade. Nelas, instauram-se: a pontualidade ou a imprevisibilidade dos níveis de interação com a temática e a proposição ou o quadro de

mecanismos persuasivos. Através dessas posições referenciais e do entrecruzamento polifônico, os sujeitos assumem posturas diante da temática.

Essas posturas variam da favorabilidade até a oposição, passando pela indiferença diante da temática. A partir dessas posturas, surgem os índices de autoridade dos sujeitos, de asseveração dos argumentos, ou ainda, de polemização dos sujeitos sobre os argumentos. E na conjuntura desses índices, instauram-se os sinais de engajamento ou não desses sujeitos na argumentatividade.

O quadro de argumentatividade pressupõe procedimentos de ordem *semântica*, *discursiva* ou *composicional*, cuja função é a de convalidar ou asseverar a natureza enunciativa dos argumentos.

- i) Nos *procedimentos semânticos*, verifica-se a condição de sentidos postos e de sentidos tomados como valor de verdade, quer dizer, partilhados em uma comunidade interpretativa de sujeitos. Para tal verificação, configuram-se relações dialógicas de verossimilhança, apreciação de singularidades, juízo de valor, validade afetiva e pragmatismo.
- ii) Os *procedimentos discursivos* atuam no âmbito da constituição sentidural, envolvendo relações de: a) *atributividade*; b) *distinção*; c) *enumeração*; d) *caracterização*; e) *asseveração*; f) *polemização* e g) *transpositividade*. Esses procedimentos são utilizados para produzir certos efeitos de persuasão. A seguir caracterizaremos cada um deles.
 - a) A *atributividade* consiste em conceber, nomear ou designar significações específicas com o intuito de esclarecer, pontuar ou detalhar a amplitude dos sentidos nos argumentos.
 - b) A *distinção* atua no âmbito da indicação de evidências e de inter-relações constitutivas entre os sentidos nos argumentos.
 - c) A *enumeração* diz respeito à demarcação do dito, do pressuposto e do posto consagrado, com o objetivo de produzir um efeito de autenticidade na superfície dos argumentos, a partir da autoridade dos sentidos evocados.
 - d) A *caracterização* enfatiza pontos de inflexão nas particularidades dos sentidos, produzindo um efeito de exemplificação ou de intensificação da carga sentidural dos argumentos.

- e) A *asseveração* conjuga a simultaneidade de significação do conteúdo sentidural dos argumentos, produzindo um efeito de competência persuasiva no processo enunciativo.
 - f) A *polemização* consiste em vincular a realização linguageira de uma determinada tese a uma diversidade de conhecimentos, a uma prioridade de escolhas sentidurais e a uma verificação argumentativa de determinados saberes partilhados.
 - g) A *transpositividade* envolve expansões sentidurais, oscilações heterotrópicas dos sentidos e apropriações específicas de argumentos por autoridade, no encadeamento do processo enunciativo.
- iii) Os *procedimentos composicionais* se referem à *natureza de aplicação*, à *diversidade de lugares e critérios* e à *categorização dos argumentos* na articulação do processo enunciativo.
- a) A *natureza de aplicação* diz respeito ao universo situacional da argumentação.
 - b) Já a *diversidade de lugares e critérios* contempla os espaços físico-temporais e suas implicaturas de adequação enunciativa.
 - c) A *categorização dos argumentos* representa escolhas enunciativas através das quais se funda a argumentatividade. Numa composição linear, os argumentos se dispõem em uma composição cronológica (detonação sentidural, articulação linguageira e encaminhamento discursivo). Numa composição classificatória ou taxionômica, a diversidade de argumentos se constitui através de relações sentidurais, caráter de detalhamento do processo de significação, representatividade enunciativa desses sentidos, credenciamento interpretativo e extensão linguageira.

O modo argumentativo, portanto, se institui nos bastidores da realização linguageira e funciona como elemento articulatório do encaminhamento discursivo. Seu encaminhamento está circunscrito no intervalo histórico da dispersão dos sentidos e seus efeitos vinculados à historicidade da instauração enunciativa. Nunca dissociado de uma inter-relação com os outros modos, o modo argumentativo cadencia os níveis de alteridade na heterogeneidade enunciativa da realização linguageira.

2.8. Um olhar epistemológico sobre a constituição do discurso na Teoria Semiollingüística

Na sua concepção de discurso, Charaudeau estabelece um *continuum* no entrecruzamento dos modos de organização do discurso. Nesse *continuum* se instauram: i) a identidade dos sujeitos; ii) a explicitação de sua referencialidade polifônica; e, conseqüentemente, iii) a alteridade do posto, do atribuível e do instituível, no que tange à natureza dos sentidos. Trata-se de uma percepção e interpretação da realização desses sentidos num espaço sócio-historicamente constituído em que se operam processos de transformação no âmbito da subjetividade identitária, da apropriação particularizada, da actância enunciativa, da interpelação causativa e da distinção representativa.

A subjetividade identitária ocorre na relação diádica *percepção-transformação*, indicativa de uma realização dialética dos sentidos, que oscila entre o *existente-aceito-consagrado* e o *idealizado-pressuposto-atribuído*. Já a apropriação particularizada perpassa a relação *todo-especificidades*, evidenciando uma reciprocidade e uma alternância do *concebido-próprio-estabelecido* com o *particularizado-pontual-transposto*. No que se refere à actância enunciativa, esta corresponde à inserção dos sujeitos da realização languageira, em uma dinâmica de atitudes determinantes e determinadas, que oscilam do *prescrito-inscrito-transcrito* para o *imprevisto-provável-construído*.

A interpelação causativa está relacionada à motivação intrínseca, extrínseca ou compulsória, em que os sujeitos esboçam seu envolvimento diante dos sentidos. Esse envolvimento emerge no intervalo enunciativo que compreende o *desejo-reconhecimento-ação* e a *realização-implicação-efeito*. No que tange à distinção representativa, esta se situa entre a *fundação-concepção-inserção* do imaginário sociodiscursivo dos sujeitos e a *dimensão-operação-transformação* dos sentidos na instauração enunciativa.

O *processo de transformação*, portanto, atua nas peculiaridades do processo enunciativo, imputando-lhe condições sentidurais, propriedades qualitativas e sinais distintivos. Tais peculiaridades ocorrem pelo contínuo movimento dos sentidos no encadeamento da realização languageira. É essa continuidade que atribui ao processo enunciativo seu caráter de unicidade e originalidade.

Os *processos de transformação* são permeados pelos *processos de transição* em que figuram os pressupostos acerca das ocorrências discursivas, no intervalo histórico

de dispersão dos sentidos. Nessa transição considera-se: i) a natureza da interação; ii) a construção da *pertinência*⁴⁶; iii) os dispositivos de influência; iv) os princípios de regulação e v) a dimensão da dispersão. A seguir descreveremos as implicações concernentes a cada um desses elementos do processo de transição.

- i) *A natureza da interação* pressupõe o fenômeno das trocas languageiras entre sujeitos. Trata-se de um fenômeno de reciprocidade sentidural, em que a inter-compreensão e a co-construção de significações são perpassadas e entrecruzadas, no amálgama de representações de imagens dos sujeitos constituídos no processo interativo. Tal fenômeno toma lugar no interior do processo enunciativo.
- ii) Já a *construção da pertinência* implica a propriedade e a conveniência de uso-atribuição de sentidos por parte dos sujeitos. Essa construção leva em consideração o contexto enunciativo e os objetivos discursivos da interação. Ao considerar tais elementos, a pertinência torna-se determinante para o reconhecimento recíproco, por parte dos sujeitos, das relações de autoridade e das competências interpretativas do encadeamento da realização languageira. Nessas competências entremeiam-se: a) saberes postos que são partilhados; b) valores atribuídos a esses saberes; c) convenções sócio-histórico-culturais inerentes a esses saberes; d) práticas discursivas imanentes da anterioridade desses saberes; além de e) possíveis transposições de sentidos ou transcendências de significações, imputadas a esses saberes no amálgama da continuidade discursiva. Dessa maneira, a *pertinência* é entrecortada pela consubstanciação desses elementos partilhados entre os sujeitos. Além disso, podemos afirmar que a *pertinência* é inerente à enunciatividade e, por conseguinte, é imanente a ela, na ocorrência da realização languageira.
- iii) No que se refere aos *dispositivos de influência*, esses entrecruzam os discursos dos sujeitos em sua referencialidade polifônica e em sua interdiscursividade. Trata-se de formas de ação nos, pelos e sobre os sentidos que os sujeitos utilizam para construir e valorizar o discurso, de modo a torná-lo preponderante frente ao discurso do outro e vice-versa. Tais dispositivos situam-se no âmbito enunciativo e se manifestam na instauração da realização languageira.

⁴⁶ Entendemos *pertinência*, aqui, como a adequação de sentidos a um determinado contexto.

Na TS esses dispositivos de influência se caracterizam como direções da finalidade acional, a saber: a) uma direção factível na amplitude do “fazer-fazer”; b) uma direção informativa na amplitude do “fazer-saber”; c) uma direção persuasiva na amplitude do “fazer-creer”; d) uma direção motivacional na amplitude do “fazer-prazer” e e) uma direção de autoridade na amplitude do “fazer-dizer”.

- a) Na *direção factível* existe uma presunção na atributividade dos sentidos, que pressupõe um processo de adesão dos sujeitos, ainda que essa atributividade seja permeada de controvérsias e conflitos. Essa adesão advém de uma ligação entre os sentidos atribuídos e configura uma freqüência de significações, cuja direção sentidural se encaminha para uma determinada ação preponderante sobre os sentidos.
- b) Na *direção informativa*, seqüências de sentidos correspondem a determinados encaminhamentos enunciativos. Essas seqüências se fundam na vinculação de dados acerca de uma imagem a ser construída pelos sujeitos, com o intuito de compor uma representação dessa imagem. Trata-se, pois, de uma interposição de imagens, perpassada de representações, que vão demarcar a natureza dos sentidos direcionados para instituir um saber.
- c) A *direção persuasiva* busca essencialmente uma objetividade nos sentidos. Ela se funda na possibilidade de evidenciar particularidades dos mesmos no decorrer da atividade enunciativa. Essas particularidades, por sua vez, são dotadas de oscilações factuais, que incidem sob a significação dos sentidos. Nessas oscilações, a persuasão se constitui à medida que transposições de sentidos com valor sentidural pontual se configuram, apagando uma necessidade premente de demonstração justificada do potencial de significação desses sentidos. É na pontualidade do valor sentidural que se funda o efeito de relevância e de convicção atribuído ao sentido transposto, no processo de persuasão. Já o apagamento da demonstração justificada representa a opacidade sêmica desses sentidos, constituindo-se, assim, uma condição essencial para a ênfase centrada no sentido transposto.
- d) A *direção motivacional* contém a razão de agir dos sujeitos e os envolve no processo enunciativo, provocando movimentos de significação nos sentidos.

Esses movimentos são fundados em deslocamentos, omissões ou valorização do amálgama de significações desses sentidos, para satisfazer necessidades intrínsecas dos sujeitos e, conseqüentemente, incidir sobre sua ação no encadeamento da realização languageira. A influência se dá na tensão inerente a essa motivação, que instaura nos sujeitos uma ação consciente ou inconsciente – mas sobretudo voluntária – de fazer constituir valores de verdade para a intensidade de sua atribuição sentidural.

- e) Na *direção de autoridade* prevalece o poder ou ação dos sujeitos sobre o *outro* na reciprocidade da interação. Esse poder ou essa ação é determinante de níveis de assimetria discursiva, que marcarão a influência da transição sentidural. Os níveis de assimetria vão envolver a natureza dos saberes partilhados, a evidência do *status* dos papéis sociais entre os sujeitos e, principalmente, a hierarquia da constituição languageira desses sujeitos.
- iv) Os *princípios de regulação* determinam as condições pelas quais os sujeitos interagem e se reconhecem na constitutividade enunciativa da realização languageira. Trata-se de traços indicadores do nível de conflito, do encadeamento de controvérsias discursivas e das oscilações de assimetria no processo interativo. Esses traços se configuram no nível de tensão entre os sujeitos, nível este estabelecido na interação, na tentativa de uso de estratégias discursivas na atividade ilocucionária e nas relações de continuidade/descontinuidade do processo de realização languageira.
- Dentre essas estratégias, destacam-se algumas dicotomias imanentes à atividade ilocucionária. São elas: aceitação/rejeição, valorização/desvalorização e reivindicação/não reivindicação dos sujeitos no propósito enunciativo da realização languageira. Dessa maneira, na interação, os princípios de regulação são balizadores das relações inter-pessoais entre os sujeitos.
- v) A *dimensão da dispersão*, enquanto elemento constituinte do processo de transição de sentidos no processo enunciativo, configura a ocorrência de fatores não-tangíveis da realização languageira. Dentre esses fatores destacam-se: a) a natureza da tensão instaurada na interação; b) a constituição dos apagamentos discursivos; c) a imprevisibilidade dos esquecimentos enunciativos; d) a ocorrência de silêncios do e no discurso e e) a dissuasão dos implícitos nos

sentidos. Trata-se de fatores que atuam na interdiscursividade dos sujeitos e no intervalo histórico dos sentidos, no encaminhamento da realização languageira.

- a) *A natureza da tensão instaurada na interação* diz respeito à dicotomia consciência/inconsciência da realização dos planos sentidurais no processo interativo. Essa tensão situa-se no entreposto do enunciável e do realizável, em termos de ação discursiva dos sujeitos. Nessa entreposição existe uma linguagem potencial (pressuposta e subentendida) e uma linguagem efetiva (posta através das marcas da superfície do discurso). Na linguagem potencial evidenciam-se sinais de precocidade e potencialidade dos sentidos, enquanto que, na linguagem efetiva, ocorre uma interposição de efeitos pontuais e efeitos tardios.

Na extensão dessa entreposição, permeiam-se: as competências argumentativas, as oscilações emocionais e a atividade de coerência na relação *argumento-estado-de-ser*. A tensão revela o que na anterioridade discursiva pressupõe a fragilidade da composição enunciativa, na referencialidade polifônica dos sujeitos. Essa fragilidade, por sua vez, pode ser traduzida no decorrer da realização languageira, como um *ponto cego*⁴⁷, no qual a enciclopedicidade de significação se dispersa e inibe a percepção sentidural.

- b) *A constituição dos apagamentos discursivos* é pressuposta numa filtragem de sentidos (economizados ou re-significados), no processo enunciativo. Tal omissão de sentidos na realização languageira toma lugar, quer por denegação, quer por um processo de opacidade sentidural, ocasionando, assim, uma redução do dizer. Trata-se, pois, de uma remoção voluntária/involuntária, portanto, dialética, que faz desaparecer do amálgama de significação os sentidos não convenientes às exigências da situação enunciativa.
- c) Já a *imprevisibilidade dos esquecimentos enunciativos* diz respeito às lacunas sentidurais do processo enunciativo em si. Essas lacunas

⁴⁷ Este conceito aparece inicialmente em Frege (1978) como sendo o limite de materialização dos sentidos. Aqui, aplicamos uma heterotropia extensiva e passamos a conceber este conceito como significação inferenciada, integrante da polifonia/polissemia de um espaço discursivo de sentidos, mas ainda não referencializada enquanto representação convicta, na proficiência sentidural dos sujeitos.

representam a ausência de um dizer, traspassado pela ilusão de um “*dito que não foi dito*”. Trata-se, assim, de sentidos não concebidos, entretanto, imanentes, mas não proscritos, na realização languageira.

- d) *As ocorrências de silêncios do e no discurso* se referem à essencialidade do significar em si - o *não-dito* implícito dos e nos sentidos. Representam os significados velados que se ocultam na dispersão dos sentidos, no intervalo histórico da realização languageira. Os silêncios, por serem múltiplos no processo de significação de sentidos, não são depreendíveis na superfície do discurso. Sua existência se configura nos traços enunciativos e nas escolhas sentidurais que os embutem na perspectiva do dizer.

Os silêncios não são interpretáveis, mas reconhecíveis como elementos constitutivos dos sentidos. Eles atravessam os sentidos porque significam em si, daí sua constitutividade se fundar, também, na relação dos sujeitos. Dessa maneira, é possível inferir que os silêncios se situam na anterioridade da memória discursiva.

- e) *A dissuasão dos implícitos nos sentidos* se refere ao “*não-dito posto que remete ao dito*”. Essas implicitudes comportam os subentendidos sentidurais e seus conseqüentes pressupostos não-ditos. A dissuasão se realiza na dinâmica de transmutabilidade dos sentidos no encadeamento da realização languageira.

Como pudemos observar, a constituição do discurso na TS contempla a subjetividade, a enunciação e o imaginário sociodiscursivo. Na subjetividade percebemos um percurso dialético e dialógico; já com relação ao funcionamento enunciativo, interpretamos que Charaudeau constrói sua trajetória a partir de uma análise dos processos de semiotização; por fim, no que se refere ao imaginário sociodiscursivo, o autor evoca a relevância dos papéis sociais, a nosso ver, repetimos, vinculados à historicidade, aos aspectos culturais e à ideologia. Convém não silenciar, também, que tais filiações trazem em sua interdiscursividade uma inserção na TAF, uma vinculação com a vertente psico-sócio-cognitiva da linguagem e um entrecruzamento teórico com a semântica argumentativa e a retórica.

2.9. Considerações finais

Neste capítulo quisemos apresentar nossa leitura sobre a TS, a partir de uma interpretação de seus interdiscursos. A escolha do olhar epistemológico nos permitiu algumas percepções extensivas que são, a nosso ver, fundadoras nesta teoria. O caráter heterogêneo desta análise teórica nos permitiu enxergar suas interfaces em diferentes lugares discursivos.

A TS, na perspectiva deste olhar epistemológico, pressupõe uma interdependência entre os processos de transformação e de transição, tomados como base de instauração do processo enunciativo e de instituição da realização languageira. Nessa interdependência recíproca, o espaço languageiro a significar se entrecorta no espaço languageiro interpretado. No entremeio, temos o espaço languageiro significado, traspassado pela referencialidade polifônica dos sujeitos na interação.

Este olhar epistemológico sobre a TS procurou trazer à superfície do discurso as implicitudes filosófico-lingüísticas imanentes em sua constitutividade teórica. Nesse percurso, que foi uma interpelação discursiva à referencialidade polifônica de Patrick Charaudeau, correntes filosófico-lingüísticas entrecortaram-se na interdiscursividade subjacente à fundação teórica dessa vertente da AD. A partir dessa heterogeneidade de vozes e sentidos interpelados, instaurar-se-ão as bases teóricas do DUI.

CAPÍTULO 3

O DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO 3

O DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL

“Uma boa parte das verdades morais e das belas sentenças dos autores é deste tipo: muitas vezes elas não dizem nada de novo, mas nos fazem pensar corretamente naquilo que sabemos.” (LEIBNIZ, 1984: 347)

3.1. Considerações gerais

Neste capítulo, pretendemos elaborar um construto teórico sobre o Discurso Universitário Institucional (DUI). Nosso objetivo é estabelecer um suporte teórico para formalizar este discurso enquanto tipologia discursiva. Na instauração dessa base teórica, pensamos em instituir um percurso de ordem epistemológica, que nos permita formalizar uma percepção científica acerca do DUI, no diagnóstico das implicidades subjacentes às imagens de *fazer-ciência* na universidade. Essa formalização que agora sugerimos advém de uma projeção acadêmica na crença da possibilidade de uma interferência histórica no *continuum* sócio-político-cultural e ideológico das instituições.

Nossa pressuposição é que essa interferência pode ser detonada, a partir de uma incursão na natureza do discurso imanente a essas instituições. Essa incursão se caracteriza, principalmente, por uma explicitação dos interdiscursos inerentes ao contrato de comunicação do lugar discursivo – curso de Letras. Nesse contrato, entrecruzam-se relações de poder, apropriações acadêmicas e variações conceituais.

Para construir esse entrecruzamento, no que se refere aos sentidos imanentes ao DUI, enfocaremos cinco parâmetros potenciais de formalização teórica, a saber: i) os enfoques conceituais; ii) os direcionamentos epistemológicos da formação profissional; iii) as ações pedagógico-metodológicas; iv) as projeções acadêmicas; e v) a orientação política do *fazer-ciência*. Dentre estes parâmetros, os que apresentarão um maior detalhamento teórico serão os direcionamentos epistemológicos e as ações pedagógico-metodológicas. No que tange aos demais – os enfoques, as projeções e a orientação política – nos limitaremos a conceituá-los e a apresentar algumas de suas características. A justificativa para este recorte se deve ao fato que, para aprofundarmos a formalização

dos mesmos, necessitaríamos ampliar o arcabouço teórico da pesquisa, estabelecendo outras relações entre a AD e a Epistemologia. Assim, entendemos que a formalização dessas outras relações poderia ser tema para uma outra pesquisa.

O recorte que faremos da TS envolverá três de seus princípios básicos, a saber: i) os atos de linguagem; ii) o contrato de comunicação e suas instâncias actanciais e iii) os modos de organização do discurso. Nesse recorte, estaremos estabelecendo interfaces com os conceitos de enunciação, formações discursivas e ideológicas, além das heterogeneidades enunciativas mostradas e constitutivas. A partir desse amálgama teórico, constituiremos uma caracterização tipológica para o DUI.

A nosso ver, essa rota teórica permitirá uma escansão sentidural⁴⁸, reveladora da agenda discursiva que permeia a constituição do curso de Letras. Na explicitação dessa agenda, configuram-se categorias, que nos permitirão construir um perfil dos arquétipos teórico-metodológicos, subjacentes ao processo de formação do professor de línguas. Assim, a partir da construção desse perfil, esperamos também estar apresentando um arcabouço teórico para futuras análises do DUI.

Começaremos por uma reflexão sobre as bases teóricas do DUI.

3.2. O Discurso Universitário Institucional

Entendemos por DUI os efeitos de sentido produzidos pelas vozes, pelos sentidos e pelos enunciados vinculados à instituição – universidade – manifestados através: i) da produção acadêmica de seus membros; ii) do registro documental, que historiciza as filiações epistemológicas desses membros e que delinea o projeto científico-pedagógico de instauração e funcionamento de um curso superior e iii) das representações decorrentes dessas filiações sobre o tipo de profissional que objetiva preparar para o mercado de trabalho. Queremos diferenciar aqui o DUI do DIU⁴⁹, este último voltado para uma análise do gerenciamento político-administrativo das universidades, e das políticas educacionais direcionadas ao ensino superior. Sugerimos que o DIU seja foco para outra futura eventual pesquisa.

⁴⁸ Veja nota 3, capítulo 2, p. 46.

⁴⁹ Discurso Institucional Universitário.

3.2.1. As vozes no DUI

No DUI, as vozes evidenciam o imaginário acadêmico dos membros de uma COMUNI, que são determinantes na orientação teórica dos cursos. Estamos chamando de imaginário acadêmico as circunscrições teóricas dos membros da COMUNI, via de regra, decorrentes do processo de “formação universitária” dos mesmos. Já a “formação universitária” diz respeito às exposições teórico-pragmáticas a que os membros de uma COMUNI são submetidos durante a graduação, o mestrado, o doutorado e o pós-doutorado, conforme o grau de qualificação destes.

Nessas exposições, esses sujeitos, via de regra, se circunscrevem em determinadas filiações teóricas por escolha ou por adesão institucional. Essa opção, geralmente, está vinculada aos propósitos acadêmicos desses membros ou à natureza de sua vinculação funcional nas instituições em que trabalham. Dessa maneira, entendemos que as vozes influenciam a constituição teórica dos cursos, ao mesmo tempo que particularizam algumas de suas características.

A seguir, trataremos da natureza discursiva dos sentidos no DUI.

3.2.2. Os sentidos no DUI

Com relação aos sentidos, estes demarcam as fronteiras teóricas estabelecidas na universidade, para o lidar com o conhecimento científico. Nessas fronteiras teóricas residem: i) nos enfoques conceituais; ii) nos direcionamentos epistemológicos da formação profissional; iii) nas ações pedagógico-metodológicas; iv) nas projeções acadêmicas e v) na orientação política do *fazer-ciência*. É relevante pontuarmos o caráter heterogêneo de manifestação dessas fronteiras teóricas.

Nessa perspectiva, é possível encontrarmos diferentes fronteiras em uma mesma abordagem de um conhecimento científico. Numa grade curricular de um curso de graduação, por exemplo, é possível encontrarmos disciplinas cujas fronteiras sentidurais teóricas estejam nos enfoques conceituais, com projeções acadêmicas demarcadas; outras, no direcionamento epistemológico, com ênfase nas ações pedagógico-metodológicas e assim por diante.

A seguir, pontuaremos as principais características de cada uma dessas fronteiras no âmbito sentidural do DUI.

3.2.2.1. Os enfoques conceituais

Os enfoques conceituais dizem respeito a um recorte de conteúdos teóricos, constituídos enquanto suporte para a formalização do pensamento científico de uma determinada COMUNI. Esses conteúdos representam os saberes partilhados de prestígio para essa COMUNI. Nesses saberes estão as filiações de conhecimentos que conduzirão as articulações sistemáticas de idéias no grupo.

Para aprofundarmos esses enfoques conceituais em nível de formalização teórica, enquanto substratos de um discurso, precisaríamos adentrarmo-nos em uma discussão sobre a gênese epistemológica das teorias. Devido à amplitude histórica e à especificidade filosófica de tal estudo, entendemos ser este tema um elemento fomentador para outra pesquisa que estabelecesse uma interface entre a AD e a Epistemologia. Neste trabalho, restringimo-nos a conceituar e a apresentar, apenas, algumas características desses enfoques na constitutividade do DUI.

Os recortes de conteúdos teóricos estão relacionados às escolhas e justificação de teorias, predominantes na produção acadêmica, e à ênfase atribuída às correntes teóricas, na concepção das disciplinas dos cursos e das habilitações. Essas escolhas implicam a explicitação de um discurso metacientífico inerente a essas correntes, portanto, constitutivo do processo de formação acadêmico-profissional na instituição. Nessa perspectiva, esses recortes assumem um caráter racionalista que demarca o espaço acadêmico, conferindo-lhes um *status* de genuinidade epistemológica.

Já o pensamento científico envolve duas questões fundamentais, a saber: o que torna uma corrente teórica genuína, conferindo-lhe uma eficácia teórico-pragmática? Como enfatizar tal corrente, distinguindo-a de outras?

A resposta a essas perguntas se funda, primeiramente, na adoção de procedimentos metodológicos de apresentação das teorias, de forma a conferir-lhes um controle instrumentalizador do potencial epistemológico das mesmas. Além disso, torna-se necessária a formação de hipóteses orientadoras na definição de estudos acerca dessas

teorias e a demarcação de um campo experiencial de investigação, para que se estabeleçam níveis de interpretação, direcionadores do pensamento científico da COMUNI.

No que tange aos saberes partilhados de prestígio, estes são determinados através das inter-relações subjacentes às pesquisas realizadas com o suporte de uma determinada teoria. Essas inter-relações ocorrem tanto em nível inter-institucional, quanto em nível epistemo-pragmático. O primeiro está relacionado ao que estamos denominando de rede científica de conhecimentos teóricos, em que o prestígio dos saberes partilhados emerge da continuidade ou da extensão teórica em que as investigações são realizadas em diferentes instituições. Já o segundo se instaura na diversidade abordacional e na focalização de *corpora* utilizadas entre instituições, refletindo em torno de um mesmo arcabouço teórico. Nesta perspectiva, o prestígio toma lugar como decorrência de uma amplitude teórica, ou ainda, de uma diversidade de práticas, partilhadas no escopo de uma mesma teoria.

Quanto às filiações de conhecimentos, estas se fundam pelas evidências normativas apontadas na *praxis* científica de uma determinada COMUNI. Essas evidências sugerem uma espécie de ritual de produção de conhecimentos, vinculados a procedimentos investigativos prescritos nas teorias que servem de foco. Dessa maneira, tais filiações funcionam como registros emblemáticos, que circunscrevem os enfoques conceituais enquanto identidades epistemológicas das práticas científicas de uma determinada instituição.

Por fim, abordaremos as articulações sistemáticas, que dizem respeito aos aspectos definidores da racionalidade científica, nas quais a validade das pesquisas tem necessidade de estar circunscrita em um cânone acadêmico. Esse cânone assevera as teorias das quais os enfoques conceituais são suporte e, por vezes, identifica os enfoques escolhidos como elementos modelares e normatizantes das regulamentações epistêmicas predominantes na instituição. Tanto esses modelos quanto essas normas revelam as características do perfil acadêmico da mesma.

Na seqüência, abordaremos os direcionamentos epistemológicos da formação profissional, subjacentes ao DUI.

3.2.2.2. Os direcionamentos epistemológicos da formação profissional

Os direcionamentos epistemológicos da formação profissional contemplam a maneira particular de encaminhamento do fazer científico do grupo. Trata-se da conduta científica e sua ambientação sócio-política, determinantes do perfil de profissional que se quer formar; e da pragmática organizacional do conhecimento nesse processo de formação. Essa conduta se caracteriza pelo tipo de tratamento dado ao conhecimento no processo de formação, a saber: i) analógico; ii) identitário-diferencial; iii) histórico; iv) fragmentário e v) integrativo.

Esses tratamentos também podem aparecer de forma heterogênea na conduta científica de uma COMUNI. É possível encontrarmos, numa mesma ficha de disciplina de uma grade curricular, um tratamento analógico apresentado nos objetivos da disciplina, um tratamento identitário-diferencial apresentado na ementa, e assim por diante. Essa heterogeneidade se justifica pela diversidade de enfoques sentidurais, nos quais se funda a constituição de um curso superior. Naturalmente, esses enfoques, apesar de sua diversidade, apresentam pontos de relevância, quase sempre evidenciados pelas correntes teóricas predominantes entre os membros da COMUNI.

A seguir, caracterizaremos cada um dos tratamentos epistemológicos aplicados ao conhecimento no processo de formação profissional.

3.2.2.2.1. O tratamento analógico

O tratamento analógico prescreve relações de semelhança entre conhecimentos. Esse tratamento parte da essência de princípios até a especificidade de conceitos, passando pela transitividade de semelhanças genéricas entre esses princípios e os conceitos a eles subjacentes. No tratamento analógico existe a possibilidade de extensões aplicadas ao conhecimento, na dialética *generalidades-restrições* e vice-versa.

Uma formação profissional de caráter analógico trabalha com a validade essencialista⁵⁰ do conhecimento. Essa validade é permeada pela relação entre princípios teóricos vistos da perspectiva de suas conseqüências pragmáticas. Assim, este

⁵⁰ Para Domingues (1991: 47) o “*modus essendi (...) toma a verdade como essência a des-velar (alétheia)*”, ou seja, o conhecimento como fundamentação da verdade.

tratamento trabalha com a possibilidade de gerar conhecimentos, garantindo sua autenticidade epistêmica, através de uma transmutação metacientífica de procedimentos e práticas teórico-pragmáticas.

Dando continuidade à discussão sobre os direcionamentos epistemológicos da formação profissional, enfocaremos o tratamento identitário-diferencial.

3.2.2.2. O tratamento identitário-diferencial

Com relação ao tratamento identitário-diferencial, este se caracteriza pela apresentação de modelos teóricos distintos. Tais modelos são analisados sob a perspectiva do contraste, da diversificação e do paralelismo. Essa perspectiva considera a resolução de dificuldades, ou o estabelecimento de distinções em torno desses modelos. O processo identitário-diferencial coloca o conhecimento enquanto convenção científica a ser abordada em sua alteridade substantiva ou substitutiva, privilegiando os sistemas, as taxionomias e a axiomática⁵¹ do conhecimento. Tais enfoques sugerem uma formação em que se contempla a exposição de modelos distintos, para uma adesão posterior a um modelo vigente proposto pelo formador, ou instituído como base de trabalho em uma determinada instituição.

A seguir, discutiremos, brevemente, sobre o tratamento histórico enquanto direcionamento epistemológico da formação profissional.

3.2.2.3. O tratamento histórico

No que tange ao tratamento histórico, consideramos a teoria como um *continuum* de conhecimentos, sujeitos a mudanças e movimentos no decorrer de sua evolução. Nessa perspectiva, a origem e a genealogia dos fatos científicos ganham uma relevância que se justifica na percepção de etapas de transformação de um conhecimento, como elemento constituinte de seu estudo. Além disso, observa-se a natureza dessas transformações, as contingências em nível de aplicação científica e as perspectivas lacunares potenciais. Essas transformações, via de regra, são marcadas por extensões, aprofundamentos, inter-

⁵¹ Estamos chamando de *axiomática*, na perspectiva desta caracterização dos direcionamentos epistemológicos, a instauração de convenções fixadas a partir de relações teóricas, passíveis de múltiplas interpretações e realizações diferentes, mas coerentes com a proposição teórica inicial, da qual demandam suas generalizações.

relações, substituições e re-dimensionamentos dos conhecimentos, em sua amplitude teórica. Trata-se de uma investigação interpretativa, cuja função é formar uma mentalidade retrospectiva como estratégia de compreensão de um conhecimento.

Na seqüência, refletiremos em torno do tratamento fragmentário enquanto direcionamento epistemológico da formação profissional.

3.2.2.2.4. O tratamento fragmentário

No que se refere ao tratamento fragmentário, este se apresenta através de uma seqüência de partições. Nessa perspectiva, áreas são subdivididas em subáreas, que são recortadas em unidades, por sua vez, apresentadas em seções. Essas subdivisões, via de regra, são enfocadas isoladamente, considerando-se apenas os aspectos pontuais concernentes a cada partição. O tratamento fragmentário pressupõe que as junções ou inter-relações de conhecimentos são realizadas *a posteriori* pelos sujeitos interagentes, em geral, fora do contexto em que são enfocadas. Tal tratamento, via de regra, visa informar, instrumentalizar e fornecer subsídios teóricos específicos, sem estabelecer relações desses conteúdos com aplicações práticas, ou mesmo com conceitos de outras áreas afins.

Para fechar essa reflexão sobre os direcionamentos epistemológicos da formação profissional, enfocaremos o tratamento integrativo.

3.2.2.2.5. O tratamento integrativo

O tratamento integrativo é caracterizado pela construção dos enfoques através de unidades temáticas que contemplam diversos olhares para se abordar o conhecimento, integrando-os em sua convergência conceitual, nas interfaces com outros campos de conhecimentos e no entrecruzamento de focalizações direcionadas a um mesmo tema. Neste tratamento, os olhares pelos quais se aborda o conhecimento podem ser de natureza: i) interdisciplinar; ii) pluridisciplinar; iii) multidisciplinar; iv) transdisciplinar e v) metadisciplinar. Convém não silenciarmos que esses olhares sobre o conhecimento, quase sempre, ocorrem de forma heterogênea, podendo se verificar a predominância de algum deles na análise de uma determinada prática científica.

A seguir, discutiremos algumas características inerentes a cada um desses olhares.

i) O olhar interdisciplinar

O olhar interdisciplinar se refere à possibilidade de áreas teóricas fazerem uso, nos limites de seus escopos epistemológicos, de conceitos inerentes a outras áreas, através de uma relação de alteridade entre o arcabouço teórico de uma determinada área e os conceitos de outras. Essa relação de alteridade pode ocorrer por apropriação, inter-relação ou diferenciação. A partir dessa alteridade, torna-se possível construir enfoques: extensivos (modificação na amplitude teórica), heterotrópicos (deslocamentos sentidurais para adequação teórica de um construto) e restritivos (pontuações conceituais para ênfase de determinados princípios teóricos).

ii) O olhar pluridisciplinar

O olhar pluridisciplinar diz respeito à construção de um conhecimento, considerando a coexistência de mais de uma instância teórica. Dessa maneira, uma área de estudos pluridisciplinar se situa em diversas filiações. Tais filiações, entretanto, são elementos independentes que não se alteram enquanto suporte de um conhecimento pluridisciplinar.

O que distingue a pluridisciplinaridade da interdisciplinaridade é que, na primeira, os elementos teóricos são independentes em sua constitutividade discursiva, enquanto que, na segunda, esses elementos são constituintes do arcabouço teórico da área interdisciplinar. Essa independência epistemológica, característica da pluridisciplinaridade, nos remete a uma utilização de conceitos de outras áreas enquanto suporte para um arcabouço teórico pluridisciplinar. Já na interdisciplinaridade, os elementos são constituintes porque servem de base para uma alteridade epistemológica entre os conceitos da área interdisciplinar e os conceitos de outras áreas – apropriados, inter-relacionados ou diferenciados.

No que tange à pluridisciplinaridade, torna-se relevante afirmarmos, aqui, que mesmo enquanto elementos independentes, é preciso se resguardar, também, os limites de convergência epistemológica entre esses elementos. Já na interdisciplinaridade, a base epistemológica diz respeito às condições de produção de uma genealogia teórica. Assim, na pluridisciplinaridade, o suporte teórico representa uma orientação epistemológica para os princípios e conceitos dos construtos pluridisciplinares.

iii) O olhar multidisciplinar

O olhar multidisciplinar trata da integração de várias áreas do conhecimento para a resolução de problemas. Nessa integração, cada área contribui com elementos de seu escopo teórico, para uma diversidade de enfoques em torno de uma mesma questão científica. Esses elementos, por sua vez, também resguardam uma convergência epistemológica.

Como podemos observar, o olhar multidisciplinar agrega áreas independentes sem constituir uma percepção teórica própria. Cada área apresenta, dentro de seu escopo teórico, elementos constitutivos para uma determinada visão em torno do problema investigado. É a junção de várias perspectivas que compõe a percepção científica do problema investigado na perspectiva multidisciplinar. Observamos que, neste olhar, as áreas se integram em torno de um mesmo foco de investigação, cada qual oferecendo sua contribuição no escopo de sua abrangência teórica. O olhar multidisciplinar se diferencia do pluridisciplinar pelo seu caráter co-atuante, sem a necessidade de uma filiação mútua, o mesmo ocorrendo com relação ao interdisciplinar, em que esse caráter não prescreve um uso inter-conceitual entre as áreas envolvidas.

iv) O olhar transdisciplinar

O olhar transdisciplinar contempla teoria e prática imbricadas em uma constituição acadêmica única. Trata-se de uma concepção científica em que a teoria pode advir da prática e vice-versa. Além disso, neste olhar, a teoria se confunde com a prática e esta embute princípios teóricos em sua constitutividade.

Trata-se de uma prática acadêmica pouco difundida no mundo ocidental, porque se distancia inteiramente das práticas positivistas e neopositivistas, vigentes na academia. Nela, princípios teóricos diversos e relações sentidurais do cotidiano instauram um amálgama epistemo-pragmático, conceptor de uma visão holística⁵² em

⁵² Para Weil *et al.* (1993: 38):

o holístico implica uma visão resultante de uma experiência, que, por sua vez, é geralmente o resultado de uma combinação de holopraxis ou prática experiencial com o estudo intelectual, ou hologia, de um enfoque analítico e sintético, de uma mobilização das funções ligadas ao cérebro direito e esquerdo e da sua sinergia, de um equilíbrio entre as quatro funções psíquicas, ou seja, a sensação, o sentimento, a razão e a intuição.

torno dos elementos investigados cientificamente. Essa visão holística, por sua vez, concebe a geração de conhecimentos como um todo indecomponível⁵³.

Nessa perspectiva, as motivações científicas são encaradas em sua totalidade constitutiva e integradas de tal forma que cada elemento de um determinado campo de conhecimentos reflete e contém dimensões heterogêneas, numa alteridade entre as formalizações teóricas e as percepções pragmáticas. A perspectiva transdisciplinar, portanto, trabalha na oscilação “partes-todo” e “todo-partes”, numa inter-relação constante, dinâmica e paradoxal. Percebemos, também, que essa oscilação contempla atributos que ultrapassam a relação teoria-aplicação e o par epistêmico unidade-identidade.

No Brasil, até a década de noventa do século XX, as tentativas de implementação de pesquisas de caráter transdisciplinar, nas áreas de Ciências Humanas, têm se concentrado na área de Educação. A área de Linguística Aplicada, nos moldes preconizados por Cavalcanti (1987), Almeida Filho (1991), ou ainda, Celani e Zanotto (1992), Moita Lopes (1996) e Signorini e Cavalcanti (1998), vem tentando propor um modelo de pesquisa aplicada, de base antropológica, e com ênfase na pesquisa de caráter etnográfico, que contempla alguns princípios da transdisciplinaridade. Nessa perspectiva, convém ressaltarmos que os incentivos, oferecidos pelas agências governamentais, têm encorajado grupos multi-institucionais, com uma proposta de pesquisa integrada, que também se assemelha aos princípios transdisciplinares.

Entretanto, Svedin (1995: 114) questiona tais incentivos, quando afirma que “*o quadro institucional, em especial no sistema universitário, só estimula, portanto, numa medida muito restrita, as abordagens transdisciplinares*”. O que temos observado é que a maioria das pesquisas integradas, via de regra, são de caráter pluri ou multidisciplinar. A nosso ver, a implementação da pesquisa de caráter transdisciplinar deve vir acompanhada de um re-pensar da mentalidade⁵⁴ de *fazer-ciência*, por parte dos pesquisadores.

O olhar transdisciplinar contempla uma percepção de diagnóstico, que se revela através de uma dispersão distintiva, uma inadequação sistêmica e um distanciamento entre as relações de causalidade e efetividade, na atividade de preparação-implementação, quer no processo de formação, quer no processo de ensino-aprendizagem.

⁵³ Isto significa afirmar que o conhecimento não pode ser fragmentado em partes. Seu estudo é realizado considerando as relações existentes entre seus constituintes.

⁵⁴ Entendemos por *mentalidade* o conjunto de atitudes de um sujeito, reveladas na sua prática, e decorrentes de seu envolvimento interativo com outros sujeitos, ou de seu engajamento em uma determinada atividade.

No que diz respeito ao tratamento integrativo com um olhar transdisciplinar, percebemos que, apesar de ser um dos direcionamentos epistemológicos da formação profissional, e, portanto, constitutivo dos sentidos imanentes ao DUI, pouco tem-se manifestado enquanto prática discursiva na universidade.

v) O olhar metadisciplinar

O olhar metadisciplinar diz respeito à introspecção do conhecimento em si mesmo. Nessa perspectiva, um tratamento integrativo com olhar metadisciplinar objetiva fortalecer os elementos constituintes de uma determinada teoria, a partir do entrecruzamento de seus próprios princípios, conceitos, definições, métodos e aplicações. A metadisciplina é integrativa, na medida em que enraíza os fundamentos de um saber, aprofundando-o, especificando-o, e constituindo-o enquanto base para a instauração das chamadas ciências-fonte.

Não queremos dizer com isso que esses saberes seriam cristalizados ou sacralizados como instâncias estáticas ou sincrônicas do conhecimento. Entendemos que tais saberes, por terem sido meta-abordados, a partir de uma conjuntura epistemológica de detalhamento e categorização, tornam-se referência para a fundação de outros conhecimentos. Pensando dessa forma, o olhar metadisciplinar estabelece condições internas de mudança/transformação, através de uma *metéxis*⁵⁵, que amplia ou reduz o âmbito da visão científica, a um *continuum* derivado de um exame do *status* de asseveração de uma determinada teoria.

A partir de uma delimitação dessas condições internas de mudança/transformação, o olhar metadisciplinar pode ser linear, formalista e hermenêutico. O linear aborda os princípios, conceitos e definições, fixados na amplitude de um determinado parâmetro pré-estabelecido; já o formalista privilegia alguns elementos com os quais pretende construir uma ordem, uma regularidade, ou uma sistematização prescrita; quanto ao hermenêutico, este prioriza o caráter analítico, no qual os elementos são co-relacionados entre si, na geração de pontos de inflexão convergentes, que, por sua vez, delimitam um campo de abrangência científica. O olhar metadisciplinar, portanto, atua na dinâmica

⁵⁵ Modos possíveis de relação entre coisas e idéias.

constitutiva do conhecimento científico, permeando-lhe um tratamento epistemológico direcionado para os interesses teóricos dos membros de uma determinada COMUNI.

A seguir, dando continuidade à reflexão acerca das fronteiras dos sentidos no DUI, refletiremos sobre as ações pedagógico-metodológicas.

3.2.2.3. As ações pedagógico-metodológicas

As ações pedagógico-metodológicas estão relacionadas aos procedimentos operacionais utilizados no encaminhamento do conhecimento no processo de formação universitária. Esses procedimentos operacionais contemplam elementos de natureza filosófico-educacional, técnico-informativo e político-ideológico. Dessa forma, ao interpretarmos as filiações de um procedimento operacional numa ação pedagógico-metodológica, dizemos que existem vinculações com: i) uma das “correntes pedagógicas”⁵⁶ vigentes; ii) uma abordagem e um método de ensino-aprendizagem; iii) uma corrente teórica da área em formação; iv) uma orientação acadêmica vigente na instituição e v) uma concepção profissional.

Assim, podemos situar as ações pedagógico-metodológicas na atividade sentidural do DUI, em duas vertentes, tais sejam: a vertente escolástica⁵⁷ e a vertente heurística. Estamos chamando de vertente escolástica as ações pedagógico-metodológicas que possuem uma ênfase no conteúdo, além de um caráter reproducionista e didático-programado. Já na vertente heurística, as ações são instauradas através de um processo de construção contínua e sincrônica, que estabelece os procedimentos operacionais de acordo com a natureza da atividade constituída no espaço de *ensinância-aprendência*⁵⁸-*formação*.

Vejamos as características de cada uma dessas vertentes.

⁵⁶ Dentre essas correntes pedagógicas, vigentes nas instituições educacionais brasileiras, poderíamos destacar: a Pedagogia Behaviorista, ligada à teoria psicológico-comportamentalista de Skinner; a Pedagogia Histórico-Crítica de Demerval Saviani; a Pedagogia Humanista de Paulo Freire, entre outras.

⁵⁷ O termo *escolástica* está sendo usado neste trabalho para se referir a certas atitudes acadêmicas que são assumidas pelos membros de uma COMUNI, como se fosse uma doutrina.

⁵⁸ *Ensinância* e *Aprendência* têm sido a terminologia utilizada para marcar a dinâmica interacional do processo de ensinar e aprender, estabelecendo relações interativas de desejo, motivação, absorção, produção, construção e criação, por parte do sujeito-ensinante – o professor – e do sujeito-aprendente – o aluno. Convém distinguirmos das concepções de *ensinar* e *aprender*, enquanto terminologia utilizada para marcar a transmissão de conhecimentos pelo professor e a aplicação/reprodução desses conhecimentos transmitidos, por parte dos aprendizes.

i) A vertente escolástica

A vertente escolástica, via de regra, é de natureza sectária porque o conhecimento é legitimado pelo seu prestígio nas fronteiras acadêmicas, portanto, não questionado e aceito como verdade absoluta. Esse absolutismo teórico se traduz na ênfase que é dada aos conteúdos no processo de formação. Tais conteúdos, por sua vez, devem ser aplicados ou reproduzidos como forma de asseveração de modelos pré-estabelecidos.

Ao discutir a questão da universidade e a da discriminação, Schmitz (1984:45) faz uma ressalva acerca do tratamento dado aos graduandos durante seus cursos, que, a nosso ver, diz respeito às ações pedagógicas da vertente escolástica. Para este autor:

Pode haver discriminação durante o decorrer dos cursos, quando não se oferecem aos alunos aqueles estudos ou experiências de que eles realmente necessitam, mas algumas noções filtradas e selecionadas, que não lhes permitem desenvolver suficientemente uma característica pessoal bem definida, e pouco lhes favorecem o exercício da profissão para a qual se preparam. Com facilidade apenas lhes propiciam alguns dados de informação ou treinamento profissional.

Essa filtração e essa pré-seleção de enfoques teóricos, realizadas pelos professores-formadores circunscritos na vertente escolástica, nos remetem aos aforismos baconianos⁵⁹ dos *idola theatri*⁶⁰, que são dogmas gerados por sistemas teóricos que se insinuam no âmbito do conhecimento universitário como verdades indisputáveis, sem que se mostrem efetivamente capazes de proporcionar uma descrição das teorias, tal qual são apresentadas em sua gênese.

Dessa forma, percebemos que a vertente escolástica constitui ações pedagógico-metodológicas projetadas para um controle das práticas acadêmicas no meio universitário. Além disso, acreditamos que tal restrição simplifica a natureza sentidural da formação universitária, contribuindo, muitas vezes, para a resistência e a imaturidade dos graduandos diante dos conhecimentos teóricos. Convém ressaltarmos, também, que essa postura escolástica tem se incorporado à cultura de formação dos graduandos como

⁵⁹ Cf. Francis Bacon em sua obra *Novum Organum*.

⁶⁰ Aforismos 44, 61, 62, 95 e 100.

Para Bacon os “(...) ídolos do teatro (...) imigraram para o espírito dos homens por meio das diversas doutrinas filosóficas e também pelas regras viciosas da demonstração.” (p.41) Eles “(...) foram abertamente inculcados e recebidos por meio das fábulas dos sistemas e das pervertidas leis de demonstração.” (p.48)

naturalidade discursiva e, num ciclo vicioso, tem servido de *referendum* para asseverar essa resistência à compreensão das teorias a partir de “textos-fonte”.

A seguir, apresentaremos uma reflexão acerca das ações pedagógico-metodológicas circunscritas na vertente heurística, dando continuidade à discussão sobre os sentidos do DUI.

ii) A vertente heurística

A vertente heurística se caracteriza por sua natureza construtivista e histórica, cujo tratamento dado ao conhecimento se funda no exame de descontinuidades que se constituem como possibilidades múltiplas e deslocamentos em relação às chamadas “realidades empíricas”. Entendemos por “realidades empíricas” os referenciais teóricos em si, dissociados de evidências do cotidiano e do contexto sincrônico, no qual estão inseridos os sujeitos. Nesse sentido, a vertente heurística prioriza o caráter dialógico em que se dá a interação entre sujeitos e com eles, permeada pela referencialidade das teorias e pelas práticas profissionais inerentes à formação universitária.

Esse caráter dialógico, por sua vez, entremeia conflitos de ordens diversas porque são vinculados a organizações de poder (departamentos, coordenações de cursos, direções de institutos, entre outros). Tais conflitos se configuram porque, via de regra, as ações pedagógico-metodológicas de natureza heurística se distanciam das concepções orgânicas e sistêmicas preconizadas por essas organizações de poder. A vertente heurística se funda na integração e na inter-relação do conhecimento posto com aquilo que chamamos de “memória motivada”.

Santos e Vieira (1997: 167) conceituam a “memória motivada” como:

valores absorvidos a partir de experiências anteriores vividas pelos sujeitos e que passam a configurar referências de aspirações que levam esses sujeitos a estabelecer metas e intenções, bem como a dimensionar juízos de valor sobre fatos e conhecimentos.

Trata-se, pois, de um deslocamento das ações pedagógico-metodológicas, que se distanciam de uma iniciativa exclusiva dos professores-formadores, para uma co-construção orientada por eles, e concebida, também, na potencialidade discursiva dos graduandos. Nessa perspectiva, consideramos dois obstáculos que perpassam tal prática:

a resistência de professores-formadores e graduandos em interagir com o “alheio” – o distinto do sistema vigente – e o incômodo dos mesmos, decorrente de enfrentamentos e embates institucionais, que provocam efeitos constantes de pré-munição quanto à validade de suas práticas formacionais.

Esses obstáculos provocam três reações distintas nos sujeitos envolvidos nesse processo: a *exposição*, os *comportamentos velados* e as *posturas aparentes*. Na *exposição*, verificamos uma transparência de valores; já nos *comportamentos velados*, percebemos a evidência de uma imagem esperada em função de objetivos a atingir; nas *posturas aparentes*, por vezes até contraditórias, observamos uma vinculação política, em geral, na defesa de interesses de um grupo específico. Não obstante, a vertente heurística, em sua gênese política, apresenta características consideradas democráticas, uma vez que, mesmo não se desvincilhando de suas filiações teóricas, os professores-formadores não rejeitam a discussão e o engajamento dos graduandos em outras filiações.

A concepção pedagógico-metodológica de cursos na vertente heurística apresenta, quase sempre, visões teóricas diferenciadas, com a pressuposição de que a postura acadêmica dos graduandos seja uma escolha particular, “sem” qualquer influência por parte dos professores-formadores. Os manuais, quando usados, são enfocados de forma extensiva, sempre remetendo a outros textos, autores ou teorias. Os professores-formadores preferem trabalhar com os chamados “textos-fonte”, nos quais as teorias são apresentadas pelos próprios autores que a conceberam.

Retomando Schmitz (1984: 134-135), quando discute a questão da autonomia do ensino superior, observamos uma convergência de seu posicionamento com as ações pedagógico-metodológicas da vertente heurística. Nesse sentido, ele afirma:

Faz-se mister que a comunidade universitária tenha toda liberdade para se organizar nos seus objetivos, atividades e atuação (...) é necessário interpretar-se a realidade, caracterizando-a (...) numa integração de objetivos e esforços (...).

Entendemos que essa interpretação e essa caracterização da realidade, no âmbito da vertente heurística, corresponde aos aforismos baconianos dos *idola fori*⁶¹, que

⁶¹ Cf. Francis Bacon (*op.cit.*), aforismos 43, 59 e 60.

Para este autor os “ídolos do foro” são “(...) provenientes, de certa forma, do intercurso e da associação recíproca dos indivíduos do gênero humano entre si, (...) graças ao discurso e as palavras (...)” (p.41)

tratam dos diferentes processos interativos em que buscamos definições, recorrendo a uma diversidade de fatos.

A vertente heurística, portanto, aponta para um processo de formação de caráter hermenêutico, porque considera a possibilidade de exposição a diferentes enfoques teóricos, partindo, preferencialmente, dos chamados “textos-fonte”. Nessa diversidade de exposições, a expectativa é a de que os graduandos “possam” escolher suas filiações acadêmicas de forma menos assimétrica e com uma visão mais abrangente das correntes teóricas subjacentes a sua área de formação. Observamos, também, que os professores-formadores circunscritos na vertente heurística tendem a ter uma postura menos hermética, no que tange à pluralidade epistemológica em torno dos conhecimentos subjacentes às áreas de formação universitária.

Na seqüência, discutiremos as projeções acadêmicas imanentes aos sentidos no DUI.

3.2.2.4. As projeções acadêmicas

As projeções acadêmicas dizem respeito às influências teóricas de uma COMUNI, traduzidas nas publicações⁶² de seus membros, em periódicos científicos, no estabelecimento de linhas de pesquisa em cursos de pós-graduação, na composição das grades curriculares dos cursos de graduação e na elaboração de fichas de disciplinas dos componentes curriculares dessas grades. As publicações revelam as filiações epistemológicas dos membros da COMUNI, apresentando suas vinculações em: i) tipologias de pesquisa; ii) correntes teóricas; iii) procedimentos metodológicos; iv) características do engajamento acadêmico e v) circunscrições político-científicas. As linhas de pesquisa, por sua vez, instauram parâmetros para pesquisas e estudos a serem realizados, a partir das vinculações acadêmicas dos membros da COMUNI.

Aqui, a exemplo dos enfoques conceituais, limitamo-nos a conceituar e a apresentar algumas características dessas projeções acadêmicas, devido à necessidade de uma discussão em torno de elementos da Epistemologia, como o indutivismo⁶³, o verificacionismo⁶⁴ ou

⁶² Neste trabalho, estamos considerando, para efeito de reflexão sobre as projeções acadêmicas, as publicações dos membros da COMUNI, no periódico de sua própria instituição.

⁶³ Na perspectiva aristotélica o “*indutivismo*” diz respeito ao procedimento que leva do particular ao universal.

⁶⁴ Em geral, o “*verificacionismo*” é concebido como sendo um conjunto de procedimentos que permitem indicar a aferição de uma determinada situação, com base em regras ou instrumentos idôneos.

mesmo a dicotomia racionalismo⁶⁵ *versus* relativismo⁶⁶, que são, a nosso ver, também, subsídios para uma outra pesquisa. Entretanto, a conceituação e as características aqui apresentadas já nos fornecem alguns subsídios para abordarmos tais projeções, em nível de análise do DUI. A partir delas, podemos inferir algumas tipologias de pesquisa, identificar as correntes teóricas, ou ainda, evidenciar alguns procedimentos metodológicos.

A seguir, apresentaremos a orientação política do *fazer-ciência* enquanto atividade sentidural no DUI.

3.2.2.5. A orientação política do *fazer-ciência*

A orientação política do *fazer-ciência* está relacionada à natureza das práticas científicas na instituição. Essas práticas envolvem questões em torno das necessidades de produção de conhecimentos. Tais necessidades vão indicar o que deve ser investigado, ensinado e pesquisado, sugerindo uma espécie de controle do conhecimento produzido.

Nessa perspectiva, entra em jogo a dicotomia “*ciência pura*” *versus* “*ciência aplicada*”. A primeira, centrada na perspectiva filosófica de se trabalhar construtos teóricos fomentadores da reflexão em torno do conhecimento, e a segunda, voltada para uma função utilitária desses construtos enquanto geradores de ações sociais, calcadas nos interesses políticos da própria COMUNI. Não obstante, as escolhas científicas nas instituições têm combinado as duas vertentes dessa dicotomia, porque os interesses das agências financiadoras de pesquisa, na alocação de subsídios para a prática científica, têm dado prioridade aos modelos científicos circunstancializados na teoria e na prática e vice-versa.

A combinação teoria-prática atribui, assim, dois papéis básicos para o fazer científico: a observação do universo conceitual dos fatos e a circunscrição histórica dos mesmos, considerando sua evolução, transformações e combinações. Esses papéis sugerem uma normatização do *fazer-ciência*, vinculando princípios teóricos com procedimentos metodológicos, sempre voltados para o encaminhamento de soluções concernentes a um fato investigado. Resta-nos salientar que tal vinculação precisa ser

⁶⁵ Estamos conceituando o “*racionalismo*”, de uma maneira geral, como o conjunto de atitudes de quem confia nos procedimentos da razão para a determinação de crenças ou de técnicas em um determinado campo de conhecimentos.

⁶⁶ Definiremos o “*relativismo*”, aqui, como a doutrina que afirma a relatividade do conhecimento, a saber: i) como ação condicionante do sujeito sobre seus objetos de conhecimento e ii) como ação condicionante recíproca dos objetos de conhecimento.

construída levando-se em consideração a convergência epistemológica entre esses princípios e procedimentos. Para um maior aprofundamento deste parâmetro, precisaríamos utilizar outros subsídios da Epistemologia, que esclareceriam a relação entre as teorias e suas sucessoras e a objetividade das mudanças teóricas. Porém, com a focalização da dicotomia “*ciência pura*” versus “*ciência aplicada*”, torna-se possível sugerir encaminhamentos acerca de algumas orientações políticas em torno do DUI.

Nessa discussão sobre os sentidos no DUI, procuramos enfatizar, em nível de atividade sentidural, o tratamento epistemológico que a universidade vem dando às teorias enquanto suporte da atividade científica na formação profissional. Esse suporte envolve a amplitude das práticas de pesquisa, de ensino e de extensão nas instituições de ensino superior. Na seqüência, discutiremos a natureza lingüístico-discursiva dos enunciados no DUI.

3.2.3. Os enunciados no DUI

Estamos chamando de enunciados no DUI a materialização lingüístico-discursiva dos sentidos: i) nas publicações dos membros da COMUNI; ii) na constituição de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação na universidade; iii) nas vozes de conceptores-organizadores do processo de construção-elaboração das grades curriculares de cursos de graduação e iv) na instauração de objetivos, ementa, referências bibliográficas e programas de disciplinas. Baseando-nos na taxionomia dos atos ilocucionários de Searle (1995), considerando a relação entre enunciado e ato de fala feita por Ducrot (1987) e analisando a natureza lingüístico-discursiva dos sentidos nos enunciados realizados nas manifestações discursivas do DUI, optamos por classificar esses enunciados em três grupos: os assertivos, os explicativos e os asseverativos. Convém não silenciarmos que, na heterogeneidade contextual de uso desses enunciados nas diversas manifestações deste discurso, a classificação dos mesmos não pode ser entendida como inserida em uma categorização fixa, porque, a nosso ver, essa classificação depende das condições de leitura, interpretação e interdiscursividade nas quais os sentidos são atribuídos a esses enunciados; assim, por exemplo, uma asserção pode estar inserida numa explicação com o intuito de asseverar um determinado argumento e assim por diante.

Vejamos algumas características inerentes a cada um desses grupos.

3.2.3.1. Os enunciados assertivos

Os enunciados assertivos representam uma lógica de sentidos inerentes a um fato ou uma reflexão. Esses enunciados, em geral, apresentam elementos conceituais caracterizadores de uma afirmação em torno de um princípio teórico, de hipóteses levantadas em torno de fatos investigados, ou ainda, de declarações acerca de proposições postas no âmbito da *praxis* acadêmica. Os enunciados assertivos podem ser: i) acepcionais⁶⁷; ii) proposicionais e iii) direcionais.

Na seqüência, comentaremos cada um deles.

i) Os enunciados assertivos acepcionais

Os enunciados assertivos acepcionais dizem respeito a uma argumentação pontual tomada em relação a um princípio, uma definição ou uma interpretação de uma teoria, e um fato ou uma hipótese argumentativa. Eles representam sentidos que são tomados para explicitar, em geral, uma crença, preferência ou ênfase em torno de elementos teóricos, fatos ou hipóteses. Além disso, esses enunciados, via de regra, são declarativos e podem indicar uma afirmação ou negação em torno da asserção realizada.

ii) Os enunciados assertivos proposicionais

Os enunciados assertivos proposicionais apresentam suposições, projeções, combinações, dissociações e juízos acerca de princípios, definições e conceitos em relação a um determinado referencial teórico, ou ainda, acerca de fatos ou hipóteses, num processo argumentativo, via de regra, se referindo também a uma crença, a uma situação, a um estado de “ser” ou a uma caracterização.

⁶⁷ Veja nota 19, capítulo 1, p. 37.

iii) Os enunciados assertivos direcionais

Os enunciados assertivos direcionais tratam da finalidade dos sentidos na argumentação. Essa finalidade está relacionada com os aspectos de: extensão sentidural, objetivo discursivo, lugar discursivo, orientação argumentativa e seleção semântica dos sentidos, na lógica dos enunciados. Tais aspectos evidenciam projeções discursivas em torno da argumentação textual, além de indicarem uma rota situacional na organização dos sentidos.

A seguir, prosseguindo nossa discussão em torno dos enunciados no DUI, abordaremos os enunciados explicativos.

3.2.3.2. Os enunciados explicativos

Os enunciados explicativos estão relacionados à apresentação de razões que justifiquem o “ser” ou o “acontecer” em torno de um conceito ou um fato. Trata-se da determinação pontual de argumentos que interpretam esses conceitos ou fatos. A explicação se funda na eliminação de causas ou motivos acerca de tais conceitos ou fatos.

Os enunciados explicativos se materializam linguisticamente em duas orientações argumentativas, a saber: na causalidade e na condicionalidade dos conceitos ou fatos. Na orientação causal, observa-se uma alternância de conceitos ou fatos tratados a partir de uma dedução, uma uniformização, uma previsão, um arrazoado e uma demonstração de necessidades. Já na orientação condicional, determinam-se as possibilidades de se apresentar uma verificação de elementos relacionados aos conceitos e aos fatos.

Os enunciados explicativos podem ser: i) de comentário; ii) de posicionamento e iii) de questionamento. Em cada caso, a explicação pode ocorrer tanto sob uma orientação causal quanto sob uma orientação condicional.

Na seqüência, comentaremos cada um deles.

i) Os enunciados explicativos de comentário

Os enunciados explicativos de comentários constituem-se de observações e esclarecimentos sobre um conceito ou fato. Essas observações ou esclarecimentos podem se apresentar em forma de caracterização, atributo ou análise.

ii) Os enunciados explicativos de posicionamento

Os enunciados explicativos de posicionamento evidenciam os pontos de vista, a focalização e a postura argumentativa diante de conceitos e fatos. Esses enunciados são demarcadores da atitude do locutor/*scriptor*⁶⁸ em relação ao próprio texto ou acerca de acontecimentos discursivos nos quais esteja circunscrito.

iii) Os enunciados explicativos de questionamento

Os enunciados explicativos de questionamento dizem respeito a discussões que se instauram em torno de conceitos ou fatos. Tais discussões podem se manifestar através de indagações para investigação, para levantar dúvidas ou para suscitar controvérsias acerca desses conceitos ou fatos.

3.2.3.3. Os enunciados asseverativos

Os enunciados asseverativos dizem respeito à explicitação de inferências apreendidas a partir de um processo descritivo, interpretativo ou analítico. Essa explicitação, via de regra, trata de uma percepção extensiva que se constrói na confirmação de evidências em torno dos elementos investigados. No que tange à perspectiva teórico-pragmática de exame de modelos, sistemas e fatos, os enunciados asseverativos contemplam uma valoração sentidural fundada em uma crença cujo suporte se constituiu na experimentação.

Os enunciados asseverativos podem ser: i) de encaminhamento; ii) de topicalização e iii) de sugestão. A instauração desses enunciados geralmente se compõe a partir de leituras atribuídas a conceitos ou fatos, resguardadas suas características históricas e heurísticas. Vejamos suas características.

⁶⁸ Estamos chamando de *scriptor* todo indivíduo capaz de produzir um texto, observando as características de gênero textual, coesão e coerência, além de uma adequação de registro lingüístico. Este conceito foi adaptado a partir da idéia de “*scriptor*”, apresentada por Willemart (1984) sobre a concepção do texto literário.

i) Os enunciados asseverativos de encaminhamento

Os enunciados asseverativos de encaminhamento se caracterizam por apresentar rotas de investigação, evidenciando direções em torno de elementos analisados. Portanto, o encaminhamento se constrói na orientação para outras possibilidades de abordagem atribuídas a construtos teóricos ou fatos examinados.

ii) Os enunciados asseverativos de topicalização

Os enunciados asseverativos de topicalização aprofundam percepções teóricas ou de fatos investigados, a partir da perspectiva de detalhamento dos mesmos. Nesse detalhamento, o interesse é de pontuar elementos inerentes a uma categorização exposta ou analisada em torno desses conceitos e fatos. Trata-se do estabelecimento de conexões em torno dos argumentos examinados.

iii) Os enunciados asseverativos de sugestão

Os enunciados asseverativos de sugestão se referem a manifestações induzidas a partir da percepção de critérios que apontam para uma generalização em torno de conceitos e fatos, ou ainda, para uma fundamentação acerca da resolução de uma dificuldade. Essas manifestações são consideradas induzidas porque estão relacionadas a indicações subjetivas da constituição argumentativa, realizadas a partir de uma contingência relacional dos sentidos. Tal contingência é resultante da evocação de referências imediatas através de associações, ou da emissão de um parecer causal, vinculado à exposição sentidural posta.

Ao termos discutido acerca dos enunciados no DUI, quisemos demonstrar a natureza da constituição sentidural dos mesmos, nas diversas manifestações deste discurso. Essa natureza, por sua vez, é vinculada à heterogeneidade contextual dos sentidos nas multifaces enunciativas em que se instauram. Tal classificação, mais que uma notação, é um demonstrativo da pluralidade de ocorrências destes enunciados neste discurso.

A seguir, fechando a discussão sobre o DUI, discutiremos acerca das suas manifestações discursivas.

3.2.4. As manifestações discursivas do DUI

Entendemos por manifestação discursiva do DUI construtos enunciativos sentidurais relacionados à produção acadêmico-pedagógico-formativa da “Universidade”. Esses construtos, quando materializados linguisticamente, produzem efeitos de sentidos, demarcando espaços discursivos identificadores da *praxis* científica da instituição. Tais construtos se manifestam tanto na oralidade quanto na escrita e sua realização linguageira se desenvolve no contexto das práticas universitárias.

Analisar as manifestações discursivas do DUI é interpretar seus efeitos de sentido a partir de uma descrição das condições de produção das mesmas. Para descrever essas condições no DUI, estabelecemos três fontes de registro dessas manifestações, a saber: os registros diagnósticos, os registros documentais e os registros etnográficos.

A seguir, apontaremos as características de cada um desses registros apresentando suas funções no trabalho de interpretação dos efeitos de sentido do DUI.

3.2.4.1. Os registros diagnósticos

Os registros diagnósticos dizem respeito ao conjunto de informações que permite realizar uma caracterização distintiva em torno de uma situação investigativa. Essa caracterização tem por objetivo revelar um “estado-de-ser” com base em sinais observados para averiguar a existência de regularidades em torno de um problema. A partir desses sinais, explicitam-se funções ou elementos constituintes acerca do contexto científico em análise.

Na explicitação de funções, torna-se possível perceber alterações, considerando-se as evidências apresentadas a partir de dois ou mais índices de ocorrência. Já na explicação dos elementos constituintes, emergem as comparações de ordem sistemática ou indiciária. A comparação de ordem sistemática permite a reunião de dados categorizados segundo critérios pré-determinados, enquanto que a comparação de ordem indiciária trabalha com deduções e inferências, decorrentes de um exame pormenorizado de aspectos diferenciais dos componentes analisados.

Incluimos nas manifestações discursivas dos registros diagnósticos: i) os artigos científicos⁶⁹; ii) os relatos de pesquisa⁷⁰; iii) as entrevistas⁷¹; iv) os questionários⁷² e v) as demonstrações estatísticas⁷³, sendo que essas manifestações possuem características próprias e finalidades pontuais de acordo com a natureza das questões pesquisadas.

3.2.4.2. Os registros documentais

Os registros documentais são instrumentos escritos oficiais, outorgados por uma instituição, que funcionam como parâmetros para o cumprimento de ordens, regulamentos e resoluções instanciais. Esses documentos, em geral, possuem um caráter modelar e sistêmico, orientando, através de regras e condições, o funcionamento das unidades setoriais em uma instituição. O DUI apresenta três documentos básicos em sua constitutividade enunciativa, a saber: i) as grades curriculares⁷⁴; ii) as fichas de disciplinas⁷⁵ e iii) as resoluções acadêmicas⁷⁶.

No caso da elaboração e implantação de um currículo, esse processo é tarefa dos colegiados⁷⁷ de cursos, que quase sempre solicitam a colaboração dos membros da COMUNI. Após a aprovação do currículo pelo colegiado do curso, este ainda precisa ser

⁶⁹ Concebemos os *artigos científicos* como construtos enunciativos sentidurais, constituídos de: i) reflexões em torno de posições teóricas; ii) análises comparativas temáticas e iii) diacronias factuais científicas, que utilizam a língua escrita normatizada através de regras institucionais.

⁷⁰ É considerado como um documento descritivo de formato funcional e sistêmico, que contém: i) hipóteses/questões de pesquisa; ii) suporte teórico; iii) procedimentos metodológicos; iv) análise de um *corpus* e v) encaminhamentos de pesquisa, de acordo com as especificidades de cada área.

⁷¹ Entendemos “*entrevistas*”, no contexto desta descrição discursiva, como interações orais face-a-face, em geral gravadas em áudio ou em vídeo, com o objetivo de coletar informações diagnósticas acerca de elementos investigados.

⁷² São concebidos como interações verbais escritas, em que os sujeitos expressam suas impressões em torno de elementos pesquisados.

⁷³ As *demonstrações estatísticas* serão definidas como exposições de caráter racional e sistemático, acerca de processos aplicáveis a determinadas fases de um estudo, representando a natureza descritiva do desenvolvimento de ocorrências.

⁷⁴ As *grades curriculares* são documentos oficiais das coordenações de cursos universitários em que se registra a disposição das disciplinas na composição dos cursos.

⁷⁵ As *fichas de disciplinas* são documentos modelares para todos os componentes da grade curricular, compostas de quatro partes, a saber: objetivos, ementa, bibliografia e descrição do programa.

⁷⁶ As *resoluções acadêmicas* são documentos resultantes de decisões tomadas nas instâncias institucionais acerca do funcionamento científico dos cursos, apresentando um parecer formal, a partir de uma solicitação, na regulamentação e oficialização de ações acadêmicas.

⁷⁷ Instância ligada à Coordenação dos Cursos, composta: i) pelo coordenador de curso; ii) por um membro de cada área acadêmica das disciplinas, indicados pelos departamentos que prestam serviços ao curso e iii) por representantes discentes, geralmente designados pelos centros ou diretórios acadêmicos, com representação proporcional ao total de alunos do curso, conforme o regimento de cada instituição.

apreciado e aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa das universidades e o chamado “Conselho Universitário”, para depois serem submetidos ao MEC/SESU/CSE⁷⁸. Dois anos após a implantação do currículo, a SESU envia uma comissão composta por membros do CSE, ou por ele nomeados, para fazer uma avaliação da implantação do mesmo, autorizando a emissão oficial de diplomas de cursos aos graduandos egressos da implantação de um novo currículo.

3.2.4.3. Os registros etnográficos

Os registros etnográficos envolvem uma pontuação contextual e sincrônica de acontecimentos discursivos de natureza acadêmica na universidade. Trata-se de uma observação em que o pesquisador participa das interações, coletando informações através de diferentes fontes, tais como: elaboração de diários, gravações em áudio ou vídeo, realização de entrevistas e aplicação de questionários, com o intuito de re-constituir cenários, analisando seus aspectos discursivos na sincronia da interação. Os registros etnográficos são um legado teórico-metodológico dos estudos antropológicos, legado este que se apresenta como um instrumental adequado à análise de discursos, principalmente se consideramos a heterogeneidade, a historicidade e a alteridade sentidural dos acontecimentos discursivos.

Os registros etnográficos envolvem uma descrição contextual, situada em lugares discursivos distintos, que examina particularidades concernentes à atribuição e realização de sentidos por sujeitos em um dado processo enunciativo. Dessa maneira, trata-se de um tipo de dado, através do qual, o pesquisador se coloca dentro da cena discursiva, considerando inúmeras variáveis concernentes ao processo interativo. Tal perspectiva envolve uma série de cenários característicos de manifestações do DUI, tais sejam: i) a sala de aula; ii) as sessões de orientação acadêmica e iii) os eventos acadêmicos, a exemplo das apresentações de trabalhos em reuniões científicas ou a negociação sentidural em discussões teóricas em grupos de estudos.

Nesse sentido, evocamos aqui o conceito de *microcultura*, que é o estudo de determinados grupos, formalmente organizados, com características próprias, interações frequentes e atitudes heterogêneas. É através dessas microculturas que se procura

⁷⁸ MEC – Ministério da Educação; SESU – Secretaria de Ensino Superior; e CSE – Conselho Superior de Educação – antigo Conselho Federal de Educação (CFE).

compreender as formas pelas quais sujeitos em ações conjuntas constroem o seu relacionamento. O registro dessas interações se dá através da explicitação da forma como essas ocorrências discursivas se delineiam, considerando circunstâncias específicas e inerentes às práticas enunciativas dos sujeitos envolvidos no processo.

Os eventos discursivos, enquanto conjunto de reações observadas durante uma interação, podem ser tratados em sua *amplitude macro*, enquanto “rotinas” – relacionadas à circunstancialidade de um conjunto de eventos, eventos estes, que se acentuam em relação a determinados eventos específicos; ou em sua *amplitude micro*, enquanto situações específicas do processo enunciativo, observadas a partir de uma categorização das rotinas. Nessa perspectiva, as categorias de análise se instauram a partir da observação de regularidades que passam a se constituir como “constituintes para exame”, definidos, principalmente, pela frequência de ocorrência no contexto da pesquisa.

O potencial interdiscursivo dos eventos é que justifica a relevância das informações coletadas nesse tipo de registro. Através desses eventos, torna-se possível encontrar sinais e traços indicadores de tensão, silêncio, apagamento, esquecimento e intenção nas realizações enunciativas dos sujeitos envolvidos no processo interativo. Esses sinais e traços podem ser relevantes na interpretação das condições de produção dos sentidos imanentes aos enunciados produzidos e na percepção das características contextuais dos acontecimentos discursivos.

Quisemos discutir, nesta seção, acerca das manifestações discursivas do DUI, caracterizando-as e explicitando seu potencial discursivo. A constitutividade discursiva desses registros é a fonte de evidências para a construção de análises em torno deste discurso. A partir dessas evidências, torna-se possível construir representações acerca de seu processo de interdiscursividade.

3.3. Considerações finais

Neste capítulo, procuramos apresentar a constituição discursiva do DUI. Partindo de uma concepção que esboçamos acerca deste discurso, refletimos sobre suas vozes, seus sentidos e seus enunciados. Na abordagem dos sentidos no DUI, discutimos sobre: i) seus enfoques conceituais; ii) seus direcionamentos epistemológicos na

formação profissional; iii) suas ações pedagógicas; iv) suas projeções acadêmicas e v) sua orientação política do *fazer-ciência*.

Ao descrevermos os direcionamentos epistemológicos, tomamos por base os tratamentos analógico, identitário-diferencial, histórico, fragmentário e integrativo. Na discussão acerca do tratamento integrativo, apresentamos os olhares interdisciplinar, pluridisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar e metadisciplinar e quando tratamos das ações pedagógicas, nós as descrevemos a partir das vertentes escolástica e heurística. A reflexão sobre os enunciados no DUI apresentou a seguinte classificação: i) enunciados assertivos; ii) enunciados explicativos e iii) enunciados asseverativos.

Os assertivos foram considerados em seus aspectos acepcionais, proposicionais e direcionais. Já os explicativos foram subdivididos em enunciados de comentário, de posicionamento e de questionamento. Por fim, os asseverativos, que foram examinados sob as circunstâncias de encaminhamento, topicalização e sugestão.

Na seqüência, mostramos algumas manifestações básicas do DUI, organizando-as enquanto fontes de registro, a saber: i) os registros diagnósticos; ii) os registros documentais e iii) os registros etnográficos.

A seguir, no capítulo 4, apresentaremos possibilidades potenciais de análise para o DUI.

CAPÍTULO 4

POR UMA ANÁLISE DO DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO 4

POR UMA ANÁLISE DO DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL

“As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.” (PÊCHEUX, 1995: 160)

4.1. Considerações gerais

O objetivo deste capítulo é o de sugerir encaminhamentos teórico-metodológicos que poderão ser utilizados como instrumentos analíticos para eventuais futuras pesquisas sobre o DUI. Nosso propósito é fazer um inventário preliminar do potencial científico deste discurso no escopo dos estudos discursivos. Portanto, serão mostradas quatro possibilidades de análise deste discurso, sendo que, na primeira, propomos uma interface teórica com a TS, e, nas demais, tomamos por base as macro-categorias abordadas no capítulo 3, a saber: as vozes, os sentidos e os enunciados.

Na construção da interface teórica com a TS consideraremos quatro de seus conceitos básicos, tais sejam: os atos de linguagem, o contrato de comunicação, as instâncias actanciais desse contrato e os modos de organização do discurso. A justificativa da escolha desta interface se explica pelo olhar epistemológico que apresentamos no capítulo 2. Convém não silenciarmos, neste momento, que outras interfaces podem ser construídas, se olharmos epistemologicamente para outras correntes teóricas da Análise do Discurso.

A seguir, apresentaremos esta interface e depois apontaremos a primeira possibilidade de rota metodológica para análise do DUI, tomando-a por base teórica.

4.2. A TS e o DUI

Nosso objetivo é estabelecer conexões entre os quatro conceitos da TS supracitados e quatro elementos do DUI que elegemos como enfoque metodológico

para nossa análise, tais sejam: i) os atos discursivos cogentes⁷⁹; ii) o contrato de formação profissional; iii) as instâncias enunciativas; e iv) as variações discursivas.

Um dos enfoques que poderia ser tomado, em nível de abordagem discursiva, partindo do arcabouço teórico da TS, seria o de analisar as instâncias enunciativas no DUI. Nessa perspectiva, essas instâncias seriam o lugar discursivo de observação e os outros três elementos seriam, então, enfoques coadjuvantes subjacentes a este. Essa escolha apontaria para uma amplitude macro de análise para este discurso.

A opção por essa amplitude pode se justificar quando o *corpus* da pesquisa considerar um conjunto de registros suscetível de contemplar várias manifestações, tais como a de se analisar o DUI na constitutividade de um curso de graduação ou de um programa de pós-graduação. Neste caso, devido ao volume de dados selecionados para integrarem o *corpus*, tornar-se-á necessário utilizar uma rota epistemo-metodológica com uma perspectiva êmica⁸⁰ e holística⁸¹ para esses dados. Esse volume, por sua vez, deverá constituir-se enquanto amostra representativa dos elementos constitutivos do DUI, amostra esta, a nosso ver, pertinente e relevante para uma caracterização geral da natureza enunciativa deste discurso.

Entendemos que essa amostra seria representativa pelo fato de evidenciar pontos de inflexão, tais como: i) as filiações teóricas; ii) as linhas de pesquisa e iii) a organização curricular, determinantes de uma dimensão sentidural destas manifestações discursivas. A pertinência e a relevância dessa amostra residem no fato de serem estas manifestações elementos balizadores do processo de formação profissional na universidade. Logo, na análise de contextos discursivos heterogêneos como cursos, programas ou departamentos, essa visão macro dos dados permitiria a construção de um panorama científico acerca dos contextos investigados.

As amplitudes *micro*, chamadas de *micro-análises*, seriam mais aplicáveis em enfoques pontuais, aqueles que exploram detalhadamente elementos específicos nas manifestações ou contextos discursivos. Esses enfoques pontuais vão desde o exame

⁷⁹ A cogência diz respeito ao *referendum* lógico de sentidos, mediante a prevalência e a eficácia de sua representação enquanto convicção prospectiva. Este conceito foi adaptado a partir de uma interpretação discursiva do conceito de argumentos cogentes da *Teoria Consensual da Verdade* de Jürgen Habermas, resguardadas suas convergências epistemológicas com o enfoque discursivo deste trabalho.

⁸⁰ Baseando-nos em Brend (1974), a perspectiva *êmica* se aplica, neste caso, porque vamos analisar os instrumentos diagnósticos e documentais do DUI, considerando a perspectiva de um sujeito pesquisador, interagindo nesses e através desses instrumentos, observando traços inerentes à validade científica dos mesmos.

⁸¹ Cf. nota 5 do capítulo 3, p. 108.

pormenorizado de um documento, explicitando suas características e especificidades enunciativas, até a observação detalhada de um conjunto de documentos numa manifestação discursiva, em que se compare a ocorrência de uma ou mais categorias específicas. Nessa perspectiva, as *micro-análises* seriam, pois, indicadas para investigações pontuais, quer do ponto de vista dos dados a serem analisados, quer do ponto de vista das categorias demarcadas para a análise.

A seguir, caracterizaremos cada um dos elementos da interface que construímos e que tornam possível o relacionamento da TS com o DUI.

4.2.1. Os atos de linguagem e os atos discursivos cogentes

Os atos discursivos cogentes são manifestações enunciativas fundadas na referencialidade discursiva de sujeitos, quando circunscritos sócio-profissionalmente em uma instituição, com uma orientação sentidural voltada para a indagação ou para a investigação. Trata-se de realizações languageiras crivadas em uma ordem discursiva institucional, definidas como reguladoras do funcionamento acadêmico. Dessa maneira, podem ser definidos como atos de linguagem pontuais, cuja validade se efetiva pelo seu caráter retrospectivo, perquiritário⁸² e oficial.

Para se analisar os atos discursivos cogentes, torna-se necessário estabelecer uma relação dialética entre o processo de produção de atos enunciativos pontuais, numa ordem discursiva institucional, e a clivagem das realizações languageiras entre sujeitos na concepção de formação profissional e de prática científica. Nessa ordem discursiva, deve-se priorizar a particularização das ações acadêmicas, a construção de uma imagem institucional e a representação das práticas científicas. Já a *clivagem* das realizações languageiras, permeada pela referencialidade sujeitudinal⁸³, traz como objetivos: i) descrever, classificar e avaliar as ações acadêmicas; ii) proceder uma filtragem sob a imagem institucional; e iii) reconhecer-se nos acontecimentos científicos, através de conexões entre a referencialidade e os fatos, estabelecendo relações numa diversidade de lugares discursivos.

Uma vez definidos como atos de linguagem pontuais, os atos discursivos cogentes examinam a alteridade entre lugares discursivos dos sujeitos e estados sentidurais do fazer

⁸² Investigado escrupulosamente.

⁸³ Veja nota 8, capítulo 2, p. 57.

científico. Nesse exame, a exemplo do que ocorre com os atos de linguagem, em geral, entrecruzam-se o posto, o pressuposto e o subentendido. Assim, a partir dessa alteridade, esboça-se um processo que tornará possível uma descrição designativa, explicando e determinando a enunciatividade subjacente a esses atos discursivos.

Tal processo, irá observar a reciprocidade das ações acadêmicas no que tange às proposições científicas e às relações a elas atribuídas. Essas ações, lembramos, ocorrem na interioridade do processo de formação profissional e no contexto externo da participação dos sujeitos como actantes do processo acadêmico. Dessa maneira, a produção acadêmica de uma determinada COMUNI funciona como anterioridade discursiva desse processo de formação.

As convenções acadêmicas determinantes desses atos discursivos são constituídas pelos artigos científicos, pelos relatos de pesquisa e pelas “diacronias factuais científicas”⁸⁴. Esses atos, quando normatizados numa “cultura acadêmica”, transformam-se em linhas de pesquisa, evidenciando o *status* da COMUNI nas ações da coletividade acadêmica. Nessa perspectiva, os atos discursivos cogentes se aglutinam num *continuum* científico, propulsor do chamado contrato de formação profissional.

Na seqüência, estabeleceremos uma relação epistemológica entre o contrato de comunicação na TS com o que estamos denominando de contrato de formação profissional no DUI.

4.2.2. O contrato de comunicação e o contrato de formação profissional

O contrato de formação profissional é o compromisso acadêmico de uma instituição, referendado por sua COMUNI, na preparação científico-profissional de sujeitos sociais para o exercício da cidadania através de um carreira. Esse compromisso implica a contextualização de conhecimentos, a interação entre sujeitos formadores e sujeitos aprendentes⁸⁵ e a interdiscursividade da relação teoria-prática, alinhadas para fornecer os subsídios necessários para essa formação. A instituição, como *mise-en-scène* da instauração desse contrato, se ocupa do seu gerenciamento, criando condições de

⁸⁴ As “diacronias factuais científicas” consideram uma sucessão de acontecimentos em sua constituição analítica dos fatos, permitindo uma percepção dos processos evolutivos e evidenciando suas mudanças ao longo do processo histórico.

⁸⁵ Veja nota 11 do capítulo 3, p. 111.

funcionamento e delegando funções aos membros da COMUNI para compor as finalidades e atribuições nesse processo.

A preparação científico-profissional possui particularidades sócio-históricas circunscritas na referencialidade polifônica dos membros da COMUNI. Ao estabelecermos uma relação epistemológica entre o conceito de contrato de comunicação em Charaudeau e o contrato de formação profissional, observamos que este último se compõe, também, de um *espaço de limitações*, determinado pelo caráter regulador e gerencial da instituição. As condições limitadoras das quais os membros da COMUNI não podem escapar são os parâmetros curriculares e as fronteiras de conteúdo delimitadas nas fichas de disciplinas.

Da mesma forma, vemos, também, no contrato de formação profissional um *espaço de estratégias* representado pelas heterotropias⁸⁶ configuradas pela heterogeneidade e pela alteridade de ações, exercidas pelos professores-formadores no processo de ensino-aprendizagem. Dessa maneira, tanto se torna possível satisfazer as condições do contrato, quanto realizar ações inerentes à referencialidade polifônica dos sujeitos envolvidos no processo. Tal fato se justifica pelo grau de autonomia desses sujeitos, para lidar com os sentidos, propiciando-lhes escolhas discursivas que adequem as limitações do contrato à amplitude de suas referencialidades.

Ainda a exemplo do contrato de comunicação na TS, o contrato de formação profissional ocupa um espaço discursivo mútuo, oscilando entre a instância de realização languageira dos membros da COMUNI e a instância de realização enunciativa da instituição. Na instância de realização languageira, os membros da COMUNI se circunscrevem em seus imaginários acadêmicos. Já na instância de realização enunciativa da instituição, esses sujeitos se inserem na formação discursiva “universidade”, que também ocupa dimensões no seu imaginário acadêmico.

Dessa maneira, de um modo geral, o contrato de formação profissional apresenta filiações teóricas subjacentes ao perfil de profissionais que a instituição objetiva formar. Não obstante, essas filiações representam uma interseção entre as filiações dos membros da COMUNI, cuja resultante, em nível institucional, se delinea pelas alteridades determinadas pelas relações de poder desses membros na instituição. Assim, podemos deduzir que o contrato de formação profissional representa um *contrato de*

⁸⁶ Veja nota 5 do capítulo 1, p. 20.

comunicação entre a instituição e os membros da COMUNI, com o intuito de estabelecer os parâmetros do processo de formação na universidade.

Dando continuidade à discussão sobre a TS e o DUI, abordaremos a relação epistemológica entre as instâncias actanciais desse contrato de comunicação e as instâncias enunciativas do DUI.

4.2.3. As instâncias actanciais do contrato de comunicação e as instâncias enunciativas do DUI

Considerando a universidade como local privilegiado de uma *mise-en-scène* em que os atos discursivos cogentes se realizam, observemos como as instâncias enunciativas se manifestam a partir de uma inter-relação com as instâncias actanciais na prática languageira na TS. A exemplo das quatro instâncias introduzidas por Charaudeau⁸⁷ estabeleceremos as seguintes instâncias para analisar o DUI, a saber: uma instância comunicante (Ic) que constrói uma imagem de perfil acadêmico e profissional para uma instância interpretante (Ii), sendo Ii conjugada a uma instância destinatária (Id), que recebe imagens de uma instância enunciadora (Ie). Da mesma forma que na TS, Ic e Ii se instituem no âmbito da interdiscursividade do DUI, enquanto, Ie e Id se instalam no âmbito das realizações languageiras neste discurso.

Descreveremos tais instâncias enunciativas, seguindo a mesma seqüência em que estas foram apresentadas no olhar epistemológico que lançamos sobre a TS no capítulo 2.

4.2.3.1. A Ic

A Ic se instaura na referencialidade discursiva da instituição, representando o direcionamento acadêmico subjacente ao formato dos cursos de graduação e às linhas de pesquisa instituídas nos programas de pós-graduação, que, de certa forma, também influenciam as ações acadêmicas da graduação. Dessa maneira, constituem-se como manifestações discursivas dessa referencialidade as grades curriculares dos cursos de graduação e as linhas de pesquisa na pós-graduação. Esses registros documentais são

⁸⁷ Cf. capítulo 2, seção 2.4, pp. 48-55.

portadores de referências prescritas, além de evidenciarem características específicas e valores enunciativos inerentes aos interesses acadêmicos da instituição.

A Ic é também polifônica porque comporta, em sua constitutividade acadêmica, as filiações teórico-pragmáticas subjacentes à referencialidade dos membros da COMUNI. Essa polifonia pode ser observada quando analisamos os interdiscursos subjacentes à produção acadêmica dos professores-formadores em serviço na instituição. Tais interdiscursos são reveladores das filiações teóricas desses sujeitos na heterogeneidade e na alteridade das filiações projetadas para os cursos pela instituição.

A seguir, apresentaremos a descrição da Ie enquanto instância enunciativa do DUI.

4.2.3.2. A Ie

A Ie se situa na referencialidade dos sujeitos indicados pela instituição ou eleitos pelos membros da COMUNI e pelos graduandos, para conduzirem o processo acadêmico na instituição. Nessa referencialidade, crivam-se: i) os referenciais da instituição; ii) os referenciais que representam os interesses dos membros da COMUNI e iii) os referenciais dos próprios sujeitos condutores do processo. A interseção desses referenciais é o resultado da filtragem dos sentidos realizada por ocasião da clivagem.

A partir dessa *clivagem*, ocorre uma adequação de sentidos às situações enunciativas do DUI em que esses sujeitos interagem enquanto actantes. Entendemos que as manifestações discursivas deste discurso, suscetíveis de representar tal atividade sentidural, seriam as entrevistas realizadas com coordenadores de cursos e membros do colegiado que participaram do processo de reformulação e ajuste curriculares. Através delas, torna-se possível apreender sinais indicativos das filiações teórico-pragmáticas nas dimensões subjetivas e institucionais.

Da mesma forma que a Ic, a Ie também pode se manifestar de forma polifônica, através do entrecruzamento de vozes transversas na alteridade *instituição - membros da COMUNI - sujeitos condutores do processo*. Essa polifonia se constituirá na heterogeneidade enunciativa que funda a atividade sentidural desses sujeitos. Assim, através da análise das entrevistas, pressupomos que será possível encontrar marcas polifônicas dessas vozes, indicadoras da interdiscursividade subjacente a essa manifestação discursiva do DUI.

Na seqüência, discutiremos acerca da Ii enquanto instância enunciativa do DUI.

4.2.3.3. A Ii

A exemplo do que ocorre com o Tui na TS, a Ii é referencial porque representa uma instância-alvo da Ic. Na prática, a Ii representa o perfil de formação projetado pela Ic, enunciado linguisticamente pela Ie e concebido enquanto representação pela Id. Esse perfil, por sua vez, representa as escolhas acadêmicas definidas na Ic e projetadas na imagem de perfil, constitutiva da Id.

Entendemos que a Ii também é polifônica, porque é historicamente constituída pelo entrecruzamento das vozes que projetaram sua imagem; a partir daí, sua representação comportará um amálgama de sentidos de diferentes instâncias, numa diversidade de contextos teórico-pragmáticos. Isso significa que o perfil de formação pretendido interpõe imagens circunscritas: i) pela instituição; ii) pelos sujeitos formadores e iii) pelos sujeitos condutores do processo de formação. Percebemos, então, que a Ii, no escopo do DUI pode representar as projeções acadêmicas da instituição e dos membros da COMUNI acerca do processo de formação profissional na universidade.

Dando continuidade à discussão das instâncias enunciativas do DUI, abordaremos a Id.

4.2.3.4. A Id

A referencialidade da Id decorre de sua circunscrição enunciativa na inter-relação com a Ii e a Ie. Essa circunscrição, que é resultante de uma *clivagem* dos sentidos a partir das imagens construídas nas outras instâncias, revela uma identificação desta instância com o processo enunciativo instaurado nas demais. No caso do DUI, seriam as fichas de disciplinas, registro documental em que emergiriam as interfaces acadêmicas: i) institucional – através da fixação dos conteúdos mínimos; e ii) sujeitidual – quando nos referimos às filiações teóricas dos membros da COMUNI, quer no âmbito interdiscursivo, quer no linguageiro.

No que tange à polifonia da Id, também percebemos uma especulação sentidural múltipla em que correntes teórico-metodológicas, atitudes acadêmicas diversas e posturas

político-científicas se heterogenizam num *continuum* direcionador do processo de formação profissional. As fichas de disciplina, manifestação discursiva circunscrita na Id, perpassariam essa diversidade de vozes, entrecruzando suas respectivas referencialidades. Elas nos colocariam, pois, diante de uma *clivagem* transversa em que instituições e sujeitos compõem um curso e direcionam suas ações acadêmicas na referencialidade deste, como se o mesmo, dialeticamente, fosse o direcionador de suas ações institucionais e subjetivas.

A seguir, estabeleceremos outra relação epistemológica entre a TS e o DUI, através das inter-relações que pretendemos construir entre os modos de organização do discurso e as variações discursivas do DUI.

4.2.4. Os modos de organização do discurso e as variações discursivas do DUI

Nesta seção, nosso propósito será o de caracterizar as variações discursivas do DUI, tomando como suporte teórico os modos de organização do discurso na TS⁸⁸. Não podemos deixar de pontuar nessa caracterização, o caráter heterogêneo dessas manifestações nos acontecimentos discursivos. No caso específico deste encaminhamento de análise, em uma eventual pesquisa, tais variações seriam utilizadas enquanto lugares discursivos para um exame pormenorizado das instâncias enunciativas.

As variações discursivas do DUI, a exemplo dos modos de organização do discurso na TS, também seriam manifestações constituintes específicas, com funções determinantes e determinadas na organização sentidural dos discursos. Essa organização sentidural pressupõe estilos, que caracterizam essas variações, conforme as especificidades nas quais elas se circunscrevem, nos processos enunciativos instaurados na interação universitária. Tais estilos se adequam às manifestações discursivas, na medida em que pontuam elementos distintivos, inerentes às situações de interação acadêmica, de produção científica e de concepção acadêmico-institucional.

Apresentamos essas variações discursivas do DUI na mesma perspectiva em que são dispostos os modos de organização do discurso na TS, porque avaliamos que, em nível de percepção discursiva macro, as manifestações deste discurso possuem características idênticas às expostas por Charaudeau em sua descrição teórica. Primeiramente, porque a percepção macro, em seu caráter abrangencial, pontua a ocorrência de tais variações, e em

⁸⁸ Cf. capítulo 2, seção 2.7, pp. 69-87.

segundo lugar, porque a composição desses modos nos permite detalhar o potencial enunciativo, a interdiscursividade e os índices de determinação do intervalo histórico de dispersão sentidural, também inerentes às manifestações do DUI. Resta-nos, então, enumerar estas variações: i) enunciativa; ii) descritiva; iii) narrativa e iv) argumentativa, que passamos a descrever na continuidade desta reflexão.

4.2.4.1. A variação enunciativa

A variação enunciativa aponta índices de constitutividade institucional/sujeitucional nas manifestações discursivas do DUI. Através dela, percebemos traços inerentes às relações de poder, quer do ponto de vista regulamentar, quer do ponto de vista de prioridades teórico-pragmáticas. Esses elementos emergem do exame pormenorizado dos pontos de vista institucional/sujeitucional acerca do processo de formação profissional.

Tais pontos de vista, em sua polissemia e polifonia, sugerem: i) marcas de supremacia teórico-metodológica; ii) influências externas inter-institucionais, balizadas por um critério de prestígio político-acadêmico; ou ainda iii) sinais da anterioridade discursiva institucional/sujeitucional, marcada na caracterização desses fatores actanciais acadêmicos na universidade. Nessa perspectiva indicial, os pontos de vista também explicitam lugares discursivos, nos quais se instauram as ações acadêmico-universitárias. Podemos situar esses lugares nas seguintes direções: o dito institucional/sujeitucional em relação a seus próprios discursos, as implicaturas do dizer institucional/sujeitucional e a amplitude desse dizer, esta última, representada nos registros diagnósticos, documentais e etnográficos das manifestações discursivas do DUI.

Vejamos como seria possível situar esses lugares numa perspectiva analítica:

- i) o dito institucional/sujeitucional se situaria em relação a seus próprios discursos e relacionaria opiniões, apreciações, afirmações, promessas e proposições acerca do processo de formação profissional;
- ii) já as implicaturas do dizer institucional/sujeitucional seriam decorrentes das referências que fundam esse dizer e das reações provocadas por ele através de apreciações, indagações ou constatações;
- iii) quanto à amplitude desse dizer, esta seria representada pelos registros diagnósticos, documentais e etnográficos das manifestações discursivas do

DUI; além disso, poderia ser evidenciada através de marcas textuais, relatos, ou até mesmo, pela ausência de marcas explícitas na superfície dos enunciados do discurso.

A seguir, dando continuidade a nossa reflexão sobre as variações discursivas no DUI, comentaremos a variação descritiva.

4.2.4.2. A variação descritiva

A variação descritiva analisa o potencial atributivo das manifestações discursivas. Para analisar esse potencial atributivo, recorreremos aos dispositivos de concepção, referencialização e caracterização designativas, ocorrentes nos registros a serem examinados. Na concepção, estabelecemos condições e propriedades atribuídas à descrição; na referencialização, espaço e tempo aludidos na mesma; e na caracterização, especificidades inerentes a ela.

Esse processo de atributividade compõe imagens acerca dos elementos descritos. A percepção dessas imagens se torna possível se compreendermos o comportamento das regularidades enunciativas, que podem ser abrangentes, específicas ou distintivas. Quando abrangentes, podem ser circunscritas em diversas situações enunciativas; quando específicas, possuem um valor sentidural pontuado em um contexto sincrônico; e quando distintivas, apresentam relações de semelhança com identidades diferenciadas.

Dessa maneira, poderíamos observar essas imagens, considerando o seguinte percurso analítico:

- i) o das imagens postas a partir das regularidades explícitas na superfície do discurso;
- ii) o das imagens identificadas na alteridade do posto e do pressuposto dessas regularidades; e
- iii) o das imagens projetadas no subentendido das mesmas;

Tal percurso analítico levaria em consideração:

- i) o papel dos saberes partilhados;
- ii) as hipóteses em torno dos subentendidos; e
- iii) a asseveração motivada pelas co-ocorrências.

A variação descritiva no DUI apareceria, então, na apresentação do perfil de profissional que a instituição propõe, em seu processo de formação e na concepção de curso que esta pretende oferecer, a partir do perfil de sua COMUNI e dos componentes curriculares indicados. Esse perfil de formação seria construído, pois, a partir de projeções evidenciadas nas grades curriculares, nas fichas de disciplinas e nas vozes dos representantes institucionais dos membros da COMUNI. Assim agindo, poderíamos explicitar os interdiscursos institucionais/sujeitacionais sobre esse processo de formação.

Na seqüência, discutiremos a variação narrativa, enquanto variação discursiva do DUI.

4.2.4.3. A variação narrativa

A variação narrativa, a exemplo do modo de organização narrativo na TS, se situaria na dimensão factual do discurso, neste caso, o DUI. Ela diz respeito às ações e aos juízos que influenciam o processo de formação profissional. Essas ações e juízos são dimensionados discursivamente, a partir de hipóteses de ocorrência dos fatos institucionais-acadêmicos e de sua historicidade.

Tanto essas hipóteses quanto essa historicização são acontecimentos discursivos sujeitos a heterotropias institucionais/sujeitacionais, daí a necessidade de se investigar as evidências factuais a partir de diferentes lugares discursivos. No caso específico da variação narrativa, esses lugares oscilam desde a posição discursiva de relato, até a posição de observação e de conhecimento dos fatos. Os acontecimentos são relatados/observados a partir de uma meta discursiva, explícita na superfície dos enunciados ou implícita na continuidade interdiscursiva do processo narrado.

Trata-se de uma arquetipologização factual, fundada na referencialidade polifônica da instância narradora – sujeitos/documentos. Nessa arquetipologização instaura-se uma relação dialética em torno da veracidade desses fatos, situada na

constitutividade discursiva de verdade *posta-instituída-construída-desejável-imposta*. Assim, essa relação dialética se dá nas dimensões do posto e do imaginário, circunscrevendo essas ações e juízos nas dimensões do visível-tangível.

Nessa perspectiva, a variação narrativa se situaria na composição da perspectiva sujeitos/documentos sobre o processo histórico das ações acadêmicas para a formação profissional, processo este, entrecortado pela dinâmica política da instituição. A percepção desses olhares faz emergir uma variedade de articulações de sentidos acerca do funcionamento da universidade, no que se refere à atividade acadêmica. A abordagem do processo histórico permeia uma incursão enunciativa sobre a anterioridade discursiva da estrutura da instituição e de seu funcionamento.

Para terminar essa discussão sobre as variações discursivas no DUI, apresentaremos a variação argumentativa.

4.2.4.4. A variação argumentativa

A variação argumentativa diz respeito às proposições discursivas manifestadas no DUI. Para analisar essas proposições, parte-se de suas relações de influência na manifestação discursiva como um todo. Essas relações de influência podem ser examinadas considerando-se dois elementos apresentados por Charaudeau quando este reflete sobre o modo de organização argumentativo do discurso na TS⁸⁹, tais sejam: a razão demonstrativa e a razão persuasiva.

Com relação à razão demonstrativa, agora considerada no escopo da variação argumentativa do DUI, é possível identificar os traços de causalidade na constituição discursiva dos enunciados deste discurso. Para tal, trabalharemos com os aspectos: i) dedutivos; ii) explicativos; iii) associativos; iv) alternativos; e v) restritivos.

Na seqüência, caracterizaremos cada um destes aspectos, estabelecendo relações que possibilitem a construção de parâmetros de análise nas manifestações do discurso em estudo.

- i) Os aspectos dedutivos referem-se às relações entre os enunciados de uma proposição, considerando sua abrangência, suas implicações, suas interdependências e seus entrecruzamentos;

⁸⁹ Cf. capítulo 2, seção 2.7.4, pp. 78-87.

- ii) Já os aspectos explicativos dizem respeito às conseqüências em suas instâncias de gênese, circunstância, hipótese, aplicação e processo;
- iii) Quanto aos aspectos associativos, destacamos os paradoxos, as contradições, as tautologias e as redundâncias;
- iv) Nos aspectos alternativos, priorizamos as incompatibilidades, as convergências e as divergências;
- v) Por fim, no que tange aos aspectos restritivos, optamos pela análise subjetiva dos graus de aceitabilidade ou de tolerância das proposições.

No que se refere à razão persuasiva, examinamos questões relacionadas à ordem argumentativa em suas características de assertividade, causalidade, mecanismos de persuasão, temática e procedimentos interpretativos. Essas características podem ser percebidas em cada modalidade de manifestação discursiva no DUI. A observação de tais ocorrências fornecerá subsídios para que se possa analisar os procedimentos discursivos constituintes dessas manifestações.

Tanto a percepção dos elementos da razão demonstrativa quanto dos elementos da razão persuasiva conduzem à construção de um quadro de argumentatividade, em que se destacariam os procedimentos de ordem semântica, discursiva e composicional. Nos procedimentos semânticos, seriam enfatizadas as questões de verossimilhança, juízo de valor e validade lingüística; nos discursivos, as questões de atributividade, asseveração e polemização; e por fim, nos composicionais, teriam prioridade as questões de aplicabilidade, temporalidade e terminologia. A partir desses elementos de natureza argumentativa, torna-se possível uma escansão acerca da identificação de evidências discursivas nas manifestações do DUI, para uma análise de suas instâncias enunciativas.

A seguir, apresentaremos uma rota metodológica para análise destas instâncias no DUI.

4.3. Uma rota metodológica para uma análise das instâncias enunciativas do DUI

Nesta seção apresentaremos um percurso de análise para o DUI, dentre uma diversidade de outros que podem ser concebidos, motivando futuras pesquisas nesta área. Por se tratar de uma caracterização discursiva, ainda pouco explorada no escopo

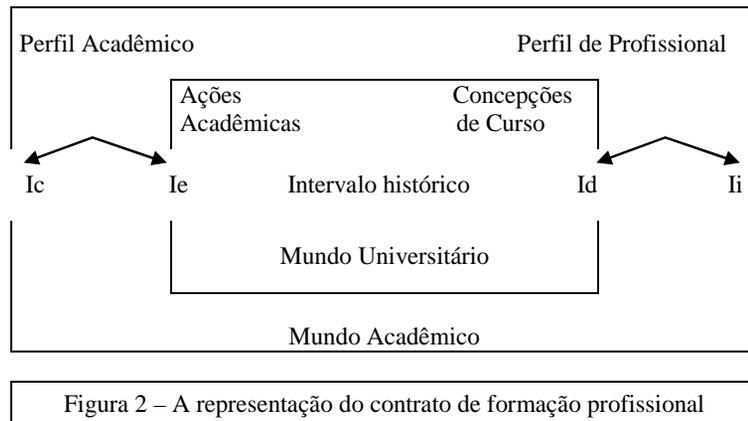
da AD, procuramos, nesta primeira possibilidade, nos embasar no arcabouço teórico da TS ao sugerirmos esta trajetória metodológica. Tal encaminhamento, portanto, será centrado na análise das instâncias enunciativas do discurso em estudo.

O cenário seria um curso de graduação em uma instituição de ensino superior, considerando a historicidade de sua concepção curricular, a extensão formativa através de seu programa de pós-graduação e as concepções teórico-metodológicas subjacentes ao curso. Para tal análise, utilizaríamos como critérios de verificação das ocorrências discursivas nas manifestações do DUI os seguintes elementos: os atos discursivos cogentes, o contrato de formação profissional e as variações discursivas de natureza enunciativa, descritiva, narrativa e argumentativa. Os instrumentos utilizados para a análise seriam:

- a) os registros diagnósticos –
 - i) as publicações dos sujeitos em serviço, num periódico da área na instituição; e
 - ii) entrevistas realizadas com professores que atuaram no processo de concepção curricular do curso de graduação e
- b) os registros documentais –
 - i) a resolução que indica as linhas de pesquisa de um programa de pós-graduação, vinculado ao curso de graduação da instituição;
 - ii) as grades curriculares desse curso e
 - iii) as fichas de disciplinas dessas grades.

A orientação metodológica, que ora propomos, partiria do lugar discursivo das instâncias enunciativas, associando a cada uma delas um enfoque vinculado a uma das variações discursivas.

Nessa perspectiva, primeiramente, construiríamos as bases do que estamos chamando de contrato de formação profissional. A partir desse contrato, situaríamos as quatro instâncias enunciativas, a saber: a comunicante, a enunciativa, a interpretante e a destinatária, para, em seguida, relacionar cada uma dessas instâncias a uma variação discursiva, de acordo com a natureza da análise que pretendêssemos estabelecer para cada relação. A representação do contrato de formação profissional seguiria, portanto, a mesma orientação do contrato de comunicação na TS, senão vejamos:



No circuito externo, o do Mundo Acadêmico, de um lado, situamos a *Ic* na qual se constrói a imagem do Perfil Acadêmico; do outro lado, a *Ii* em que se estabelece uma imagem do Perfil de Profissional; ambas as instâncias, atuando no nível da interdiscursividade do contrato. Já no circuito interno, o do Mundo Universitário, de um lado, localiza-se a *Ie*, realizadora das Ações Acadêmicas; do outro lado, a *Id* onde se instituem as Concepções de Curso; desta feita, ambas agentes do processo enunciativo de trocas linguageiras. As Ações Acadêmicas são influenciadas pelo Perfil Acadêmico, enquanto que as Concepções de Curso são um reflexo do Perfil de Profissional que a instituição tem por objetivo formar. Entretanto, as Ações Acadêmicas também são determinantes das Concepções de Curso, já que, através dessas ações, se instauram os enfoques conceituais, os direcionamentos epistemológicos e as ações pedagógico-metodológicas do Curso. Entre a realização linguageira da *Ie* e da *Id*, situa-se o intervalo histórico de dispersão dos sentidos, lugar discursivo em que se manifestam as heterogeneidades enunciativas, os deslocamentos e as transposições de sentidos, as tensões, os esquecimentos, os apagamentos e os silêncios⁹⁰.

As relações que estabeleceríamos entre as instâncias enunciativas e as variações discursivas seriam, portanto, as seguintes: i) a instância comunicante com a variação enunciativa; ii) a instância enunciadora com a variação narrativa; iii) a instância interpretante com a variação descritiva e iv) a instância destinatária com a variação argumentativa. O critério de escolha das relações estaria relacionado com os enfoques discursivos, escolhidos para analisar os dados. Na seqüência, justificaremos como ficariam estes enfoques, explicando a natureza discursiva dessas relações.

⁹⁰ Estas concepções foram abordadas no capítulo 2, seção 2.8, pp. 87-94.

i) A instância comunicante com a variação enunciativa

Na instância comunicante, enfatizaríamos o perfil acadêmico dos membros da COMUNI. Para tal, analisaríamos a enunciatividade das filiações teórico-metodológicas dos membros da COMUNI através de sua produção acadêmica, além de indicarmos como essas filiações se traduzem em nível institucional, através das linhas de pesquisa para o programa de pós-graduação. Portanto, estabelecendo uma relação da instância comunicante com a variação enunciativa, nosso propósito seria o de explicitar os índices de constitutividade institucional/sujeitudinal.

Para tanto, trabalharíamos com a classificação dos atos discursivos cogentes para: i) especificar as filiações; ii) evidenciar a imagem institucional; e iii) apontar a representação das práticas científicas. Com essa classificação, tornar-se-ia possível descrever, agrupar e selecionar as correntes teóricas, a partir de uma análise das publicações, crivando-as com as escolhas realizadas na elaboração das linhas de pesquisa, para examinar a natureza das relações de poder – regulamentar e teórico-pragmáticas – e apontar as correntes de supremacia na instituição, suas influências para-institucionais e o seu prestígio político-acadêmico. Na determinação desses elementos, construiríamos um quadro das imagens sujeitudinais confrontadas com as imagens institucionais, para, então, interpretarmos o grau de reconhecimento científico entre os membros da COMUNI e sua atuação na instituição.

ii) A instância enunciativa com a variação narrativa

Através da instância enunciativa poderíamos fazer uma reconstituição histórica das relações curriculares, realizando uma análise da dimensão factual em que estas foram constituídas. Para isto, enfocariamos as ações e juízos acerca dos currículos, através de uma análise dos enunciados, nas entrevistas realizadas com três professores que participaram do processo de concepção curricular, contrapondo suas hipóteses e arquetipologizações factuais em torno deste processo. Nossa escolha pela variação narrativa se justificaria pela motivação de explicitar, neste momento da análise, uma percepção discursiva sobre as ações acadêmicas, na dinâmica política da esfera institucional.

Nesta perspectiva, estabeleceríamos conexões entre a referencialidade histórica dos sujeitos, interpretando as dimensões do dito e suas implicaturas na amplitude do

dizer. Para isto, examinaríamos opiniões, apreciações, afirmações, promessas e proposições, a partir de marcas textuais evidenciadas nas entrevistas transcritas. Com a percepção desses elementos, pressupomos que estaríamos construindo o percurso da anterioridade discursiva dos currículos no DUI.

iii) A instância interpretante com a variação descritiva

Na instância interpretante projetaríamos o perfil de profissional que a instituição objetiva formar. Para tal análise, avaliaríamos o potencial atributivo subjacente às correntes teóricas, à concepção de curso e ao quadro referencial dos membros da COMUNI, através do exame dos atos discursivos cogentes. A partir deste quadro, definiríamos as condições do processo de formação e o que estamos chamando de propriedades formadoras, a partir das especificidades das grades e das fichas de disciplinas.

Com a composição deste quadro referencial, passaríamos a interpretar os comportamentos das regularidades referenciais, considerando a diversidade de ocorrências, as particularidades contextuais e as relações identitárias. Desta interpretação surgiria, então, a percepção das imagens referentes ao conhecimento a ser exposto no processo de formação dos prováveis deslocamentos de sentidos nesse processo e das projeções que caracterizariam o perfil de profissional estabelecido como meta pela instituição. Esse perfil se situaria na dimensão do mundo acadêmico porque sua gênese emerge no perfil acadêmico, além de ser interdiscurso para a concepção de curso, que, por sua vez, decorre das ações acadêmicas.

A escolha da variação descritiva se justificaria por seu caráter denominativo, uma vez que estamos lidando com um perfil de profissional. Esse caráter nos permitiria um detalhamento objetivo em torno dos atributos e valores constituintes dos atos discursivos cogentes. Assim, poderíamos analisar uma multiplicidade de conceitos e referências, circunscritos em um determinado universo discursivo, neste caso, de natureza subjetiva, com o intuito de explicitar seus interdiscursos.

iv) A instância destinatária com a variação argumentativa

Na instância destinatária, analisaríamos as relações de influência nas proposições das fichas de disciplinas, através de um exame pormenorizado de seus enunciados. Neste

exame, seguindo a sugestão teórica vinda da TS, seria possível conjugar aspectos relacionados à razão demonstrativa e à razão persuasiva dos mesmos. A escolha desta variação para abordar esta instância se justificaria por seu caráter avaliativo-estilístico, no qual lidamos com variações, oposições e co-ocorrências de evidências discursivas.

No que se refere à razão demonstrativa, trabalharíamos com os traços de causalidade, com os quais enfocariamos as deduções, as explicações, as associações, as alternâncias e as restrições. Esses traços de causalidade nos permitiriam inferir os elementos fundadores, subjacentes ao conteúdo das fichas de disciplinas. Além disso, eles serviriam de subsídios para explicitarmos as condições de produção em que se deu a concepção do curso.

Ao abordarmos as deduções, poderíamos enfatizar a relação entre enunciados, pontuando as relações de abrangência, implicação, dependência e entrecruzamento. Já quando examinássemos as explicações, poderíamos optar por evidenciar as conseqüências, observando sua gênese, suas circunstâncias, as hipóteses em torno delas, suas aplicações e seu processo. Quanto às associações, poderíamos explicitar os paradoxos, as contradições, as tautologias e as redundâncias. Nas alternâncias, poderíamos verificar as relações de incompatibilidade, convergência e divergência. Por fim, quando situássemos as restrições, poderíamos avaliar seu grau de aceitabilidade e de tolerância.

Já quando fosse enfocada a razão persuasiva, observaríamos a questão da ordem argumentativa, através das características de assertividade e causalidade, os mecanismos de persuasão, a temática e os procedimentos interpretativos. Esses elementos nos remeteriam às bases sentidurais dos enunciados, possibilitando uma percepção de evidências discursivas acerca da concepção do curso.

A partir dessas evidências, poderíamos construir um quadro de argumentatividade, a exemplo do que acontece na TS, para indicar no escopo dessa concepção elementos de ordem semântica, discursiva e composicional. Na ordem semântica, verificaríamos os elementos de verossimilhança, de juízo de valor e de validade lingüística. Já na discursiva, poderíamos atentar para os aspectos de atributividade, asseveração e polemização. Por fim, na composicional, poderíamos avaliar os aspectos aplicativos, temporais e terminológicos. Com esse quadro, seria possível indicar a relação interativa existente entre a concepção de curso e as ações acadêmicas e o perfil acadêmico e o perfil profissional.

Na seqüência, mostraremos outras três possibilidades de análise do DUI, desta feita, com os parâmetros de formalização deste discurso, caracterizados no capítulo 3.

4.4. Outros enfoques de análise

Nesta seção, apresentaremos, ainda que abrangencialmente, três outras possibilidades de investigação científicas em torno do DUI. Convém salientar que tais sugestões foram elaboradas enfocando os parâmetros de caracterização teórica deste discurso, abordado no capítulo 3. Outros percursos integrativos ou comparativo-combinatórios podem ser elaborados conforme os propósitos e a motivação de pesquisadores em investigá-los.

Começemos por uma investigação em torno das vozes deste discurso.

4.4.1. Investigando as vozes no DUI

Para esta segunda possibilidade de análise do DUI, cogitamos um tratamento dos sentidos, construído a partir de registros etnográficos. Nessa perspectiva, poderíamos definir como cenário uma das áreas da linguagem, dentre as constituintes da grade curricular de um curso de Letras. Vamos supor que elegêssemos a área de Lingüística.

Na coleta de dados, observaríamos um semestre de aulas desta disciplina, centrando nossa observação em uma turma do primeiro período e uma turma do último período. Nessa observação, faríamos notas de campo e construiríamos um diário de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. No início das aulas, entrevistaríamos os professores para coletar informações sobre suas expectativas quanto ao curso que se inicia. O mesmo faríamos com o término das aulas, desta feita para uma avaliação do mesmo. Para os alunos, aplicaríamos dois questionários, um no início e outro no final das aulas, com os mesmos objetivos.

A partir desses dados, nosso enfoque se centraria no imaginário universitário de graduandos e professores-formadores acerca da área em análise. Teríamos, então, dois quadros de imagens, referentes a dois momentos do curso. Por um lado, uma perspectiva macro referente ao ingresso na universidade e ao que chamamos de ante-sala do profissional formado, e por outro, uma perspectiva micro referente ao início e término de uma disciplina. Nesse quadro de imagens, registraríamos as expectativas do professores-formadores e dos graduandos, o que nos instrumentalizaria para investigarmos as seguintes categorias:

- a) O imaginário acadêmico de professores-formadores que trabalham com ingressantes;

- b) O imaginário acadêmico de professores-formadores que trabalham com concluintes;
- c) O imaginário acadêmico de graduandos ingressantes e
- d) O imaginário acadêmico de professores-quase-formados.

A partir dessas imagens, poderíamos, então, apresentar os indícios determinantes da orientação teórica das disciplinas observadas. Com esses indícios, poderíamos construir um quadro demonstrativo, pressupondo as circunscrições teóricas dos professores-formadores, para, em seguida, verificar a influência das mesmas nos chamados professores-em-formação. Nesse sentido, através da análise dessas vozes, estaríamos observando a influência das mesmas na constituição teórica do curso e, por conseguinte, evidenciando algumas de suas características.

A seguir, apresentaremos uma sugestão acerca da investigação dos sentidos no DUI.

4.4.2. Investigando os sentidos no DUI

Nesta terceira possibilidade de análise do DUI, vamos apresentar uma sugestão, enfocando apenas uma das fronteiras teóricas – *as projeções acadêmicas*. Assim, através de registros diagnósticos – as publicações acadêmicas de membros da COMUNI, de uma mesma área – construiríamos o perfil científico de cada um desses membros, com vistas à determinação do tratamento epistemológico da área na instituição. Cogitamos a escolha de uma área com no máximo cinco professores em serviço, para que o volume de dados seja compatível com a natureza da análise. Além disso, aconselharíamos um recorte de natureza temporal, demarcado nas publicações dos últimos três anos.

Na construção do diagnóstico em torno das projeções acadêmicas especificadas acima, consideraríamos as seguintes variáveis:

- a) As influências teóricas dos sujeitos em análise;
- b) As circunscrições epistemológicas;
- c) A natureza das pesquisas realizadas;
- d) A influência dessas posturas no estilo de produção científica e
- e) As correntes teóricas predominantes nessa área, na instituição.

A análise dos artigos seria construída, observando-se os traços indicadores de suas concepções teóricas, no sentido de se perceber suas filiações. Além disso, explicitaríamos características metodológicas na concepção dos artigos, com o intuito de verificar o estilo de produção acadêmica, também revelador de sinais concernentes às projeções. A partir desse diagnóstico, acreditamos que tornaria-se possível avaliar as correntes teóricas predominantes, ou direcionadoras das práticas de pesquisa da área na instituição.

Apresentaremos, a seguir, uma sugestão acerca da investigação dos enunciados no DUI.

4.4.3. Investigando os enunciados no DUI

Para esta quarta possibilidade de análise do DUI, sugerimos uma análise dos enunciados das fichas de disciplinas, para verificar se as indicações apresentadas nos objetivos e no programa correspondem às indicações preconizadas pela ementa. Na concepção do *corpus*, aqui, aconselharíamos um recorte em torno de uma das “áreas-chave”⁹¹, para tornar o volume de dados compatível com a natureza da análise. Além disso, seria pertinente estabelecer categorias, levando-se em consideração as características sentidurais dos enunciados analisados.

Para esta análise, seria preciso construir um quadro referencial dos enunciados da ementa, para depois contrastá-lo com os quadros demonstrativos que emergiriam da análise dos enunciados nos objetivos e no programa. A partir da construção desses demonstrativos, observar-se-ia o comportamento desses enunciados em nível referencial e em nível contrastivo. No encaminhamento, apresentar-se-iam: i) as indicações convergentes; ii) as indicações divergentes e iii) as indicações heterotropizadas.

4.5. Considerações finais

Neste capítulo, procuramos apresentar uma relação do DUI com a TS sugerindo uma rota metodológica de análise para este discurso. Na seqüência, apresentamos outras três sugestões, a partir de enfoques centrados na investigação de sua constitutividade

⁹¹ Estamos chamando de “áreas-chave” no escopo do curso de Letras: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Lingüística e Literatura.

enunciativa. Na interface construída entre a TS e o DUI, destacamos as relações entre: i) os atos de linguagem e os atos discursivos cogentes; ii) o contrato de comunicação e o contrato de formação profissional; iii) as instâncias actanciais do contrato de comunicação e as instâncias enunciativas do DUI e iv) os modos de organização do discurso e as variações discursivas do DUI.

Na primeira sugestão de rota metodológica para análise do DUI, contemplamos as instâncias enunciativas consorciadas com as variações discursivas deste discurso. Para isto, foi sugerido um entrecruzamento dos atos discursivos cogentes com as instâncias comunicante e interpretante para a percepção de evidências discursivas no chamado mundo acadêmico do contrato de formação profissional. Já nas demais instâncias – a enunciativa e a destinatária – foi sugerido considerar o comportamento enunciativo dos enunciados em manifestações deste discurso, desta feita, contemplando o chamado mundo universitário.

Em seguida, sugerimos um percurso para abordar os enunciados, a partir de combinações da instância enunciativa com a variação narrativa e da instância destinatária com a variação argumentativa. A nosso ver, a opção pela análise dos enunciados nessas duas combinações contemplaria uma outra combinação, que seria o encaminhamento desta perspectiva de análise, com um registro diagnóstico – as entrevistas – e com um registro documental – as fichas de disciplinas. Além disso, foi proposta a construção de quadros demonstrativos para evidenciar as imagens e a argumentatividade subjacentes ao discurso em análise.

Na continuidade, foram apresentadas três outras rotas metodológicas potenciais para investigar o DUI, tais sejam: uma construída através de registros etnográficos, para examinar os imaginários acadêmicos de professores-formadores e graduandos, com o intuito de explicitar as vozes desse discurso; outra partindo do enfoque nas projeções acadêmicas, objetivando interpretar a atividade sentidural deste discurso, e, por conseguinte, construindo-lhe um diagnóstico discursivo; e no final, uma proposta de análise documental, a partir de uma escansão sobre os enunciados das fichas de disciplinas, para avaliar suas inter-relações discursivas.

No próximo capítulo, apresentaremos um encaminhamento de análise para o DUI, objetivando verificar a validade dos parâmetros estabelecidos na descrição teórica e na formalização tipológica que construímos para este discurso no capítulo 3.

CAPÍTULO 5

UM ENCAMINHAMENTO DE ANÁLISE PARA O DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO 5

UM ENCAMINHAMENTO DE ANÁLISE PARA O DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL

“O fetiche é pós-estruturalista. O fetiche é anti-essencialista. O fetiche subverte a lógica binária do ‘ou isso ou aquilo’. O fetiche é pós-moderno. O fetiche borra as fronteiras. O fetiche confunde o autêntico com o inautêntico, o legítimo com o ilegítimo. O fetiche é deste tempo. O fetiche é pós-humano.” (SILVA, 1999)

5.1. Considerações gerais

Neste capítulo, pretendemos encaminhar uma análise do DUI, tomando por suporte teórico a descrição tipológica que realizamos no Capítulo 3. Nosso objetivo é o de verificar o funcionamento analítico-interpretativo da caracterização apresentada, com o intuito de verificar a validade dos parâmetros abordados naquela formalização teórica. Em nossa análise, partiremos de cada elemento teórico descrito, estabelecendo inter-relações com outros elementos contemplados na teorização, além de considerarmos os diferentes registros, indicados em torno das manifestações deste discurso.

Nosso *corpus*, que aqui passa a ser ilustrativo, foi coletado no curso de Letras de uma IFES e é composto dos seguintes elementos:

- i) as publicações dos membros da COMUNI no periódico especializado em estudos da linguagem, editado pela instituição;
- ii) três entrevistas realizadas com professores que participaram dos processos de alteração curricular na mesma;
- iii) a resolução acadêmica do programa de mestrado em Lingüística, que define os núcleos temáticos e as linhas de pesquisa;
- iv) as grades curriculares do curso de graduação em Letras e
- v) as fichas de disciplinas dos componentes curriculares do curso de graduação em Letras.

Na seqüência, faremos algumas considerações acerca das características gerais do curso de Letras.

5.2. Sobre o curso de Letras

A concepção⁹² da grade curricular no Curso de Letras segue uma orientação básica do MEC, que preconiza componentes curriculares nas áreas de: Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras e suas Literaturas, Lingüística, Teoria da Literatura, Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Psicologia da Educação, Didática Geral, Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º Graus⁹³, Prática de Ensino e Língua Latina.

O quadro que se segue apresenta, de forma sucinta, a carga horária mínima aproximada para cada uma dessas áreas, o que funciona como elemento balizador da elaboração de grades curriculares para cursos de formação de professores de línguas nas instituições de ensino superior (IES).

LEGENDA DAS ÁREAS

A	Língua Portuguesa
B	Línguas Estrangeiras e suas Literaturas
C	Lingüística
D	Teoria da Literatura
E	Literatura Brasileira
F	Literatura Portuguesa
G	Psicologia da Educação
H	Didática Geral
I	Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º Graus
J	Prática de Ensino
K	Língua Latina

LEGENDA DAS HABILITAÇÕES

1	Licenciatura Curta em Língua Portuguesa
2	Licenciatura Curta em Língua Estrangeira
3	Licenciatura Plena em Língua Portuguesa
4	Licenciatura Plena em Língua Estrangeira
5	Licenciatura Curta Dupla em Língua Portuguesa e Língua Estrangeira
6	Licenciatura Plena Dupla em Língua Portuguesa e Língua Estrangeira

⁹² Por ocasião da criação de um curso, o CSE, através de resolução, fixa os parâmetros mínimos de conteúdo e duração para os cursos. Os currículos em discussão neste trabalho foram concebidos de acordo com uma resolução do antigo CFE, datada de 19/10/1962.

⁹³ Com a vigência da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, este componente curricular passa a ser denominado de “Estrutura e Funcionamento de Ensino Fundamental e Médio”.

PARÂMETROS DE COMPREENSÃO DO QUADRO

1. Os cursos de Licenciatura Curta têm, em média, a duração de 01 (hum) ano e 06 (seis) meses a 02 (dois) anos e 06 (seis) meses.
2. Os cursos de Licenciatura Plena têm, em média, a duração de 03 (três) a 04 (quatro) anos.
3. Os cursos de Licenciatura Plena Dupla em Língua Portuguesa e Língua Estrangeira têm, em média, a duração de 03 (três) anos e 06 (seis) meses a 05 (cinco) anos.

ÁREA	CARGA HORÁRIA MÍNIMA APROXIMADA	HABILITAÇÃO
A	240 horas	1-2-4-5
	360 horas	3-6
B	120 horas	1-3
	180 horas	2-5
	360 horas	4-6
C	120 horas	1-2-4-5-6
	180 horas	3
D	120 horas	1-2-3-4-5-6
E, F	60 horas	2-4-5
	120 horas	1-3-6
G, H, I, J	60 horas	1-2-3-4-5-6
K	60 horas	1-2-3-4-5-6

A partir dessa carga horária mínima aproximada, cada instituição, de acordo com a natureza do curso que deseja oferecer, estabelece sua grade curricular. A opção pelo parâmetro *carga horária mínima aproximada* se justifica pelo fato de existirem faixas de carga horária para cada área, que são consideradas de acordo com as necessidades técnico-pedagógicas de cada curso a ser implementado. O mesmo ocorre com os períodos de integralização dos cursos que também possuem faixas que se adaptam ao perfil e necessidades de cada curso, cabendo a cada instituição determinar a sua grade curricular.

O Curso⁹⁴ de Letras investigado, após a revisão curricular realizada em 1998, totaliza 2.400 horas em cada habilitação, distribuídas da seguinte forma:

Áreas	Licenciaturas Plenas	Dupla em Língua Portuguesa e uma Língua Estrangeira	Simples em Língua Portuguesa	Simples em Língua Estrangeira
Língua Portuguesa		420 horas	480 horas	240 horas
Língua Latina		60 horas	120 horas	60 horas
Língua Estrangeira		420 horas	120 horas	780 horas
Linguística		180 horas	180 horas	120 horas
Literatura (incluindo as Estrangeiras)		600 horas	780 horas	600 horas
Educação (incluindo Filosofia)		180 horas	240 horas	240 horas
Prática de Ensino (incluindo as metodológicas)		450 horas	360 horas	300 horas
Optativas		90 horas	120 horas	60 horas
Total		2.400 horas	2.400 horas	2.400 horas

⁹⁴ Veja Anexo 4, pp. 321-325.

Se compararmos o quadro acima com o quadro de *carga horária mínima aproximada*, percebemos que o curso, objeto de nossa análise, apresenta as seguintes características:

- i) em todas as habilitações, a carga horária de Prática de Ensino obedece a uma exigência da lei n.º 9.394/96, com um mínimo de 300 horas;
- ii) nas licenciaturas duplas, as cargas mínimas aparecem nas áreas de Língua Latina e Educação, com um acréscimo, nas demais, de pelo menos 30% no total de horas em relação ao mínimo exigido;
- iii) já na licenciatura simples em Língua Portuguesa, as mínimas aparecem apenas nas áreas de Língua Estrangeira e Lingüística, com um acréscimo de pelo menos 30% nas demais; e, por fim,
- iv) na licenciatura simples em Língua Estrangeira, essas mínimas aparecem nas áreas de Língua Portuguesa, Língua Latina e Lingüística, sendo que as disciplinas de Língua Estrangeira ultrapassam o dobro do mínimo exigido, além das demais áreas manterem pelo menos 30% de acréscimo.

Na seqüência, apresentaremos algumas considerações sobre as informações que organizamos para um encaminhamento de análise do DUI.

5.3. Organizando informações para um encaminhamento de análise do DUI

Nesta organização, optamos por seguir a mesma seqüência de manifestações discursivas do DUI apresentadas no *corpus*.

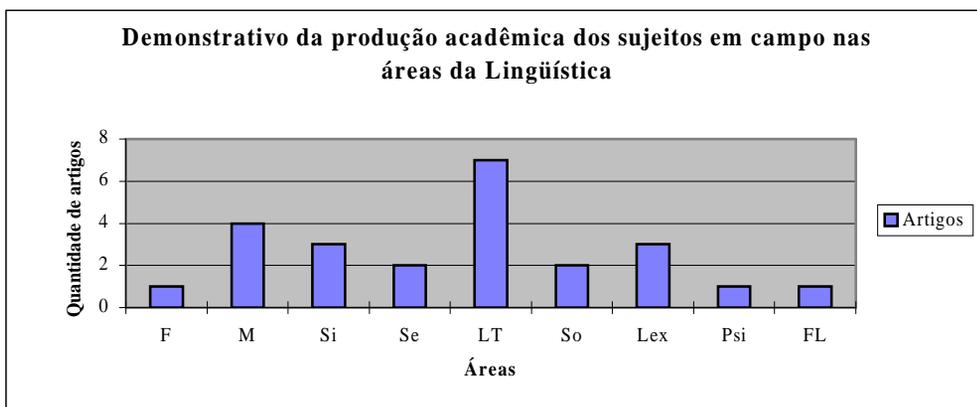
5.3.1. Sobre as publicações

Analisando o periódico das áreas da linguagem na IFES investigada, compilamos 77 publicações dos professores em serviço, separando-as em três macro-áreas, a saber: Lingüística, Lingüística Aplicada e Literatura. O quadro de publicações, portanto, ficou com a seguinte configuração:

Quadro demonstrativo 1 (QD1)
Linguística: Artigos por Área – Professores em serviço

Legenda:
Fonologia [F]
Morfologia [M]
Sintaxe [Si]
Semântica [Se]
Linguística Textual [LT]
Sociolinguística [So]
Lexicografia [Lex]
Psicolinguística [Psi]
Filosofia da Linguagem [FL]

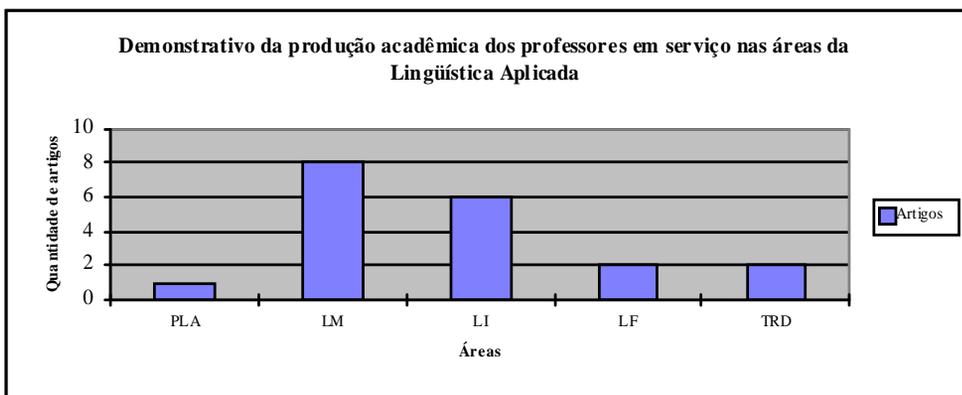
Área	Artigos
F	1
M	4
Si	3
Se	2
LT	7
So	2
Lex	3
Psi	1
FL	1



Quadro demonstrativo 2 (QD2)
Linguística Aplicada: Artigos por Área – Professores em serviço

Legenda:
Teoria da Pesquisa em Linguística Aplic. [PLA]
Ensino-Aprendizagem de Língua Materna [LM]
Ensino-Aprendizagem de Língua Inglesa [LI]
Ensino-Aprendizagem de Língua Francesa [LF]
Tradução [TRD]

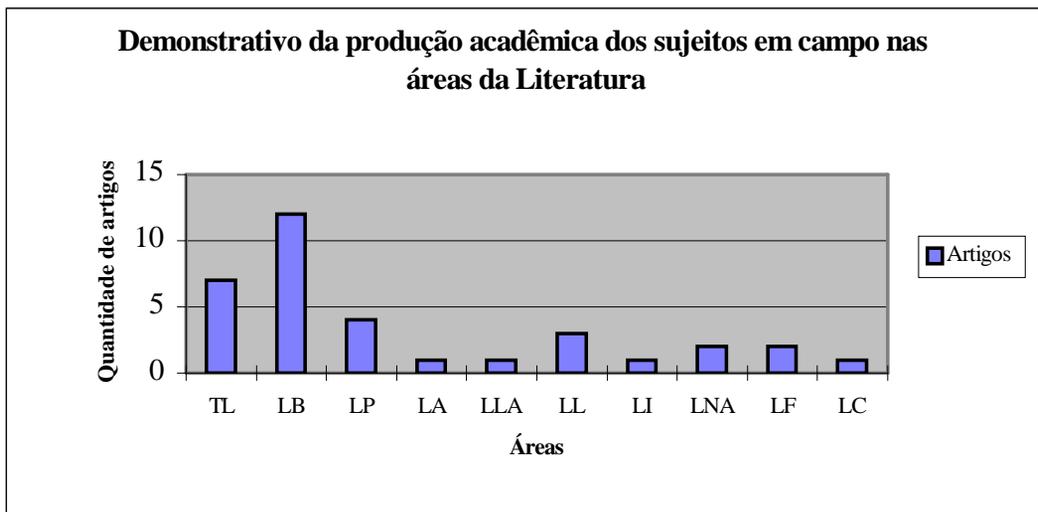
Área	Artigos
PLA	1
LM	8
LI	6
LF	2
TRD	2



Quadro demonstrativo 3 (QD3)
Literatura: Artigos por Área – Professores em serviço

Legenda:
Teoria da Literatura [TL]
Literatura Brasileira [LB]
Literatura Portuguesa [LP]
Literatura Africana de Expressão Portuguesa [LA]
Literatura Latino-Americana [LLA]
Literatura Latina [LL]
Literatura Inglesa [LI]
Literatura Norte-Americana [LNA]
Literatura Francesa [LF]
Literatura Comparada [LC]

Área	Artigos
TL	7
LB	12
LP	4
LA	1
LLA	1
LL	3
LI	1
LNA	2
LF	2
LC	1



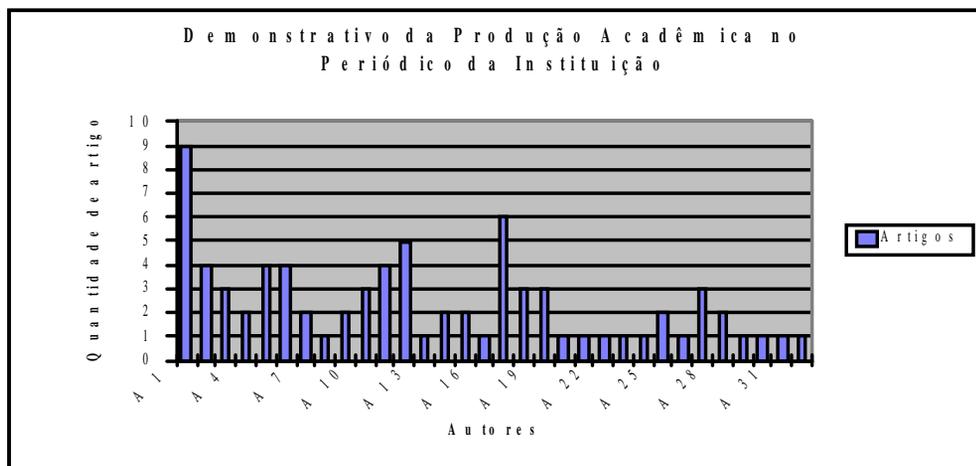
Uma informação relevante sobre as publicações é a quantidade de artigos por autor. Nesse sentido, catalogamos 32 autores entre os professores que publicaram artigos individualmente e organizamos um quadro demonstrativo com a quantidade de artigos publicados por cada um deles, a saber:

Quadro demonstrativo 4 (QD4)
Artigos por Autor – 77 artigos produzidos pelos professores em serviço

Autor	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	A11	A12	A13	A14	A15	A16
Artigos	9	4	3	2	4	4	2	1	2	3	4	5	1	2	2	1

Autor	A17	A18	A19	A20	A21	A22	A23	A24	A25	A26	A27	A28	A29	A30	A31	A32
-------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Artigos	6	2	3	1	1	1	1	1	2	1	3	2	1	1	1	1
---------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---



A seguir, apresentaremos algumas considerações sobre as entrevistas.

5.3.2. Sobre as entrevistas

As entrevistas, gravadas em áudio e transcritas⁹⁵, foram realizadas com três professores-formadores que participaram dos encaminhamentos de alteração curricular, no processo de concepção, organização e ajuste nesta IFES. Na primeira, coletamos informações com a professora que participou ativamente da reforma curricular de 1990; já na segunda, conversamos com um membro do colegiado do curso de Letras que articulou a reforma curricular de 1991; por fim, na terceira, falamos com o professor responsável pelo ajuste curricular de 1996. A escolha desses professores se justifica por evidenciar diferentes momentos de concepção curricular, mostrando, assim, movimentos de sentido constituintes do DUI.

Na seqüência, comentaremos a resolução acadêmica do programa de Mestrado em Lingüística.

5.3.3. Sobre a resolução acadêmica do programa de Mestrado em Lingüística

⁹⁵ As transcrições correspondem às falas dos professores sem qualquer alteração de caráter lingüístico-normativo.

A resolução⁹⁶ acadêmica do programa de Mestrado em Linguística, considerada no *corpus*, é a que estabelece os núcleos temáticos de pesquisa e as linhas que os integram. Trata-se de um registro documental que oficializa um parecer formal, perante a instituição e outros órgãos, sobre os encaminhamentos dados à orientação teórica do programa, para regulamentação e oficialização de suas ações acadêmicas. Ela é composta de um texto introdutório, seguido dos artigos e parágrafos referentes à resolução.

O texto introdutório evidencia informações normatizadas sobre o regimento do programa que dão poderes ao colegiado para decidir em torno do encaminhamento proposto. Já os artigos formalizam as normas estabelecidas para os dois núcleos temáticos de pesquisa, dos quais fazem parte as linhas de pesquisa básicas do programa. Quanto aos parágrafos, estes detalham os aspectos concernentes a esses núcleos, estabelecendo parâmetros teóricos para as linhas de pesquisa.

Dando continuidade a esta descrição de informações, apresentaremos as grades curriculares.

5.3.4. Sobre as grades curriculares

As grades curriculares, consideradas no escopo deste *corpus*, correspondem aos currículos de 1990, 1991 e um ajuste curricular realizado em 1996, revisto em 1998. Elas foram elaboradas na vigência da lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, uma vez que foram concebidas em 1990 e 1991. A revisão, feita no ajuste curricular de 1996, aconteceu para incluir algumas modificações, atendendo às exigências da Lei 9.394/96, e sua implementação iniciou-se a partir do 1º semestre de 1999.

Observando as grades⁹⁷ curriculares, percebemos algumas regularidades que passamos a comentar.

a) Currículo de 1990

- 1) Existe uma vinculação seqüencial dos componentes curriculares interligados pelo dispositivo de pré-requisito;

⁹⁶ Veja Anexo 3, pp. 311-312.

⁹⁷ Veja Anexo 4, pp. 314 -325.

- 2) As cargas horárias das disciplinas são diferenciadas, havendo componentes com 30, 45 e 60 horas;
 - 3) Há um certo fracionamento dos conteúdos, com ênfase para uma formação em Língua Portuguesa e Língua Estrangeira;
 - 4) Na área de Língua Portuguesa, há uma ênfase para a formação nas áreas de Sintaxe e Morfologia.
 - 5) A formação em Literatura Estrangeira é restrita e condensada;
 - 6) Não existe espaço para o graduando cursar disciplinas optativas.
- b) Currículo de 1991
- 1) Os componentes curriculares são mais flexíveis em nível de pré-requisitos;
 - 2) As disciplinas são uniformizadas em cargas horárias de 60 horas e as cargas totais de integralização do curso são ampliadas;
 - 3) Os conteúdos, apesar de ainda fracionados, apresentam um equacionamento de cargas horárias mais proporcional entre as áreas-chave;
 - 4) Há uma diversificação de áreas, com a inclusão de disciplinas como Sociolinguística, Linguística Aplicada e Metodologia de Ensino;
 - 5) Os estudos literários são ampliados, inclusive com uma extensão dos componentes curriculares de Literaturas Estrangeiras;
 - 6) Surgem espaços para o graduando cursar disciplinas optativas.
- c) Ajuste curricular de 1996
- 1) Revisto em 1998, para atender às exigências da Lei n.º 4.394/96, prescreve um aumento da carga horária das disciplinas relacionadas à prática de ensino, fixadas em 300 horas em relação ao total de horas de integralização do curso;
 - 2) Nessa revisão, as cargas horárias de todas as licenciaturas foram reduzidas para 2.400 horas, implicando, inclusive, o corte de disciplinas nas licenciaturas duplas e o acréscimo de outras para as habilitações que não contemplavam a carga total uniformizada;

- 3) Permanece a mesma base disciplinar do currículo de 1991, havendo modificações nos dois primeiros períodos, a partir da junção das disciplinas de Leitura e de Produção de Textos, que eram oferecidas separadamente;
- 4) Ocorre um alinhamento de disciplinas, de modo que graduandos de todos os períodos, em todas as habilitações, resguardadas as suas especificidades, cursam as mesmas disciplinas.

Continuando nossa descrição das informações a serem analisadas, teceremos alguns comentários acerca das fichas de disciplinas.

5.3.5. Sobre as fichas de disciplinas

As fichas de disciplinas, aqui enfocadas, são referentes ao currículo de 1991, porque a maioria delas foi incorporada ao ajuste curricular de 1996. Não consideramos as fichas do currículo de 1990, porque o mesmo já estava completamente desativado por ocasião da coleta. Convém salientarmos que a expressão ‘ficha de disciplina’ pode comportar duas percepções para sua compreensão: a de documento institucional das coordenações de cursos de graduação e a de documento institucional preparado pelo professor a cada oferta de disciplinas. A primeira se refere ao documento institucional que normatiza a inserção de uma disciplina na grade curricular do curso (e este primeiro sentido será o utilizado no contexto desta análise), principalmente porque o currículo em exame é recém-implantado e os profissionais formadores não só contribuíram para a elaboração das fichas, como ainda as aplicam ao ministrar as disciplinas. Já a segunda se refere ao documento institucional preparado pelo professor, a cada período letivo, em que o único elemento que não pode ser alterado são as informações referentes ao tópico ‘ementa’.

Dando continuidade a este encaminhamento de análise do DUI, apresentaremos uma rota na qual construímos nossa análise.

5.4. Seguindo uma rota de análise do DUI

Com o objetivo de experimentar os parâmetros teóricos descritos nesta formalização teórica do DUI, procederemos nossa análise seguindo a mesma seqüência

de categorias apresentada na caracterização deste discurso. Subjacente a isso, estaremos evidenciando fragmentos de análise de cada manifestação discursiva do *corpus*, estabelecendo inter-relações entre as mesmas. Convém não silenciarmos, aqui, que as análises não serão extensivas, uma vez que *nosso intuito é apenas verificar a funcionalidade interpretativo-analítica desses parâmetros*.

5.4.1. Análise das vozes

a) Do lugar das publicações

Apresentaremos um fragmento do artigo intitulado *Algumas considerações sobre Alberto Caeiro e o Paganismo*⁹⁸, do autor 17, para analisarmos as vozes subjacentes ao seu discurso. Eis o fragmento:

Alberto Caeiro é talvez o mais polêmico dos heterônimos de Fernando Pessoa. É o mestre exemplar e limpo de Campos, o mestre que ‘não dizia senão o que era’⁹⁹; é, para Reis, o grande Libertador, ‘que nos restituiu, cantando, ao nada luminoso que somos; que nos arrancou à morte e à vida, deixando-nos entre as simples coisas, que nos livrou da esperança, para que não nos consolemos sem razão, nem nos entristecemos sem causa...’¹⁰⁰

O autor 17 se circunscreve no viés teórico da Literatura Comparada, cujo enfoque na obra Pessoaana sugere uma fonte de sentidos de ordem psicanalítica. Ao mesmo tempo em que o constitutivo psicanalítico emerge através do índice – *paganismo*, a abordagem meta-crítico-literária se entrecruza na alusão aos discursos dos heterônimos, evocados na argumentação da professora. O enfoque conceitual na psicanálise mostra um direcionamento integrativo de caráter pluridisciplinar em que aspectos relacionados à religião e à mitologia servem de suporte para uma interpretação literária das inter-relações entre os heterônimos de Fernando Pessoa. Na abrangência do DUI, acreditamos que análises literárias de base psicanalítica podem constituir o imaginário acadêmico da COMUNI em estudo. Outra conjunção de vozes dessa natureza pode ser percebida no

⁹⁸ Veja Anexo 1, pp. 259-265.

⁹⁹ A professora (Autor 17) cita o próprio Fernando Pessoa, indicando a referência em uma nota.

¹⁰⁰ Outra citação de Pessoa feita pela professora.

artigo “*O significado da perseguição no conto ‘O homem da multidão’ de Edgar Allan Poe*”¹⁰¹ (Autor 28, artigo2, vol.13 (1): 81-90), entre outros¹⁰².

b) Do lugar das entrevistas

Refletiremos em torno de um fragmento da entrevista com um membro do colegiado do Curso de Letras que articulou a elaboração do currículo de 1991. Vejamos:

A literatura como área não estava contemplada nem no velho (o currículo) nem no intermediário. Num outro ela foi repensada mais agressivamente, tanto é que se criou teoria da literatura 1, 2 e 3 e aí veio as novas optativas, poética, narrativa, etc., quer dizer, se pensou numa literatura de maneira mais agressiva, quer dizer, a gente não concebe uma licenciatura dupla, sem pensar nessa literatura, com uma literatura, com uma consciência, então por isso, já é desdobramento, isso é pensamento, ... isso é resultado dessa discussão e dessa concepção, que acha que a literatura deve ser entendida como uma área de conhecimento, .. (Anexo 2, Entrevistado 2, p. 296)

O depoimento deste professor é um fragmento de discurso que, pode, talvez, revelar o papel do imaginário acadêmico dos membros da COMUNI, como um elemento determinante na orientação teórica do Curso. Sua defesa, em relação ao papel dos estudos literários na formação do professor de línguas, parece sugerir que esta área parecia preterida na concepção dos currículos anteriores. A visão que temos é que o fato de colocar esta área como um conhecimento específico pode subentender a adoção de enfoques conceituais distintos, além de pressupor um tratamento fragmentário para o currículo.

c) Do lugar da resolução acadêmica do programa de Mestrado em Lingüística

Observaremos, na resolução do programa de mestrado, o enunciado que apresenta uma das linhas de pesquisa. Vejamos:

Estudos textuais discursivos do português. (*Anexo 3, p. 311*)

¹⁰¹ Veja Anexo 1, pp. 266-272.

¹⁰² Veja Anexo 1, pp. 254 –259.

Trata-se de um enunciado assertivo acepcional que apresenta uma relação conceitual, decorrente de uma acepção do conceito de discurso como atributo do conceito de texto. O enfoque conceitual sugerido se situa na área de Lingüística Textual, pressupondo um direcionamento epistemológico centrado no tratamento identitário-diferencial deste referencial. Esta circunscrição teórica presume o discurso vinculado às características tipológicas de um texto, portanto, inserido em um modelo teórico distinto.

d) Do lugar das grades curriculares

Interpretaremos como se constrói o imaginário acadêmico da COMUNI, a partir da observação das grades curriculares¹⁰³. Os componentes curriculares estão organizados sob os seguintes parâmetros:

- i) Área de Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos, Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Estilística e Semântica;
- ii) Área de Língua Estrangeira: Língua, Conversação e Redação;
- iii) Área de Literatura: Teoria Literária, Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Literatura Latina, Literaturas Estrangeiras (Francesa, Inglesa e Norte-Americana) e
- iv) Área de formação para a docência: Psicologia da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino, Lingüística Aplicada, Metodologia de Ensino e Prática de Ensino.

Trata-se de uma composição fragmentária, cujos recortes se definem pela particularização e compartimentalização de estudos lingüísticos e suas modalidades, espaços geográfico-sociais de expressão literária e, literalmente, estrutura e funcionamento do ensino. Essa composição é construída nas grades curriculares, obedecendo a uma seqüência de oferecimento de uma ou duas disciplinas de cada área em cada período de integralização. Observamos, pois, um enfoque conceitual multidisciplinar; entretanto, percebemos um direcionamento epistemológico fragmentário, marcado por uma diversidade de conhecimentos, apresentados de forma isolada e distinta.

¹⁰³ Veja Anexo 4, pp. 314 -325.

e) Do lugar das fichas de disciplinas

Abordaremos um fragmento retirado de uma ficha de disciplina, procurando explicitar algumas exposições teórico-pragmáticas implícitas no interdiscurso de sua ementa. Vejamos:

Introdução aos Estudos Teóricos da Literatura – conceituação, genealogia, periodização, análise e interpretação. (Anexo 5, Ficha da disciplina Teoria da Literatura 1: Introdução aos Estudos Literários – Ementa, p. 330)

O fragmento acima evidencia o caráter de continuidade teórica atribuído aos estudos literários. Além disso, percebemos a ênfase que é dada aos aspectos genealógicos às etapas de transformação nesses estudos. Trata-se de um enfoque conceitual de natureza diacrônica, vinculado a um direcionamento epistemológico de tratamento histórico, que está, a nosso ver, circunscrito em uma ação pedagógica de natureza escolástica, priorizando e reforçando a variável temporalidade como fator predominante na percepção de evoluções e transformações.

Nesta análise das vozes no DUI, procuramos verificar, ainda que de forma abrangente, a natureza do imaginário acadêmico inerente às diversas manifestações deste discurso. Percebemos como a constitutividade desse imaginário é heterogênea, revelando uma diversidade de enfoques conceituais, circunscritos em diferentes direcionamentos epistemológicos. Dessa maneira, torna-se possível afirmar que essas vozes representam uma variedade de sentidos subjacentes a essas manifestações discursivas, quer em sua interdiscursividade, quer em sua superfície enunciada.

5.4.2. Análise dos sentidos

a) Do lugar das publicações

Vamos analisar, abrangencialmente, os sentidos imanentes a um fragmento do artigo intitulado “*Tempo verbal: um problema gramatical ou discursivo? Tempo verbal e tipo de texto*”¹⁰⁴, do autor 1. Vejamos o fragmento:

¹⁰⁴ Veja Anexo 1, pp. 272-277.

Dessa forma é preferível dizer que o tempo verbal (como qualquer outro elemento da língua) é um fato lingüístico cuja forma, regras e princípios de uso e funcionamento no texto são discursivamente constituídos como regularidades lingüístico-discursivas, entendendo-se estas como os elementos da língua (unidades, categorias, etc.) e as relações entre eles discursivamente constituídos. Assim, um tempo verbal deve ser visto como uma categoria da língua capaz de (na situação de interação comunicativa, ou seja, numa situação de discurso) produzir certos efeitos de sentido.

A contextualização que o autor constrói diz respeito à pressuposição do equívoco em se separar duas posições teóricas, o tempo verbal como um problema gramatical ou discursivo. A seu ver, esta separação precisa ser apagada das discussões lingüísticas. Observamos que ele vinculou ao lingüístico questões relacionadas com a percepção de unidades, regras e princípios reguladores do funcionamento de uma língua e ligou ao discursivo, às situações de interação comunicativa.

Nessa perspectiva, o autor institui uma relação identitária entre as posições discutidas: o discurso só se concretizará, segundo ele, através do texto e o texto só se constituirá através das evidências e marcas lingüísticas. Ele define duas unidades paritárias: a gramatical, vinculada ao lingüístico, e a discursiva, vinculada às situações de interação comunicativa. A hipótese defendida é a de que existe uma integração entre essas duas posições teóricas, a partir de uma relação de mutualidade entre essas unidades paritárias.

Nessa hipótese, a língua, com suas regularidades, é um produto no processo de interação comunicativa pelo qual e no qual o discurso se constitui ou se revela. O elemento de convergência nessa mutualidade seria, pois, para o autor, a evidência de que “*os fatos lingüísticos*”, com suas “*formas, regras e princípios de uso e funcionamento no texto, são discursivamente constituídos*”. Em decorrência desse pressuposto, ele apresenta como posição emergente a idéia de que “*o tempo verbal (como qualquer outro elemento da língua)*” é uma categoria da língua capaz de “*produzir certos efeitos de sentido*”.

Percebemos que o percurso discursivo, utilizado por este autor para construir sua relação em torno de duas posições teóricas distintas, se circunscreve num pensamento científico que deseja asseverar a eficácia lingüístico-pragmática dos estudos gramaticais, filiando este pensamento a um direcionamento epistemológico identitário-diferencial, mas, de certa forma, sugerindo sua inserção em uma ação pedagógica de natureza escolástica. Tal inserção se justifica pela necessidade de enfatizar o lugar da gramática, inclusive, nos estudos discursivos. Inferimos, pois, que assegurar o lugar da gramática na diversidade dos estudos lingüísticos seja uma orientação política do *fazer-ciência* nesta COMUNI.

b) Do lugar das entrevistas

Examinaremos um fragmento da entrevista com a professora que participou ativamente da reforma curricular de 1990 na IFES em que coletamos as informações.

Eis o fragmento:

E uma outra coisa, nós tínhamos no Departamento, na época, pessoas de formação muito diversificada. (...) Não houve uma imposição não, mesmo porque a diversificação era muito grande, inclusive nós estávamos fazendo um trabalho coletivo, se você quisesse ir para o Estruturalismo, tendesse mais para outra área, como a Gramática Tradicional, você tinha sempre um ponto de divergência que equilibrava. (Anexo 2, Entrevistada 1, p. 289)

A entrevistada 1 (E1) representa um grupo na COMUNI que evoca uma constituição teórica pluridisciplinar para o curso, uma vez que fica sugerida, em seu discurso a predominância de um grupo estruturalista e de uma legião de adeptos da gramática tradicional. O propósito de uma constituição teórica pluridisciplinar insinua a abertura de outros espaços acadêmicos, expressos no argumento da formação diversificada dos professores do Departamento. Observamos, neste depoimento, uma necessidade de expansão dos enfoques conceituais da COMUNI, pluralizando os espaços teóricos de acordo com o perfil de formação de seus membros.

Esse desejo de pluralização seria motivado pela predominância de um pensamento científico de caráter estruturalista e uma orientação política do *fazer-ciência*, voltada para os estudos gramaticais. Ao mencionar a existência de “*um ponto de divergência que equilibrava*”, inferimos que a professora, interdiscursivamente, defende a possibilidade de existirem filiações teóricas diversas no processo de formação de professores de línguas; entretanto, ela deixa subentender, também, que essas filiações seriam independentes em sua constitutividade acadêmica. Trata-se, pois, a nosso ver, da possibilidade do curso ser pensado com um direcionamento epistemológico de natureza integrativa, a partir de um tratamento pluridisciplinar.

c) Do lugar da resolução acadêmica do programa de Mestrado em Linguística

Refletiremos acerca dos sentidos, analisando um dos itens do parágrafo segundo, artigo terceiro, da resolução acadêmica do programa de Mestrado em Linguística da IFES em que coletamos as informações. Vejamos:

Estudos lexicológicos, lexicográficos e terminológicos e sua relação com o ensino-aprendizagem de Língua Materna ou Língua Estrangeira.” (Anexo 3, Linha de Pesquisa, p. 311)

Trata-se de um enunciado assertivo proposicional que sugere uma combinação de estudos em torno de uma lógica gramatical, estudos estes aplicados ao ensino de línguas. A proposição, que combina estudos lexicológicos, lexicográficos e terminológicos, sugere um recorte de conteúdos teóricos, constituídos enquanto suporte para a formalização de um campo científico na COMUNI. Tal recorte se funda em uma orientação política do *fazer-ciência*, voltada para uma função utilitária do construto teórico, que é “*sua relação com o ensino-aprendizagem de língua materna ou língua estrangeira*”. Já no que tange às projeções acadêmicas, inferimos a existência de influências circunscritas no estruturalismo e, de certa forma, também, na gramática tradicional, a exemplo do que foi citado no fragmento examinado de E1. A nosso ver, parece se tratar de estudos metacientíficos, direcionados epistemologicamente para estabelecer relações entre os princípios teóricos das subáreas supracitadas e de suas conseqüências pragmáticas, no que se refere ao ensino de línguas.

d) Do lugar das grades curriculares

Refletiremos em torno dos sentidos imanentes às grades¹⁰⁵ curriculares das licenciaturas duplas, considerando o ajuste curricular de 1996, revisto em 1998.

O elenco de disciplinas, disposto no todo das grades curriculares em análise, evidencia as seguintes características em nível de organização de sentidos na integralização do curso:

- i) três períodos com as chamadas disciplinas básicas;
- ii) quatro períodos com disciplinas de formação específica e

¹⁰⁵ Veja Anexo 4, pp. 314 -325.

- iii) um período de aplicação prática dos componentes de formação em nível de docência supervisionada.

Vejam as fronteiras de sentidos imanentes a cada uma dessas fases.

i) A formação básica

A formação básica compreende:

- a) uma reflexão em torno do processo de leitura e produção de textos, completada com cursos introdutórios de Fonética e Fonologia e de Morfologia;
- b) um conjunto de noções básicas de Língua Francesa, Língua Inglesa e Língua Latina;
- c) um estudo teórico acerca dos procedimentos de análise literária, considerando a diversidade de gêneros nesta área;
- d) um estudo teórico em torno dos fundamentos gerais da lingüística;
- e) um estudo abrangente sobre as contribuições da psicologia para o processo de ensino-aprendizagem e
- f) uma reflexão geral em torno da estrutura e do funcionamento do ensino fundamental e médio.

Observamos que as fronteiras teóricas, nesta fase, enfocam, principalmente a questão das modalidades lingüísticas representadas na concepção bipartida de oralidade e escrita. Isto pode ser percebido se atentarmos para as disciplinas de Leitura e Produção de Textos, Fonética e Fonologia, Morfologia e as noções de línguas estrangeiras. Outra fronteira que surge nesse período básico diz respeito às disciplinas de instrumentalização teórica para os estudos específicos, a exemplo da Teoria Literária e da Introdução aos Estudos Lingüísticos. Ainda nesta fase, temos as disciplinas básicas de formação para a docência, representadas pela Psicologia da Educação e Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º graus¹⁰⁶. A partir dessa configuração de disciplinas, torna-se possível inferir que as projeções acadêmicas inerentes à formação básica do futuro professor de línguas parecem fracionadas e dispersas em noções básicas de vários campos de conhecimentos.

¹⁰⁶ Veja nota 2 neste capítulo, p. 158.

Vejam os que acontecem na formação específica.

ii) A formação específica

A formação específica¹⁰⁷ se configura a partir dos seguintes componentes:

- a) estudos em Sintaxe, Estilística e Semântica;
- b) estudos intermediários em Língua Estrangeira (Francês ou Inglês), enfocados novamente sob os aspectos de oralidade e escrita;
- c) estudos em Literaturas Brasileira, Portuguesa e Estrangeira (Francesa e Francófona ou Inglesa e Norte-Americana);
- d) estudos em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas (Materna e Estrangeira) e
- e) estudos em Didática Geral e Metodologia de Ensino de Línguas (Materna e Estrangeira) e de Literatura.

A ênfase dada a áreas como Sintaxe, Estilística e Semântica revela uma projeção acadêmica mais voltada para estudos de caráter estruturalista. No que se refere aos estudos em Língua Estrangeira, percebemos que esta formação específica torna-se restrita, porque se resume a três disciplinas, a nosso ver, insuficientes para prover uma proficiência mínima necessária para o exercício de docência. Os estudos em Literatura Brasileira parecem ser o de maior ênfase, uma vez que ocupam três disciplinas na formação específica; já os estudos em Literatura Portuguesa e em Literaturas Estrangeiras são mais concisos, apresentando apenas duas disciplinas para cada área. Quanto aos estudos lingüísticos, observamos que estes se concentram mais no aspecto pragmático de aplicações teóricas ao processo de ensino-aprendizagem. Por fim, os estudos específicos para o exercício de docência, que são, a nosso ver, direcionados epistemologicamente para o tratamento analógico das técnicas de ensino e dos procedimentos metodológicos.

¹⁰⁷ Compõem, também, os estudos específicos 90 horas/aula, referentes a duas disciplinas optativas, escolhidas pelo graduando, a partir do quadro de disciplinas optativas oferecidas pelo curso, a cada período de integralização.

iii) A prática supervisionada

Esta fase compreende três disciplinas de Prática de Ensino: em Língua Portuguesa, em Língua Estrangeira e em Literatura. Nela, serão aplicados todos os conhecimentos adquiridos por ocasião da formação específica, numa prática de exercício docente, supervisionada pelos professores-formadores. Inferimos, pois, que essa ocasião seja propícia para a utilização de um direcionamento epistemológico de natureza integrativa.

Na seqüência, refletiremos sobre os sentidos do lugar das fichas de disciplinas.

e) Do lugar das fichas de disciplinas

Para uma análise dos sentidos do lugar das fichas de disciplinas, optamos por examiná-las do ponto de vista dos enfoques conceituais. Observemos os seguintes fragmentos, extraídos de três fichas:

O texto como fenômeno sógnico de transmissão de cultura (Anexo 5, Ficha da disciplina Língua Portuguesa 1 – Leitura 1 – currículo de 1991¹⁰⁸ – Ementa, p. 327)

O signo e a multiplicidade de mensagens (Vol. 2, Anexo 5, Ficha da disciplina Língua Portuguesa 3 – Leitura 2 – currículo de 1991 – Ementa, p. 328)

Teoria do signo (Vol. 2, Anexo 5, Ficha da disciplina Língua Portuguesa 10 – Semântica – Ementa, p. 329)

Observamos que o enfoque conceitual apresentado em três momentos do curso é centrado sobre a “*Teoria do Signo*”. Percebemos que este enfoque se apresenta nas ementas – parte não alterável da ficha de disciplina – e que se situa em duas disciplinas consideradas básicas¹⁰⁹, voltadas para a leitura, além de aparecer enquanto formalização teórica, em uma disciplina específica – a Semântica – ministrada nos últimos períodos do curso. Dessa maneira, torna-se possível inferir que um dos enfoques conceituais do curso é a teoria supracitada, pontuada por um direcionamento epistemológico de caráter analógico.

¹⁰⁸ Esta informação implica que, com o ajuste curricular de 1996, a disciplina foi substituída por outra. A ausência desta informação significa que, mesmo com o ajuste, a ficha da disciplina permanece a mesma.

¹⁰⁹ Veja Anexo 4, pp. 314 -325.

Dando continuidade a essa análise abrangente das manifestações discursivas do DUI, enfocaremos os enunciados.

5.4.3. Análise dos enunciados

Refletiremos sobre as características de alguns enunciados, explicitando suas funções e categorias nas manifestações do DUI. Os fragmentos foram classificados, focalizando a leitura para uma ilustração da ocorrência dos mesmos, a partir da classificação apresentada no capítulo 3. Não contemplaremos todas as categorias de enunciados descritas na formalização teórica do DUI, por entendermos que esta análise se refere, apenas, a uma verificação abrangente da funcionalidade dos parâmetros propostos.

a) Do lugar das publicações

Analisaremos um fragmento retirado do artigo intitulado “*O narrador fala pelo outro*” do autor 9.

O narrador pode mostrar as personagens do ponto de vista exterior, como um expectador parcial ou imparcial, ou pode assumir a onisciência e mostrá-la do ponto de vista interior, ou ainda, pode colocar-se na posição de uma delas e fingir estar no escuro, em relação aos motivos das outras. (Anexo 1, Autor 9, Artigo 1, p. 278)

O enunciado, enquanto asserção proposicional, evidencia a suposição de três instâncias que o narrador pode ocupar no foco narrativo, a saber: a de “*expectador parcial ou imparcial*”, a de “*onisciente*”, ou “*a posição de uma*” das personagens. Nessa suposição, a professora (autor 9) indica lugares discursivos distintos, nos quais o narrador pode enunciar a descrição dessas personagens. Observamos que o autor 9 sugere, interdiscursivamente, que o autor da obra literária, enquanto instância comunicante do narrador, pode torná-lo enunciativo em diferentes circunstâncias, e que este, enquanto instância enunciativa das personagens, pode atribuir-lhes diferentes características, dependendo do referencial enunciativo em que se encontra.

Vemos, pois, que o autor 9 se circunscreve numa perspectiva polifônica, ao trabalhar com essa perspectiva de foco narrativo. Tal circunscrição nos faz inferir que a perspectiva Bakhtiniana de sujeito, de certa forma, se apresenta como interdiscurso

acadêmico nesta análise literária. *Grosso modo*, poderíamos até afirmar que o ponto de vista apresentado pela professora sugere, também, uma interface epistemológica com a TE.

Na seqüência, comentaremos os enunciados do lugar das entrevistas.

b) Do lugar das entrevistas

Para analisar os enunciados do lugar das entrevistas, mostraremos alguns enunciados explicativos de posicionamento, em que o locutor mantém a focalização de sua argumentação. Vejamos:

A concepção do que seja o papel da leitura, o papel da produção, e basicamente – acho – que aí tem um elemento básico – que vai aparecer no lingüístico, e que decorre da postura do currículo de 91, e que entram uma série de propostas, inclusive com relação ao ajuste curricular de 96, que é não só a atenção ao papel da disciplina, mas também como a gente percebe o aluno que vem, que chega ao 1º período do Curso de Letras, quer dizer, por mais que a gente tenha expectativa em quem vem a ser o profissional formado, não dá, eu me coloco num tipo de posicionamento que não dá pra desconsiderar quem está entrando. (Anexo 2, Entrevistado 3, p. 303-304)

Estamos diante de uma explicação sobre a concepção do papel da leitura e da produção de textos no Curso de Letras, em que há um posicionamento sobre a necessidade de se pensar o papel dessas disciplinas na formação do profissional da linguagem. Na construção de tal posicionamento, o enunciador introduz vários argumentos para sustentar a focalização em torno de sua argumentação, tais sejam: “*acho que aí tem um elemento básico*”, “*que vai aparecer no lingüístico*”, “*que decorre da postura do currículo de 91*”, “*que entram uma série de propostas*”, “*inclusive com relação ao ajuste curricular de 96*”, “*que não é só a atenção ao papel da disciplina*”, “*como a gente percebe o aluno que vem*”, “*que chega ao 1º período do Curso de Letras*” e “*não dá pra desconsiderar quem está entrando*”. Observamos, nessa seqüência de argumentos, que o enunciador evoca, em sua explicação, um suporte para a manutenção de sua focalização argumentativa e para uma asseveração de seu posicionamento.

Esse suporte envolve uma tríade argumentativa de sentidos, a saber: o “*lingüístico*”, o “*currículo*” e o “*graduando*”. Nessa triangulação, o entrevistado constrói um encadeamento discursivo, para explicar seu posicionamento e manter a focalização de sua argumentação. O “*lingüístico*” evidencia o aspecto acadêmico; já o “*currículo*”

representa o aspecto organizacional em nível da instituição; e, por fim, o “*graduando*”, que revela o grau de engajamento do enunciador com o processo em discussão.

Dando continuidade a nossa análise dos enunciados, situemo-nos no lugar da resolução acadêmica do programa de Mestrado em Lingüística.

c) Do lugar da resolução acadêmica do programa de Mestrado em Lingüística

Neste lugar, evidenciaremos um fragmento do parágrafo segundo, artigo terceiro, da resolução em análise, em que o aspecto de “objetivo discursivo” se faz presente, através de um enunciado assertivo direcional. Vejamos:

Estudos textuais-discursivos e sua relação com o ensino-aprendizagem de produção e compreensão de textos em Língua Materna ou Língua Estrangeira. (Vol. 2, Anexo 3, Linha de Pesquisa, p. 312)

Essa asserção direcional considera o texto enquanto discurso, entretanto, a relação estabelecida com o “*ensino-aprendizagem de produção e compreensão de textos*”, evoca, interdiscursivamente, um “objetivo discursivo” que envolve a interação de sentidos entre as relações *leitor-texto* e *leitor-scriptor*¹¹⁰. Percebemos que esta asserção, interdiscursivamente, sugere a idéia de aplicação de um conjunto de estudos lingüísticos sobre as tipologias textuais ao processo de ensino-aprendizagem de produção de textos, circunscrevendo a linha de pesquisa na área de Lingüística Aplicada. Tal circunscrição, a nosso ver, é um elemento que se manifesta em todos os instrumentos utilizados na coleta de informações, sendo, portanto, uma evidência marcada no imaginário acadêmico da COMUNI através de suas projeções acadêmicas e enquanto enfoque conceitual, tanto na graduação em Letras quanto no mestrado em Lingüística.

A seguir, comentaremos os enunciados do lugar das grades curriculares.

d) Do lugar das grades curriculares

Examinaremos os enunciados, neste lugar, observando algumas concepções enunciativas, subjacentes à denominação de alguns componentes curriculares,

¹¹⁰ Veja nota 21, capítulo 3, p. 121.

explicitando sua função discursiva, em nível de organização de sentidos. Tomando por suporte teórico a classificação dos enunciados, segundo a formalização teórica do DUI, analisaremos a constitutividade discursiva da denominação dos componentes curriculares, a partir das seguintes subcategorias: i) combinação designativa; ii) combinação associativa; iii) encaminhamento seqüencial; iv) encaminhamento seqüencial específico; e v) focalização. Passemos a caracterizá-las, evidenciando algumas dessas denominações:

i) Combinação designativa

Compreende dois elementos distintos que são combinados para instituir uma natureza de estudos. É o caso dos componentes “*Leitura e Produção de Textos*” e “*Estrutura e Funcionamento de Ensino do 1º e 2º Graus*”.

ii) Combinação associativa

Acontece quando elementos de duas áreas se conjugam para compor um estudo distinto, a exemplo das disciplinas “*Psicologia da Educação*” e “*Morfossintaxe da Língua Inglesa*”.

iii) Encaminhamento seqüencial

Neste caso, a denominação é composta por um elemento conceitual, seguido de um elemento designativo; além disso, as etapas do estudo são enumeradas em uma seqüência mínima de dois períodos, como nas disciplinas “*Língua Inglesa 1,2,3, etc.*” ou “*Literatura Brasileira 1,2,3, etc.*”.

iv) Encaminhamento seqüencial específico

Além das características descritas em (iii), a enumeração é pontuada por elementos específicos de estudo, como é o caso das disciplinas “*Teoria Literária 2: Poética*” ou “*Língua Portuguesa 10: Semântica*”.

v) Focalização

Tem lugar quando os estudos são focalizados sob determinados aspectos como: estudo introdutório, geral, avançado, entre outros. Temos como exemplos nas grades analisadas as disciplinas “*Introdução aos Estudos Lingüísticos*” ou “*Didática Geral*”.

Para fechar essa análise abrangente dos enunciados do DUI, nós nos situaremos no lugar das fichas de disciplinas.

e) Do lugar das fichas de disciplinas

Neste lugar, evidenciaremos um enunciado explicativo de comentário em forma de caracterização. Vejamos:

Na história do ocidente, o filosofar torna o homem independente, crítico e criador, como diferentes atitudes filosóficas o manifestam. (Anexo 5, Ficha da disciplina Filosofia – Ementa, p. 330)

Observamos uma orientação de causalidade explicada através de uma caracterização do homem diante do ato de filosofar. Percebemos, também, nesta explicação em forma de comentário, que essa causalidade se funda numa previsão de perfil para o homem ocidental, a partir de uma incursão teórica, feita através do campo da filosofia. Tal inserção o circunscreve na manifestação de diferentes atitudes filosóficas.

Resumindo o que foi dito: esta análise não pretendeu ser extensiva. Seu propósito foi o de verificar a funcionalidade interpretativo-analítica dos parâmetros construídos na formalização teórica do DUI. Após tê-la realizado, torna-se possível afirmar que os parâmetros descritos na caracterização tipológica deste discurso possuem um respaldo teórico-metodológico, passível de ser aplicado na análise de outros *corpora*.

5.5. Considerações finais

Neste capítulo, quisemos apresentar um encaminhamento de análise para o DUI, verificando a funcionalidade interpretativo-analítica dos parâmetros construídos na descrição teórica deste discurso, o qual caracterizamos enquanto formalização tipológica no capítulo 3. Para construir este encaminhamento, primeiramente, fizemos

uma descrição geral acerca da constitutividade legal do curso de Letras, apresentando seus parâmetros mínimos, além de alguns aspectos concernentes à construção de uma grade curricular. Na seqüência, tecemos alguns comentários sobre o Curso de Letras da IFES em que coletamos as informações para esta análise.

Continuando, apresentamos uma descrição geral sobre como organizamos as informações, estabelecendo que, para cada parâmetro, analisaríamos um fragmento concernente a cada manifestação discursiva constituinte do *corpus* ilustrativo. Nessa perspectiva, procedemos à nossa análise, a partir dos três conceitos básicos que definimos na formalização teórica do DUI, a saber: as vozes, os sentidos e os enunciados. Já os parâmetros, cuja funcionalidade interpretativo-analítica verificamos, foram os seguintes: os enfoques conceituais, os direcionamentos epistemológicos da formação profissional, as ações pedagógico-metodológicas, as projeções acadêmicas e a orientação política do *fazer-ciência*.

Durante as análises, fomos fazendo referência a estes parâmetros, conforme suas ocorrências nos fragmentos em exame. Elas foram realizadas de forma abrangente, considerando cinco lugares discursivos distintos: o das publicações, o das entrevistas, o da resolução acadêmica do programa de Mestrado em Lingüística, o das grades curriculares e o das fichas de disciplinas. Através dessas análises, tornou-se possível verificar a funcionalidade interpretativo-analítica dos parâmetros supracitados, uma vez que a ocorrência dos mesmos, nos fragmentos examinados, foi verificada diversas vezes, tanto na abordagem das vozes quanto na dos sentidos e dos enunciados.

Esperamos, a partir deste encaminhamento, ter fornecido subsídios suficientes para referendar os parâmetros teóricos, concebidos enquanto suporte teórico para algumas possibilidades de análise do DUI.

Para concluir nosso trabalho, a seguir, teceremos alguns comentários à guisa de algumas conclusões.

**À GUIZA DE ALGUMAS
CONCLUSÕES**

À GUIA DE ALGUMAS CONCLUSÕES

“A história das ciências mostra que o filósofo constitui, inevitavelmente, a ‘superfície’ no interior de uma prática científica sempre que essa prática atravessa uma ‘crise’. É por isso que pensamos ser indispensável ao lingüista que trabalha nesse domínio poder orientar-se em filosofia. Esperamos ter contribuído para isso. Cabe aos próprios lingüistas ir mais longe.” (Pêcheux, 1995:277)

Neste trabalho, objetivamos formalizar o DUI enquanto tipologia discursiva. Para esta tarefa, elegemos o arcabouço teórico da TS como suporte científico na tipologização deste discurso. Trabalhamos este suporte sob um olhar epistemológico em que discutimos seus fundamentos filosóficos e suas circunscrições lingüístico-discursivas. Na formalização propriamente dita, tomamos como conceitos-chave as *vozes*, os *sentidos* e os *enunciados*.

Ao abordarmos as *vozes*, priorizamos questões concernentes ao imaginário acadêmico, às circunscrições teóricas dos membros da COMUNI e às exposições teórico-pragmáticas dos mesmos. Já quando caracterizamos os *sentidos*, definimos cinco parâmetros para circunscrevê-los, tais sejam: os enfoques conceituais, os direcionamentos epistemológicos da formação profissional, as ações pedagógico-metodológicas, as projeções acadêmicas e a orientação política do *fazer-ciência*. Em seguida, quando descrevemos os *enunciados*, classificamo-los em assertivos, explicativos e asseverativos.

Na seqüência, fizemos uma breve descrição das principais manifestações discursivas do DUI, organizando-as em três grupos distintos: os *registros diagnósticos*, os *documentais* e os *etnográficos*. Os *registros diagnósticos* foram compostos pelas publicações dos membros da COMUNI, no periódico de estudos da linguagem da IFES, em que coletamos as informações, e pelas entrevistas que realizamos com os três professores que participaram dos processos de alteração curricular. Já os *documentais* compreenderam as grades curriculares, as fichas de disciplinas e as resoluções acadêmicas. Os *etnográficos*, via de regra, são constituídos por diários, gravações, entrevistas e questionários, entretanto, como consideramos apenas as entrevistas supracitadas, preferimos considerá-las no escopo dos registros diagnósticos. Continuando, projetamos uma interface teórica entre a TS e o DUI, para, em seguida, sugerirmos uma rota metodológica para análise deste discurso.

Além desta rota, apresentamos três outras possibilidades de encaminhamento de análise para o discurso em estudo, instaurando como lugares discursivos de investigação, respectivamente, as *vozes*, os *sentidos* e os *enunciados*. Por fim, a partir da própria formalização construída, esboçamos um encaminhamento de análise, com o intuito de verificar a funcionalidade interpretativo-analítica dos parâmetros que definimos na caracterização teórica do DUI. A realização desta análise fomentou a elaboração de alguns encaminhamentos, que apresentamos, a seguir, à guisa de algumas conclusões.

Encaminhamentos a partir de uma análise do DUI

Um olhar sobre as influências do DUI na concepção acadêmica dos cursos

A determinação da grade curricular, particulariza o DA, até certo ponto, vinculando-o à historicidade de uma instituição. Assim, o DA se torna institucional porque se funda na constituição enunciativa de uma instituição, ou seja, cada instituição, segundo sua natureza histórico-discursiva, estabelece nele um recorte, e este recorte passa a representação do discurso da instituição. Uma vez que são as instituições que definem a grade curricular dos cursos, a partir de uma orientação básica do MEC, instauram-se, aí, possibilidades diversas de intervenções epistemológicas e interferências de ordem metodológica, no lidar com diferentes vertentes teóricas.

Essas intervenções epistemológicas dizem respeito às escolhas filosóficas adotadas para orientar as intencionalidades acadêmicas, que se demarcam para a constituição de um curso. Tais intencionalidades envolvem variáveis de natureza filosófica, política, cultural, lingüística e histórica, sendo, através delas, que se estabelecem referências concernentes às escolhas teóricas, ao perfil dos profissionais formadores, ao perfil dos profissionais que se quer formar e, principalmente, à dinâmica do pensar acadêmico, *referendum* da instituição na formação discursivo-ideológica *academia*. As interferências de ordem metodológica delineiam o *modus operandi* da constitutividade acadêmica, ou seja, estabelecem parâmetros para a formação de atitudes, a operacionalização de meios e o estabelecimento de linhas de ação no processo acadêmico.

Na constituição de uma grade curricular, cada área estabelece uma rota teórica, que pressupõe uma representação do perfil de profissional que se quer formar. Dessa

maneira, quando uma determinada área traça sua linha de fundamentação de estudos, ela compõe uma lógica de encaixe de teorias, que atende aos seus interesses acadêmicos em formar um profissional com aqueles conhecimentos, inerentes à rota teórica da área. Essas rotas dizem respeito às bases teóricas que nortearão a orientação filosófica do curso, nas diversas áreas da grade curricular.

Ao observarmos a diversidade de campos teóricos na definição dos componentes curriculares de uma grade, percebemos, também, a forma aleatória como o processo decisório dessas escolhas teóricas é feito, ou seja, no momento da concepção dos conteúdos dos componentes curriculares, não se pressupõe a possibilidade de se construir inter-relações teóricas entre os mesmos, esboçando, dessa maneira, um perfil epistemológico para o curso. Entretanto, o encaminhamento de análise realizado sugere a possibilidade dessas inter-relações existirem. No que se refere à variedade de correntes teóricas, esta permeia as diversas áreas que constituem a grade curricular.

Dentro das diversas áreas que constituem a grade, emergem correntes teóricas que aí predominam, ora pelo perfil dos profissionais formadores, ora por vinculações acadêmicas associadas a outras instituições, ora por prestígio científico, ora por necessidade política de *status quo* de uma determinada teoria. É através dos recortes e escolhas teóricas, presentes nos conteúdos selecionados para os componentes curriculares da grade do curso, que se torna possível perceber as oscilações acadêmicas entre as teorias subjacentes a esses conteúdos. Tais oscilações são decorrentes, via de regra, da heterogeneidade das relações de alteridade do DA.

Essa diversidade de teorias e essas oscilações acadêmicas são elementos potenciais, reveladores do perfil dos sujeitos que interagem na COMUNI da instituição conceptora da grade. A oscilação desses movimentos teóricos em uma grade curricular compõe um *continuum* científico, ou seja, representa o conjunto de tendências teóricas que servirão de andaimes acadêmicos, na determinação do perfil epistemológico do curso. Essas tendências se inserem em uma formação discursiva, que representa o quadro referencial da instituição, isto é, elas ensejam um entrecruzamento do DA, crivado nos referenciais dos sujeitos interagentes nesse e através desse *continuum* científico.

Assim, a oscilação dos movimentos teóricos emerge, enquanto decorrência histórica da ação dos sujeitos através do DA, quer por um processo de intencionalidades teórico-filosóficas, quer por uma contingência política, ambos demarcados por

interesses específicos da instituição, que funciona como aparelho controlador e regulador desses movimentos, nos quais se pressupõe a instauração do DUI.

A seguir, apresentaremos uma perspectiva diagnóstica acerca das influências do DUI no processo de formação de professores de línguas.

Um olhar sobre as influências do DUI no processo de formação de professores de línguas

O processo de formação de professores de línguas se configura, neste caso, de forma descontínua, fragmentada e fragmentária. Descontínua, pela ausência de conexões entre os componentes curriculares; fragmentada, pelo fracionamento de conteúdos sem se estabelecer relações entre os mesmos e fragmentária, porque o professor em formação tem tido dificuldade em reconhecer tanto essa descontinuidade quanto esse fracionamento de disciplinas e conteúdos. No *corpus* analisado, esse processo de formação enfatiza, quase que exclusivamente, uma acuidade técnica e operacional de teorias, reconhecidamente prestigiosas no âmbito acadêmico e procedimentos metodológicos, referendados por sistemas empiricamente comprovados e amplamente utilizados em diversos centros de atividades acadêmicas no Brasil e no exterior.

Nesta perspectiva, torna-se possível perceber que tal processo se apresenta como um exercício de instrução, que se pretende provedor de um circuito de conhecimentos, em que o professor em formação é exposto às teorias, para serem recebidas como preceitos de práticas acadêmicas supostamente estáveis e isentas de questionamento. A acuidade técnica representa a necessidade de estruturar o conhecimento teórico, no sentido de intensificar o fazer pedagógico centrado em procedimentos positivistas, para que esses arcabouços teóricos sejam capazes de influenciar os estilos de ensino-aprendizagem, desde a alfabetização até a formação universitária. Já a acuidade operacional diz respeito à fomentação de metodologias, com o intuito de sistematizar a formação de profissionais da linguagem com características mais ou menos idênticas, no tocante a procedimentos tais como: i) encaminhar o conhecimento na sala de aula; ii) lidar com os aspectos teóricos no fazer pedagógico e iii) promover uma espécie de padronização do próprio processo de ensino-aprendizagem de línguas.

A utilização de teorias reconhecidamente prestigiosas advém de uma necessidade de atribuir uma supremacia epistemológica a algumas delas, para se obter espaços acadêmicos, ditos modelares, que garantam um fazer científico transmissível e

gerador de práticas educacionais sistematizadas. Essas práticas, via de regra, podem estar filiadas: i) às orientações teóricas dos sujeitos formadores; ii) às instituições reconhecidamente prestigiosas, academicamente falando, que esses sujeitos tomam como referencial epistemológico ou mesmo iii) às influências de teóricos em evidência no cenário acadêmico mundial, fomentadores de políticas científicas, formando uma rede de influências teóricas no fazer científico e pedagógico das instituições.

Os procedimentos metodológicos referendados dizem respeito a práticas consagradas do processo de ensino-aprendizagem de línguas, que se tornam padrão para formar professores. Esses procedimentos, em geral, estão vinculados às teorias que servem de referencial teórico para a formação do graduando em Letras. Uma vez convertidos em metodologias de base para as práticas pedagógicas, passam a funcionar como um conjunto de ações e atitudes que o futuro professor deve absorver, referendar como valor de verdade e passar a reproduzir em sua *praxis* pedagógica. O fato de tais práticas serem consagradas na academia fomenta a adesão de graduandos em formação, como um convite para integrarem uma elite de conhecimentos, provedora de um *status* acadêmico que delineará o perfil desse professor em formação.

Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem de línguas torna-se um sistema de aplicação de técnicas e estratégias treináveis e passíveis de um controle de ações, acerca do tipo de profissional que está sendo formado. A impressão do pesquisador, a partir da análise, é que o processo de formação de professores quase sempre se funda em um aprofundamento teórico e pedagógico nas áreas de morfologia e sintaxe, com uma visão abrangente de conhecimentos sobre fonética, fonologia, estilística e semântica. Esse aprofundamento teórico está relacionado aos princípios básicos de sistematização das classes gramaticais e a formalização de conceitos acerca da estrutura da língua.

Já o aprofundamento pedagógico preconiza a reprodução de modelos estruturais, através de procedimentos de repetição, substituição e transformação. Quando foi mencionado que a base do processo de formação de professores tem sido feita a partir daquelas áreas da linguagem - e essas áreas funcionam, no currículo analisado, como núcleo comum do curso de graduação em Letras - aborda-se o objetivo imanente à formação do futuro professor, que é conhecer a estrutura de funcionamento da língua portuguesa e de uma língua estrangeira, quando for o caso. O estudo relacionado às línguas em geral, se fundamentam no conhecimento de seus mecanismos de formação e

nos modelos lingüísticos que sejam a elas compatíveis, tratando-as apenas como um produto cartesiano¹¹¹ de base positiva¹¹².

No caso específico dos estudos em língua estrangeira, adiciona-se a necessidade de uma memorização fonológica dessas estruturas sistematizadas, com o intuito de desenvolver a habilidade oral. Essa memorização fonológica se realiza através da repetição de diálogos idealizados, que reproduzem, na maioria das vezes, de forma artificial e de acordo com a norma culta, amostras de língua supostas do cotidiano de falantes nativos. Os estudos nas áreas de fonética, fonologia, estilística e semântica referendam tanto um conhecimento teórico sobre os mecanismos de funcionamento das línguas em geral, quanto uma aplicação estrutural desses mecanismos em nível pedagógico, quer seja na língua portuguesa, quer seja numa língua estrangeira.

Além do chamado núcleo comum da formação do professor, que está relacionado ao estudo das línguas, existem também os chamados constituintes teóricos coadjuvantes e periféricos, que contemplam os estudos nas áreas de literatura, dos quais se propõe uma abordagem que contempla aspectos sociais e culturais, mencionados enquanto elementos de civilização de uma língua. Por fim, configuram-se os estudos pedagógicos, que abordam noções de psicologia da educação, didática geral, estrutura e funcionamento de ensino de 1º e 2º graus e prática de ensino. Denominamos tais conhecimentos de coadjuvantes e periféricos, porque o lugar discursivo na hierarquia da grade curricular os colocam como elementos fomentadores de aspectos operacionais.

Assim, os estudos literários, por seus aspectos analítico-descritivos principalmente voltados para elementos de estilo e erudição de textos clássicos de autores de prestígio, aparecem como *referendum* de um formalismo lingüístico nos estudos sobre as línguas. Da mesma maneira, os estudos pedagógicos, que objetivam instrumentalizar o futuro professor quanto: i) a questões relacionadas ao comportamento dos alunos; ii) à sistemática de procedimentos em sala de aula; iii) ao conhecimento da legislação vigente nas instituições de ensino e iv) a um treinamento do fazer pedagógico, também possuem o *status* de *referendum*, por pontuarem aspectos psico-socio-educacionais.

Por conseguinte, a formação do professor de línguas tem por base acadêmica uma diversidade de concepções teóricas estudadas, adquiridas ou construídas ao longo do

¹¹¹Entenda-se produto cartesiano, aqui, como elementos ordenados sob certa lógica de constituição, a exemplo do método descrito por Descartes.

¹¹²Refere-se aos princípios filosóficos do positivismo de Augusto Comte.

processo de formação. Estudadas, porque são apresentadas como valores de verdade, sem qualquer questionamento, que não vai além da compreensão direta de uma leitura autorizada e aceita, por uma parcela da COMUNI, no caso, representada pela imagem do(s) professor(es) formador(es); adquiridas, porque podem resultar de uma variedade de leituras, que permitem uma opção, a partir de uma identificação acadêmica com os princípios filosóficos subjacentes às concepções escolhidas; e construídas, porque podem representar intravisiões do graduando, acerca da diversidade de concepções teóricas a que foi exposto, capacitando-o não só a estabelecer referenciais que expressem valores de verdade, mas também proporcionando-lhe escolhas decorrentes de identificações epistemológicas, sem esquecer a possibilidade de inferências alternativas acerca das teorias.

Torna-se relevante esclarecer que a manifestação dessas posturas supracitadas não ocorre, necessariamente, de forma isolada, ou com características inerentes apenas a uma ou outra dessas modalidades expressas. Trata-se de um *continuum* epistemológico heterogêneo que constitui, ao mesmo tempo, na alteridade do DC, uma diversidade de atitudes acadêmicas. Tais atitudes são decorrentes da ação discursiva, quer do *continuum* científico citado anteriormente, quer do *continuum* epistemológico, que diz respeito à *clivagem* do sujeito no *continuum* científico.

Cabe, aqui, uma sugestão acerca de prováveis deslocamentos discursivos, inerentes a esse processo de formação, com relação à própria concepção de linguagem. Tais deslocamentos ocorrem devido a uma oscilação de referenciais teóricos, nos quais o futuro professor é exposto ao longo de sua formação. Essa oscilação está diretamente ligada a uma heterogeneidade epistemológica, muitas vezes, presente na própria concepção das disciplinas.

Em alguns casos, o conteúdo da disciplina é elaborado a partir de uma diversidade de concepções teóricas, com o intuito de apresentar, ainda que de forma abrangente, diferentes referenciais teóricos. A possibilidade dessa hipótese se fundamenta a partir da observação das fichas de disciplina porque, *grosso modo*, as disciplinas ditas básicas, apresentam uma lista de conteúdos que quase sempre contempla diferentes concepções teóricas. A justificativa de tal procedimento é a diversidade de referenciais teóricos que se pretende oferecer no início do curso, para que o graduando possa ter uma visão abrangente acerca da natureza teórica dos estudos da linguagem.

Assim, outra decorrência que se quer sugerir, é a possibilidade do professor-formador enfatizar mais os elementos teóricos concernentes à sua formação teórica para os alunos e, conseqüentemente, promover uma espécie de aliciamento teórico dos graduandos, com relação a uma determinada corrente teórica. Dessa maneira, prevalecerão como valores teóricos de prestígio os referenciais dos professores-formadores que ministram as disciplinas. Nesse sentido, torna-se possível afirmar que os professores-formadores estão circunscritos em um DA, enquanto que os graduandos estão, primeiramente, se inserindo em um DC para, mais adiante, fazerem a sua circunscrição num DA.

Nossa argumentação pode ser explicada se considerarmos a relação *exposição-aquisição*, relação esta que nos faz circunscrevê-los num DC, diferenciando-os, portanto, dos professores-formadores que já estão na anterioridade discursiva da interação professor-aluno, circunscritos em um DA. Não obstante, convém esclarecermos, neste momento, que não foi nosso propósito investigar o DUI do lugar discursivo do graduando. Entretanto, não nos furtaremos de tecer alguns comentários acerca de como pressupomos ser este lugar, até porque um dos lugares em que nos colocamos, na interdiscursividade desta investigação, foi o lugar de ex-graduando. Nessa perspectiva, vamos comentar ainda que de forma sucinta, algumas pressuposições que temos acerca da natureza das atividades propostas e da relação entre o graduando e sua interação com os textos teóricos no processo de formação acadêmica.

As atividades de aplicação e reprodução dos conhecimentos, geralmente, são selecionadas, recortadas e adaptadas em manuais. Esses manuais garantem a apresentação do conhecimento de forma gradual, sumária e sistêmica. Além disso, esses manuais restringem, através da natureza das atividades propostas, as possibilidades de se promover olhares extensivos acerca dos conhecimentos.

Grande parte dos professores-formadores atribuem aos manuais a tarefa de servirem como um guia de orientação para os profissionais em formação. Alguns chegam a afirmar que, sem esse guia, os graduandos não estabelecem parâmetros lógicos para sua formação. Muitas vezes, o programa de algumas disciplinas dos cursos de graduação são elaborados com base na seqüência de conteúdos estabelecidos pelos manuais.

Observamos que a dependência de um manual, para encaminhar seus estudos acadêmicos, já se tornou uma cultura de aprender entre os universitários. Por outro lado, verificamos, também, que essa racionalidade científica vem sendo estimulada

institucionalmente e algumas vezes até corroborada por atitudes segregacionistas. Convém não silenciarmos que tal predileção, muitas vezes, está relacionada a vínculos comerciais das editoras com as instituições.

No que se refere ao contato com referenciais teóricos, em alguns casos, estes já são apresentados em forma de artigos sobre a teoria, marcando uma interpretação específica da mesma. Acreditamos que o professor, ao trabalhar com referenciais teóricos em discussões de sala de aula, não tem como se desvincular de suas filiações epistemológicas nem de seu lugar discursivo acadêmico. O que percebemos é que, na vertente escolástica, a apresentação desses referenciais teóricos é, quase sempre, introduzida através de uma leitura prescrita, sem que o graduando tenha a oportunidade de ter acesso à teoria, exposta pelos textos do próprio conceitor da mesma. Tal postura revela, por um lado, uma espécie de aliciamento “acadêmico” dos graduandos para as filiações teóricas nas quais o professor-formador se circunscreve e, por outro lado, simplifica e reduz o enfoque teórico da disciplina a determinadas correntes, provocando uma espécie de partidarização do conhecimento científico.

Alguns professores-formadores alegam que utilizam esse procedimento para atenuar dificuldades e queixas dos graduandos acerca da compreensão da linguagem dos autores, quase sempre densa e pressuposta de um conhecimento prévio de conceitos que, na maioria das vezes, os graduandos desconhecem. Outro argumento utilizado pelos professores-formadores é que a falta de experiência em lidar com textos, a resistência à leitura de uma literatura teórica, por parte dos graduandos, e a falta de maturidade dos leitores para se exporem ao DC são os fatores que levam à escolha de textos em que os referenciais teóricos já aparecem comentados e interpretados. Nessa perspectiva, se por um lado, a vertente escolástica advoga uma especialização dos graduandos na parcialidade de seus enfoques teóricos, por outro lado, subestima-os na capacidade de se constituírem sujeitos de sua formação acadêmica.

No que tange às dificuldades de leitura, geralmente reclamadas por parte dos graduandos no tocante a esses textos, os professores-formadores podem minimizá-las através de exposições prévias ou de textos complementares, fornecendo subsídios que atenuem tais dificuldades e diminuam as resistências e reações de auto-comiseração, comum, por parte dos graduandos, nesses casos. As atividades, em geral, podem ser programadas, objetivando a produção de resenhas, ensaios ou aplicações práticas do

arcabouço teórico, entre outras manifestações da prática acadêmica. Nesse sentido, pressupomos que as ações pedagógico-metodológicas, preconizadas pela vertente heurística, podem ser um encaminhamento para que, efetivamente, possamos construir uma intervenção nesse processo de formação. Como esta vertente é concebida sob a tríade *produção-construção-criação* de reflexões, dessa forma, professores-formadores e graduandos podem, conjuntamente, esboçar uma prática acadêmica mais dinâmica, contemplando uma diversidade de enfoques teóricos e abordagens.

Para concluir, convém enfatizarmos que a trajetória de formalização e investigação do DUI é uma tarefa apenas iniciada. A continuidade deste estudo vislumbra outras pesquisas, no sentido de se construir outras interfaces, tomando por suporte teórico outras correntes da AD. Em um primeiro momento, apontaríamos pelo menos três delas, a saber: i) um construto teórico que permitisse uma interface com a corrente histórico-ideológica; ii) outro que contemplasse a corrente da análise crítica do discurso e iii) uma terceira, que fosse fundada na corrente anglo-americana.

Nessa perspectiva de projetar fronteiras para outras possibilidades de análise do DUI, pressupomos a necessidade de pesquisas que examinem os direcionamentos epistemológicos nas instituições formadoras para que, através dessa meta-prospecção investigativa, se possa re-pensar e re-tomar o discurso fundador da universidade. Acreditamos, enfim, que a esfera dos estudos lingüísticos precisa se voltar mais para as questões do “ser-ser”, para garantir a eficácia das investidas científicas no “ser-fazer”.

Esperamos ter contribuído, ainda que minimamente, para ampliar o universo de estudos da AD.

GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

AFORISMO

Proposição que exprime de maneira sucinta uma verdade, uma regra ou uma máxima concernente à vida prática.

ALOCUTIVIDADE

Para Charaudeau (1992), no processo de alocutividade, “*o locutor influencia o interlocutor no ato enunciativo e lhe impõe o conteúdo de sua proposição*”¹¹³. Dessa forma, esse locutor coloca sua identidade, sua polifonia (um conjunto de locutores possíveis, reconhecidos através de um termo de identificação), sua expectativa de reação (por parte do interlocutor) e seu *status* de interpelação. Portanto, o locutor coloca o interlocutor no seu ato de enunciação e lhe impõe o conteúdo de seu dito.

A nosso ver, no processo de alocutividade, os sujeitos revelam implicaturas do seu dizer, isto é, interpelam o outro - seu interlocutor - na força ilocucionária de sua argumentação. Os sujeitos referendam essa força através da evocação de vozes (incluindo as suas), e sentidos outros (incluindo os seus - de sua própria atribuição) nessa interpelação do outro. Tal interpelação visa provocar uma reação do interlocutor, quer por um processo de apreciação, quer por um processo de indagação, ou ainda, por um processo de constatação.

ALTERIDADE

Para Authier-Revuz (1982), a alteridade representa um imbricamento natural entre os discursos, ou seja, cada discurso se revela na existência de elementos de outros discursos e vice-versa. Isso significa que, ao mesmo tempo em que se pode considerar os sentidos de um discurso, imanentes a “outros”, pode-se também deslocá-los em função das especificidades enunciativas do mesmo. Da mesma forma, esses sentidos podem ser apagados, reduzidos ou reatribuídos, de acordo com essas particularidades.

¹¹³ Nossa tradução do original em francês: “*Le locuteur ‘implique l’interlocuteur’ dans son acte d’énonciation et lui ‘impose’ le contenu de son Propos.*” (CHARAUDEAU, 1992: 574)

ANTERIORIDADE DISCURSIVA

Memória histórico-social-cultural do sujeito no crivo de sua percepção dos sentidos. Para Orlandi (1999: 48-49) esse sujeito é “*atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário*”, ou seja, “*(...) ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas.*”

APAGADO-INTERPRETADO

O “*apagado/interpretado*” se refere à omissão ou à natureza da percepção de sentidos e de enunciados no processo interativo. Se tomarmos como suporte teórico para a elaboração deste conceito Pêcheux (1995), diríamos que se trata de uma ilusão referencial. Tal ilusão atua na perspectiva de se pressupor um “já-dito” e, portanto, desconsiderá-lo de um “dizer”, ou de se enunciar um “dizer”, considerando a pressuposição de outros “já-ditos”.

APAGAMENTO

Entendemos que a constituição dos apagamentos é pressuposta numa filtragem de sentidos, economizados de realização ou re-significados no processo enunciativo. Tal omissão de sentidos, na realização linguageira, toma lugar quer por uma denegação, quer por um processo de opacidade de sentidos, ocasionando, assim, uma redução ou uma re-dição do dizer. Trata-se, pois, de uma remoção ou de uma re-moção voluntária/involuntária, portanto, dialética, que faz desaparecer do amálgama de significação os sentidos não convenientes às exigências da situação enunciativa.

ASSUJEITAMENTO

Para Brandão (1991), trata-se da ilusão do sujeito (consciente ou não) de que é senhor de sua própria vontade, ocupando lugares e se identificando com grupos ou classes através de posições políticas e laços de aliança, antagonismo ou dominação.

ATO DE FALA

Na definição clássica de Searle (1969¹¹⁴), um *ato de fala* é o enunciado efetivamente realizado por um determinado falante numa dada situação. Searle tomou por base, em sua concepção, o estudo sobre performativos, realizado por Austin (1962). Trata-se da ação que a palavra realiza pela sua inserção e funcionamentos pragmáticos. Nessa perspectiva, ações como afirmar, prometer, explicitar, perguntar, felicitar, injuriar, entre outros são atos do “dizer” que provocam certos efeitos como aborrecer, entusiasmar, impedir, convencer, irritar, entre outros. Assim, o *ato de fala* não desencadeia, apenas, as potencialidades lógico-lingüísticas da língua, mas fazem, também, um apelo aos implícitos situacionais – às estratégias de discurso.

ATOS DE LINGUAGEM

Tomando este conceito a partir de Ducrot (1987), diríamos que *os atos de linguagem* resultariam de fatores semânticos que, embora se atualizem na fala, dizem respeito à própria língua, às suas regras e conseqüências lógicas.

Já segundo Charaudeau (1983), trata-se de um encontro dialético entre dois processos - o de produção e o de interpretação - inseridos num espaço físico (o da fala) e psicossocial. O ato de linguagem é, portanto, um ato inter-enunciativo entre quatro sujeitos, dois deles pertencentes a um circuito externo (o psicossocial) e os outros dois inseridos em um circuito interno (o discursivo). Tais atos são resultantes de um jogo entre o implícito e o explícito em circunstâncias específicas do discurso.

ATRIBUÍDO-INSTITUÍDO

O “*atribuído/instituído*” diz respeito à significância particularizada ou prescrita dos sentidos e dos enunciados. Tomando por base Authier-Revuz (1998), trata-se de auto-representações do dizer que se vai fazendo, tomando por base o discurso posto, enquanto linguagem geral, sobre um outro discurso ou sobre o discurso do outro na interação.

¹¹⁴ Esta referência foi citada na bibliografia, correspondendo à tradução para o português, datada de 1981.

AUTOGENIA

Imagem que o sujeito tem de si próprio, em sua auto-referencialidade, ou seja, uma percepção enunciativa espontânea e hipotética desse sujeito em si mesmo, independente de influências ou pontos de vista externos.

AUTONOMIA RELATIVA DO FAZER CIENTÍFICO

Feyerabend (1989:50) considera que na “autonomia relativa” *os fatos existem e a eles se pode chegar, independentemente de se ter ou não em conta, alternativas de uma teoria a ser submetida a teste.*

AXIOMÁTICA

Estamos chamando de *axiomática* a instauração de convenções fixadas a partir de relações teóricas, passíveis de múltiplas interpretações e realizações diferentes, mas coerentes com a proposição teórica inicial, da qual demanda suas generalizações.

BASES FILOSÓFICAS DO DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL

As bases filosóficas compreendem as direções do pensamento e os princípios organizadores do mesmo, enquanto prática formal de investigação de fatos.

BASES HERMENÊUTICAS DO DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL

As bases hermenêuticas dizem respeito a representações instituídas a partir de experiências realizadas ou de constatações factuais que permitem emergir um universo conceitual, considerando a “autonomia relativa”¹¹⁵ dessas experiências e fatos.

¹¹⁵ Feyerabend (1989:50) considera que na “autonomia relativa” *os fatos existem e a eles se pode chegar, independentemente de se ter ou não em conta alternativas de uma teoria a ser submetida a teste.*

BASES PRAGMÁTICAS DO DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL

As bases pragmáticas se relacionam aos aspectos funcional, utilitarista e ajustável do fazer científico, ou seja, às ações acadêmicas que ocorrem para uma finalidade prescrita, com o intuito de gerar um conhecimento de natureza empírica, embora de caráter experimental e instrumental.

CAMPO DISCURSIVO

Termo utilizado por Maingueneau (1993: 116), definido como “*um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região.*”

CIRCUNSTÂNCIAS DO DISCURSO

Charaudeau (1983) define as *circunstâncias do discurso* como

o conjunto de saberes tidos como valor de verdade entre os sujeitos da linguagem:

- Os saberes supostos acerca do mundo (as práticas sociais partilhadas); e
- Os saberes supostos sobre os pontos de vista recíprocos desses protagonistas (os filtros construtores de sentidos).¹¹⁶

CLIVAGEM

Triagem de sentidos feita pelo sujeito considerando seus referenciais intra-epistemológicos e sócio-histórico-culturais. Tomando por base Orlandi (1999:68), poderíamos afirmar que nessa triagem de sentidos, os sujeitos se movimentam, discursivamente, “*entre o real da língua e o da história, entre o acaso e a necessidade, o jogo e a regra, produzindo gestos de interpretação.*” A nosso ver, trata-se, pois, de

¹¹⁶ Nossa tradução do original em francês:

Nous définissons donc les Circonstances de discours comme l'ensemble des savoirs supposés qui circulent entre les sujets du langage:
 - savoirs supposés à propos du monde: les pratiques sociales partagées;
 - savoirs supposés sur les point de vue réciproques de ces protagonistes: les filtres constructeurs de sens. (CHARAUDEAU, 1983: 25)

uma filtragem de sentidos, realizada pelos sujeitos, tomando por parâmetro, uma relativização entre os seus referenciais discursivos e os sentidos a que são expostos na dinâmica dos processos interativos.

CONCEITO

De uma maneira geral, entendemos o *conceito* como todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis.

CONDIÇÕES DE COERÊNCIA DO FAZER CIENTÍFICO

De acordo com Feyerabend (1989:47-8) as “*condições de coerência*” dizem respeito à exigência de que as hipóteses a serem interpretadas ou testadas, em um certo ramo do conhecimento, devem ajustar-se ao escopo teórico já existente.

CONDIÇÕES DE INTERPRETAÇÃO

Para Charaudeau (1983), as *condições de interpretação* representam a interpelação dos sentidos pelos sujeitos, no crivo da referencialidade do contexto histórico-cultural, e das condições de tensão em que a interação se realiza.

Já Orlandi (1998:22) entende essas condições como “*o espaço do possível, da falha, do efeito metafórico, do equívoco, em suma: do trabalho da história e do significante, em outras palavras, do trabalho do sujeito.*”

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Segundo Charaudeau (1983), trata-se de ações recíprocas entre sujeitos distintos em sua heterogeneidade. Na perspectiva da produção, o “*Eue é uma imagem de enunciador construída pelo Euc. O Eue, portanto, é o traço de intencionalidade do Euc.*”¹¹⁷

¹¹⁷ Nossa tradução do original em francês:

(...) JE est une image d'énonciateur construite par le sujet producteur de parole (JEC); il est alors la trace de l'intentionnalité du JEC, dans cet acte de Production. (CHARAUDEAU, 1983: 42)

Já para Brandão (1991: 89), essas condições *constituem a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si e do outro e do referente.*”

CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

Charaudeau entende o *contrato de comunicação* como um espaço discursivo que sobredetermina todo ato de linguagem. Nessa perspectiva, o contrato inter-relaciona diferentes instâncias enunciativas em torno de um mesmo propósito discursivo. Para ele:

... o contrato de comunicação se compõe de um espaço de ‘limitações’, que constitui condições às quais os parceiros não podem escapar; e de um espaço de estratégias, que compreende, de maneira potencial, os diferentes tipos de configurações discursivas que dispõe o sujeito comunicante para, ao mesmo tempo, satisfazer às condições do contrato e realizar as intenções que lhe são próprias. (CHARAUDEAU, 1994)¹¹⁸

CONVENÇÕES SOCIAIS

As *convenções sociais* dizem respeito a comportamentos estabelecidos a partir de um acordo tácito ou expresso, no interior de um grupo de indivíduos. Elas representam compromissos, composições ou combinações entre sujeitos.

DELOCUTIVIDADE

Segundo Charaudeau (1992), no processo de delocutividade, “*o locutor impõe sua proposição de forma implícita.*”¹¹⁹ Dessa forma, o locutor apresenta uma

¹¹⁸ Nossa tradução do original em francês:

... le contrat de communication se compose d’un espace de ‘contraintes’ qui constitue les conditions auxquelles les partenaires ne peuvent déroger sous peine de ne plus pouvoir communiquer, et un espace de stratégies qui comprend, de manière potentielle, les différents types de configurations discursives dont dispose le sujet communiquant pour, à la fois, satisfaire aux conditions du contrat et réaliser les visées qui lui sont propres. (CHARAUDEAU, 1994: 36)

¹¹⁹ Nossa tradução do original em francês: “Le locuteur ‘laisse s’imposer le Propos’ en tant que tel, comme s’il n’en était nullement responsable. Locuteur et interlocuteur ‘sont absents’ de cet acte d’énonciation (...) comme s’il était délié de la locution (...)” (CHARAUDEAU, 1992: 575)

proposição na qual se circunscreve de forma velada, ou seja, ele enuncia um dito como se ele não fosse responsável por esse dito. Assim, locutor e interlocutor estão ausentes do ato de enunciação, como se ele fosse desligado da locução.

A delocutividade transfere a força ilocucionária dos sujeitos para os sentidos em si. Ela se caracteriza na superfície dos enunciados através de marcas de impessoalidade, no uso de discursos relatados, pela ausência de marcas explícitas de subjetividade, pelo uso de assertivas com vozes apagadas, silenciadas ou implícitas, ou ainda, pela explicitação de sentidos de um “outro”, constitutivo mas não mostrado. A delocutividade, portanto, se apresenta como um traço enunciativo, que circunscreve o foco dos sentidos em sua própria polifonia, enfatizando, dessa maneira, a polissemia destes.

DESIGNAÇÃO

Termo empregado para indicar a natureza das caracterizações de sentidos e enunciados, a partir de uma seqüência de traços estabelecidos como critérios.

DETERMINAÇÃO

Limitação da extensão de uma noção, delimitando seu significado a um sentido circunscrito em uma ou em um grupo de causas.

DISCURSO

- A DIMENSÃO SEMIOLINGÜÍSTICA

O *discurso* na dimensão semiolingüística procede a uma descrição pormenorizada das circunstâncias em que ocorrem os comportamentos lingüísticos. Conseqüentemente, identifica e compreende quais as decorrências da movimentação de sentidos, que vão além dos significados e que contemplam as características dos sujeitos envolvidos no processo de realização dos enunciados. Essa movimentação ocorre pela influência dos referenciais de representação de mundo desses sujeitos e pela influência do meio social em que vivem.

- A DIMENSÃO HISTÓRICO-IDEOLÓGICA

O discurso é feito de sentidos entre locutores. (...) no funcionamento da linguagem (...) põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história. (...) As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. (ORLANDI, 1999:21)

DISCURSO ACADÊMICO (DA)

Conceituamos o DA como uma manifestação de sentidos, vinculada a um conjunto de conhecimentos inter-relacionados, que serve de base referencial para caracterizar os sentidos construídos por um determinado grupo de sujeitos, que compartilham de uma mesma postura acadêmica.

DISCURSO AUTORITÁRIO

De acordo com Orlandi (1987: 154), o *discurso autoritário*

é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida. O exagero é a ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando

DISCURSO CIENTÍFICO (DC)

O conceito de DC, a nosso ver, contempla uma rede de pressupostos teóricos, dispostos em um *continuum* de sentidos, que estabelece parâmetros acadêmicos para a inserção dos sujeitos nesse *continuum*, de acordo com um processo de identificação, adesão ou reconhecimento epistemológico dos mesmos nesse processo. Nessa perspectiva, estamos chamando de DC as construções de sentidos manifestadas através de enunciados, em linguagem dedutiva e preditiva, que apresentam um conhecimento a partir de uma organização de fatos, inter-relacionando princípios, conceitos e definições teóricas, elaborados numa regularidade metodológico- normativa e asseverados por um conjunto de sujeitos, membros de uma comunidade acadêmica.

DISCURSO DA CIÊNCIA APLICADA (DCA)

Entendemos o DCA como o *discurso* fundador de questões emergentes de uma determinada prática diagnosticada. A partir da inserção de elementos teóricos – andaimes científicos dessas práticas – surgem outras percepções teóricas, neste caso, advindas de diagnósticos proscritos na realidade vivida pelos sujeitos.

DISCURSO DE APLICAÇÃO DA CIÊNCIA (DAC)

Concebemos o DAC como aquele que parte da fundamentação teórica, para utilizar esses elementos em situações do cotidiano ou inseri-los em diferentes enfoques relacionados a diversas áreas do conhecimento. O conceito de DAC diz respeito aos sentidos voltados para uma operacionalização de aspectos teóricos, tendo como meta objetivos pré-estabelecidos pelos membros de uma comunidade acadêmica.

DISCURSO EPISTEMOLÓGICO (DE)

Conceituamos o DE como sendo o resultado das manifestações dos sentidos em sua meta-existência, quer dizer, em sua gênese e em sua capacidade de provocar uma pluralidade de significações e de gerar novos princípios, conceitos, definições, objetivos, fatores e correlações na dimensão geral do saber.

DISCURSO EPISTEMOLÓGICO DA CIÊNCIA (DEC)

O DEC diz respeito à natureza filosófica em que se funda uma área do conhecimento, indicando suas bases genealógicas e seus suportes lingüísticos, psicológicos, educacionais e técnicos. O DEC abrange a magnitude dos sentidos enquanto valor de verdade, instituído pela variedade de significações, princípios, conceitos, definições, objetivos, fatores e correlações, que se inter-relacionam numa dimensão específica do saber. Este discurso decorre de uma organização estrutural de axiomas, postulados e asserções, geradoras de fenômenos para representar um conhecimento posto, basilar, modelar e sistemático.

DISCURSO INSTITUCIONAL UNIVERSITÁRIO (DIU)

Concebemos o DIU como aquele que se ocupa de uma análise do gerenciamento político-administrativo das universidades e das políticas educacionais direcionadas ao ensino superior.

DISCURSO LÚDICO

Na concepção de Orlandi (1987: 154), o *discurso lúdico*

é aquele em que a reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, resultando disso a polissemia aberta. O exagero é o 'non sense'.

DISCURSO POLÊMICO

Segundo Orlandi (1987: 154), o *discurso polêmico*

é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente, mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que procuram lhe dar uma direção, sendo que a polissemia é controlada. O exagero é a injúria.

DISCURSO UNIVERSITÁRIO INSTITUCIONAL (DUI)

Conceituamos o Discurso Universitário Institucional como a formalização do conhecimento, na dinâmica dos sentidos de uma instituição universitária. Entendemos estar neste discurso os efeitos de sentido produzidos pelas vozes, pelos sentidos e pelos enunciados vinculados à instituição – universidade – manifestados através: i) da produção acadêmica de seus membros; ii) do registro documental que historiciza as filiações epistemológicas desses membros e que delinea o projeto científico-pedagógico de instauração e funcionamento de um curso superior; e iii) das representações decorrentes dessas filiações sobre o tipo de profissional que a instituição objetiva preparar para o mercado de trabalho.

DOXA

Consiste de uma opinião com base em uma crença, homologada ou não, como um valor de verdade.

ELOCUTIVIDADE

Segundo Charaudeau (1992), no processo de elocutividade, “*o locutor situa o seu dito em relação a si mesmo, revelando sua posição quanto ao que diz*”¹²⁰. Tais posições evocam opiniões, apreciações, afirmações, promessas e proposições concernentes às suas imagens enunciativas. Essas manifestações estão diretamente vinculadas à imagem do outro - de seu interlocutor - que os sujeitos contemplam na composição do seu dizer.

ENDOGENIA

Termo utilizado para designar a evolução enunciativa inconsciente, inerente à cognição dos sujeitos e provedora de sua capacidade para inferência de sentidos.

ENSINÂNCIA-APRENDÊNCIA

Ensinância e Aprendizagem têm sido a terminologia utilizada para marcar a dinâmica interacional do processo de ensinar e aprender, estabelecendo relações interativas de desejo, motivação, absorção, produção, construção e criação, por parte do sujeito-ensinante – o professor – e do sujeito-aprendente – o aluno. Convém distinguirmos das concepções de ensinar e aprender, enquanto terminologia utilizada para marcar a transmissão de conhecimentos pelo professor e a aplicação/reprodução desses conhecimentos transmitidos, por parte dos aprendizes.

¹²⁰ Nossa tradução do original em francês: “Le locuteur ‘situe son Propos par rapport a lui même’, dans son act d’énonciation. Il révèle sa propre position quant à ce dit qu’il dit.” (CHARAUDEAU, 1992: 575)

ENUNCIACÃO

Em sentido amplo, a *enunciação* pode ser entendida como a realização de uma troca lingüística entre locutores, em circunstâncias específicas. Essa realização propriamente dita constitui a situação de discurso que é materializada através dos enunciados. Ela considera as intenções e os tipos de relações entre os interlocutores, além do referente.

Para Benveniste (1966¹²¹), a *enunciação* é o ato de colocar a língua em funcionamento, realizado por sujeitos, circunscritos em um contexto. Trata-se de um ato de apropriação da língua em que a interação é preponderante, além de ser um fenômeno que constitui em si um fato, um acontecimento único, definido no tempo e no espaço.

Já Brandão (1991: 89) define a *enunciação* como a “*emissão de um conjunto de signos que é produto da interação de indivíduos socialmente organizados,*” marcada pela singularidade.

ENUNCIADO

De um modo geral, os *enunciados* são freqüentemente empregados como sinônimo de *frase* ou de um conjunto de *frases consecutivas*. Eles designam toda seqüência acabada de palavras de uma língua emitida por um ou vários falantes de uma língua. Além disso, são os elementos responsáveis pela materialização lingüística do conteúdo do ato enunciativo.

Para Benveniste (1966), o ato de produzir um *enunciado* é a condição específica da enunciação. Já segundo Charaudeau (1992), os enunciados, num sentido restrito, podem corresponder à “proposta referencial” do ato de linguagem. Por fim, convém citarmos a distinção feita por Ducrot (1987) entre *enunciado* e frase, sendo o primeiro considerado como um acontecimento histórico e o segundo, uma construção lingüística.

ENUNCIATIVIDADE

Conjunto de propósitos contidos na *praxis* social de um sujeito, declaradas em suas ações e colocadas em uma situação específica de atribuição de sentidos.

¹²¹ A citação desta referência corresponde, na bibliografia, à tradução para o português, datada de 1989.

ESPAÇO DISCURSIVO

Termo utilizado por Maingueneau (1993:117), definido como “*um subconjunto do espaço discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados.*”

ESQUECIMENTO

Entendemos que os esquecimentos dizem respeito às lacunas de sentidos no processo enunciativo em si. Essas lacunas representam a ausência de um dizer, traspassado pela ilusão do “*dito que não foi dito*”. Trata-se, assim, de sentidos não concebidos, entretanto, imanentes ao discurso, mas não proscritos, da e na realização languageira.

ESSÊNCIA SÊMICA

A *essência sêmica* se refere aos aspectos constituintes, específicos e gerenciadores da produção de sentidos, à projeção de seus efeitos e à constituição de sentidos velados, imanentes a esses sentidos produzidos. Trata-se de uma base semântico-estrutural, gerada para constituir significados. A combinação desses significados, por conseguinte, irá produzir os protótipos sentidurais desta essência.

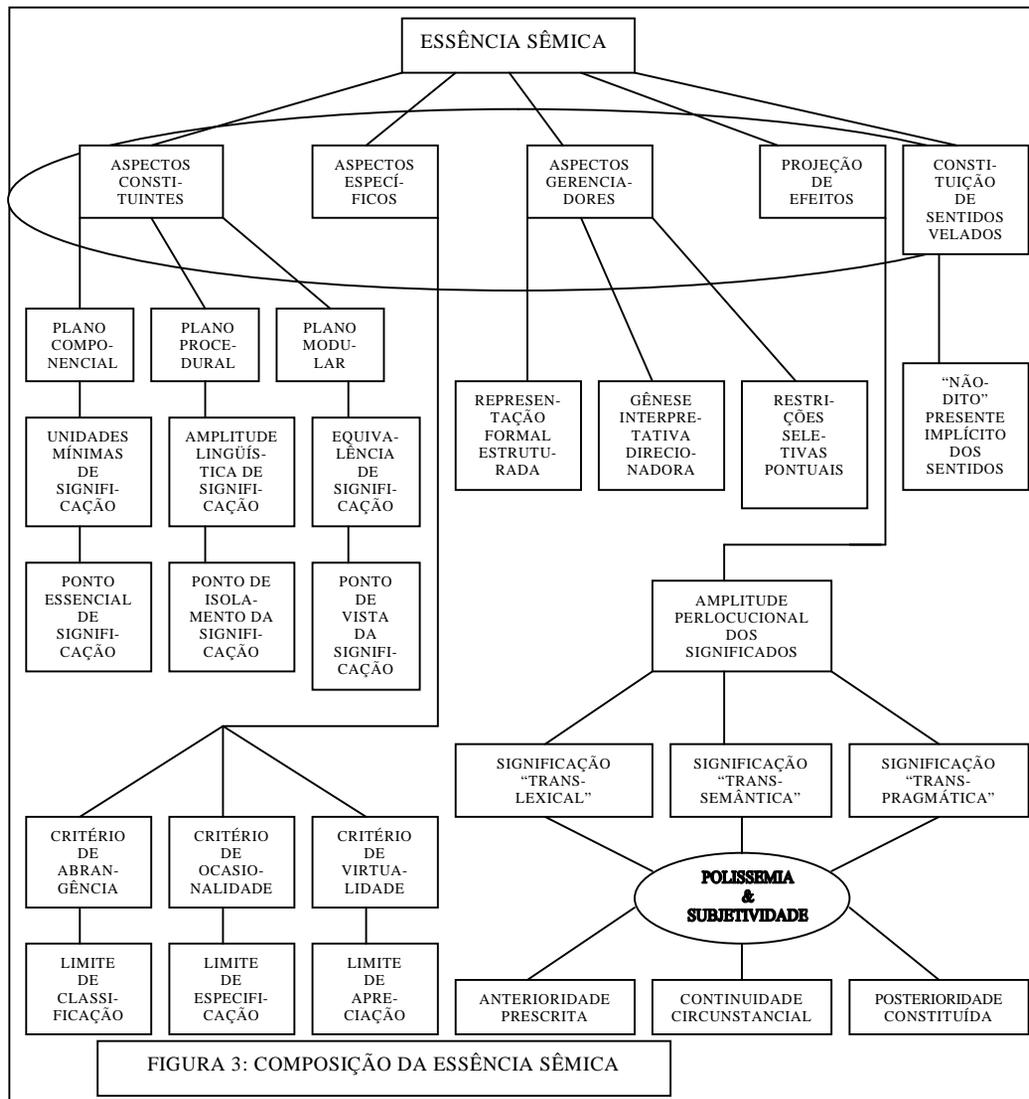


FIGURA 3: COMPOSIÇÃO DA ESSÊNCIA SÊMICA

ETNOMETODOLOGIA

Para Garfinkel (1967), a *etnometodologia* se propõe a analisar o conhecimento dito de senso comum, para descobrir como este conhecimento é constituído, o que produz, o sentido do que seja o conhecimento em si, e como é usado. De acordo com este autor, o conhecimento não é um fenômeno mentalista, mas uma *praxis*. Para ele, a própria busca de um conhecimento é um conhecimento em si. Saber como se faz algo é demonstrável apenas para quem o faz. Nessa perspectiva, a abordagem etnometodológica estuda os métodos realmente praticados ou utilizados pelos membros de uma sociedade, no sentido de acompanhar com detalhes o que eles fazem (incluindo suas formas de falar sobre o que fazem).

A partir deste conceito, torna-se possível esclarecer a genealogia epistemológica em que se fundam as instâncias actanciais do contrato de comunicação na TS. O circuito externo da representação do ato linguageiro, proposta por Charaudeau, está relacionado aos meta-procedimentos do processo enunciativo, enquanto que o circuito interno constitui as ações do processo interativo, vinculadas a esses meta-procedimentos. Dessa forma, no “mundo real” estão fundadas as práticas sociais e no “espaço de fala” essas práticas se realizam no intervalo histórico da dispersão sentidural das práticas linguageiras.

EXPLICAÇÃO

De uma maneira geral, é todo processo tendente a tornar um discurso acessível ao entendimento, eliminando dificuldades e conflitos em torno dos contextos e determinando a causalidade dos fatos.

EXOGENIA

Termo utilizado para designar a ação contextual do sujeito no processo enunciativo, vista da superfície de seu discurso.

FORMAÇÃO DISCURSIVA

Delinear-se-ão os estudos sobre *formações discursivas*, nesta pesquisa, a partir da conceituação feita por Foucault (1969) quando afirma que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlação, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1987: 43)

Já para Brandão (1991: 90), uma *formação discursiva* diz respeito a um “conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades. (...) Ela determina ‘o que pode e deve ser dito’ a partir de um lugar social historicamente determinado.”

FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

Segundo Brandão (1991: 90), uma *formação ideológica* “é constituída por um complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais”, mas que perpassam o imaginário sociodiscursivo dos sujeitos nela inseridos.

HETEROGENEIDADE

De acordo com Authier-Revuz (1982), trata-se de uma multiplicidade de sentidos que se ancora no significado dos enunciados. Nesse sentido, os enunciados podem ser deslocados de seus sentidos iniciais na atribuição de outros sentidos, de acordo com a natureza contextual da enunciação em que são apropriados. Assim, esses enunciados permeiam uma diversidade de significações em outros discursos, provocando efeitos *sui generis* em relação à sua significação inicial em seus discursos de origem. A heterogeneidade pode ser constitutiva ou marcada. Para a autora, estes dois tipos representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição de um discurso e a dos processos não menos reais de representação, num discurso, de sua constituição (FIORIN, 1997: 230).

HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA

Segundo Authier-Revuz (1982), a *heterogeneidade constitutiva* é aquela que não se mostra no fio do discurso, ou seja, o discurso não revela a alteridade na sua manifestação. A autora considera esta *heterogeneidade* não-representável, não-localizável e pertencente à ordem do processo real de constituição do discurso. Para ela, apreende-se a *heterogeneidade constitutiva* pela memória discursiva de uma dada formação social. É a apreensão dos diferentes discursos que circulam numa dada formação social, divididas em classes, subclasses, grupos de interesses divergentes e pontos de vista múltiplos sobre uma dada realidade, que permite ver as relações polêmicas entre eles. Dessa maneira, a *heterogeneidade constitutiva* diz respeito ao funcionamento real do discurso (FIORIN, 1997: 230-231).

HETEROGENEIDADE MOSTRADA

De acordo com Authier-Revuz (1982), a *heterogeneidade mostrada* representa a inscrição do outro na cadeia discursiva, alterando sua aparente unicidade. Para a autora, esta *heterogeneidade* pode ser marcada, quando se circunscreve explicitamente, por meio de marcas lingüísticas, a presença do outro (por exemplo, discurso direto, discurso indireto, negação, aspas, metadiscurso do enunciador). Assim, a *heterogeneidade mostrada* refere-se à voz do outro inscrita no discurso (FIORIN, 1997: 230-231).

HETEROTROPIA

Estamos chamando de *heterotropia* o fenômeno discursivo que ocorre quando os sentidos estão sujeitos a deslocamentos de significação. Este conceito foi adaptado, a partir da idéia apresentada por Foucault (1966), quando afirma que:

As heterotropias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto ou aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a 'sintaxe', e não somente aquela que constrói as frases – aquela, menos manifesta, que autoriza 'manter juntos' (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. (FOUCAULT, 1995: 7-8)

IDEOLÓGICO-ATRIBUÍDO

Termo usado para designar a consciência do sujeito, no que se refere à sua circunscrição em uma determinada formação ideológica.

IMAGEM

Tomando por base Orlandi (1999: 39-40), concebemos as imagens como projeções dialéticas fundadas na relação *situações empíricas - lugares dos sujeitos - posições do sujeito* no discurso. Dessa maneira, “*um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis.*” Trata-se de um mecanismo do discurso, constituinte das condições de produção, cujo significado é imanente ao “*contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito).*”

IMAGEM SOCIAL SINCRÔNICA

Estamos chamando de *imagem social sincrônica* o conjunto de ações de um sujeito na contemporaneidade de sua existência. Essa imagem está associada a seu comportamento social, suas atitudes em relação ao processo histórico, e sua postura diante dos acontecimentos discursivos. Convém não silenciar que essa imagem é dinâmica, porque está vinculada à constitutividade histórico-ideológica do sujeito.

IMPLÍCITOS

De um modo geral, os *implícitos* são significações não expressas nos enunciados, mas que o co-enunciador pode deduzi-las facilmente, a partir do que está dito. Em Ducrot (1987), é possível inferir que se trata de sentidos que referendam uma implicação entre o pressuposto e o subentendido.

INCOMPLETUDE

Para Orlandi (1987: 194), a *incompletude* é definida como sendo “o fato de que o que caracteriza qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possível.”

INTENCIONALIDADE

Segundo Charaudeau (1983), “trata-se de um conjunto de intenções que pode ser mais ou menos consciente, mas que são todas permeadas por uma coerência psico-sócio-lingueira.” Não é, portanto, intenção do autor “reduzir o ato de linguagem a um fenômeno apenas consciente, ao contrário, trata-se de um fenômeno considerado sob o impacto do inconsciente e do contexto sócio-histórico.”¹²²

INTERAÇÃO

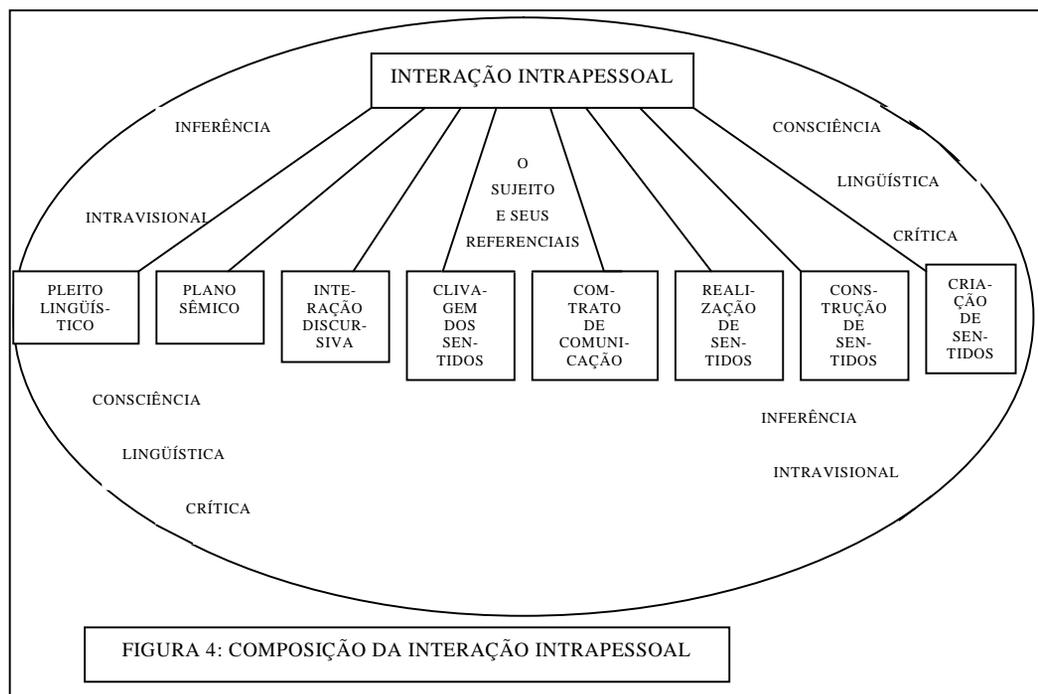
Entendemos a interação como uma perspectiva diádica de negociação de sentidos. Trata-se de uma troca lingueira entre interlocutores, permeada por saberes partilhados e definida como um espaço de construção e reconstrução das relações discursivas entre os sujeitos e entre os sujeitos e os sentidos.

¹²² Nossa tradução do original em francês:

Il s’agit d’un ensemble d’intentions qui peuvent être plus ou moins conscientes, mais que sont toutes marquées au sceau d’une cohérence psycho-socio-langagière. Nous ne voulons pas réduire l’acte de langage à un phénomène qui relèverait de la seule intention consciente. Nous voulons, au contraire, le prendre dans sa totalité, c’est-à-dire perméable aux impacts de l’inconscient et du contexte socio-historique. (CHARAUDEAU, 1983: 42)

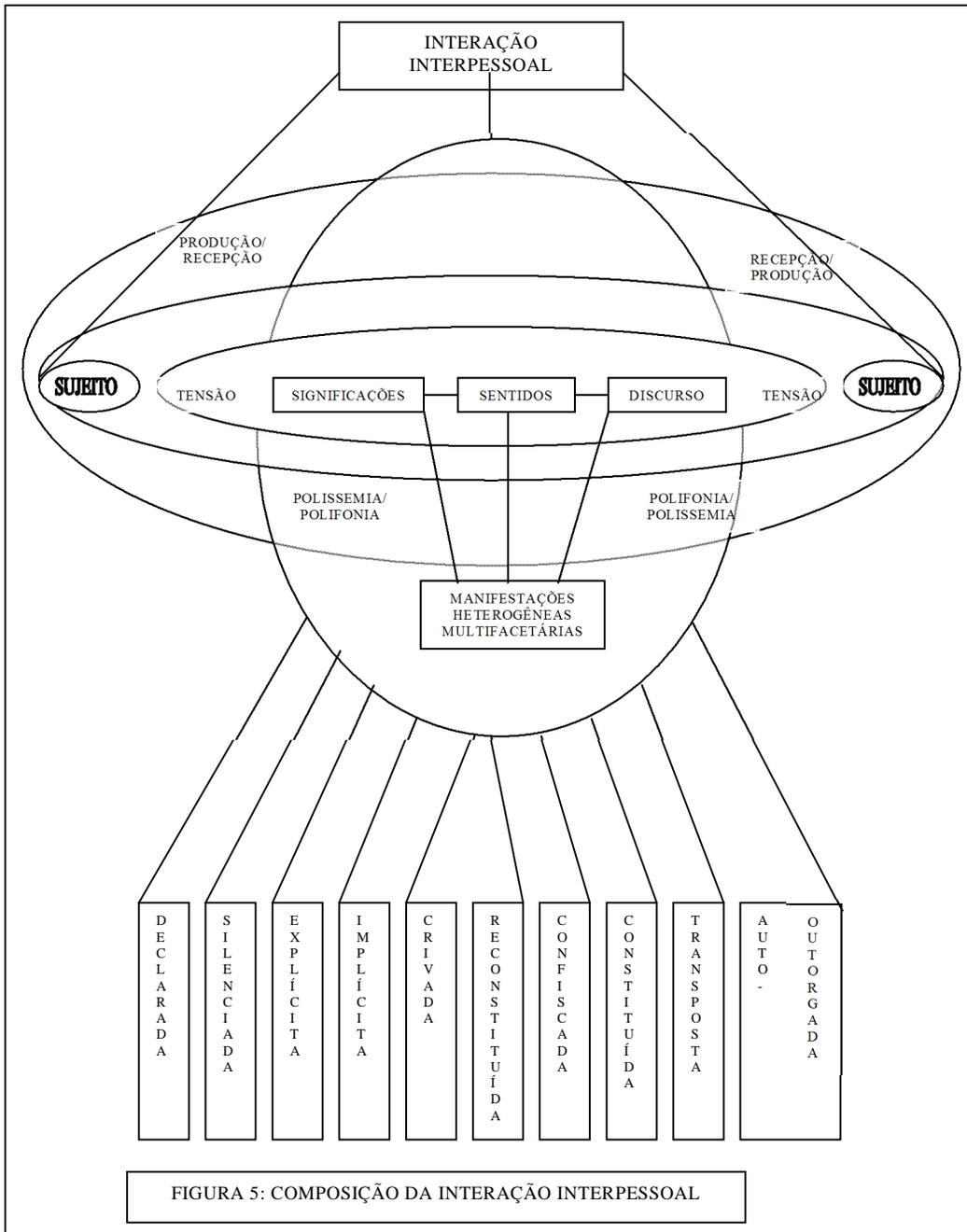
INTERAÇÃO INTRAPESSOAL

Termo utilizado para designar a relação cognitiva associada a uma percepção mental de sentidos. Trata-se de um processo lógico que parte de um pleito lingüístico com o objetivo de produzir um sentido.



INTERAÇÃO INTERPESSOAL

A interação interpessoal acontece a partir de uma negociação de sentidos entre pelo menos dois sujeitos, um atuando na instância de produção e o outro, na instância de recepção. Esse processo interativo é de natureza comutativa e se manifesta de forma cumulativa e distribucional. A interação interpessoal perpassa dois âmbitos da linguagem, tais sejam: o não-dito, posto ou subentendido e o dito, enunciado ou implícito.



INTERDISCURSO

De acordo com Brandão (1991: 90), a interdiscursividade é a “*relação de um discurso com outros discursos*”, no sentido de que todo discurso nasce de uma interação com outros discursos.

Para Maingueneau (1998: 86), trata-se de “*um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos, de épocas diferentes (...))*” em que se apreende uma interação entre formações discursivas diferentes.

Segundo Courtine (1981: 54), o *interdiscurso* é “*uma articulação contraditória de formações discursivas que se referem a formações ideológicas antagonistas.*”

Já Orlandi (1992: 20) define *interdiscurso* como “*uma memória do dizer*” que abrange o universo do dizível e que fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações *percebidas-aceitas-experimentadas*.

LOCUTIVIDADE

A *locutividade* diz respeito à ação enunciativa dos sujeitos no processo interativo. Para Charaudeau (1992), ela envolve uma identidade psico-social, uma identidade linguageira e um pólo de referência, conjugados através de uma relação de interdependência. No processo interativo, os sujeitos tornam-se protagonistas da locutividade tanto na comunicação interlocutiva (entre sujeitos) quanto na comunicação monolocutiva escrita (sujeito-texto).

LUGAR DISCURSIVO

Para Maingueneau (1998: 93), o *lugar discursivo* diz respeito “*à identidade dos parceiros no discurso.*” Já Pêcheux (1969:18) opõe o *lugar*, que se refere a *status* socioeconômicos “*dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos*” (padrão, empregado (...)) às “*formações imaginárias*”, isto é, a imagem que os participantes do discurso “*fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.*” De acordo com Flahault (1978: 58), o termo *lugar* é utilizado para designar, de maneira bem ampla, os papéis instituídos no discurso, insistindo sobre o fato de que o *lugar* deve ser pensado como

relação de lugares: “Não há palavra que não seja emitida de um lugar e que não convoque o interlocutor a um lugar correlativo.” Para este autor, em uma *relação de lugares*, marcamos ao mesmo tempo que *lugar* pretendemos ocupar e que *lugar* pretendemos conferir ao co-enunciador. Essas *relações de lugares* não são, contudo, livres criações dos sujeitos, elas são instauradas a partir de um *sistema de lugares* pré-estabelecido.

MANIFESTAÇÕES DISCURSIVAS DO DUI

Termo utilizado para designar o discurso produzido por sujeitos circunscritos em uma instituição universitária, cuja produção se filia a processos de normatização, como:

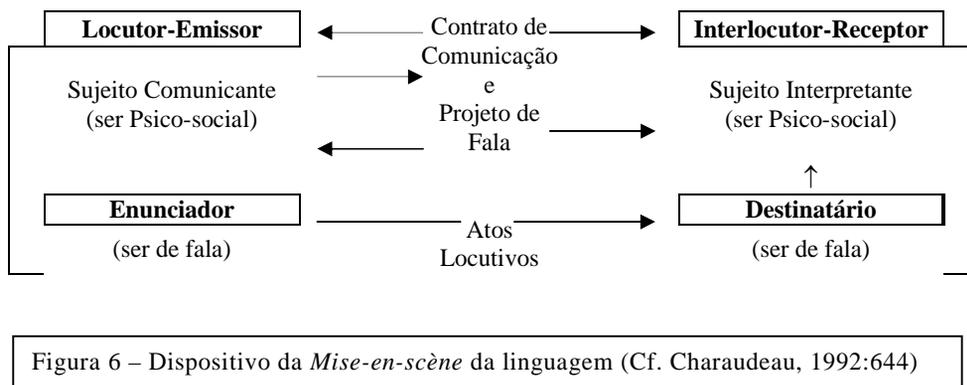
- i) temáticas definidas para produção de artigos científicos;
- ii) normas gerais e específicas de publicação em periódicos institucionais;
- iii) regulamentação legal instituída para o funcionamento de cursos;
- iv) documentos oficiais que normatizam o funcionamento de cursos, a exemplo das grades curriculares, fichas de disciplinas e resoluções acadêmicas; e
- v) entrevistas, questionários e gravações em áudio ou vídeo, de ações acadêmicas (aulas, reuniões, etc.) realizadas por sujeitos pertencentes a uma instituição universitária em contexto acadêmico-pedagógico.

MENTALIDADE DE ENSINO

Entendemos por *mentalidade* o conjunto de atitudes de um sujeito, reveladas na sua prática e decorrentes de seu envolvimento interativo com outros sujeitos ou de seu engajamento em uma determinada atividade.

MISE-EN-SCÈNE

Termo utilizado por Charaudeau para designar a encenação feita pelos sujeitos participantes do processo interativo para colocar em ação um ato de linguagem. Vejamos como este autor representa o dispositivo de *mise-en-scène* da linguagem:



MULTIFACETARIEDADE

Termo utilizado para designar a diversidade de olhares discursivos, atribuídos aos sentidos ou aos discursos em um determinado processo enunciativo ou numa determinada realização languageira.

NATURALIDADE DISCURSIVA

Conceito desenvolvido por Noam Fairclough em sua Teoria da Consciência Lingüística Crítica. Diz respeito a todo fenômeno que, por sua abrangência representativa em um dado grupo de indivíduos na sociedade, se comprova enquanto valor de verdade em uma prática social.

NOÇÃO

De um modo geral, a *noção* representa as operações cognitivas que exprimem imagens referentes às idéias ou concepções de um indivíduo acerca de um determinado conhecimento.

PADRÕES SOCIAIS

Os *padrões sociais* estão relacionados à projeção de protótipos, de arquétipos ou de uma amplitude de ações para os sujeitos. Dizem respeito a normas, atitudes e posturas das quais os sujeitos se apropriam para ocuparem um espaço discursivo na interação.

PARADOXO

Termo utilizado para designar atribuições contrárias a sentidos *postos* (já-ditos). Tais atribuições podem ocorrer em relação a um mesmo sentido.

PERTINÊNCIA (RELEVÂNCIA)

De acordo com Groussier e Rivière (1996), trata-se da “*propriedade de um fenômeno, evento, etc. de ter uma significação atribuída por um sujeito em uma dada situação.*”¹²³

Já para Sperber e Wilson (1986), a *pertinência* é uma relação entre uma hipótese e um contexto. Nessa perspectiva, um fenômeno é pertinente para um indivíduo, se e somente se ao menos uma das hipóteses manifestadas em torno deste fenômeno é pertinente para ele. Da mesma maneira, a pertinência de uma informação nova para esse indivíduo depende da maneira como essa informação contribui para melhorar a representação que este faz do mundo.

POLIFONIA

Segundo Brandão (1991: 91), a *polifonia* “*refere-se à qualidade de todo discurso estar tecido pelo discurso do outro, de toda fala estar atravessada pela fala do outro.*” Já Barros (1997: 35) emprega a palavra *polifonia* “*para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes.*”

Para Ducrot (1987), o conceito de *polifonia* foi elaborado por Bakhtin para categorizar os textos literários. De acordo com Bakhtin, é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras. Nessa perspectiva, Ducrot (*op. cit.*: 172) estabelece como “*objeto próprio de uma concepção polifônica do sentido mostrar como o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes.*”

POLISSEMIA

Segundo Orlandi (1999: 36),

na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. (...) A polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade do dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentidos no mesmo objeto simbólico.

PONTO CEGO

Este conceito aparece inicialmente em Frege (1978) como sendo o limite de materialização dos sentidos. Aqui, aplicamos uma heterotropia extensiva e passamos a concebê-lo como significação inferenciada, integrante da polifonia/polissemia de um espaço discursivo de sentidos, mas ainda não referencializada enquanto representação convicta na proficiência sentidural dos sujeitos.

POSTO

Para Ducrot (1987: 20), o *posto* é o que o locutor afirma, constituindo-se simultaneamente ao ato de comunicação “*como se tivesse surgido pela primeira vez, no universo do discurso, no momento da realização desse ato.*”

PRÉ-CONSTRUÍDO HISTÓRICO

Termo utilizado para designar o posto constituído, instaurado na anterioridade discursiva, que se apresenta como elemento fundador do processo enunciativo. Trata-se de saberes partilhados ou lugares-comuns que são, ao mesmo tempo, subjacentes à superfície dos enunciados e imanentes à interdiscursividade da enunciação.

¹²³ Nossa tradução do original em francês: “Propriété d’un phénomène, événement, etc. d’avoir une signification pour un Sujet dans une Situation donnée.” (GROUSSIER & RIVIÈRE, 1996: 147)

PRESSUPOSTO

Para Ducrot (1987: 13), o *“pressuposto refere-se à natureza de um elemento semântico veiculado pelo enunciado.”* *“Este pertence plenamente ao sentido literal.”* (op. cit.: 19) Ele *“é apresentado como uma evidência, como um quadro incontestável (...), como um elemento do universo do discurso.”* (op. cit.: 20) O pressuposto é o que o locutor apresenta *“como pertencendo ao domínio comum (...), como o objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação.”* (op. cit.: 20)

PROCESSOS IDENTITÁRIOS

Termo utilizado para representar as particularidades, referentes às escolhas discursivas do sujeito. Tais escolhas são crivadas em sua referencialidade polifônica, ou seja, na heterogeneidade constitutiva de seu discurso e na multiplicidade de vozes constituintes do mesmo.

PROCESSOS PARAFRÁSTICOS

De acordo com Orlandi (1999: 36) *“os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória.”*

PROPRIEDADE

Termo usado para designar qualquer qualidade, atributo ou determinação que sirva para caracterizar um sentido ou para distingui-lo de outros.

PSICOSSOCIOLOGIA

Campo de estudos comparativos dos comportamentos dos indivíduos que, tomados isoladamente ou não, se caracterizam pelas suas relações de dependência em relação aos grupos e às sociedades.

REALIZAÇÃO LINGUAGEIRA

Termo usado para designar a dinâmica do processo interativo, compreendendo as atividades interlocutivas perpassadas pelo intervalo histórico de dispersão dos sentidos. Essas atividades se instauram no interior da enunciação e são demarcadas através do processo de enunciatividade. Já o intervalo histórico é permeado pelas tensões, pelas incompletudes discursivas e pela oscilação sócio-psicológicas dos processos identitários inerentes aos sujeitos participantes dos atos de comunicação.

REFERENCIALIDADE

Entendemos a *referencialidade* como as bases discursivas que balizam o imaginário sociodiscursivo dos sujeitos actantes no processo enunciativo. Essas bases comportam referentes de natureza histórica, social, cultural, filosófica, psicológica, política e lingüística, determinantes da circunscrição do sujeito em formação social, de sua filiação em um espaço discursivo e de sua alteridade enunciativa numa diversidade de formações discursivas e ideológicas.

REFERENCIALIDADE POLIFÔNICA

Termo usado para indicar a heterogeneidade subjacente às bases discursivas do imaginário sociodiscursivo dos sujeitos. Essa heterogeneidade, por sua vez, é traspassada por discursos de outros e uma diversidade de discursos distintos. Dessa maneira, as vozes dos sujeitos são entrecortadas por várias outras vozes e por vários outros discurso.

REGULARIDADES

Entendemos por regularidades as evidências significativas, observadas no cenário de pesquisa, que surgem a partir de uma análise preliminar dos registros coletados. Essas evidências aparecem como dados a partir de elementos muitas vezes não previstos no projeto inicial, mas que se revelam na escansão do *corpus*. Assim,

emoldura-se com mais clareza o tópico a ser investigado, oferecendo uma maior consistência às hipóteses definidas para a pesquisa.

REVERSIBILIDADE

De acordo com Orlandi (1987: 239), a *reversibilidade* é “a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui.”

SABER PARTILHADO

Para Charaudeau (1983, 1992), o *saber partilhado* diz respeito às informações pressupostas e reconhecidas pelos sujeitos interagentes em uma mise-en-scène da linguagem.

SCRIPTOR

Estamos chamando de “*scriptor*” todo indivíduo capaz de produzir um texto, observando as características de gênero textual, coesão e coerência, além de uma adequação de registro lingüístico. Este conceito foi adaptado a partir da idéia de “*scriptor*”, apresentada por Willemart (1984) sobre a concepção do texto literário.

SEMIOLINGÜÍSTICA

Para Charaudeau (1995), a origem da *semiolingüística* se funda nos processos de “*semiosis*”, campo de conhecimentos que evoca a construção de sentidos através da relação “*forma-sentidos*” em diferentes sistemas semiológicos. Nessa perspectiva, tais sentidos são realizados através de um sujeito, uma intenção, um quadro de ações e um projeto de influências sociais. O outro elemento de fundação dessa área advém da Lingüística com os estudos sobre a organização languageira dos comportamentos lingüísticos. Dessa forma, surge a *semiolingüística* como um campo de estudos que contempla uma dimensão *psico-sócio-semio-pragmática* da linguagem.

SENTIDO

De acordo com Ducrot (1987: 31), “*o sentido é valor semântico do enunciado.*” Já Brandão (1991: 92) afirma que para a AD não existe um sentido *a priori*, mas um sentido que é construído, produzido no processo de interlocução, por isso deve ser referido às condições de produção (contexto histórico-social, interlocutores ...) do discurso. Por outro lado, Groussier e Rivière (1996: 182) consideram o *sentido* como uma interpretação possível das palavras, considerando seus aspectos nocionais.

SILÊNCIO

Para Orlandi (1992: 13):

o silêncio é (...) ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito.

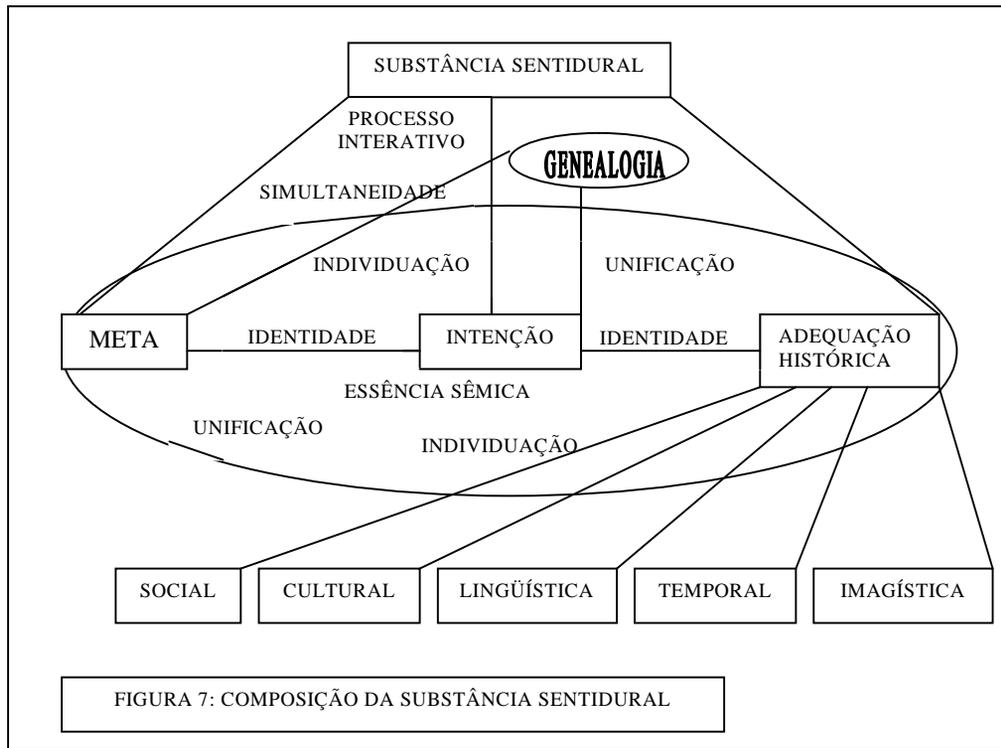
Entendemos que os silêncios se referem à essencialidade do significar em si – *o não-dito implícito dos e nos sentidos*. Eles representam os significados velados que se ocultam na dispersão dos sentidos, no intervalo histórico da realização languageira. Os silêncios, por serem múltiplos no processo de significação de sentidos, não são depreendíveis na superfície do discurso. Sua existência se configura nos traços enunciativos e nas escolhas sentidurais que os embutem na perspectiva do dizer.

SUBENTENDIDO

De acordo com Ducrot (1987: 13), o “*subentendido caracteriza a forma pela qual um elemento semântico é introduzido no sentido.*” Ele “*permite acrescentar alguma coisa ‘sem dizê-la, ao mesmo tempo em que ela é dita’*”, permitindo ao outro tirar conclusões sobre o já-dito. Dessa maneira, o *subentendido* ocorre no momento posterior ao ato de comunicação, “*como se tivesse sido acrescentado através da interpretação*” (*op. cit.*: 20).

SUBSTÂNCIA SENTIDURAL

Termo usado para designar o nível de significação de sentidos, resultante da unificação e individuação de uma meta, uma intenção e uma adequação histórica, concebidas na simultaneidade, na identidade e na genealogia de um processo interativo.



SUJEITO

- Concepção Benvenistiana

Um *eu* que se caracteriza pela sua homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um *tu* - alocutário - opondo-se ambos à não-pessoa, *ele* (*eu* - *tu* X *ele*) (Benveniste, 1966¹²⁴). O sujeito benvenistiano é actante no processo enunciativo e se funda na referencialidade, consciente ou não, de suas crenças e valores. Para interagir na situação enunciativa este sujeito se apropria da língua para dizer algo.

¹²⁴ Esta referência foi citada na bibliografia, correspondendo à tradução para o português, datada de 1989.

Além disso, está em Benveniste a significação enquanto instância discursiva de atribuição de sentidos realizada pelo sujeito. É no sujeito benvenistiano que surge a pressuposição cognitiva da intra-pessoalidade do indivíduo em sua referencialidade discursiva, sugerindo a idéia de que o sujeito tem poder sobre a língua e que esta se realiza através das marcas de subjetividade. Trata-se de um sujeito, essencialmente referencial, que se constitui no processo enunciativo através da interação.

- Concepção Bakhtiniana

Várias vozes a falarem simultaneamente sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras (BAKHTIN - VOLOSHINOV, 1929¹²⁵). O sujeito bakhtiniano se funda no fenômeno social da interação verbal porque se constitui através de suas relações com o outro. Nessa perspectiva, este sujeito é polifônico no processo enunciativo, porque toma consciência de si através dos outros.

Para Bakhtin, esse dialogismo intra e inter-pessoal é a condição constitutiva dos sentidos que são concebidos em práticas linguageiras socialmente diversificadas e contraditórias. É nesse dialogismo que se entrecruzam “um discurso”¹²⁶, “outros discursos”¹²⁷ e “discursos outros”¹²⁸ na dinâmica da interação no processo enunciativo. Dessa maneira, temos um sujeito que tece seu discurso polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas que se complementam, se relativizam, ou se contradizem.

TAUTOLOGIA

Aqui entendida como necessidade de repetição analógica de um sentido para referendá-lo.

¹²⁵ Citado na bibliografia como Bakhtin (1988).

¹²⁶ O discurso construído por ocasião do processo enunciativo.

¹²⁷ Os discursos que traspassam o discurso construído no processo enunciativo.

¹²⁸ Os discursos aludidos no discurso construído no processo enunciativo.

TENSÃO

Entendemos que a tensão diz respeito à dicotomia consciência/inconsciência da realização dos sentidos na interação. Essa tensão situa-se no entreposto do enunciável e do realizável em termos de ação discursiva dos sujeitos.

TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA (TS)

Um conjunto de princípios fundados a partir de uma análise das ações dos sujeitos, na interação com a linguagem, em um processo de trocas de significados, permeados por uma construção de sentidos, que contempla uma intencionalidade destes, num quadro de ações que está inserido em um projeto de influências sociais. A TS abrange o fenômeno da construção psico-sócio-lingueira dos sentidos, através da intervenção de um sujeito.

UNIVERSO DISCURSIVO

Termo utilizado por Maingueneau (1993: 116), definido como “*o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura.*”

VOZES

De acordo com Zoppi-Fontana (1997: 118), tomando por base Bakhtin,

as vozes representam os diferentes elementos históricos, sociais e lingüísticos que atravessam a enunciação. Assim, as vozes são sempre vozes sociais que manifestam as consciências valorativas que reagem a (aos enunciados), isto é, que compreendem ativamente os enunciados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. “Maneiras de compreender Lingüística Aplicada”. In: *Letras*. Santa Maria: Ed. UFSM. 1991. pp. 7-14.
- ALTMAN, C. *A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas. 1998. 380p.
- AMARANTE, M. F. S. *Ideologia neoliberal no discurso da avaliação: a excelência e o avesso da excelência*. Campinas. UNICAMP. Tese de Doutorado. 1998.
- ANSCOMBRE, J. C. “De L’argumentation dans la langue à la the théorie des topöi”. In: et al. *Théorie des Topöi*. Paris:Éditions Kimé. 1995. pp. 11-47.
- _____. “La Nature des Topöi”. In: et al. *Théorie des Topöi*. Paris: Éditions Kimé. 1995. pp. 49-84.
- ASHER, R. E. (ed.) “Ethnomethodology”. In: *The encyclopedia of language and linguistics*. vol. 3 Oxford: Pergamon Press. 1994. pp. 1.160-1.164.
- AUROUX,S. *A Filosofia da Linguagem*. trad. José Horta Nunes. Campinas: Ed. UNICAMP. 1996. 500p.
- AUSTIN, J. L. *Sentido e Percepção*. trad. Armando Manoel Mora de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes. 1993. 193p.
- _____. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press. 1962.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras Incertas*. trad. Eni Puccinelli Orlandi (org.). Campinas: Ed. UNICAMP. 1998. 200p.
- _____. “Quand les mots ne vont pas de soi”. In: *Sciences Humaines*. n.º 103. Janvier 1995.
- _____. “Hétérogénéité Montréal et Hétérogénéité Constitutive: Eléments pour une approche de L’ autre dans le discours”. In: *DRLAV*. nº 26. 1982. pp. 91-151.
- BACON, F. *Novum Organum*. trad. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural. 1999. 255p.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 4 ed. São Paulo: Hucitec. 1988. 196p.
- BANGE,P. *Analyse Conversationnelle et Théorie de L’action*. Paris: Hatier/Didier. 1992. 223p.
- BARROS, D. L. P. “Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso”. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. UNICAMP. 1997. pp. 27-38.
- BARTHES, R. *Aula*. trad. Leyla Perrone-Moisés. 6 ed. São Paulo: Cultrix. 1992. 89p.

- BECKER, F. *A Epistemologia do Professor*. Petrópolis: Vozes. 1993. 344p.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral*. trad. vol. 1. Maria da Gloria Novak e Maria Luiza Neri. vol. 2. Eduardo Guimarães (org.). 2 ed. vol. 1 e 2. Campinas: Pontes/Ed. UNICAMP. 1989. 387p./294p.
- BERNSTEIN, B. *A Estruturação do Discurso Pedagógico*. trad. Tomaz Tadeu da Silva e Luiz Fernando Gonçalves Pereira. Petrópolis: Vozes. 1996. 307p.
- BETTINI, R. F. A. J. *O discurso do professor universitário: análise de sete entrevistas com docentes universitários, em busca de uma definição de ciência, universidade e intelectual*. Piracicaba. Universidade Metodista de Piracicaba. Dissertação de Mestrado. 1984. 215p.
- BOISOT, M. “Discipline et interdisciplinarité” In: APOSTELL, L. et al. *L’interdisciplinarité: problèmes d’enseignement et de recherche dans les universités*. Paris: OCDE. 1972. pp. 90-97.
- BOUACHA, A. A. *Le discours universitaire: la rhétorique et ses pouvoirs*. Berne: P.Lang. 1984. 244p.
- BOURDIEU, P. *A Economia das trocas lingüísticas*. trad. Sérgio Miceli et al. São Paulo: EDUSP. 1996. 191p.
- _____. *O Poder Simbólico*. trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL. 1989. 315p.
- _____. *A Economia das trocas simbólicas*. trad. Sérgio Miceli et al. 2 ed. São Paulo: Perspectiva. 1987. 367p.
- BOURGEOIS, E. “Dependence, Legitimation and Power in Academic Decision-Making” In: *Higher Education Policy*. vol. 4. nº 4. 1991. pp. 21-24.
- BRAIT, B. (org.) *Bakhtin, Dialogismo e Construção do sentido*. Campinas: Ed. UNICAMP. 1997. 385p.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso* Campinas: Ed. UNICAMP. 1991. 96p.
- BRÉAL, M. *Ensaio de Semântica*. trad. Aída Ferrás et al. Campinas: Pontes. São Paulo: EDUC. 1992. 205p.
- BREND, R. M. *Advances in tagmemics*. Amsterdam: Worth Holland. 1974. 458p.
- BRIGGS, A. “Interdisciplinarity” In: KNOWLES, A. S. *The international Encyclopedia of Higher Education*. vol. 5. San Francisco: Jossey-Bass. 1978.
- BRUN, J. *Aristóteles y el Liceo*. trad. Abelardo Maljuri. Barcelona: Paidós. 1992. 169p.
- _____. *Platão*. trad. Filipe Jarro. Lisboa: D. Quixote. 1985. 183p.

- CAVALCANTI, M. “A propósito da Lingüística Aplicada”. In: *Trabalho em Lingüística Aplicada*. vol. 7. Campinas: Ed. UNICAMP. jan./jun. 1987. pp. 5-12.
- CHABROL, C. “Contrat et enjeux dans le traitement textual”. In: *Regards de la Psychologie Sociale*. Colloque du laboratoire de psychologie sociale de L’Ehess et L’Adrips. 15/16. mai. 1997.
- CHALMERS, A. F. *O que é Ciência Afinal?*. trad. Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense. 1997. 227p.
- CHARAUDEAU, P. “La Pathémisation a la television comme stratégie d’authenticité”. Paris: CAD/Paris XIII.1999a. mimeo.
- _____. “Visées discursives, genres situationnels et construction textuelle”. Paris: CAD/Paris XIII.1999b. mimeo.
- _____. “L’argumentation n’est peut-être pas ce que l’on croit”. Paris: CAD/Paris XIII.1999c. mimeo.
- _____. *Le discours d’information médiatique*. Paris: Nathan. 1997. 286p.
- _____. “Une analyse sémiolinguistique du discours”. In: *Langages* 117. Paris: Larousse. mars 1995a. pp. 96-111.
- _____. “Ce que communiquer veut dire”. In: *Sciences Humaines*, 51, Juin 1995b.
- _____. “Le contrat de communication de l’information médiatique”. In: *Le Français dans le monde*. n° especial. Paris: Hachette/Larousse. Juillet 1994. pp. 8-19.
- _____. *Grammaire du sens et de l’expression*. Paris: Hachette. 1992. 927p.
- _____. *Langage et Discours*. Paris: Hachette. 1983. 176p.
- CORACINI, M. J. R. F. “Análise do Discurso: em busca de uma Metodologia” In: *D.E.L.T.A.* vol. 7. n° 1. São Paulo: Associação Brasileira de Lingüística. 1991a. pp. 333-355.
- _____. *Um fazer persuasivo*. Campinas: Pontes São Paulo: EDUC. 1991b. 216p.
- COURTINE, J. J. “Analyse du discours politique”. In: *Langages*. n° 62. Paris: Didier-Larousse. 1981.
- D’AMARAL, N. T. “Esboço inicial de uma geneologia de transdisciplinaridade”. In: *Revista Tempo Brasileiro*. vol. 108 – Rio de Janeiro. jan./mar.. 1992. pp. 95-106.
- DESCARTES, R. *Discurso do Método*. trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereiara. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes. 1996. 102p.
- DOMINGUES, I. *O fio e a trama*. São Paulo: Iluminuras Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1996. 256p.

- DOMINGUES, I. *O grau zero do conhecimento*. São Paulo: Loyola. 1991. 381p.
- DOSSE, F. (1991) *História do Estruturalismo*. trad. Álvaro Cabral. vols. 1 e 2. Campinas: Ed. UNICAMP São Paulo: Ensaio. 1993. 447p/ 518p.
- DUCROT, O. (1972) *O Dizer e o Dito*. trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes. 1987. 222p.
- _____. *Provar e Dizer*. trad. Maria Aparecida Barbosa et al. São Paulo: Global Universitária. 1981. 264p.
- _____. *Estruturalismo e Lingüística*. trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix. 1970. 146p.
- DURAND, G. “Multidisciplinaridade Heurística”. In: *Revista Tempo Brasileiro*. vol. 113 – Rio de Janeiro. abr./jun.. 1993. pp. 59-73.
- ECO, H. *Interpretação e Superinterpretação*. trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes. 1997. 184p.
- _____. *Os Limites da Interpretação*. trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva. 1995. 315p.
- _____. *Lector in Fabula*. trad. Attílio Cancian. São Paulo: Perspectiva. 1986. 219p.
- ENRIQUES, F. & SANTILLANA, G. *Platon et Aristote*. Paris: Hermann. 1937. 62p.
- ERIBON, D. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1996. 244p.
- ERICKSON, F. “Qualitative Methods Research on teaching”. In: WITTROCK, M. C. *Handbook of Research on teaching*. New York: Macmillan. 1986. pp. 119-161.
- FEYERABEND, P. *Contra o Método*. trad. Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1989. 487p.
- FIORIN, J. L. “O romance e a simulação do funcionamento real do discurso”. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. UNICAMP. 1997. pp. 229-247.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola. 1996. 79p.
- _____. *As palavras e as coisas*. trad. Salma Tannus Muchail. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes. 1995. 407p.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Fluminense. 1987a. 239p.
- _____. *Vigiar e Punir*. trad. Lígia M. Ponde Vassallo. 9 ed. Petrópolis: Vozes. 1987b. 277p.

- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. trad. Roberto Machado. 4 ed. Rio de Janeiro: GRAAL. 1979. 295p.
- GADET, F. & HAK, T. (org.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. trad. Bethania S. Mariane et al. Campinas: Ed. UNICAMP. 1990. 319p.
- GALFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. Eaglewood Cliffs: Prentice-Hall. 1967.
- GELLNER, E. *Legitimation of Belief*. London: Cambridge University Press. 1974.
- GERALDI, J. W. *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes. 1991. 252p.
- GIBBONS, M. et al. *The new production of knowledge: the dynamics of Science and Research in contemporary societis*. London: SAGE. 1994. 179p.
- GINZBURG, C. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, Emblemas e sinais: morfologia e história*. trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras. 1989. pp. 143-179.
- GIROUX, H. A. “Democracy and the Discourse of Cultural Difference: toward a politics of border pedagogy”. In: *British Journal of Sociology of Education*. vol. 12. nº 4. 1991. pp. 501-518.
- GROUSSIÈRE, M. L. & RIVIÈRE, C. *Les mots de la Linguistique: lexique de Linguistique Énonciative*. Paris: Ophris. 1996. 219p.
- GUIMARÃES, E. *Os Limites do Sentido*. Campinas: Pontes, 1995. 91p.
- GUIRAUD, P. *A Semântica*. São Paulo: DIFEL. 1980. 139p.
- HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. trad. Ana Maria Bernardo et alii. Lisboa: Dom Quixote. 1990. 350p.
- _____. *Conhecimento e interesse*. trad. José N. Heck. Rio de Janeiro: Guanabara. 1987. 367p.
- HENRY, P. *A Ferramenta Imperfeita*. trad. Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Ed. UNICAMP. 1992. 241p.
- JACQUES, F. “Argumentation et Stratégies discursives”. In: LEMPEREUR, A. (org.) *L’argumentation*. Liège: Mardaga. 1991. pp. 153-171.
- JAKOBSON, R. “Linguistics and Communication Theory”. In: WAUGH, L. R. & MONVILLE-BURSTON, M. (ed.) *On Language*. Cambridge: Harvard University Press. 1995. pp. 489-513.
- _____. *Lingüística e comunicação*. trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 9 ed. São Paulo: Cultrix. 1977. 162p.

- JANTSCH, A. P. “Vers l’interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l’enseignement et l’innovation”. In: APOSTELL, L. et al. *L’interdisciplinarité: problèmes d’enseignement et de recherche dans les universités*. Paris: OCDE. 1972. pp. 98-125.
- _____. & BIANCHETTI, L. (org.) *Interdisciplinaridade*. Petrópolis: vozes. 1995. 204p.
- JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. São Paulo: Imago. 1976. 220p.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L’Implicite*. Paris: Armand Colin. 1986. 404p.
- KOCKELMANS, J. *Interdisciplinarity and higher education*. University Park: Pennsylvania State University Press. 1979. 372p.
- KOURGANOFF, W. *A Face Oculta da Universidade*. trad. Cláudia Schilling e Fátima Murad. São Paulo: Ed. UNESP. 1990. 309p.
- KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 3ed. São Paulo: Perspectiva. 1992. 257p.
- LACOSTE, J. *A Filosofia no Século XX*. trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus. 1992. 227p.
- LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. *A Crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix. 1979. 343p.
- LEIBNIZ, G. N. F. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. trad. Luiz Baraúna. 2ed. São Paulo: Abril Cultural. 1984. 433p.
- LEMPEREUR, A. (org.) *L’Argumentation*. Liège: Mardaga. 1991. 216p.
- LOCKE, J. “As idéias em geral e sua origem”. In: *Ensaio acerca do Entendimento Humano*. São Paulo: Abril Cultural. 1978. pp. 159-235.
- LYONS, N. “Dilemmas of Knowing: Ethical and Epistemological Dimensions of Teachers’ Work and Development”. In: *Harvard Educational Review*. vol. 60. n° 2. Maio 1990. pp. 159-180.
- MACHADO, I. D. et al. *Teorias e Práticas Discursivas*. Belo Horizonte: Carol Borges/ NAD-FALE-UFMG. 1998. 320p.
- _____. “Análise do Discurso e seus múltiplos sujeitos”. In: *Teoria e Práticas Discursivas*. Belo Horizonte: Carol Borges/ NAD-FALE-UFMG. 1998. pp. 111-121.
- _____. “A Análise de Discurso da ‘2^a. Geração’, com ênfase para a Semiologia” In: *Cadernos de Pesquisa do NAPq*. N.º 28. Belo Horizonte: NAPq/FALE/UFMG. ago. 1995. pp. 41-50.
- MAGALHÃES, I. (org.) *As Múltiplas Faces da Linguagem*. Brasília: Ed. UNB. 1996. 530p.

- MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1998. 155p.
- _____. *Pragmática para o Discurso literário*. trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes. 1996. 205p.
- _____. & COSSUTTA, F. “L’analyse des discours contituants”. In: *Langages* 117. Paris: Larousse. mars 1995. pp. 112-125.
- _____. (1987) *Novas Tendências em Análise do Discurso*. trad. Freda Indursky. 2 ed. Campinas: Ed. UNICAMP/Pontes. 1993. 198p.
- _____. *Genèses du discours*. Bruxelles: Mardaga. 1984. 211p.
- _____. *Semantique de la Polemique*. Lausanne: L’Age d’Homme. 1983. 207p.
- _____. *Initiation aux Méthodes en Analyse du Discours*. Paris: Hachette. 1976. 191p.
- MACUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática. 1986. 94p.
- MARI, H. et al. (org.) *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges/NAD/FALE/UFMG. 1999. 484p.
- MARTINELLI, M. L. et alii. (org.) *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez/EDUC. 1995.172p.
- MARTINS, L. C. P. *Conflitos e contradições na formação de professores: um estudo das práticas discursivas da disciplina Prática de Ensino de Língua Inglesa*. Campinas. UNICAMP. Dissertação de Mestrado. 1998.
- MERQUIOR, J. G. *O véu e a máscara*. trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz. 1997. 160p.
- MOESCHLER, J. *Argumentation et Conversation*. Paris: Hatier. 1995. 203p.
- MOITA LOPES, L. P. *Oficina de Linguística Aplicada*. Campinas: Mercado de Letras. 1996. 192p.
- NISKIER, A. *LDB: a nova lei da educação*. 7 ed. Rio de Janeiro: Consultor. 1996. 305p.
- OLIVA, A. (org.) *Epistemologia: a cientificidade em questão*. Campinas: Papyrus. 1990. 225p.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes. 1999. 100p.
- _____. *Interpretação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes. 1998. 150p.
- _____. et al. *Gestos de Leitura*. Campinas: Ed. UNICAMP. 1994. 277p.
- _____. *As Formas do Silêncio*. Campinas: Ed. UNICAMP. 1992. 189p.
- _____. *A Linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes. 1987. 276p.

- ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. Campinas: Pontes. 1988a. 118p.
- _____. et al. *Política Lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes. 1988b. 191p.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*. trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2 ed. Campinas: Ed. UNICAMP 1995. 317p.
- _____. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes. 1990. 57p.
- _____. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod. 1969.
- PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de Argumentação*. trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes. 1996. 653p.
- PERELMAN, C. *Rhétoriques*. Bruxelles: Éditions de L'Université de Bruxelles. 1989. 470p.
- PIETRI, E. *Análise de um projeto de educação continuada para professores do ensino público do estado de São Paulo: sujeitos, discursos e instituições*. Campinas. UNICAMP. Dissertação de Mestrado. 1998.
- PIRES, M. S. O. *Estratégia Discursiva na Adolescência*. São Paulo: Arte Ciência/UNIP. 1997. 208p.
- POSSENTI, S. *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes. 1988. 218p.
- RAJAGOPALAN, K. "O conceito de identidade em Lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?". In: SIGNORINI, I. (org.). *Língua(gem) e Identificação*. São Paulo: Mercado de Letras. 1998. pp. 7-20.
- Revista Letras e Letras. vols. 1/1 a 14/1. Uberlândia: EDUFU. mai./1985 a jan./jul. 1998.
- RICOEUR, P. *Interpretação e Ideologias*. trad. Hilton Japiassu. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1990. 172p.
- ROBRIEUX, J. J. *Éléments de Rhétorique et d'Argumentation*. Paris: Dunod. 1993. 225p.
- SACHS, I. "Desenvolvimento, um conceito transdisciplinar por excelência". In: *Revista Tempo Brasileiro*. vol. 113 – Rio de Janeiro. abr./jun.. 1993. pp. 13-20.
- SANTOS, J. B. C. & VIEIRA, R. L. "Interdisciplinaridade e conscientização nos estudos da linguagem". In: *Letras e Letras*. vol. 13/2. Uberlândia: EDUFU. jul./dez. 1997. pp.157-178.
- _____. "A pesquisa de caráter etnográfico na sala de aula". In: *Letras e Letras*. vol. 13/2. Uberlândia: EDUFU. jul./dez. 1997. pp. 145-156.
- _____. "Os atos indiretos de linguagem no Discurso Acadêmico Institucional". In: MACHADO, I. D. et al. *Teoria e Práticas Discursivas*. Belo Horizonte: Carol Borges/NAD-FALE-UFMG. 1998. pp. 299-311.

- SANTOS, L. W. (org.) *Discurso, Coesão, Argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor. 1996. 110p.
- SCHIFFRIN, D. *Approaches to Discourse*. Oxford: Blackwell. 1994. 470p.
- SCHMITZ, E. F. *Os Caminhos da Universidade Brasileira*. Porto Alegre: sagra. 1984. 186p.
- SEARLE, J. R. *Expressão e Significado*. trad. Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes. 1995. 294p.
- _____. *Os Actos de Fala*. trad. Carlos Vogt (org.). Coimbra: Almedina. 1981. 270p.
- SILVA, T. T. *O currículo como fetiche – a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica. 1999. 117p.
- SILVEIRA, R. C. P. “Em busca de uma tipologia dos discursos científicos: o dissertativo expositivo e o dissertativo argumentativo”. In: NASCIMENTO, E. F. S. & GREGOLIN, M. R. V. *Problemas atuais da Análise do Discurso*. Araraquara: Editora UNESP. 1994. pp. 43-64.
- SINGH, P. “Institutional Discourse and Practice. A Case Study of Social Construction of Technological Competence in the Primary Classroom”. In: *British Journal of Sociology of Education*. vol. 14. nº 1. 1993. pp. 39-58.
- SIGNORINI, I. (org.). *Língua(gem) e Identificação*. São Paulo: Mercado de Letras. 1998. 384p.
- _____. & CAVALCANTI, M. (org.) *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras. 1998. 216p.
- SOMERVILLE, M. A. “Transdisciplinaridade, onda do futuro: como preparar nossas praias”. In: *Revista Tempo Brasileiro*. vol. 113. Rio de Janeiro. abr./jun. 1993. pp. 75-95.
- SPERBER, D. *La Contagion des Idées*. Paris: Odile Jacob. 1996. 245p.
- _____. & WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell. Cambridge: Harvard University Press. 1986.
- SVEDIN, U. “Abordagens transdisciplinares das questões de meio ambiente das ciências exatas e naturais às ciências sociais e humanas para uma compreensão contextual”. In: *Revista Tempo Brasileiro*. vol. 113. Rio de Janeiro. abr./jun.. 1993. vol. 121. Rio de Janeiro. abr./jun. 1995. pp. 113-124.
- THOM, R. “Que significa compreender” In: GIL, F. *Balanço do Século*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1990. pp. 89-92.

- TUGENDHAT, E. *Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem*. trad. Mario Fleig (org.). Ijuí: Unijuí. 1992. 134p.
- Van LIER, L. *The Classroom and the Language Learner: Ethnography and Second-Language Classroom Research*. London: Longman. 1988. 262p.
- VANDERVEKEN, D. *Meaning and Speech acts*. vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press. 1990. 244p.
- VATTINO, G. “A educação contemporânea entre a epistemologia e a hermenêutica”. In: *Revista Tempo Brasileiro*. vol. 108. Rio de Janeiro. jan./mar. 1992. pp. 9-18
- VICTORRI, B. “La polysémie ou coeur de la langue”. In: *La Polysémie: Construction Dynamique du Sens*. Paris: Hermes. 1997. pp. 11-23.
- VIEIRA, R. L. *Formações discursivas e formações ideológicas subjacentes à formação do profissional da linguagem*. Uberlândia. UFU. Monografia de Graduação. 1997.
- VILLARTA-NEDER, M. A. *Memória do múltiplo e do descontínuo nos discursos de construção de um curso de Letras de formação de professores: IEL/UNICAMP*. Campinas. UNICAMP. Dissertação de Mestrado. 1995.
- VUILLMIN, J. “Conceito”. In: *Enciclopédie Einaudi*. vol. 37. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1997. pp. 76-124.
- WEIL, P. et al. *Rumo à nova transdisciplinaridade*. São Paulo: Summus. 1993.
- WILLEMART, P. “O manuscrito em Gustave Flaubert. Transcrição, classificação e interpretação do proto-texto do primeiro capítulo do conto ‘Hérodias’”. In: *Boletim* nº 44. São Paulo: USP. 1984.
- WOLF, R. P. *O ideal da universidade*. São Paulo: Ed. UNESP. 1993. 230p.
- ZANOTTO DE PASCHOAL, M. S. & CELANI, M. A. A. (org.) *Linguística Aplicada*. São Paulo: EDUC. 1992. 324p.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. “O outro da personagem: enunciação, exterioridade e discurso”. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. UNICAMP. 1997. pp. 115-127.